Economia e Cultura do Candomblé na Bahia:

o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850/1937

Flávio Gonçalves dos Santos

Economia e Cultura do Candomblé na Bahia:

o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850/1937

Ilhéus-Bahia

2013

Depósito legal na Biblioteca Nacional,
conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Alencar Júnior

REVISÃO
Genebaldo Pinto Ribeiro
Maria Luiza Nora
Roberto Santos de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237 Santos, Flávio Gonçalves dos.
Economia e cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850/1937 / Flávio Gonçalves dos Santos. – Ilhéus, BA : Editus, 2013.
342 p. : il. ; anexos.

Bibliografia: p. 223-231.
ISBN 978-85-7455-292-7

1. Economia – Aspectos religiosos. 2. Candomblé – Bahia - História. 3. Objetos litúrgicos – Aspectos econômicos – Cultos afro-brasileiros. 4. Religião – Aspectos econômicos. I. Título.

CDD 306.6

EDITUS - EDITORA DA UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Jorge Amado, km 16 - 45662-900 - Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5028
www.uesc.br/editora
editus@uesc.br

EDITORA FILIADA À

Em memória de
minha mãe, Theophila Gonçalves dos Santos,
e de minha avó, Domingas Tiradentes de Araújo.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Cezar Teixeira Honorato, pela inestimável contribuição durante o processo de pesquisa e de redação deste texto; a Muniz Ferreira, Soraia Ariane, Ricardo Moreno, Alain Pascal Kali, pessoas a quem tenho o privilégio de chamar de amigos e que, em diferentes momentos e de diferentes formas, contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional.

Às contribuições dos professores Lana Lage, Ismênia Martins, Geraldo Boclair e Laila Brichta, que leram com atenção, teceram críticas e fizeram sugestões, sempre de modo cuidadoso e delicado. Impossível também não mencionar a colaboração do Babalorixá Miguel Gonçalves e da minha amiga Márcia Maria. Ele, em Niterói, e ela, em Salvador. Suas informações foram de uma preciosidade ímpar.

À Lílian Cristina Santa Clara, que me ajudou, fundamentalmente, durante a pesquisa no Arquivo Público do Estado da Bahia e a quem muito devo pela persistência e dedicação; a Ronaldo Lima Cruz, Mariana Bisneta, e aos alunos que empenharam suas energias durante a etapa de digitação e tratamento das fontes.

À Prof.ª Cecília Velasco e Cruz pela indicação das fontes referentes ao assassinato de João Conceição da Costa em uma de nossas breves conversas no Arquivo Público do Estado da Bahia.

À paciência e ao empenho de Vera Guilhon, Jorge Morandi, Márcia Cristina da Silva e Carolina Alves Guilhon que me receberam de forma tão acolhedora nas dependências da Biblioteca do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro.

À família Brichta agradeço a acolhida em seu seio, a generosidade, o desprendimento e a solidariedade que lhes são peculiares.

Aos exemplos marcantes de meu irmão e padrinho, Adauto Bispo dos Santos, sempre com sorriso discreto e fala tranquila, de minha mãe e de minha avó, que me ensinaram a ser "gente". Sem a força desses ensinamentos, minha trajetória de vida seria outra.

Ao apoio concedido pela UESC, imprescindível para a execução deste trabalho, através do financiamento da pesquisa.

Aos queridos Flávio Gonçalves dos Santos Filho e Caio Brichta Gonçalves; todos os dias agradeço a dádiva de tê-los como filhos.

A todos, muito obrigado!

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Lana Lage

Este livro resulta de uma tese de doutorado na área de História Econômica. Essa informação, abrindo o prefácio, já poderia afastar muitos dos seus possíveis leitores, sob a alegação de constituir um texto de interesse apenas dos especialistas. No entanto, logo de início, a leitura de *Economia e Cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850-1937* contraria essa primeira impressão, pois seu autor conjuga os conhecimentos metodológicos necessários a esse campo da historiografia com a arte da narrativa, o que torna o livro atraente mesmo para aqueles que não têm nenhum interesse específico pelos aspectos econômicos da História. A partir de uma abordagem que vê a economia de forma integrada à totalidade social, Flávio Gonçalves dos Santos destaca os aspectos culturais presentes nas trocas comerciais envolvendo produtos utilizados no culto aos orixás, realizadas entre o Brasil e a África. Por isso, além de constituir importante contribuição para sua área específica, este livro pode ser lido com prazer por todos os que se interessam pela história de nosso país, particularmente por nossa herança africana.

Lucien Febvre, um dos fundadores da École des Annales, movimento que, como afirmou Peter Burke[1], provocou uma verdadeira revolução nos estudos históricos contemporâneos, aconselhou os historiadores, em uma palestra dirigida aos recém ingressos no ofício, a viver a vida antes de mergulhar no passado. A vida intelectual, certamente, e em toda a sua variedade, pois, para Febvre, a História deveria incorporar os ensinamentos da Geografia, da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia. E a interdisciplinaridade foi uma das mais importantes marcas dos Annales. Mas, também, que tivessem uma vida prática, comprometida com as questões de seu tempo. Para ele, não deveria haver

[1] BURKE, 1991.

barreiras entre ação e pensamento, entre a vida do homem e a do historiador[2].

No livro de Flávio Gonçalves dos Santos podemos ouvir o eco dessas lições. Em primeiro lugar, porque o autor remete seu interesse pelo tema às vivências da infância. Filho da Bahia, nascido em uma família adepta do candomblé, foi participando do culto aos orixás que percebeu, ainda menino, a importância do comércio de objetos litúrgicos nessa religião, cujas oferendas rituais exigem grande quantidade e diversidade de produtos que dependem de conhecimentos específicos para serem comprados e utilizados corretamente. E a referência a essa origem e à sua fé em um trabalho acadêmico tem a dimensão de um posicionamento político a favor da liberdade religiosa, nesses tempos marcados pelo recrudescimento da intolerância contra as religiões afro-brasileiras, que vem acompanhando o crescimento do neopentecostalismo no Brasil.

A outra lição de Febvre, a da interdisciplinaridade, também está presente neste livro. Como o próprio título indica, a economia é analisada aqui sob um prisma amplo, imbricada com a cultura, incluindo a religiosidade, e as relações sociais e de poder. Nesse sentido, a História Econômica que o autor pratica é também tributária dos Annales. Os historiadores ligados a esse movimento historiográfico desenvolveram o que Pierre Chaunu chamou de História Serial, aplicando métodos estatísticos para reconstruir séries de dados, mas sem deixar de integrar os fenômenos propriamente econômicos aos outros fenômenos sociais, na procura da apreensão da totalidade da vida humana, como apontou Pierre Vilar[3].

No campo da Antropologia, a dimensão religiosa do comércio e do mercado no candomblé já havia sido remarcada no belíssimo livro *Galinha de Angola: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira*. Como apontaram seus autores, nos cultos afro-brasileiros, o

[2] MOTA, 1978.
[3] MARCZEWSKI; VILAR, 1973.

comércio desses objetos não se esgota na troca de produtos em si mesmos. O mercado constitui um *locus* privilegiado, onde, além de realizar transações econômicas, se permuta conhecimentos sobre as propriedades religiosas dos produtos e a forma como devem ser utilizados nos rituais, isto é, conhecimentos sobre o próprio culto, que são partilhados entre vendedores e compradores[4].

Foi a partir da leitura desse e de outros textos, como o de Herkovits[5], que Flávio Gonçalves dos Santos se perguntou se a observação não se confirmaria com relação ao comércio internacional. Isto é, se esse comércio não funcionaria também como difusor de valores étnicos, crenças e ritos religiosos, a ponto de construir certa unidade identitária entre a população afro-brasileira e os negros que retornaram do Brasil à Costa d'África.

O acesso a uma bibliografia que focalizava a comunidade de afro-brasileiros retornados e as suas atividades econômicas ao longo do século XIX ajudou a definir os rumos da pesquisa. Pierre Verger, cujo trabalho teve influência decisiva na forma de abordagem do tema, havia reconstituído as redes comerciais dos séculos XVII a XIX entre essas duas regiões[6]. Manuela Carneiro da Cunha também havia se referido ao comércio entre brasileiros residentes em Lagos e a Bahia no século XIX, ao estudar a construção identitária daquela população de retornados[7].

Definida a hipótese, era preciso procurar as fontes que lhe permitissem sustentá-la. Em entrevista publicada na imprensa em 1936, Martiniano Eliseu do Bomfim, reconhecida autoridade entre o povo de candomblé da Bahia, referia-se à sua participação no comércio de objetos de culto entre Salvador e a Costa d'África. Esse documento, descoberto durante a pesquisa para o mestrado, constituía uma pista interessante dessas relações comerciais. Por outro lado, a documentação do Arquivo Público do Estado da Bahia,

---

4 VOGEL; MELLO; BARROS, 2001.
5 HERKOVITS, 1958.
6 VERGER, 1987.
7 CUNHA, 1985.

com seus registros de entrada e saída de embarcações, documentos alfandegários e comerciais, inventários e testamentos, mostrou a viabilidade da pesquisa. Restava apenas colocar mãos à obra.

Durante o desenvolvimento do trabalho, a imbricação entre vivência e reflexão histórica mostrou-se profícua. Os conhecimentos que Flávio Gonçalves dos Santos adquiriu em anos de convivência com o candomblé complementaram sua visão de historiador, iluminando aspectos que, não fosse essa dupla inserção, poderiam passar despercebidos. As pontes que estabelece entre as narrativas da mitologia afro-brasileira e certos aspectos da vida da população negra, com consequências para as trocas econômicas entre Brasil e África, são absolutamente originais e esclarecedoras. Como exemplo, a relação entre o culto a *Obaluayê* e as epidemias que assolavam Salvador, atingindo, sobretudo, a população negra e pobre, que procurava nas casas de santo a cura das doenças, estimulando assim a compra de produtos rituais. Ou entre o mito de *Ossaim* e o comércio de folhas e outros produtos vegetais trazidos da África. Ou, ainda, sobre a disputa entre Xangô e Ogun, envolvendo a acumulação de caurís ou búzios, e sua utilização como moeda. Por outro lado, sua relação afetiva com Salvador permitiu que, em meio à análise de tabelas e gráficos, tivesse sensibilidade para reconstruir, através de uma narrativa envolvente, o cotidiano da população, revelando uma cidade em plena vida, cujo coração pulsante é o porto.

No primeiro capítulo, somos transportados para o centro comercial da Bahia em pleno século XIX. Podemos apreciar seu intenso movimento de homens e embarcações e até mesmo sentir o clima de tensão, diante das investidas inglesas contra o tráfico negreiro. Podemos ainda perceber que os antigos brigues, galeotas, galeões e saveiros já convivem com os vapores, cujo calado maior obrigou a execução de reformas que mudaram a topografia da Cidade Baixa. Obras de infraestrutura fundamentais para o aumento do fluxo de embarcações de longo curso, predominantemente oriundas dos portos ingleses e alemães.

Mas, apesar do progresso, vemos que Salvador ainda guarda o aspecto de uma cidade colonial, com suas ruelas estreitas, cobertas de dejetos e mal iluminadas à noite. A cidade é acordada

com o barulho intenso do comércio. Saveiros trazem para o Mercado Modelo e para a feira de Água de Meninos os produtos do Recôncavo: farinha de mandioca e carne seca, bases da alimentação popular no século XIX. E também gêneros manufaturados vindos da Europa. Carregadores transportam mercadorias e bagagens dos muitos passageiros que chegam nas embarcações. Com seus tabuleiros, principalmente mulheres vendem guloseimas variadas, de frutas a acarajés. O autor chama a atenção para essa presença feminina no comércio, remetendo-se ao que foi também observado por Roger Bastide e Pierre Verger nos mercados do Baixo Benin. Essa atividade dava às mulheres certa autonomia e permitia que circulassem por outras comunidades, fortalecendo laços identitários e formando redes de solidariedade.

Nessa viagem pelo porto de Salvador, cujas cenas lembram as descritas por Jorge Amado em obras como *Mar Morto*, tomamos também contato com as precárias condições de vida e saúde da população soteropolitana, sobretudo, como era de se esperar, de sua parcela mais pobre, composta, em sua maioria, por afro-brasileiros. Esse quadro nos faz compreender a intensa procura pelas práticas curativas do candomblé, cujos terreiros funcionam como verdadeiros centros de medicina popular. Os surtos epidêmicos são comuns. Em meados do século XIX, as epidemias afetam severamente o movimento portuário, trazendo a fome e a carestia, além de crescentes pressões, sobretudo por parte dos médicos sanitaristas, para a implantação de medidas de higienização.

Ainda nesse primeiro capítulo é analisado o movimento portuário, e discriminados os produtos e valores das cargas do comércio de pequena e grande cabotagem, e da navegação de longo curso. O autor destaca que os grandes comerciantes baianos dependiam dos negociantes ligados aos mercados internacionais, predominantemente ingleses. Assim, comumente assumiam o papel de intermediários entre os produtores e o mercado exportador ou importador. Isso lhes permitia controlar com exclusividade o fluxo de determinados produtos essenciais para o abastecimento da cidade, manipulando sua oferta e preço, com consequências nefastas para a economia da Bahia. Com relação ao comércio

internacional, aponta que, entre 1815 e 1850, o produto que movimentava de fato os portos baianos, sobretudo o de Salvador, foi o escravo e não a cana-de-açúcar, como se costuma afirmar. A partir de 1890, passaram a ser, por ordem de importância, o cacau, o fumo e seus derivados, o café, o algodão e o açúcar.

No segundo capítulo o autor focaliza as relações comerciais atlânticas, mostrando que os artigos destinados ao culto dos orixás sustentaram atividades comerciais que se mantiveram mesmo após a extinção do tráfico negreiro. Revela também o envolvimento dos líderes do candomblé baiano com esse comércio, fruto da resistência e da busca de alternativas econômicas de negros marginalizados dos dois lados do Atlântico. As constantes viagens motivadas pelo comércio mantiveram laços e contatos entre os negros baianos e as comunidades da Costa Ocidental da África, proporcionando, além da troca de produtos, a troca de conhecimentos sobre o culto, e fortalecendo vínculos identitários. Um dos exemplos destacados são as ligações entre o Ilê Axé Opô Afonjá e Joaquim Branco, uma das maiores fortunas de Lagos. O autor nos dá também a interessante informação de que Mãe Aninha (Eugênia Ana dos Santos), além de cultuar os orixás com autênticos produtos africanos, também os vendia em sua quitanda na Ladeira do Pelourinho, localizada próximo à Igreja do Rosário dos Quinze Mistérios dos Homens Pretos, da qual era priora.

Do ponto de vista econômico, como o sistema bancário era inexpressivo e a monetarização baixa dos dois lados do Atlântico, a troca caracterizou esse comércio. O uso dos búzios, moeda tradicional em algumas regiões da Costa do Golfo de Benin, como Lagos, Porto Novo, Ajuda, só era possível em pequenas transações, devido ao seu baixo valor no mercado internacional. Assim, o acúmulo de mercadorias era resultado da própria circulação e tinha o intuito de manter a rede comercial em movimento. Por outro lado, o controle de toda a rota comercial e o pertencimento de todos os agentes ao mesmo grupo identitário conferiam maior segurança às transações comerciais.

Mas se em certos aspectos, explica o autor, a estruturação desse comércio apresenta características pré-capitalistas, há,

quanto a sua motivação, uma sobreposição de interesses. O comércio de produtos, como o azeite de palma, o pano da Costa, a noz-de-cola, sabão da Costa e até a palha da Costa, que certamente respondia aos interesses capitalistas, tornava possível as trocas interatlânticas de bens que apresentavam apenas valor de uso para os cultos. Dessa forma, ao lado de produtos que tinham um mercado consumidor mais amplo na sociedade baiana, vinham outros, destinados a abastecer um mercado consumidor restrito, que de outra forma não encontraria meios de satisfazer a sua demanda. Isto é, a especificidade desse comércio estava na forma de criar meios para que itens aparentemente sem valor comercial pudessem atravessar o Atlântico e chegar aos adeptos do culto aos orixás. Os produtos que mais se destacam são o azeite de dendê, utilizado nas comidas de santo; o pano da Costa, muito usado nos trajes; a noz-de-cola ou *obi*, que tem importante papel nos ritos de iniciação, além de propriedades medicinais; a palha da Costa, utilizada na confecção de adereços e também em produtos de uso geral, como chapéus, esteiras, cestos; e ainda o sabão da Costa. A proveniência africana dos produtos funcionava, e ainda funciona hoje, no Brasil, como garantia de sua eficácia ritual, crença que esteve vinculada à polêmica que marcou as primeiras décadas do século XX sobre a pureza dos cultos, considerada tanto maior quanto mais fiel fosse às práticas realizadas na África. Assim, a menção à origem africana no rótulo valorizava o produto, fato que o autor já havia observado diretamente ao acompanhar sua mãe à feira de São Joaquim, mercado tradicional onde, ainda hoje, se encontram lojas especialmente dedicadas ao fornecimento de mercadorias destinadas aos cultos afro-brasileiros. Também por isso, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX, os líderes do candomblé da Bahia propagavam e orgulhavam-se de sua condição de filhos de africanos, o que lhes garantia a transmissão direta, por seus ancestrais, dos segredos e mistérios da África. Curiosamente, essa legitimação das práticas e dos produtos usados no culto aos orixás por sua origem africana encontra interessante paralelo com o que ocorria, durante os séculos XVI e XVII, no Reino de Aragão, onde livros mágicos, objetos e rituais eram

referendados por sua origem francesa. Como aconteceu com o Atlântico, esses conhecimentos cruzaram os Pireneus e, no lado espanhol, sua origem transpirenaica constituía garantia de autenticidade e eficácia[8]. Mas, na Bahia, enfatiza o autor, a África referida é particularmente a da cultura nagô, cuja alegada "superioridade" foi construída como resistência ao racismo colonialista britânico. Os laços estreitos e contínuos entre a população afro-brasileira ligada aos terreiros nagôs e as populações de "brasileiros" retornados à Costa d'África resultaram numa certa unidade identitária que se refletia nas trocas comerciais. Dos pontos de vista cultural e social, essa rede comercial constituiria, no Brasil, uma forma de valorizar a cultura afro-brasileira e, na África, um espaço de afirmação dos "brasileiros retornados" diante da sociedade local e dos europeus. No aspecto econômico, deu aos comerciantes, principalmente os da Costa d'África, uma boa margem de lucro. E do ponto de vista religioso permitiu trocas materiais e simbólicas que ainda hoje marcam os dois grupos populacionais.

O terceiro capítulo, intitulado sugestivamente *Sem mercado não há orixá*, focaliza a interseção das relações comerciais de objetos de culto aos orixás e as formas de prestação de serviços mágico-religiosos nos terreiros de candomblé. Aqui, os conhecimentos do autor sobre a mitologia afro-brasileira são utilizados para melhor compreender e explicar esse processo. Mas, ao mesmo tempo, ele recorre a teorias antropológicas, como a de Marcel Mauss[9], sobre o *potlatch* ou o sistema de prestações totais, entendido como um sistema de compensação dos gastos despendidos por um grupo ou por um indivíduo, em uma determinada circunstância. Nesse sentido, quanto mais dedicado ao culto, mais o adepto recebe a proteção dos orixás, ao mesmo tempo em que é mais reconhecido pelo grupo, usufruindo de sua rede de solidariedade. Assim, embora as mercadorias exigidas pelo culto sejam dispendiosas, haverá sempre motivação para adquiri-las. A

[8] VEIGA, 2012.
[9] MAUSS, 1981.

solidariedade entre o povo de santo se reflete na cerimônia da "quitanda das iaôs". A compra da iaô (*panã*) constitui uma forma de contribuir para as grandes despesas que a feitura de santo requer e demonstra a inserção do iniciado, renascido através do ritual, numa rede de relações que marcará sua vida daí por diante. Vale ressaltar ser comum, nas casas de santo, a circulação, entre os adeptos, de listas, com os objetos necessários ao culto, para que contribuam com os gastos, responsabilizando-se pela doação de algum item, de acordo com suas posses.

A iniciação implica na assunção de uma série de compromissos com o grupo e o culto, traduzidos por meio de seu comportamento e da obediência a uma multiplicidade de preceitos, mas também por contribuições financeiras, transmissão de prestígio e trabalho. E, embora a oferta desses dons não seja indispensável para a vinculação ritual, os que fazem doações ou conferem prestígio social ao terrreiro são sempre convidados a estabelecer algum vínculo, como é comum no caso dos ogãs.

A outra forma de *potlatch* no candomblé é constituída pelas oferendas aos orixás, chamadas obrigações. O culto exige a oferta de produtos e de trabalho no cotidiano das casas de santo. O dinheiro não é incompatível com os rituais do candomblé, mas pelo contrário constitui um de seus elementos. Dinheiro traz axé e vice-versa. O enriquecimento de algum membro da comunidade é sempre visto também como fruto da intervenção divina, através das barganhas estabelecidas com os orixás, intermediadas pelas mães e pais de santo, que se valem comumente da consulta ao Ifá para estabelecer esse diálogo. Anteriormente privilégio de poucos, os chamados babalaôs, hoje o jogo de búzios é praticado por quase todos os líderes dessa religião, constituindo uma das formas mais comuns de consulta aos orixás. No candomblé, a presença do dinheiro está relacionada, invariavelmente, a uma prestação de "serviço mágico-religioso". A partir da consulta ao Ifá são determinadas as cerimônias que o adepto deve realizar, todas implicando no dispêndio de determinadas quantias, destinadas a pagar o serviço dos líderes religiosos e também para a compra dos produtos e objetos necessários.

O autor faz referência ao fato de que a organização hierárquica do candomblé se fundamenta na noção de senhoridade, constituindo, em muitos aspectos, uma sociedade de corte, com inúmeras regras de hierarquia, e distinções rituais e sociais que identificam o lugar de cada indivíduo no grupo. Como em qualquer corte, o luxo e a ostentação conferem prestígio social e isso se reflete nos cuidados com o culto, desde as roupas, até a qualidade dos objetos e produtos utilizados. Nesse quadro, o uso de produtos africanos atribui um prestígio especial ao indivíduo dentro do grupo. Esse prestígio possibilita maior facilidade na aquisição de conhecimentos e, paralelamente, maiores oportunidades de ascender na rígida hierarquia do candomblé.

O autor conclui que, para o povo de santo, a riqueza é um fim e, ao mesmo tempo, uma forma de melhor cultuar os orixás. Por outro lado, como o não cumprimento das obrigações implica em graves consequências para a vida do adepto, este estará sempre motivado a adquirir os produtos rituais, em que pese o alto valor de seus preços. O culto implica sempre em uma operação comercial para a aquisição desses produtos, cuja aquisição e utilização exigem conhecimentos adquiridos através da prática religiosa.

Como se pode perceber, *Economia e Cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850/1937* apresenta uma abordagem absolutamente original e multifacetada do tema focalizado, proporcionando uma instigante viagem intelectual a leitores com interesses os mais variados, desde historiadores, que encontrarão informações e análises consistentes, até os adeptos das religiões afro-brasileiras, que terão a oportunidade de conhecer outros aspectos da história de nossas relações com a África e do culto aos orixás. E tomara que esse conhecimento sirva de alicerce para a afirmação do direito à liberdade religiosa no Brasil. Afinal, como afirmou há muito tempo meu amigo Joel Rufino dos Santos: “Sem saber de si, nenhuma comunidade pode nada, reivindica nada, avança nada”.

INTRODUÇÃO

Agô, agô, ibá re ô, egbon mi![1]

Dizem que é sempre bom informar aos interlocutores o nosso ponto de partida. Isso equivale dizer também que devemos informar de que posição nós discursamos e qual o nosso vínculo/compromisso com o objeto de nosso discurso.

Venho de uma família de adeptos do culto aos orixás e desde muito cedo percebi que a dimensão religiosa marcava o ritmo de nossas vidas. Nunca estivemos organicamente vinculados a um terreiro de candomblé, já que tínhamos o privilégio de ter os nossos santos assentados em nossa própria casa. Por esse motivo, nos envolvíamos com uma casa de culto aos orixás às vezes com maior, às vezes com menor intensidade.

Frequentemente acompanhava minha mãe aos terreiros e às consultas aos orixás e, depois, à feira para aquisição dos produtos com os quais seriam satisfeitas as exigências, ou se agradeceria a boa vontade dos orixás. Com o passar dos anos fui levado para outras experiências de vida – notadamente a militância política, por vezes tão dogmática quanto quaisquer práticas religiosas – que me chamaram a atenção para quão dispendiosa era a prática da religião afro-brasileira. Por vezes, notava certos paradoxos como, por exemplo, o de que para resolver um problema de falta de dinheiro em casa, minha mãe recorria a uma consulta aos orixás e a prescrição do remédio envolvia somas que nem de longe podíamos dispor naquele momento. Mas, por força da fé, minha mãe se desdobrava, tomando dinheiro emprestado ou mesmo contando com a solidariedade das pessoas ligadas ao culto para poder satisfazer as obrigações rituais.

1 Com licença, com licença, meu respeito aos irmãos mais velhos!

Essa percepção era dispersa, enfim, era só uma impressão. Em 2000 deparei-me com uma entrevista de Martiniano Eliseu do Bonfim, enquanto desenvolvia a pesquisa do mestrado, trabalhando com jornais da década de 1930. Embora a fonte não fosse inédita, era de uma riqueza singular. Tratava de assuntos ligados às relações internacionais, como a invasão da Abissínia e o colonialismo inglês no continente africano, e de questões relacionadas com a equivalência entre as manifestações religiosas dos afro-brasileiros e dos brancos. Porém, um assunto me chamou a atenção e se constituiu no ponto de partida da investigação, cujos resultados serão apresentados nas próximas páginas.

A certa altura da entrevista, Martiniano Eliseu do Bonfim afirmou ter praticado o comércio com a Costa d'África, trocando produtos brasileiros por outros de lá. Até aí, nada demais, não fosse o fato de que no rol das mercadorias trazidas da África, constassem produtos intimamente ligados ao culto dos orixás e não fosse Martiniano uma reconhecida autoridade religiosa desse mesmo culto. Foi então que, conversando com o Professor Muniz Ferreira, ele sugeriu a originalidade de uma pesquisa sobre a "economia do candomblé", que estabelecesse uma interseção entre a cultura material e a cultura simbólica na tradição religiosa do culto aos orixás.

A ideia de uma pesquisa sobre a economia do candomblé ficou em estado de latência. No final de 2003, lentamente, retomei as leituras sobre o tema com o objetivo de me preparar para uma seleção de doutorado no ano seguinte.

Foi assim que descobri a existência de uma bibliografia considerável, em maior ou menor grau dedicada ao estudo da comunidade de afro-brasileiros retornados à Costa d'África e suas atividades econômicas ao longo do século XIX. Um clássico de referência obrigatória é *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*, de Pierre Verger[2]. Neste trabalho, reconstituem-se as redes comerciais entre a Bahia e o Golfo do Benin, desde o nascedouro

[2] VERGER, 1987.

do tráfico de escravos até a sua conversão no chamado "comércio inocente" de azeite de dendê. Verger informa que os comerciantes do Golfo do Benin davam preferência ao comércio com a Bahia, e essa predileção estaria relacionada ao fumo-de-rolo baiano, bastante apreciado naquela Região, a ponto de converter-se em moeda-padrão dessas transações. O tráfico era tão próspero e lucrativo que motivou a instalação de agentes comerciais nas duas margens do Atlântico.

O intenso comércio, a possibilidade de fazer fortuna e a conjuntura desfavorável na Bahia para escravos e libertos, principalmente após a Revolta dos Malês, em 1835, são elementos que explicam o movimento de retorno e de constituição de uma comunidade de "brasileiros" no Golfo do Benin. Integrantes dessa comunidade teriam se tornado os principais agentes do tráfico de escravos na Região. Com a crescente pressão inglesa ao longo do século XIX, os agentes do tráfico de escravos foram obrigados a se dedicar a um comércio de menor lucratividade, como, por exemplo, o do azeite de dendê. O trabalho de Verger sobre o tema extremamente relevante para a historiografia, não acompanha entretanto, os passos seguintes desse comércio, e elege, como marco cronológico final, o século XIX.

Outra autora que apresenta como marco final para seu estudo o século XIX é Manuela Carneiro da Cunha[3], que se dedicou ao estudo da constituição de uma comunidade de "brasileiros" retornados a Lagos. As questões que propôs discutir estavam relacionadas à identidade entre os brasileiros de Lagos e os escravos e libertos da Bahia. Segundo ela,

> Os contatos comerciais dos brasileiros de Lagos com a Bahia foram cuidadosamente mantidos, e os negociantes faziam frequentes travessias do Atlântico para reativá-los. Muitas vezes usavam-se parentes que haviam ficado na Bahia como agentes comerciais[4].

---

[3] CUNHA, 1985.

[4] Ibidem, p. 123.

Portanto, os brasileiros de Lagos conseguiram o controle da maior parte do comércio com a Bahia.

Cunha não avança muito mais sobre essa questão, de modo que seu trabalho se enquadra nos limites da análise das relações da sociedade escravista brasileira. Outro que se dedicou, em um artigo publicado na revista *Afro-Ásia*, ao estudo da comunidade brasileira de Ajudá, foi Robin Law[5]. Seu estudo tem como marcos cronológicos os anos de 1850 e 1866, e o foco de atenção é o tráfico de escravos. Nesse artigo, ele faz uma afirmação que merece a maior atenção:

> Durante a maior parte do século dezenove, muitas famílias de Uidá, que atualmente se identificam como 'brasileiros', eram mais comumente descritas, nos relatos da época, como 'portuguesas', e este costume provavelmente reflete a autoidentificação dos envolvidos[6].

Essa sustentação é bastante instigante, ainda mais quando o autor assevera que após "[...] a independência do Brasil, em 1822, a comunidade ficou dividida em sua fidelidade política [...]"[7]. Aqui, há de se considerar que o retorno maciço de libertos para a África deu-se a partir de 1835. Assim, provavelmente, a generalização da identidade de "brasileiro" ocorreu após esse período, com a chegada dos egressos do Brasil, após a Revolta dos Malês.

O problema da definição identitária não é levantado, por exemplo, por Alcione M. Amos, em artigo da *Afro-Ásia*[8]. Em seu estudo sobre a família Olympio e sua trajetória no Togo, ela aponta a origem do patriarca da família, Francisco Olympio, como sendo a cidade de Salvador da Bahia e a data de seu nascimento, 24 de julho de 1833. Segundo Alcione Amos,

> À medida que desenvolviam sua nova sociedade na região costeira da África, os afro-brasileiros não perdiam de vista

[5] LAW, 2002.
[6] LAW, 2002, p. 43.
[7] Ibidem, p. 43.
[8] AMOS, 2000.

> o Brasil. Apesar de comerciarem ativamente com a Europa, também mantinham um comércio intenso e lucrativo com o Brasil. Alguns voltavam para ver as famílias e os amigos e outros, com o tempo, regressaram definitivamente. De fato, as lembranças do Brasil, o uso do seu idioma, a celebração das suas festas religiosas constituíam um fator constante na comunidade afro-brasileira na região da costa ocidental africana até meados do século XX[9].

A razão do sucesso econômico da família Olympio é apontada, por Alcione Amos, como sendo a diversidade de investimentos por ela praticada[10].

Esses estudos comprovam a ideia de que a permanência de vínculos da Costa Africana com o Brasil ultrapassou o século XIX e revelam as estratégias utilizadas pelos afro-brasileiros retornados para resistir ao controle colonial europeu. Apesar de definir, como marcos cronológicos, os anos que atingem a primeira metade do século XX, eles não chegam a contrariar a proposição de que o Brasil iniciou o seu processo de retirada da África a partir da década de 1850, como sugere José Honório Rodrigues. De acordo com esse autor, o que motivou o afastamento do Brasil da Região foi o crescente interesse das potências europeias[11]. José Flávio Sombra Saraiva concorda com essa ideia:

> Após a extinção do tráfico atlântico de escravos, e a aceleração do processo de penetração europeia na África, o Brasil intensificou a distância em relação ao continente africano[12].

Tanto o trabalho de J. H. Rodrigues quanto o de J. F. Sombra Saraiva têm seu escopo voltado para a análise das relações diplomáticas entre o Brasil e a África. No momento em que as grandes

---

9 Ibidem, p. 180.
10 Ibidem, p. 187.
11 RODRIGUES, J. H., 1964, p. 209.
12 SARAIVA, 1996, p. 16.

redes de comércio em torno do tráfico atlântico de escravos desaparecem, os autores percebem o desinteresse das autoridades brasileiras em manter relações diplomáticas com a África. Esse desinteresse é ainda mais acentuado com a partilha da África entre as potências europeias. A presença da administração colonial europeia no continente estimulava a concorrência aos produtos brasileiros e impedia o estabelecimento de qualquer relação, diplomática ou comercial, na Região, que não tivesse como intermediária uma dessas potências.

A partir da leitura desses autores, o objeto de estudo começou a tomar forma. Decidi analisar as relações econômicas em torno dos objetos de culto afro-brasileiro, no período de 1850 a 1937, e suas ligações com o comércio atlântico. No entanto, pairava a dúvida sobre se conseguiria encontrar as fontes que permitissem cercar e analisar o objeto de estudo. Foi então que, acompanhando minha mãe, fomos, mais uma vez, à feira de São Joaquim, e lá, com um olhar mais atento, descobri as estratégias de *marketing*, os rótulos das mercadorias com a inscrição "vindos da África ou da Costa", e dei-me conta de que, apesar de suas especificidades, o comércio de objetos litúrgicos do candomblé funciona como qualquer outro ramo comercial.

Tendo isso em mente, visitei o Arquivo Público do Estado da Bahia e listei, além dos registros de entrada e saída de embarcações, uma série de documentos alfandegários e comerciais que pudessem oferecer-me as informações necessárias à pesquisa. Arrolei inventários e testamentos, na esperança de que oferessessem uma visão mais apurada dos agentes envolvidos com as operações comerciais vinculadas aos objetos de culto aos orixás. Percebi o quanto eram promissoras.

Tomei conhecimento dos trabalhos de Aydano do Couto Ferraz, Melville J. Herskovist, Beatriz Góis Dantas e James Lorand Matory. Particularmente o estudo de Matory chamou-me a atenção, pois discutia a questão da identidade dos grupos de retornados à África após o cativeiro, no artigo *Yorubá: as rotas e as raízes da nação transatlântica*, 1830-1950. Em seu argumento, ele se mostra contrário à tese dos etnólogos desconstrucionistas

de que a noção de pureza nagô foi uma invenção das elites euro-brasileiras. O artigo situa a origem da ideologia da pureza nagô, na virada do século XIX para o XX, no momento de construção do nacionalismo cultural *Yorubá* para fazer face ao imperialismo britânico e sua política racista. Esse artigo abre a possibilidade de se estabelecer as devidas conexões entre o processo de construção da identidade Nagô e seus prováveis vínculos com as relações comerciais transatlânticas, reconhecendo a importância dos mercadores nesse processo[13].

Ferraz foi outro que me deixou atento, visto afirmar, em seu trabalho, que uma afamada mãe de santo da Bahia não só utilizava como também negociava produtos africanos, trazendo, assim, à tona os meandros pelos quais se processava o estímulo ao consumo dos produtos de origem africana[14]. Além disso, ele revela a estreita ligação dos fornecedores desses produtos com o culto aos orixás e oferece o elo entre o que Herskovits chamou de relações econômicas internas e externas do candomblé[15].

Seguindo a linha de raciocínio de Herskovist, Beatriz Góis Dantas analisa em *A organização econômica de um terreiro de Xangô* as formas de redistribuição de riqueza em um terreiro nas imediações de Aracaju, Sergipe[16]. No caso estudado por Góis Dantas, a distinção entre o externo e o interno, entre os "de dentro" e os "de fora", pode ser tomada como uma constante na lógica própria dos terreiros dos cultos afro-brasileiros. Essa lógica se dá em termos de contribuição e acesso aos diferentes níveis dos recursos e da atividade do terreiro[17].

Assim, os trabalhos de Herskovits e Góis Dantas, além de contribuírem para chamar a atenção sobre a existência de laços estreitos entre os interesses econômicos e religiosos, sustentam que a prestação de serviços mágico-religiosos garante a sobrevivência

---

[13] MATORY, 1998, p. 283-284.
[14] FERRAZ, 1939.
[15] HERSKOVITS, 1958.
[16] DANTAS, 1979.
[17] Ibidem, p. 188.

física e material dos terreiros e de seus adeptos, bem como destrincham a notícia dada por A. Couto Ferraz. Essa notícia, diga-se de passagem, ratifica a análise de Arno Vogel, Marcos A. da Silva Mello e José Flávio P. de Barros, em *Galinha d'Angola: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira*, sobre a importante participação dos adeptos do culto aos orixás na rede de comercialização de objetos de uso litúrgico[18].

Para os autores de *Galinha d'Angola*, na esfera dos mercados e das feiras livres, comercializar produtos para os rituais litúrgicos do candomblé, além de participar da vida religiosa em alguma instância, é operar como um reelaborador e difusor de fundamentos religiosos, particularmente no que se refere aos tipos de produtos que serão utilizados nos rituais.

Nesse ponto, surgiram as seguintes questões: Será que essa afirmação também pode ser válida para as redes de exportação e importação? E do ponto de vista simbólico, o que representou, inclusive para os cultos de outras matrizes africanas não-nagôs, a postura adotada pelos principais líderes do culto de matriz *yorubá*, pela preferência e evocação da superioridade dos produtos originários da África?

Diante dessas questões, foi formulada a hipótese de que o comércio em torno dos objetos do culto aos orixás foi um dos elementos de manutenção, sustentação e propagação de valores éticos, étnicos e religiosos afro-brasileiros, particularmente aqueles pautados na tradição nagô.

As duas variantes das manifestações da religiosidade afro-brasileira, no entanto, uma pautada na exportação e importação de valores da cultura *yorubá*, mas lidos no Brasil como "africano", a partir da circulação atlântica de pessoas e mercadorias, e a outra cujas formas são variantes de culto aos orixás, tais como o candomblé de caboclo e a umbanda, ambas nascidas da diáspora e da circulação de ideias e valores culturais diversos, podem ser apreendidas a partir das formas de organização de suas relações econômicas.

---

[18] VOGEL; MELLO; BARROS, 2001.

A primeira dificuldade do projeto, que se revelou durante a execução da pesquisa que resultou neste livro, foi em relação às fontes. Nenhuma das consultadas ao longo de quatro anos permitiu a criação de séries documentais, de acordo com o modelo francês. Os testamentos e os inventários de onde poderia ser extraída uma quantidade significativa de informações a respeito do poder aquisitivo de africanos, libertos e ex-escravos, não revelaram muita coisa. Buscamos, ainda, os inventários e testamentos de figuras de destaque, tanto no comércio quanto na vida religiosa afro-brasileira, tais como Eugênia Anna dos Santos e Martiniano Eliseu do Bonfim, mas foi em vão. Sequer conseguimos localizar a certidão de óbito deles, apesar da informação segura do local onde foram sepultados.

A dimensão do comércio de objetos litúrgicos do culto aos orixás será apresentada, nas próximas páginas, a partir do estudo das séries *Despachos de Importação* e *Manifestos de Importação*, da Seção Alfandegária do Arquivo Público do Estado da Bahia. Entretanto, as fontes dessas duas séries passam por um processo similar de redução de informações. Os *Despachos de Importação*, por exemplo, tornam-se muito resumidos, a partir da década de 1870. A série *Manifestos*, no período posterior a 1870, embora seja mais completa, não oferece informações a respeito dos valores e das taxas cobradas pelas mercadorias que chegavam ao porto de Salvador. Com a aproximação do século XX, os manifestos tornaram-se mais sintéticos. Para o período republicano, a dificuldade foi ainda maior, pois parte da documentação está indisponível, haja vista estar em processo de restauração.

Para contornar essas dificuldades, outro grupo de fontes foi utilizado, composto principalmente por jornais e fontes bibliográficas, sobretudo os trabalhos etnográficos produzidos dentro dos marcos cronológicos da pesquisa. Nesse particular, as obras de Édison Carneiro, Ruth Landes, M. Herskovits, Arthur Ramos e Nina Rodrigues contribuíram significativamente para a complementação das informações prestadas pelas fontes alfandegárias.

É necessário esclarecer algumas opções terminológicas feitas ao longo do texto. A primeira delas é quanto à utilização do

termo Costa d'África. No seu sentido geográfico ele é bastante vago, aliás, como boa parte dos termos empregados em relação ao continente africano. Quanto à localização geográfica, todas as vezes que me referir à Costa d' África, reporto-me à região do Golfo de Benin e, mais precisamente, aos portos de Lagos e Ajudá. A opção pelo termo Costa d'África deu-se por dois motivos: manter a designação encontrada nas fontes alfandegárias e a proximidade com a denominação dada pelos agentes sociais envolvidos no comércio de objetos de culto aos orixás. Afinal, a maioria dos produtos importados de Lagos e de Ajudá recebeu, e ainda recebe, a designação de "da Costa", como por exemplo o pano e o sabão.

Outro sintagma que merece uma explicação é "culto aos orixás". Em muitos trechos do texto, prefiro-o em vez de "candomblé". Faço isso porque o considero mais abrangente, envolvendo tanto aqueles indivíduos ou terreiros vinculados às tradições jêje, *ketu* e nagô, quanto os candomblés de caboclo.

Do ponto de vista metodológico, os terreiros de candomblé foram vistos como unidades produtivas de bens de consumo imediato e prestadores de serviços. Quanto às formas de organização de suas relações econômicas adotei a designação de relações internas e externas. Por relações internas de um terreiro entendo as que se estabelecem para sua perpetuação, física e material, bem como para a de seus adeptos. Por relações econômicas externas, tomei aquelas estabelecidas pelo intercâmbio comercial entre os pequenos negociantes de artigos sagrados, voltados para o culto aos orixás.

Quanto ao princípio norteador da pesquisa e que resultou neste trabalho, adotei

> [...] o significado social de um objeto, o que o faz útil a uma certa categoria de pessoas, é menos visível por suas propriedades físicas que pelo valor que pode ter na troca. O valor de uso não é menos simbólico ou menos utilitário que o valor-mercadoria. Porque a 'utilidade' não é uma qualidade do objeto, mas uma significação das qualidades objetivas [...]. Nenhum objeto, nenhuma coisa é ou tem

> movimento na sociedade humana, exceto pela significação que os homens lhe atribuem[19].

Em “A cidade, o porto e o comércio”, primeiro capítulo, é apresentado um panorama da economia brasileira e da baiana, entre 1850 e 1937, onde é analisada a dinâmica comercial e social de Salvador, a partir de seu movimento portuário. Para esse capítulo foram utilizadas as fontes coletadas na Biblioteca do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, especialmente as *Estatísticas do Comércio Marítimo do Brasil*. Também foi significativo o *Annuario de Estatística Demographo-Sanitaria da cidade de S. Salvador – Anno de 1903*, publicado pela então Inspectoria Geral de Hygiene do Estado da Bahia. Com os dados neles contidos, foi possível a realização de uma espécie de balanço das condições de vida e saúde da população soteropolitana.

Considerei importante esse balanço, pois suas condições estavam diretamente ligadas à vida econômica e material da cidade e, consequentemente, da Bahia, e era um fator importante para compreender a recorrência às casas de culto aos orixás como centros de uma medicina popular e alternativa, em relação à prática médica convencional do período analisado. Para a escrita do primeiro capítulo foram uitilizados trabalhos de História Econômica da Bahia publicados no final da década de 1970 e início dos anos 1980, pelo Centro de Pesquisas Econômicas da Fundação de Pesquisa da Bahia. Esses trabalhos, juntamente com as várias *Estatísticas do Commercio Maritimo do Brasil* e o clássico trabalho de Katia Mattoso, *Bahia, século XIX: uma Província do Império* conferiram maior volume e qualidade às análises do movimento portuário e à dinâmica comercial soteropolitana.

No segundo capítulo, nomeado “Um comércio muito especial”, analiso as relações comerciais atlânticas em torno dos objetos de culto aos orixás. As análises são baseadas nos *Despachos de Importação* e nos *Manifestos*; com eles pude ter uma dimensão

[19] SAHLINS, 2003, p. 189.

dos valores e da movimentação das mercadorias oriundas da Costa d'África. Mais uma vez utilizei as informações prestadas pelo trabalho de Katia Mattoso e os dados do *Relatório do Recenseamento de 1920* para confrontar os valores cobrados pelo despacho das mercadorias na Alfândega de Salvador, com o valor dos salários pagos entre 1850 e 1920. As dimensões sociais e religiosas das opções feitas pelos adeptos do culto aos orixás, à luz da mitologia do candomblé, foram analisadas. Também utilizei fontes jornalísticas e bibliográficas, especialmente os estudos de Édison Carneiro, M. Herskovits e Donald Pierson. Pierre Verger e Reginaldo Prandi, que reuniram uma série de mitos sobre os orixás, alguns dos quais trancrevi neste texto, contribuíram para essa análise. Manuela Carneiro da Cunha foi fundamental para compreender aspectos importantes das tessituras sociais que envolveram o objeto deste estudo. Ela ajudou a focar elementos diretamente relacionados às dinâmicas e às operações comerciais estabelecidas nas duas margens do Atlântico em torno dos objetos litúrgicos do culto aos orixás.

Intitulado "Sem mercado não há orixá", o terceiro capítulo investiga a interseção entre a cultura material, isto é, das relações comerciais de objetos de culto aos orixás, e as formas de prestação de serviços dos terreiros de candomblé. Nessa investigação usei a mitologia para compreender as opções feitas pelos adeptos do culto, concentrando-me nas relações de prestação de serviços mágico-religiosos. Parti do entendimento de que não há como explicar a fé de um indivíduo sem a compreensão dos fundamentos de seus valores e os princípios éticos e, no caso do candomblé, uma das formas de apreensão desses aspectos é verificando os mitos e as lendas que ditam o ritmo e os preceitos da vida de um adepto.

Entre as fontes bibliográficas, ganharam destaque na construção desse capítulo os trabalhos etnográficos produzidos durante a década de 1930. Para os períodos anteriores a essa década, optou-se pela utilização das fontes jornalísticas. A partir desse conjunto de fontes, foi possível apreender as nuanças que reproduziam o mercado consumidor dos objetos de culto aos orixás. Essas fontes foram tão valiosas que ofereceram dados com os quais se vislumbraram os custos para cultuar os orixás ou buscar soluções para os

mais variados problemas cotidianos que afligiam as pessoas.

Os ANEXOS I e II são os *Mapas de notificação de casos de varíola na cidade do Salvador do ano de* 1903 e o do *período de 1897 a* 1903. O ANEXO III é *Mapa de mortalidade geral, segundo cor e sexo, de 1903*.

ANEXO IV, demonstrativos de mercadorias registradas nos *Manifestos de Importação* no período 1877–1897. ANEXO V, demonstrativos de mercadorias registradas nos *Despachos de Importação* no período 1850–1965. Matérias publicadas pelos jornais *Estado da Bahia* e *O Imparcial*, por ocasião do falecimento de Eugênia Anna dos Santos, a famosa Mãe de Santo do Ilê Axé Opô Afonjá, compõem o ANEXO VI. A riqueza de informações, nelas contidas, despertou o desejo de compartilhá-las. Por fim, um glossário com os termos utilizados ao longo do texto ou presentes nas fontes consultadas.

CAPÍTULO I

A CIDADE, O PORTO E O COMÉRCIO

O tempo dá, o tempo tira,
o tempo passa e a folha vira[20].

A cidade: cenários, dramas e personagens

O ano de 1850 se encaminhava para o seu termo. O movimento do porto ainda se adaptava à Lei N.º 581, de 4 de setembro desse ano[21]. Entre sobressaltos, protestos e especulações sobre a nova lei, a comunidade portuária esperava o desfecho dos acontecimentos para se certificar se essa não era mais uma das leis "feitas para inglês ver". Afinal, desde 1815 que se assistia às inúteis tentativas britânicas de acabar com o tráfico de escravos entre a Costa d'África e o Brasil[22].

O clima de tensão e incerteza lançado sobre o comércio com a costa africana, desde 1831, tornara as viagens mais perigosas,

---

[20] Provérbio consagrado ao orixá *Iroko*, também conhecido como Tempo.
[21] Lei Eusébio de Queiroz.
[22] Sobre esse assunto, ler *Slave Trade Suppression Act* ou *Aberdeen Act*, mais conhecido no Brasil como *Bill Aberdeen*, um ato do Parlamento Britânico, de 8 de agosto de 1845, que proibia o comércio de escravos entre a África e as Américas, em BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 135-138. Neste documento, há referências às Convenções assinadas pela coroa portuguesa e àquelas em que o governo imperial brasileiro se comprometia em reconhecer os termos dos tratados anteriores, referentes ao fim do tráfico de escravos. Observe-se que nele estava previsto a sujeição dos navios de bandeira brasileira, de tráfico de escravos, aos tribunais da marinha inglesa e ao ataque dos navios ingleses.

porém, esses mesmos riscos deixavam a empreitada muito mais lucrativa[23]. Com a Lei Eusébio de Queiroz, talvez não fosse diferente. Havia algo de novo. A Marinha Britânica estava cada vez mais audaciosa, se arvorava em patrulhar e capturar embarcações suspeitas de tráfico de escravos, até mesmo em águas brasileiras. Uma verdadeira afronta à soberania nacional. A esquadra inglesa, amparada pela *Bill Aberdeen*, aprisionava e conduzia para julgamento, em tribunais do Almirantado e Vice-Almirantado ingleses, embarcações brasileiras que estivessem praticando o comércio de escravos[24].

Movidos a vapor, os cruzadores britânicos, ousados e eficientes, pressionavam os traficantes de escravos da Bahia e do Rio de Janeiro. O governo imperial protestava junto a uma diplomacia inglesa cada vez mais indiferente. A Lei Eusébio de Queiroz foi promulgada, então, com o intuito de fazer cessar, depois de quase 35 anos de adiamento, o tráfico de escravos da Costa d'África para o Brasil.

Após alguns parcos desembarques de africanos, em pontos afastados dos principais portos brasileiros, o "tráfico culpado" cedeu lugar ao "comércio inocente" de azeite de dendê, palha da Costa, sabão da Costa e outros gêneros[25].

O porto de Salvador que, até então, supria satisfatoriamente as necessidades da economia local, ia gradualmente tornando-se obsoleto para atender à crescente frota de navios a vapor que chegava à cidade[26].

Os vapores seriam os responsáveis pela modificação das feições urbanas da capital, alterando a topografia da Cidade Baixa a partir da ampliação e modernização da Região portuária. Aterros foram feitos com o objetivo de ampliar a profundidade do ancoradouro, para permitir a atracação de embarcações de maior calado

---

[23] ARAÚJO, U. C., 1998–1999.
[24] BONAVIDES; AMARAL, 2002.
[25] VERGER, 1987.
[26] Para ter uma perspectiva mais abrangente das questões em torno da modernização dos portos no Brasil, ver HONORATO, 1996.

do que o dos navios a vela, como os brigues, galeotas, galeões e saveiros, que operavam no antigo porto[27].

O fluxo de embarcações de longo curso, que começava a aumentar, era predominantemente oriundo, desde meados do século XIX, dos portos ingleses e alemães. Liverpool e Hamburgo figuram entre os principais[28], porém, era considerável o comércio entre a Bahia e a Região Platina[29]. À medida que o final do século XIX se aproximava, mais raras eram as embarcações com destino ou procedência dos portos africanos ou da genérica Costa d'África.

Antes de analisar as relações comerciais de Salvador com a costa ocidental africana, é preciso conhecer o cenário econômico e social e os processos de transformação pelos quais a cidade passou.

O cenário em mudança

Salvador já nascera com o *status* de cidade e integrada a todo o circuito comercial do Atlântico. Quando incumbido de construir a cidade-fortaleza, que seria a sede do governo-geral, Tomé de Souza levou em consideração os aspectos que facilitariam sua defesa. Naquele momento, não interessava facilitar o acesso dos que chegavam à cidade. Ao contrário, construída dentro da tradição militar medieval, a cidade foi projetada para ter um difícil acesso[30]. No alto de uma colina, cercada por muros, pretendia-se que fosse inexpugnável.

A planta da cidade assemelhava-se à de uma fortaleza, e seu povoamento para além dos muros foi lento. Luis dos Santos

---

[27] ROSADO, 1983; LIMA, 2001.

[28] *Mapa de Entrada e Saída de Embarcações do Porto de Salvador 1840/1889.* (Arquivo Público do Estado da Bahia).

[29] LIMA, 2001.

[30] ARAÚJO, D., 1999.

Vilhena, em fins do século XVIII, contou sete paróquias e, aproximadamente, treze freguesias, entre urbanas e suburbanas[31]. Como a definição dos agrupamentos populacionais na América Portuguesa dava-se de acordo com os seus aspectos eclesiásticos, é possível, a partir da cronologia do surgimento de igrejas e conventos na cidade, criar um quadro, pelo menos até o século XIX, do processo de expansão urbana de Salvador. E esse processo é fundamental para se compreender a relação da população, sobretudo afro-brasileira, com a cidade, seu desenvolvimento econômico e os processos de disseminação de epidemias que comprometiam o abastecimento e desorganizavam a vida econômica da cidade.

A partir desse pressuposto, pode-se dizer que a primeira concentração demográfica deu-se no entorno da Ermida de Nossa Senhora da Graça, fundada por Diogo Álvares, o Caramuru, ainda em 1535. Contudo, as primeiras construções religiosas fundadas na capital do Governo-Geral do Brasil foram as Igrejas da Sé e da Santa Casa de Misericórdia, ambas de 1549. Atualmente, resta apenas a Santa Casa de Misericórdia e sua igreja, pois a Sé original foi demolida durante a reforma urbana promovida no início do século XX.

Em 1557, isto é, oito anos após a instalação do Governo-Geral e a fundação da cidade, a Abadia da Graça foi erguida. Em 1561 foi construída a paróquia de Nossa Senhora da Vitória. Essas duas edificações religiosas e a ermida da Graça localizavam-se em outro polo de desenvolvimento da colonização – a Vila Velha. Essa vila foi a primeira tentativa de colonização da Capitania da Bahia, por Francisco Pereira Coutinho, malograda pelos ataques indígenas. Localizada onde, hoje, é o bairro da Barra, só se integraria plenamente à capital da Colônia bem mais tarde.

A primeira grande edificação religiosa nas cercanias dos

---

[31] VILHENA, 1969. Thales de Azevedo (1969), séculos depois, apresentou dados muito discrepantes em termos de números de freguesias e de total populacional.

muros se deu vinte anos depois da constituição da paróquia de Nossa Senhora da Vitória. Em 1581, o Mosteiro de São Bento foi construído no lugar da antiga Ermida de São Sebastião. Seguindo o mesmo padrão, em 1585 foi erguido o Convento de Nossa Senhora do Carmo. Advêm dessas duas construções, as denominações das entradas da cidade, em cujas imediações encontravam-se, a saber: Portas do Carmo e Portas de São Bento.

Em 1608, já em pleno processo de expansão em direção ao Recôncavo, com a cultura da cana-de-açúcar, foram constituídas as paróquias de Nossa Senhora do Ó, no atual bairro de Paripe, e São Bartolomeu, hoje bairro de Pirajá. Estendendo um pouco mais a nordeste, em 1642, criou-se a paróquia de Santo Antônio Além do Carmo. Com a expansão da cidade, trinta e sete anos mais tarde, foi criada a paróquia de São Pedro, a sudoeste, promovendo a expansão da cidade para onde hoje é o bairro da Piedade.

A ocupação de Salvador deu-se pelos cumes. O primeiro, limitado pelo mar, a noroeste, e pelo Rio das Tripas, a sudeste, foi ocupado ao longo dos séculos XVI e XVII. Em finais do século XVII, pontuadamente em 1681, foi construído, no segundo cume, o Convento do Desterro, pertencente à Ordem das Clarissas. Esse cume era limitado pelo Rio das Tripas e por um dique, cujo remanescente, depois dos sucessivos aterros que sofreu, é conhecido como do Tororó.

O cume seguinte a ser ocupado foi o do atual bairro de Brotas, na época fora dos limites da cidade, onde foi criada a paróquia de Nossa Senhora de Brotas, em 1718.

A cidade tendeu a manter a sua característica de cidade-fortaleza e estender os seus muros para incorporar as novas áreas. De acordo com Thales de Azevedo, citando José Antônio Caldas, em 1774:

> A grandeza da cidade [...] não consistia no corpo dela, mas em seis famosos bairros que circundavam o seu âmbito, a saber o bairro de S. Bento, que entre todos era o maior e mais aprazível, sentado sobre uma planície, com largas ruas,

> famosos templos e asseadas casas; os de S. Antônio Além do Carmo, da Praia, da Palma, do Desterro e da Saúde[32].

A topografia, acidentada demais, dificultava o transporte das mercadorias que chegavam ao porto. As íngremes e compridas ladeiras, que ligavam a parte alta à parte baixa da cidade, estavam sempre em condições precárias e eram vencidas com grandes esforços e prejuízos. As cargas eram trazidas e levadas no lombo dos escravos que, ao enfrentarem as ladeiras, exauriam suas forças e deixavam cair os pacotes, quando não rolavam ladeira abaixo com carga e tudo.

As ruas eram estreitas, mal iluminadas à noite e cheias de dejetos. Basicamente, Salvador do século XIX era, ainda, de aspecto colonial. Foi nesse cenário que, em 1850, a população soteropolitana presenciou uma epidemia de febre amarela. Esse surto epidêmico determinaria o aumento da animosidade em relação à presença de embarcações ligadas ao tráfico negreiro. As pessoas viam, nos tumbeiros, potenciais agentes difusores de epidemias por causa das péssimas condições de higiene que, no geral, apresentavam, e pelos frequentes contatos com o continente africano, que, na época, era considerado um lugar inóspito e doentio[33].

Os surtos epidêmicos do século XIX atingiram a população soteropolitana em dois pontos essenciais: no abastecimento de gêneros alimentícios e, por conseguinte, no fluxo comercial, e na questão da saúde pública e do atendimento médico precário, mesmo para os padrões da época. Esses graves problemas impeliram a população a buscar formas alternativas de tratamento, tais como os da prática dos cultos afro-brasileiros, como é revelado a seguir, sobre a disposição geral da população em relação a essas práticas curativas:

---

[32] AZEVEDO, 1969, p. 191.

[33] CHALHOUB, 1996.

> Não gosto de candomblé
> Que é coisa de feiticeiro
> Quando a cabeça me dói
> Serei um dos primeiros[34].

Por outro lado, as epidemias assinalaram, também, a necessidade de promover obras de saneamento em toda a cidade, mas, principalmente, na Região portuária. Segundo Rita Rosado, as primeiras reivindicações dos comerciantes baianos de melhorias das instalações do porto datam de 1854. Eles queriam equipar o porto com instalações mais modernas, de modo a facilitar o processo de ancoragem e armazenamento[35].

As obras, porém, não foram imediatas, como esperado. Deu-se em pelo menos três etapas, sendo que, de fato, foram iniciadas no ano de 1906, depois de um longo período de espera. Segundo a cronologia de Rosado, a primeira etapa começou com as reivindicações de 1854. Ela chegaria a seu termo em 1891, quando a

> Companhia Docas e Melhoramentos da Bahia colocou oficialmente, no Cais das Amarras, o marco simbólico que daria início às obras[36].

A segunda fase, que teve início em 1891, foi também de espera, em vista dos frequentes adiamentos que retardaram as obras até 1906. Uma vez iniciadas as obras no porto, elas levariam, pelo menos, mais sete anos até a inauguração dos armazéns e dos 360 metros de cais. A última etapa teve sua conclusão em 1922[37].

As questões em torno da modernização portuária diziam respeito à dinâmica comercial da cidade e a outras preocupações que afligiam o comércio, as autoridades públicas e os círculos de letrados da cidade.

---

[34] REGO, 1968, p. 63-64.
[35] ROSADO, 1983.
[36] ROSADO, 1983, p. 10
[37] ROSADO, 1983.

> O porto era, então, além de porta de entrada de muitas mercadorias, entrada de graves enfermidades através da circulação de marinheiros de navios nacionais e estrangeiros, decorrente, principalmente, das péssimas condições de salubridade das embarcações [...]. A cidade estava, assim, continuamente exposta às moléstias pelo constante movimento do porto, ao tempo em que não possuía infra-estrutura para receber os muitos marinheiros contaminados por todo tipo de doença [...][38].

As epidemias de febre amarela e cólera, a partir de 1850, alastravam-se por todo o país e abateram sem piedade parte da população da capital baiana. Sua porta de entrada no Brasil eram as cidades portuárias. Trazidas pelos navios de longo curso, por um lado, e alastradas pela navegação de cabotagem, por outro, os principais portos foram os primeiros a sofrer os efeitos das epidemias.

Os dramas e as tramas da cidade

A morte era um espectro que assombrava Salvador. A sua posição de metrópole regional, responsável pelo escoamento da produção, colocou-a sob a constante ameaça de epidemias e toda sorte de doenças que chegavam por seu porto, aumentando a situação de penúria e constante necessidade da população citadina e da zona rural.

A fome assolou a cidade de modo inclemente, sobretudo durante as grandes epidemias. A carestia, a falta de gêneros de primeira necessidade, a fome e a doença, tais quais os "quatro cavaleiros do apocalipse", aterrorizavam a população pobre e aguçavam a cobiça e a avareza dos mais ricos[39]. As doenças, epidêmicas ou não, tinham no povo pobre, particularmente nos afro-brasileiros, seus alvos preferenciais.

---

[38] LIMA, 2001, p. 91-92.
[39] REIS; DELFIM, 1996.

A situação de sobressalto constante da população baiana em relação aos males que à cidade chegavam e alastravam-se rapidamente pelo interior, foi exemplarmente analisada por Onildo Reis David[40]. Em seu trabalho, estudou, pormenorizadamente, os impactos das epidemias que assolaram a Bahia nos anos de 1855 e 1856. Segundo David, essas epidemias desorganizaram o comércio e agravaram o problema da fome. Em decorrência da mortandade que afetava tanto a produção dos gêneros de subsistência, quanto sua distribuição, a escassez e os altos preços dos produtos de consumo básico grassavam[41].

O movimento portuário foi severamente afetado pelas epidemias, tanto na sua vertente regional, quanto no escoamento da produção para o mercado externo. Na sua vertente regional, o movimento do porto era responsável por quase todo o abastecimento da cidade. A maioria dos produtos agrícolas consumidos na capital, vinda de outras partes da Província ou do Império, chegava por mar. Mesmo que boa parte do percurso tivesse sido feito pelos tropeiros até o Recôncavo, de lá até a capital o transporte ficava a cargo dos saveiristas[42]. Diferente não foi com a produção pecuária que chegava a Salvador por terra, vinda dos sertões. Segundo Seixas Rodrigues:

> Logo que a ideia de epidemia estende o terror no centro da Província, os particulares deixão de remetter o gado, não só pela impossibilidade de acompanharem as boiadas, como pelo receio da grande mortandade pelos caminhos, e disto resulta a fome[43].

O mais notável é que, segundo David, o temor desses tangedores não era só com a possível contaminação durante sua estada

---

[40] DAVID, 1996.

[41] SEIXAS, Domingo Rodrigues. Da cholera-morbus epidêmica de 1855 na Província da Bahia; APEB. Correspondências, 1855-1856, maço 699 apud DAVID, 1996.

[42] PAES, 2001.

[43] DAVID, 1996, p. 111.

na capital, mas durante sua passagem por Santo Amaro e Cachoeira. Essas cidades do Recôncavo, intimamente ligadas ao abastecimento de Salvador e à produção de açúcar, que se destinava ao mercado externo, também foram duramente castigadas pelas epidemias que assolaram a Bahia. Nelas, o medo do contágio foi tão grande que sequer os corpos foram enterrados. Ficaram abandonados à beira das estradas e no meio das ruas. Essas cenas, seguramente, impressionaram e incutiram terror nos condutores das boiadas e motivaram suas recusas quanto a Abastecer Salvador, já que a passagem pelo Recôncavo era obrigatória[44].

Os impactos das epidemias de 1855 e 1856 em todas as esferas da sociedade tornaram a questão de saúde pública uma constante na agenda política das elites baianas. O grau de abandono das populações pobres, sobretudo os egressos do cativeiro, retardou ao máximo a redução dos problemas causados pelas epidemias, que frequentemente continuaram assombrando Salvador. Encaradas como um problema para a implantação de uma sociedade civilizada, as epidemias e doenças infectocontagiosas passaram a ser objeto de atenção de toda a sociedade e do poder público. Órgãos como a Inspectoria Geral de Hygiene do Estado da Bahia, responsáveis pelo controle e registro de ocorrências de moléstias e epidemias, foram criados. Alguns desses órgãos produziram relatórios anuais que revelaram as principais causas de morte e as parcelas da população mais atingidas, como se verá a seguir.

Estatísticas dos óbitos por moléstia em Salvador

Para os anos de 1855 e 1856, David apresentou alguns dados que ilustram a concentração de óbitos por cólera em algumas freguesias da cidade de Salvador, reproduzidos na TABELA 1. Ao que tudo indica, as epidemias obedeceram a uma geografia vinculada aos níveis de pobreza. As freguesias de Brotas, Passo, Pilar

[44] DAVID, 1996.

e Sé concentravam um grande contingente de pessoas de poucos recursos, sobretudo escravos e libertos que se dedicavam ao trabalho de ganho e atividades congêneres. Somente na freguesia da Sé foram registrados 42,3 % dos óbitos por cólera entre os anos de 1854 e 1857. Somados os números da freguesia do Pilar com os da Sé, esse percentual eleva-se para 76,4 %. Esses altos percentuais explicam-se em razão de essas freguesias concentrarem maior população.

No início do século XX, o Pilar e a Sé, justamente, foram alvos principais das reformas urbanas. Com o passar dos anos, as epidemias de cólera e febre amarela cederam espaço a outras moléstias infectocontagiosas, tais como a varíola e a tuberculose. E embora a freguesia da Sé tenha mantido, entre 1897 e 1903, altos índices de contágio e óbito por essas doenças, outras localidades a ultrapassaram em número de casos notificados.

TABELA 1 – Perfil da mortalidade de coléricos em relação à mortalidade geral agosto-abril do ano subsequente

	Mortalidade geral (% mortalidade colérica)		
Freguesia	**1854-1855**	**1855-1856**	**1856-1857**
Brotas	74	130 (48,5%)	80
Passo	43	134 (67,9%)	93
Pilar	181	490 (65,7%)	144
Sé	225	510 (62,2%)	277
Total	523	1264 (67,7%)	594

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador.
Nota: Reprodução de DAVID, 1996, p. 131.

De acordo com a TABELA 2, em 1897, por exemplo, os altos índices de mortalidade foram registrados nos distritos de Santana, com 592 notificações, contra 544 casos na Sé, seguidos de perto por 516 no distrito de Santo Antônio e 512, no Distrito do Pilar[45].

[45] Mapa de casos de varíola notificados nesta capital durante os annos de 1897 a 1903 e óbitos correspondentes, ver em OLIVEIRA, 1904, p. 1-G.

Esses índices elevados de morte não se repetem nos anos subsequentes e isso sugere que, nesse ano de 1897 Salvador sofreu mais uma epidemia, sendo, dessa vez, de varíola.

Com esses números é possível afirmar que a população negra e mestiça de Salvador estava deslocando-se do antigo centro da cidade para as áreas periféricas. Isso pode ser demonstrado a partir das informações de dois outros mapas. São eles os mapas de C*asos de varíola notificados nesta capital durante os annos de 1897 a 1903 e óbitos correspondentes* e o de *Mortalidade geral segundo côr e sexo do ano de 1903*[46].

TABELA 2 – Casos de varíola por distrito e por ano, em Salvador

Distritos	**1897**	**1898**	**1899**	**1900**	**1901**	**1902**	**1903**	**Total**
Sé	544	6	0	0	0	6	0	556
São Pedro	331	5	1	0	0	2	0	339
Sant'Anna	592	56	4	0	0	9	3	664
Conceição	223	4	2	0	0	0	6	235
Pilar	512	74	2	0	0	2	1	591
Rua do Passo	166	13	0	0	1	1	0	181
Santo Antônio	516	181	11	0	1	2	0	711
Vitória	388	25	3	5	6	26	10	463
Brotas	237	47	3	12	1	4	0	304
Penha	459	49	9	0	11	1	0	529
Marés	401	160	8	1	1	5	4	580
Nazaré	0	0	0	1	3	8	2	14
Pirajá	57	23	0	1	0	3	51	135

Fonte: Annuario de Estatística Demographo-Sanitária da Cidade de S. Salvador do Anno de 1903.

No primeiro mapa há cortes por sexo, nacionalidade, estado civil, idade, raça, vacinação e procedência. No mapa *Mortalidade Geral Segundo Côr e Sexo* constam dois grandes quesitos por distrito, a saber: a cor, que apresenta as categorias: branca, negra, mestiça e ignorada, todas elas subdivididas por sexo, e sexo mostra os valores totais para os gêneros masculino e feminino.

Cruzando as informações dos mapas, é possível observar que os altos índices de óbitos da população baiana se concentravam

---

46 Ibidem, p. 1-A, 6.

entre a população negra e mestiça de Salvador, tanto em momentos críticos, como foi o ano de 1897, com a varíola, quanto em situações de normalidade, em 1903. De acordo com o mapa *Casos de Varíola*, em 1897, 3.403 pessoas negras e mestiças foram acometidas pela moléstia. Tal dado demonstra que das 4.575 que contraíram a doença, 74,8% eram afrobrasileiras. Dessas, 12,9% moravam no Distrito de Santana, 11,8% na Sé, 11,3% em Santo Antônio, 11,1% no Pilar, 10% na Penha, 8,4% na Vitória, 7,3% em São Pedro e 5,1% em Brotas. No Distrito de Nazaré não foi registrado caso algum em 1897 e, até 1903, contou, apenas, com 14 óbitos por varíola.

Em 1903, o quadro pode ter se alterado. O Distrito de Nazaré figurava como um dos bairros mais populosos da cidade, concentrando o maior número de óbitos entre os negros e mestiços – 897, de um total de 1.084. Isto significa que 82,7% das mortes foram de afro-brasileiros. Em seguida estava o Distrito de Santo Antônio, com 462 óbitos, de um total de 600 falecimentos, ou seja, 77% das ocorrências estavam relacionadas com a população de ascendência africana.

Se a morte não é bastante para localizar onde viviam os afro-brasileiros entre 1897 e 1903, o mapa de natalidade talvez dê uma ideia melhor e mais segura desse cenário[47]. Vejamos, no Distrito de Nazaré: dos 152 nascidos, 64 eram crianças negras e mestiças, no Santo Antônio foram 176 de 290; na Sé, 113 de 189; na Conceição da Praia, 67 de 89; em Brotas, 112 de 147; na Vitória, 144 de 251; no Distrito dos Mares foram registradas 112 de 205. Três distritos, em particular, chamam a atenção, Santana, que conta com 218 nascimentos; São Pedro, com 188; Penha, com 218, todos sem declaração de raça[48].

Esses dados são interessantes na medida em que conflitam com as informações prestadas pelos mapas de óbitos. O Distrito de Nazaré, por exemplo, aparece tendo o maior número de óbitos, em

---

[47] OLIVEIRA, 1904, p. 14.
[48] OLIVEIRA, 1904.

números gerais, entre negros e mestiços. Observamos que, em se tratando de natalidade, esse distrito ocupa o último lugar. A discrepância entre mortalidade e natalidade não aparece apenas quando se consideram os negros e mestiços, o que possibilita criar algumas hipóteses, como a de que o distrito de Nazaré passou, ao longo dos anos, por um processo de esvaziamento demográfico, não recuperando os altos números de óbitos, repercutindo, inclusive, nos índices de natalidade. Possivelmente, as cifras de mortalidade registradas nesse distrito não reflitam os percentuais reais de sua população.

Levando-se em consideração o mapa *Mortalidade geral nos hospitaes, asylos, enfermarias, etc. segundo causas*, de 1903, percebemos o elevado número de óbitos registrados no Hospital Santa Izabel, 1.752 de um total de 2.681 falecimentos por causas diversas. Os outros hospitais, asilos e enfermarias, juntos, eram responsáveis, apenas, por 35,14% dos óbitos notificados naquele ano[49]. Isso equivale a dizer que no Hospital Santa Izabel concentrava-se o atendimento da população da cidade, sendo que a sua localização, no Distrito de Nazaré, contribuiu significativamente para o aumento do registro de óbitos daquela região, sem que necessariamente esses falecimentos repercutissem na densidade demográfica do distrito[50].

Essas são algumas considerações que precisam ser investigadas minuciosamente e discutidas profundamente, até porque as informações prestadas pelo *Annuario estatístico* possuem algumas contradições que serão explicitadas com o cruzamento de informações de outras fontes do mesmo período.

Entre 1897 e 1903 foram registrados 7.135 óbitos por moléstias de notificação obrigatória. Todas constavam no *Mapa dos óbitos por moléstias de notificação obrigatória, ocorridos nesta capital nos annos de 1897 a 1903 com relação da cifra geral da mortalidade correspondente aos mesmos annos*[51]. Essas moléstias, obrigatoriamente notificadas na Inspectoria Geral de Hygiene

---

[49] Ibidem, p. 10.
[50] Ibidem.
[51] OLIVEIRA, 1904, p. 1-A.

do Estado da Bahia eram: cólera e moléstias coleriformes, febre amarela, peste, varíola, tuberculose, escarlatina, difteria, febre tifoide e disenteria.

Nesse período, foram registrados 35.294 óbitos por diversas causas, dos quais, as moléstias de notificação obrigatória correspondem a 20% dos óbitos em Salvador. É possível que por ser uma pequena diferença, provavelmente resultante de um erro de soma, não compromete, em termos percentuais, as conclusões que possam ser extraídas da análise dos dados apresentados.

Os números de óbitos revelam a situação calamitosa que vivia a outrora capital do Brasil. A imagem de cidade colonial, da qual Salvador se orgulhou durante séculos, pontuadamente a partir de meados do século XIX, começou a incomodar profundamente as suas elites. Os ideais de civilidade e civilização importados da Europa impuseram-lhes a necessidade de transformar o seu cenário urbano de acordo com as exigências dos padrões europeus. O resultado desse processo foi a adoção de posicionamentos cada vez mais intolerantes em relação à presença de negros e mestiços circulando livremente pelas ruas da cidade[52].

No Rio de Janeiro, onde as epidemias provocaram uma debandada geral da população para longe da cidade, foi intensa a discussão sobre suas causas. O debate a respeito das causas, formas de transmissão, controle das doenças e medidas de higienização a serem tomadas, seguidas por toda a nação, não tardaram a chegar à Bahia.

De acordo com Chalhoub, havia, nesse momento, duas correntes principais de pensamento que tentavam, ao seu modo, identificar as causas das epidemias que assolavam o país. A primeira, de caráter religioso, via nas moléstias que abatiam a população a manifestação da ira divina contra o mau procedimento das pessoas na observância dos seus preceitos. A outra, de caráter médico-científico, entendia as doenças como produto das péssimas condições de higiene que grassavam pelo país[53].

---

[52] Veja LEITE, 1996; LUNNING, 1995-1996.

[53] CHALHOUB, 1996.

Tanto na Bahia (Salvador) como no Rio de Janeiro, o discurso da ciência prevaleceu sobre as demais tentativas de explicação das calamidades. Na percepção dos médicos, os principais defensores de uma abordagem científica para as causas das epidemias, a razão para tais moléstias encontrava-se nas condições sanitárias do país. As preocupações com as emanações de miasmas mórbidos foram constantes e estimularam as crescentes pressões para a tomada de medidas de higienização. Os profissionais de medicina ganhavam legitimidade e influência política.

> Esses médicos, [...] acreditava[m-se] capazes de realizar o 'progresso da pátria' porque detinham o saber para fazê-lo. O destaque político que tiveram evidencia um grupo na luta pela imposição de um ideário que incluía a higienização do país, embora não se restringisse a isso[54].

A intervenção sistemática dessa categoria profissional criou o ambiente favorável para a proposição das reformas urbanas realizadas no Brasil, entre a segunda metade do século XIX e o primeiro quartel do século XX. Em Salvador, as reformas urbanas foram iniciadas no começo do século XX.

O contexto dessas reformas e as disputas em torno delas, embora guardem suas especificidades, é muito similar ao do Rio de Janeiro. A parcela da população alvo dessas políticas higienistas e reformadoras é a mesma. Africanos e afro-brasileiros vão sendo, paulatinamente, expulsos do centro da cidade. Os centros urbanos foram deixando de ser um lugar de moradia e transformando-se em local de comércio e lazer sofisticado[55].

As contradições inerentes à sociedade baiana contribuíram para um processo longo e tortuoso de modernização. A economia não andava muito boa e a intolerância das elites soteropolitanas contrastava com a sutil, mas, inelutável, dependência da população negra e mestiça responsável por quase todo o sistema

---

[54] REIS, 1991, p. 252 (grifo do autor).
[55] FERREIRA FILHO, 1998-1999.

de prestação de serviços de que dependia o funcionamento da cidade[56]. O centro de Salvador sempre foi dominado pelos trabalhadores avulsos[57]. Durante a vigência do escravismo, esses trabalhadores, em sua maioria, eram os escravos e os libertos – que, muitas vezes, mantinham-se na mesma atividade que exerciam quando eram escravos[58]. Com o fim da escravidão, o estatuto social desses trabalhadores modificou-se, mas não o seu perfil demográfico.

Houve uma mudança bastante sutil e, ao mesmo tempo, bastante significativa em relação à origem desses trabalhadores avulsos. Na primeira metade do século XIX, o trabalho de rua, em Salvador, era feito quase exclusivamente por africanos. À medida que o século caminhava para o seu fim, eles foram desaparecendo, lentamente, de cena, dando lugar a novos agentes, os migrantes vindos do interior e de outras Províncias. Muitos deles, egressos do cativeiro, ocupavam o lugar do "estrangeiro" no trabalho de rua.

No estudo sobre o trabalho de ganho em Salvador, nos momentos finais da escravidão, João José Reis afirma:

> Mas enquanto não desapareciam, muitos ganhadores africanos compartilhavam sua experiência com companheiros de trabalho nascidos no Brasil, a maioria provavelmente forasteiros chegados há pouco do interior, como um dia eles haviam sido recém-chegados do exterior[59].

Esses homens e mulheres que buscavam seu sustento nas ruas da cidade não correspondiam mais ao mesmo grupo que, tradicionalmente, se dedicou a essa atividade durante boa parte do século XIX. Eles foram substituídos, com o desaparecimento dos africanos ao longo dos anos, inclusive no imaginário da sociedade desse período, à medida que alteravam-se as hierarquias sociais. A escravidão acabou com o escravo de ganho, substituindo-o pelo

---

[56] Ver REIS, 1993, 2000.
[57] Para o conceito de trabalhadores avulsos, ver CRUZ, 2000.
[58] Ver OLIVEIRA, 1988.
[59] REIS, 2000, p. 223.

trabalhador avulso, mas os problemas continuavam os mesmos, na saúde, na forma de organização do comércio e na civilidade, e fora dos padrões europeus.

As ruas tornam-se palco de disputas. Legislações cada vez mais draconianas foram aplicadas, visando o disciplinamento dos espaços urbanos. A cidade deveria refletir o grau de civilização que as elites acreditavam possuir, sendo uma vitrine do progresso e da modernidade[60]. Havia um temor constante por parte das elites que bem se reflete na citação seguinte:

> Se alguém de fora julgar a Bahia pelo seu Carnaval, não pode deixar de colocá-la a par da África e note-se, para a nossa vergonha, que aqui se acha hospedada uma comissão de sábios austríacos que, naturalmente, de pena engatilhada, vai registrar esses fatos para divulgar nos jornais da culta Europa, em suas impressões de viagem [...][61].

A salvação para o progresso e a civilização da Bahia era vislumbrada no fluxo imigratório. Porém, além da dependência em relação aos afro-brasileiros, na prestação dos serviços essenciais à vida citadina, a economia baiana não permitia sua substituição pela mão de obra imigrante. Os cofres baianos andavam cada vez mais vazios desde que a produção açucareira baiana enfrentava a concorrência antilhana na Europa, o que impediu a criação de uma política de imigração custeada pelos próprios cofres da Província e depois pelos do Estado da Bahia, como fizera São Paulo[62].

> Embora sobejem aqui as terras férteis, que se espalham por zonas dos mais favoráveis e salubres climas, a permitir a locomoção de quaisquer imigrantes, a Bahia não possui nenhum serviço de colonização, que lhe proporcione a ocupação do solo e dele faça surgir, pelo trabalho profícuo de braços resolutos, as riquezas inúmeras de que é possessor

[60] FERREIRA FILHO, 1998-1999.
[61] JORNAL DE NOTÍCIAS, 1903, apud RODRIGUES, 1982, p. 158.
[62] HOLANDA; FAUSTO, 1984, p. 98-99

> natural e que farão, futuramente, a nossa maior grandeza. É bem verdade que o problema da colonização é cheio de dificuldades. Mas, por isso mesmo, deve constituir séria preocupação do nosso Governo, desafiando-o a lhe achar a solução mais consentânea com os nossos recursos e as nossas necessidades[63].

Não bastasse a crise econômica, na política, as elites baianas enfrentavam o amargo gosto da perda de influência no cenário nacional, cada vez mais sensível, que teve o seu ápice com o advento da República. Esse desprestígio político crescente também não facilitava a implementação de uma política de imigração financiada pelos cofres do governo central. Em função disso, na Bahia, o processo de imigração estrangeira não surtiu efeito. O contingente de imigrantes chegados ao Porto de Salvador não foi numericamente significativo e, portanto, não houve competição pelo mercado de trabalho, como em São Paulo e no Rio de Janeiro[64].

O ritmo da cidade ia se modificando aos poucos, quase parecia o mesmo!

O comércio e seus agentes

Salvador quase sempre acordava da mesma forma. O Sol nem bem havia raiado e o movimento dos saveiros já era intenso na rampa do Mercado Modelo e na feira de Água de Meninos. Eles traziam toda sorte de gêneros do Recôncavo: de farinha de mandioca e carne seca, bases da alimentação popular no século XIX, a gêneros manufaturados vindos da Europa nos navios que ficavam fundeados na Baía de Todos os Santos, impossibilitados de atracar no porto[65].

---

[63] GONÇALVES, 1922, p. 20.

[64] REIS, 2000.

[65] Essas inferências do movimento dos saveiros na rampa do Mercado e na feira de São Joaquim foram feitas a partir da análise de várias iconografias de períodos históricos diferentes, que estão anexas, e de TAVARES, O., 1967.

Das rampas do Mercado e de Água de Meninos, os fardos tomavam seu rumo nas costas do pessoal da estiva, em direção aos trapiches, armazéns e daí para as mãos dos comerciantes. Esse ritmo diário, intenso e frenético punha a cidade em movimento.

Os escravos, os libertos e, mais tarde, os trabalhadores avulsos se espalhavam, ao longo das ruas do bairro comercial, notadamente pelas freguesias de Nossa Senhora da Conceição da Praia e Nossa Senhora do Pilar, zona portuária de Salvador, onde, em seus cantos de trabalho, sob a direção de um capitão, esperavam os clientes que necessitavam dos seus serviços de carregadores. Eles colocavam em movimento a rede de transporte de carga que fazia funcionar a cidade e o comércio[66]. Se eles, trabalhadores de ganho, estavam impedidos de descarregar as mercadorias fiscalizadas pela alfândega, não lhes faltava serviço com a navegação de cabotagem e com o transporte das bagagens dos passageiros que chegavam a Salvador[67].

Entre uma empreitada e outra, nos momentos em que a fome apertava, havia sempre, nas imediações, alguma vendilhona com o seu tabuleiro a oferecer, a quem passava, frutas, mingaus, efós, carurus, mocotós, acarajés e acaçás, comidas que davam sustância para aqueles que estavam na lida desde antes do Sol nascer.

À medida que os anos foram passando, na transição do século XIX para o século XX, alguns personagens foram desaparecendo e dando lugar a outros. Os africanos cederam seu lugar de destaque nos cantos de trabalho para os afro-brasileiros de outras cidades, e os carregadores braçais foram, lentamente, transformando-se em carroceiros[68]. Mas outros personagens continuavam os mesmos. Os vendedores ambulantes continuaram, perduram ainda hoje, com seus bolos, mingaus, cafezinhos, canjicas, mungunzás e até comidas mais pesadas, saciando a fome dos trabalhadores da madrugada. A cidade conservava a sua maneira de despertar.

---

[66] REIS, 1993, p. 8.
[67] Ibidem.
[68] Ibidem.

O Sol ia esquentando e o movimento da rua aumentando, as casas de comércio, abrindo suas portas. Os funcionários das lojas recebiam dos carregadores os fardos que reporiam seus estoques. A feira de Água de Meninos, em intensa atividade desde a madrugada, via afluir os primeiros fregueses em busca de frutas, legumes, verduras frescas e a farinha recém-chegada do Recôncavo, nos saveiros. Nem bem descarregavam alguns fardos, eles logo voltavam às costas de outro carregador ou eram depositados em uma carroça para serem transportados para as quitandas de seus compradores.

Era esse pulsar do comércio que fazia a cidade de Salvador viver.

> De alto a baixo da escala social, homens, mulheres exerciam algum tipo de comércio [...] Eram um conjunto que só tinha em comum a essência da atividade que lhes garantia a subsistência – a compra e a venda –, e extremamente díspar no tipo, volume e nível de negócios praticados[69].

Na base da pirâmide social e comercial encontravam-se os vendedores ambulantes ou de tabuleiros, chamados assim porque viviam a percorrer as ruas da cidade com seus tabuleiros, não tendo um ponto estabelecido, mas, nem por isso, isentos das taxações da municipalidade. Durante a escravidão, muitos cativos se dedicaram a essa modalidade de comércio, pela autonomia e mobilidade que adquiriam frente aos seus senhores, bem como pela maior possibilidade de acumular o suficiente para comprarem suas alforrias. Passada a escravidão, essa ainda era uma atividade predominante entre os afro-brasileiros, pois garantia certo grau de independência.

Esses trabalhadores de rua viviam em íntima relação com a dinâmica da cidade. Nada escapava aos seus olhos e, principalmente, aos seus ouvidos. Eles eram, dentre outros, os que

---

[69] MATTOSO, 1992, p. 490.

contavam, de boca a boca, as novidades que se passavam na cidade, prática que em Salvador, ainda hoje, costuma-se chamar de “correio nagô”.

As relações desses vendedores ambulantes com o poder público e a imprensa sempre foram tensas. Embora eles prestassem um serviço fundamental à cidade, não raro eram vítimas de acusações de falta de higiene, adulteração de pesos e medidas e de desordens públicas. As elites os viam perambulando pelas ruas com os olhos de quem enxergava o atraso e a barbárie.

No entanto,

> [...] um ato municipal, datado de 1914, que, visando sanar a crise de abastecimento por que passava a cidade, dispensou provisoriamente de taxas e impostos as ganhadeiras e os ambulantes em geral[70].

Essa medida da Intendência demonstra o quanto era importante para Salvador esse pequeno comércio, a ponto de liberar as taxas e os impostos como forma de estimular o seu desenvolvimento e conter mais uma crise de abastecimento pela qual a cidade passava. Isso é melhor entendido quando se descobre que o preço pago por uma refeição é mais barato que uma folha de papel para embrulhá-la[71].

Ferreira Filho aponta dois elementos que permitem a compreensão dos baixos custos dos produtos comercializados nas ruas de Salvador. O primeiro é a “utilização de matéria-prima regional, abundante e barata”[72]. O segundo, a baixa valorização do trabalho feminino, entendendo que as técnicas e habilidades empregadas para a produção das mercadorias não eram razões palpáveis para a elevação dos preços. Essa constatação leva a uma circunstância de bastante significado e que é cerne do trabalho de Ferreira Filho: a predominância feminina no pequeno comércio em Salvador.

---

[70] FERREIRA FILHO, 2003, p. 40.
[71] PEIXOTO, 1980.
[72] FERREIRA FILHO, 2003, p. 44.

Esse é um dado interessante na medida em que nos permite estabelecer paralelos entre as experiências das mulheres no comércio de Salvador e as do comércio da Costa Ocidental da África, a partir da análise feita por Roger Bastide e Pierre Verger dos mercados do Baixo Benin. Segundo esse estudo, o ofício de mercadejar é próprio da tradição local e, sobretudo, uma função predominantemente feminina[73].

> Pois todas as mulheres são 'comerciantes' e deixam seus lares, principalmente quando jovens, para percorrer as feiras, e, quando idosas, mandam alguma filha em seu lugar e permanecem próximas de casa, vendendo nas ruas, com seu tabuleiro, produtos que variam com a estação ou, então, montando seu negócio numa venda em frente à própria casa[74].

Uma característica muito particular do tipo de comércio analisado por esses dois autores, em meados do século XX, é o seu caráter rotativo. A atividade de comerciante conferia às mulheres certa autonomia em relação aos homens, bem como lhes possibilitava a circulação por várias comunidades, criando ou fortalecendo laços identitários e de solidariedade. Assim, a tradição de autonomia das mulheres que se dedicavam ao pequeno comércio dos mais variados gêneros, não é algo circunscrito apenas à experiência da diáspora. Antes disso, os rearranjos encontrados no Brasil e, particularmente, na Bahia, da forma como homens e mulheres buscavam sua sobrevivência, refletem, em muitos casos, a adoção e a adaptação de práticas sociais que remetem ou têm paralelo com soluções adotadas em regiões do continente africano, intimamente ligadas à ancestralidade dos afro-baianos.

Outro aspecto preponderante para essas considerações encontra-se na vinculação de determinados ramos do pequeno comércio com os orixás. Isso não é por certo uma novidade, entretanto, falta

---

73 VERGER; BASTIDE, 1992.

74 Ibidem, p.138 (grifo do autor).

ainda um estudo mais detalhado desse fenômeno, suas explicações e implicações religiosas. Na tradição religiosa do candomblé na Bahia, a cada orixá é consagrado um ramo comercial que, invariavelmente, está associado à comida ritual que lhe é atribuída. As filhas de Omolu devem vender sarapatel, moqueca, xinxim; as de Oxalá, acaçá, mungunzá e cuscuz; as de Xangô, acarajé e caruru[75], e assim por diante.

Essa estreita vinculação entre os adeptos do candomblé da Bahia com certos ramos do comércio pode tanto ser entendida como um elemento interno à própria estruturação da religião quanto ser um fator externo absorvido e integrado à dinâmica religiosa através de sua ritualização. O fato é que, sendo um elemento interno ou externo ao candomblé, a atividade do comércio encontra suas raízes culturais no continente africano. Outro fator importante é que a consagração a alguns orixás tem como parte do processo de iniciação, a dedicação a determinadas atividades comerciais. O próprio exercício das obrigações religiosas vinculava o culto ao orixá às atividades que garantiam a sobrevivência e a autonomia dos adeptos.

O tipo de comércio desses vendedores ambulantes era bem diverso, mas pode-se dizer que um número significativo de ambulantes dedicava-se ao comércio de frutas, verduras, legumes e a um variado número de iguarias culinárias. Esse era um comércio de pequena dimensão. Um comércio, como se dizia e ainda se diz, em Salvador, "a retalho".

O comércio a retalho é o do fracionamento da mercadoria à menor unidade de valor possível. Desse modo, o produto, embora mantenha o preço total, permite aos compradores mais modestos ter acesso ao gênero que estão procurando. Um exemplo, a farinha, que poderia ser vendida a quilo, nas mãos de um retalhista era por litro ou por cuia. Essas unidades de medida comuns ao comércio soteropolitano facilitavam tanto o fracionamento da mercadoria quanto o transporte do equipamento de medição, afinal, é mais fácil transportar um litro ou uma cuia do que uma balança.

---

[75] FERREIRA FILHO, 2003.

Aqueles que não podiam ou não queriam sair de rua em rua oferecendo suas mercadorias, optavam por abrir uma quitanda. As quitandas

> [...] eram montadas, geralmente, na sala, corredor ou quarto da frente da casa do proprietário. Nelas encontravam-se à venda temperos, hortaliças e outros produtos de cozinha, como carvão, lenha, panelas e porrões de barro[76].

O quitandeiro era um comerciante estabelecido em um ponto e se dedicava a um comércio muito similar ao do vendedor ambulante. A diferença era que ele não ia buscar os fregueses, esses é que vinham ao seu encontro. Distintos dos vendedores ambulantes, os quitandeiros passavam pelas mesmas limitações e vicissitudes. Eles se distinguiam pouco uns dos outros em termos de operações comerciais. O comércio retalhista marcava, também, o perfil das relações comerciais adotadas por esses comerciantes, bem como o "fiado". Vender fiado, ou melhor, a crédito, não era uma prática exclusiva dos ambulantes e quitandeiros, mas institucionalizada em todos os níveis de negócios na Bahia.

> A compra de qualquer bem comercializável podia ser efetuada com ativos como moeda metálica ou papel-moeda, títulos de fundos públicos, ações de companhias e todos os papéis de crédito comercial. Além disso, tudo que pudesse ser comprado ou vendido podia ser trocado, sem a intervenção de qualquer meio de pagamento: as mercadorias trocadas serviam de preço e compensação recíprocos.
> Na Bahia, o que contava nas transações comerciais era a palavra, que 'valia ouro' [77].

A economia da cidade era abalada pela escassez de moedas, que limitava o mercado consumidor impedindo a ampliação do volume de negócios. Por esse motivo os lucros deveriam ser altos

---

[76] Ibidem, p. 46.
[77] MATTOSO, 1992, p. 501 (grifo do autor).

e em curto prazo. Era necessário facilitar as linhas de crédito, sob pena de que regras mais rigorosas de pagamento inviabilizassem, substancialmente, as transações comerciais. Curiosamente, Salvador era uma praça onde todos comerciavam, mas poucos, de fato, tinham dinheiro. Esse fenômeno se evidencia de modo particular em um dos dizeres mais comuns da cidade, qual seja: "mais vale um amigo na praça que dinheiro na caixa". A partir desse dizer popular, podemos inferir que a base das relações comerciais, em Salvador, estava alicerçada em uma profunda noção de confiança e no estabelecimento de sólidas noções de reciprocidade. Elementos típicos, aliás, de sociedades profundamente marcadas por relações de subordinação pessoal e clientelismo. Esse tipo de relacionamento, embora presente no comércio ambulante era mais visível e acentuado no comércio de médio e grande porte. Essa relação fica perceptível quando se analisa o processo de estabelecimento dos lojistas em Salvador[78].

Pierre Verger sugere que esse ramo comercial, por volta de 1850, era dominado por portugueses que iniciavam suas carreiras no comércio ambulante da cidade até acumularem pecúlio suficiente para se estabelecer como lojistas de secos e molhados[79]. A diferença entre esses ambulantes que alçavam ao *status* de lojistas está precisamente nos laços de parentesco e solidariedade que mantinham com comerciantes já estabelecidos no ramo a que se dedicavam. De acordo com Thales de Azevedo, para manter a estrutura comercial,

> [...] o grupo renovava-se continuamente com a imigração de jovens da mesma nacionalidade, os quais começam trabalhando em posições modestas e terminam por constituir novas firmas ou por integrar as antigas[80].

78 Ibidem.
79 VERGER, 1999.
80 AZEVEDO, 1996, p. 82.

A afirmação de Azevedo, embora refira-se à análise do comportamento dos comerciantes espanhóis na Bahia, de meados do século XX, também é válida para realidades anteriores e para outras colônias de imigrantes que se dedicavam aos mais variados ramos comerciais. Essa prática tanto foi apontada por Mattoso para o século XIX, quanto ainda sobrevive na Bahia dos dias atuais.

Relação diferente, contudo, se estabeleceu entre os grandes negociantes da Bahia, haja vista que a forma de recrutamento de novos membros para a renovação do grupo dava-se através dos casamentos. Muitos eram herdeiros das tradições da aristocracia da terra, daí seus casamentos realizarem-se mais por interesses e arranjos econômicos do que por qualquer outro motivo. A ascensão do pequeno ou médio comerciante ao *status* de grande negociante implicava, mais uma vez, em contrair uma série de vínculos e obrigações com o indivíduo ou com a família que o apadrinhava.

Desde o pequeno comércio ambulante até o grande atacadista, todos dependiam do movimento portuário para o afluxo de capitais e mercadorias. Entretanto, não devemos tomá-lo como homogêneo.

O movimento portuário de Salvador: valores, cargas e produtos

A posição comercial dos negociantes baianos entre o final do século XIX e início do XX era bastante precária. Para Mattoso, a relação que se estabelecia entre esses homens de negócios era caracterizada como um oligopsônio, isto é, uma relação onde havia muitos vendedores para poucos compradores.

Isso revela as especificidades inerentes à atividade comercial. A primeira delas é quanto à sua divisão e ordem de importância. O comércio pode ser dividido em atacado e varejo; pode ser definido como de importação e exportação sem que necessariamente esteja se falando de relações comerciais conflituosas. Elas, na verdade, são complementares entre si, em uma longa cadeia de

operações entre os diversos agentes comerciais, desde a produção até as mãos do consumidor final.

Há propopostas de conceituação do comércio interior e exterior no século XIX, e uma delas estabelece que o comércio interior seja aquele realizado entre as praças de um mesmo país e pode ser efetuado por via marítima, fluvial ou terrestre. Já o comércio exterior desenvolve-se entre as nações, quando trocam produtos *in natura* ou manufaturados e se dá pelas mesmas vias que o comércio interior, a depender da geografia[81].

No caso específico deste trabalho, conferi atenção ao comércio marítimo. Era ele que impulsionava a economia e a sociedade soteropolitana, fiscalizado, muito de perto, pelas agências estatais, tanto em âmbito local quanto nacional. A razão de tal vigilância reside no fato de ser essa atividade uma das principais fontes de arrecadação de impostos por parte do Estado.

O comércio marítimo, por sua vez, estava dividido em de longo curso, de cabotagem e costeiro ou pequena cabotagem. O comércio de longo curso realiza-se entre diferentes nacionalidades ou entre regiões de uma mesma nacionalidade, desde que situadas em continentes diferentes. O comércio de cabotagem, por sua vez, dava-se entre Províncias ou estados de um mesmo país que trocam entre si produtos *in natura* ou industrializados nacionais ou estrangeiros. Já o comércio costeiro ou de pequena cabotagem – é o que se realiza ligando as diversas praças comerciais de uma mesma Província ou estado, diferindo da cabotagem por se circunscrever aos limites dessa província ou estado[82].

Os grandes comerciantes da praça de Salvador dependiam dos negociantes ligados aos mercados internacionais, invariavelmente estrangeiros, representantes de suas firmas na Bahia para desenvolver suas atividades.

---

[81] FERREIRA, 1878.
[82] Ibidem.

> O número relativamente pequeno de negociantes estrangeiros – em que os ingleses tinham forte predomínio e cujos membros podiam estar eventualmente comprometidos entre si – limitava as chances que tinha o comerciante baiano de escolher parceiros[83].

Essa posição, até certo ponto desprivilegiada, tornou os comerciantes baianos especialistas no comércio intermediário. Eles se puseram na intersecção entre o produtor agrícola e os mercados exportador e importador. Quer no comércio de cabotagem ou no de longo curso, certos produtos possuíam os seus representantes. Esse é o caso de Aristides Novís que, com o apoio da família Moniz de Aragão, tornou-se um importante intermediário do açúcar baiano no mercado internacional[84].

Esses indivíduos, por conta de sua condição de intermediários, possuíam um raio de atuação muito amplo e diversificado. Eles não se limitavam apenas ao mercado externo, mas atuavam com bastante vigor no comércio de cabotagem. Açambarcavam, muitas vezes, as produções agrícolas de regiões como o Sul da Bahia, antes mesmo do plantio.

A ação desses indivíduos foi deveras nefasta para a economia e o abastecimento de Salvador. Figuras como Joaquim Pereira Marinho controlavam, quase exclusivamente, o fornecimento de determinados produtos essenciais ao abastecimento da cidade, como a carne de charque e a farinha de mandioca. Era esse controle que lhes permitia a manipulação dos preços e da oferta dos principais gêneros alimentícios, e o resultado era o constante estado de fome da população e a péssima qualidade dos gêneros comercializados na cidade[85].

Iolanda Nascimento constatou que, em muitos casos, mesmo os gêneros alimentícios produzidos em quantidade suficiente para o abastecimento local, sofriam as interferências

---

[83] MATTOSO, 1992, p. 499.
[84] MATTOSO, 1992.
[85] NASCIMENTO, 1986.

desses atravessadores, que, objetivando maior lucro, os exportavam para outras regiões do país, aumentando a crise de abastecimento e os preços na Bahia[86]. Salvador, da mesma maneira que acompanhava a chegada, pelo porto, dos artigos de luxo, da moda e de toda sorte de produtos e mercadorias que comporiam os signos da abastança, apenas aparente, das classes média e superior, assistia também ao escoamento, pelas mesmas vias, dos gêneros mais necessários para a sobrevivência dos mais pobres em nome dos parcos lucros de um grupo de negociantes que se especializou no comércio como intermediário. Parte dos males e das fortunas que chegavam à antiga capital colonial vinha pelo porto. Não que a cidade vivesse apenas do e para o porto, mas, sem dúvida, entre 1850 e 1937, ela era uma cidade voltada para o mar.

> O destaque da navegação marítima torna-se evidente ao se recordar que os portos eram os verdadeiros respiradores da economia nacional e regional, sobretudo se considerarmos que a importância econômica das Províncias era calculada pelo volume e valor das suas exportações, que por sua vez eram estimuladas e estimulavam as atividades agrícolas, manufatureiras e fabris[87].

Navegação de cabotagem: valores, produtos e volumes

Sebastião Soares Ferreira define o comércio de cabotagem como aquele

> [...] que se effectua por mar entre diversas Províncias de um mesmo Estado que permutam entre si os productos de suas indústrias proprias ou estrangeiras[88].

[86] Ibidem.
[87] NASCIMENTO, 1986, p. 6.
[88] FERREIRA, 1878, p. 4-6.

Esse comércio, sem dúvida, era um dos mais importantes dinamizadores da economia baiana. Boa parte dos recursos que saíam da Bahia em direção à capital do país, na forma de impostos arrecadados, segundo Nascimento, voltava por intermédio desse tipo de navegação[89]. A navegação de cabotagem pode ser dividida em dois tipos: a grande cabotagem e o comércio costeiro ou de pequena cabotagem.

A pequena cabotagem

Se a grande cabotagem representa o comércio entre distintas regiões de um país, a navegação costeira ou de pequena cabotagem representa o comércio entre portos de uma mesma Região. Assim, dava-se o comércio costeiro da Bahia entre o porto de Salvador e os ancoradouros das praças comerciais de Cachoeira, Nazaré, Itaparica, Valença, Camamu, Ilhéus, Porto Seguro e Caravelas.

Em termos de mercadorias, esses ancoradouros, em sua maioria, escoaram, em diferentes contextos, produtos da variada importância para a economia baiana. Até a primeira metade do século XIX saíam deles, principalmente, carregamentos de farinha de mandioca e madeiras. À medida que esse século foi avançando, outros produtos foram introduzidos nessas regiões. A borracha, o cacau, o café e no caso do Recôncavo, o fumo, foram assumindo maior relevo nas atividades comerciais, sem que as culturas de mandioca, no caso do sul e extremo-sul baianos, e da cana-de-açúcar deixassem de ser exploradas.

Quanto aos produtos que afluíam para essas praças comerciais, constituíam-se, principalmente, de artigos manufaturados, vindos de outras Províncias e do exterior. Esse comércio costeiro tinha como principal característica o abastecimento de gêneros de primeira necessidade, como mostram as imagens da primeira

[89] Ibidem.

metade do século XX, apresentadas neste livro, que denotam o fluxo e as mercadorias do comércio de cabotagem. Na FIGURA 1, nota-se o comércio de gêneros perecíveis, como as frutas *in natura*, a exemplo do abacaxi e do cacau, levando a supor ser esse comércio costeiro o responsável pelo abastecimento desse tipo de gênero, bem como de legumes e verduras. As informações indicam que Salvador, como o maior e mais próximo mercado consumidor, converteu-se no destino natural para o escoamento desses produtos.

Os manufaturados mais simples, artesanais, como ilustrado nas FIGURAS 2 e 3, por se tratar de uma produção em pequena escala, em muitos casos familiar, realizada nas olarias, curtumes, fábricas de vassoura, velas etc., não atingiu o nível organizacional de uma produção em larga escala e com a qualidade necessária para alçar a mercados consumidores mais distantes e competitivos. A produção quase artesanal atendia satisfatoriamente apenas às necessidades da Salvador do final do século XIX e princípio do século XX.

A FIGURA 4 apresenta um dos principais tipos de embarcação utilizada neste tipo de comércio. Os principais responsáveis pelo transporte de mercadorias entre o porto da capital e os ancoradouros da Bahia foram os saveiros, as barcaças, as alvarengas, as lanchas e as canoas.

Melhores notícias sobre os tipos de embarcação que se dedicavam a esse fluxo comercial fornece-nos o *Mapa demonstrativo das embarcações arroladas e indivíduos matriculados nos annos de 1854, 1855 e 1856, pertencentes a Província da Bahia, e comparações havidas nos mesmos annos*[90]. Nesse documento constam, ainda, as cidades, o número da equipagem dividido por cor e estatuto legal – se livre ou escravo e por ano de matrícula.

Um dado chama a atenção em relação à atividade de marinharia: a presença significativa de mão de obra escrava empregada. Para o ano de 1854, foi registrado um total de 908 indivíduos

[90] FUNDAÇÃO DE PESQUISA – CPE, 1978.

FIGURA 1 – Mercadorias agrícolas Salvador (Bahia, Brasil) - 01-01-1948 (n° 29203)

Fonte: <www.pierreverger.or/br>

FIGURA 2 – Mercadorias manufaturadas. Carregador 3 - Salvador (Bahia, Brasil) - 1946-1978 (n° 31057).

Fonte: <www.pierreverger.or/br>

FIGURA 3 – Mercadorias manufaturadas. Carregador 2 - Salvador (Bahia, Brasil) - 1946-1948 (n° 31058).

Fonte: <www.pierreverger.or/br>

FIGURA 4 – Transporte de sacas. Salvador (Bahia, Brasil) - 1946-1948 (n° 30052).

Fonte: <www.pierreverger.or/br>

dedicados à atividade náutica. Desses, 34,8% eram escravos. No ano seguinte foram matriculadas 1.193 pessoas, das quais 31,7% eram escravas. Em 1856, houve um decréscimo razoável no número de matrículas e nelas constavam apenas 379 pessoas vinculadas à atividade de marinharia, sendo 29,6% delas escravas.

Dentre as cidades que figuram no mapa como estações de matrícula, a capital concentrou o maior número de escravos dedicados ao trabalho no mar. Nos três anos em que se registraram as matrículas, os percentuais em relação ao total de indivíduos matriculados ficaram em 21%, 20% e 18,7%, respectivamente. Esse é um dos trabalhos de ganho que dava maior autonomia e, seguramente, carece de maiores pesquisas. Dada a peculiaridade do trabalho, a capacidade de mobilidade, por certo, a investigação dos mecanismos de controle e submissão desse escravo lançariam novos olhares sobre os refinamentos do sistema coercitivo da escravidão brasileira.

É provável que, majoritariamente, esses escravos trabalhassem em canoas, que figuram como sendo a maioria das embarcações registradas. Foram sessenta e três no ano de 1854, duzentas, em 1855, e vinte e três, em 1856. O curto raio de atuação dessas embarcações e o baixo custo de sua construção dão consistência a essa inferência.

As canoas, em sua maioria, eram empregadas na atividade pesqueira.

> As canoas não se afastam da costa e geralmente pescam em pares: a de pescaria, propriamente dita e a de socorro, que serve de depósito de peixes. Trazem cêrca de sete homens, sendo cinco de remo e dois chamados 'abaixa chumbo'. Estes últimos se encarregam de fiscalizar a boa colocação da rêde que, em círculo se apóia entre as duas canoas[91].

Sendo as canoas mais numerosas, e dedicadas à pesca, é de se notar que os saveiros concentravam-se na capital. Os saveiros

[91] TAVARES, O., 1967, p. 104 (grifo do autor).

são embarcações versáteis, sendo empregadas nas mais variadas atividades, desde a pesca, passando pelo transporte de passageiros, até o transporte de carga. Eles têm

> [...] em ponto menor, as mesmas linhas do casco de um barco; o seu velame, porém, é mais variado, indo do redondo, na vela de terço e latino à vela latina e a espicha[92].

Em alguns casos são, inclusive, desprovidos de velas e impulsionados a remo.

Em três anos de matrículas foram registrados 184 saveiros, 193 lanchas, 69 barcos e apenas 4 vapores como pertencentes à Província da Bahia. Considerando outros três mapas – os *Demonstrativos das embarcações empregadas no tráfico dos portos e rios navegáveis, pesca e dos indivíduos que n'ellas trabalhão dos anos de 1854 e 1855*, bem como o *Demonstrativo das embarcações empregadas no tráfico dos portos e rios navegáveis, pesca e dos indivíduos que n'ellas se empregão*, de 1856 –, os números de embarcações e de pessoas, em atividade, na Bahia, são muito maiores[93]. Apesar do aumento numérico, proporcionalmente, a tendência do *Mapa Demonstrativo das Embarcações Arroladas* manteve-se.

O fato é que essas embarcações eram as responsáveis por trazerem

> [...] lenha e carvão de Itaparica e Jaguaribe [...]; café e cacau de Nazaré; farinha, bananas, laranjas, verduras de Maragogipe; charutos e fardo de fumo de Cachoeira e São Felix [...]. E a tarde regressam, levando para seus pequenos portos de origem, entrando rio adentro, conduzindo os produtos importados, a farinha de trigo, o querosene, os gêneros alimentícios que vêm do sul e do norte.

---

[92] SELLING, 1976, p. 54.
[93] Ibidem.

> Cada saveiro pode conduzir cargas numa média diária de quarenta mil volumes no montante do movimento geral[94].

Talvez esse fluxo comercial mais intenso justifique a maior concentração de saveiros no porto da capital. Ainda mais se levarmos em conta a ausência de dados ou informações nos mapas para outras cidades, tais como Ilhéus, Porto Seguro, Caravelas, Camamu, Valença e Inhabupe. Essas ausências mascaram tanto o número das embarcações que navegavam em águas baianas, dedicando-se à pesca ou ao comércio de pequena cabotagem, quanto o número real dos indivíduos que se dedicavam a essa atividade econômica. Nesse aspecto, o número de escravos que trabalhavam no mar poderia ser bem maior que os registrados nesses mapas.

De qualquer maneira, o movimento intenso da pequena cabotagem é apenas uma etapa complementar do comércio marítimo desenvolvido a partir do porto de Salvador. Foi ela a responsável pelo abastecimento da capital, com gêneros de primeira necessidade, gêneros esses que seriam reexportados de acordo com a lógica especulativa dos açambarcadores. Era responsável também pela distribuição de produtos vindos da Europa, como tecidos, máquinas e artigos de luxo, assim como a carne seca, o sebo e os couros da Região Sul do Brasil e da Bacia do Prata.

Em outras palavras, a pequena cabotagem funcionava como mais um elo na corrente que unia a grande cabotagem e a navegação de longo curso no escoamento das produções locais, nacionais e estrangeiras.

A grande cabotagem

Entre os anos de 1871 e 1872, na exportação de produtos pela grande cabotagem, a Bahia movimentou 1.007:235$161 com o Rio de Janeiro. Desse montante, 572:190$702 estavam vinculados à venda

94 TAVARES, O., 1967, p. 96-97.

de fumo e seus derivados. O segundo lugar na pauta de exportação baiana para a capital do Império movimentou a cifra de 148:972$599 e estava relacionado ao comércio de couro em cabelo, ou seja, couro não curtido. Os outros produtos mais destacados que compuseram a pauta de exportação da Bahia para o Rio de Janeiro foram o açúcar, o algodão e o café, com valores muito abaixo dos 100:000$000[95].

No comércio com o Rio de Janeiro, a balança comercial era favorável à Bahia. Na comercialização de um só produto, o fumo, essa balança encontrava seu equilíbrio. Esse desempenho não é mantido no comércio com outras Províncias, como se pode notar a partir das cifras totais do comércio de cabotagem. O valor total registrado entre 1871 e 1872 da exportação baiana para outras Províncias foi de 3.198:900$442, sendo o valor total das importações de 9.517:190$737. O déficit da balança comercial baiana nesse período foi de 6.318:290$295[96].

O principal foco desse desequilíbrio era o comércio com o Rio Grande do Sul. A Bahia exportou para lá 231:310$084, sendo os principais produtos negociados o açúcar, a aguardente de cana e o fumo, que movimentaram, respectivamente, 91:137$104, 54:126$575 e 43:318$282. Por outro lado, o Rio Grande do Sul exportou para a Bahia a cifra de 4.412:474$288. Desse valor, 4.172:432$971 estavam relacionados ao comércio de carnes preparadas, ou seja, a carne de charque. O segundo produto da pauta de exportação gaúcha para a Bahia foi o sebo, com o valor de 201:730$444. O terceiro foi o couro e os pelos curtidos, atingindo a modesta cifra de 22:431$560.

A pauta de exportação riograndense não era muito diversificada, constituindo-se basicamente de derivados do gado bovino, mas atingia sobremaneira a balança comercial da Bahia em função dos crônicos problemas de abastecimento de gêneros alimentícios que a assolaram durante todo o século XIX e início do XX.

---

[95] Os dados do movimento do comércio de cabotagem foram retirados de FERREIRA, 1880.

[96] Ibidem.

Ademais, os hábitos alimentares da população baiana – baseados na dieta de carne seca e farinha – e a péssima qualidade de seu gado dificultavam o fim da dependência desse item.

Embora o quadro descrito acima em relação ao comércio com o Rio Grande do Sul fosse de normalidade, já que essa situação foi mantida durante longos anos, o comércio mais intenso da Bahia se dava com Sergipe e Alagoas. Entre 1871 e 1872, todos os itens da pauta de exportação baiana, em maior ou menor número, foram negociados com a praça de Sergipe. Tiveram destaque o café, com a cifra de 91:922$350, e o fumo, com 89:649$994. Para Alagoas, no mesmo período, foram exportados 134:976$350 em café e 56:589$890 em fumo. Se esses são os valores parciais dos principais produtos baianos no período, as cifras totais são de 385:183$598 para Sergipe e de 321:194$140 para Alagoas.

Quando se compara o movimento comercial baiano de importação dos produtos dessas duas Províncias, nota-se que a balança comercial era desfavorável para a economia baiana. Sergipe comercializou com a Bahia 3.643:592$512, em seguida, a Província de Alagoas, com 824:33$823. Os produtos de maior destaque na comercialização com essas Províncias foram o algodão e o açúcar.

Uma peculiaridade do movimento do comércio de cabotagem entre 1871 e 1872, que revela as deficiências do abastecimento de Salvador e da Bahia, é a rubrica "Legumes". Das nove Províncias com as quais mantinha um comércio mais ativo, a Bahia importava legumes de seis delas. O montante dessas transações comerciais não atingiu os 100:000$000 e apenas o Rio de Janeiro era possuidor de 71:726$755 desse comércio. Ora, esse fato revela a precariedade em que se encontrava a lavoura de subsistência baiana, incapaz, apesar das dimensões territoriais da Província, de suprir a demanda de gêneros alimentícios.

No período de 1871 a 1872, o principal produto da pauta de exportação baiana ainda era o fumo, movimentando 1.179:464$458. O café vinha em segundo lugar, com 655:924$042, e o algodão, em terceiro, com 544:265$927. O maior destaque da exportação baiana

estava muito longe dos valores que representavam a importação da carne de charque do Rio Grande do Sul. E, além disso, estava abaixo dos 1.648:883$360 importados em açúcar, apenas de Sergipe.

Ironicamente, a Bahia, outrora uma das principais exportadoras de açúcar, tornou-se importadora. A outra ironia era que, durante um tempo, o fumo, que sustentou a economia baiana, tinha, no seu plantio e manejo, características muito distintas da cultura da cana-de-açúcar. A primeira e mais importante delas é que se tratava de uma cultura de pequenas propriedades e predominantemente familiar[97].

A cultura do fumo se caracterizava por um tipo de agricultura que dispensava a aplicação de grandes capitais na lavoura e conferia um retorno bastante rápido do trabalho empregado. Outro elemento atrativo desse cultivo era sua grande aceitação nos mercados interno e externo. Entretanto, algumas limitações restringiram significativamente seu potencial econômico para os pequenos produtores. A primeira eram as condições de trabalho desses pequenos lavradores. Quase sempre o cultivo se dava em terras arrendadas sob o regime de meação, o que implicava numa séria restrição à autonomia econômica desses indivíduos. Essa autonomia, aliás, com a ação dos intermediários, sofreu limitações, já que eles compravam o fumo para exportação.

> Detendo o controle da lavoura, os comerciantes e exportadores 'adquiriam o fumo em seu estado bruto, portanto mais barato, beneficiavam-no e o exportavam para o exterior e/ou outras regiões do Brasil'. Muitas vezes, o beneficiamento era realizado no país importador, que reexportava o produto para outros mercados consumidores, alcançando os comerciantes um lucro duplo, situação que agravava o caso do 'meeiro'[98].

---

[97] FUNDAÇÃO DE PESQUISA – CPE, 1978.

[98] Ibidem, p. 71(grifo do autor). A citação dentro da citação é de BORBA, 1975, p. 12.

Embora o cultivo do fumo sofresse severas restrições, desde o manejo da terra até a sua colocação no mercado, ele sustentou a economia baiana até a década de 1890, assim como o ritmo de exportação do porto de Salvador.

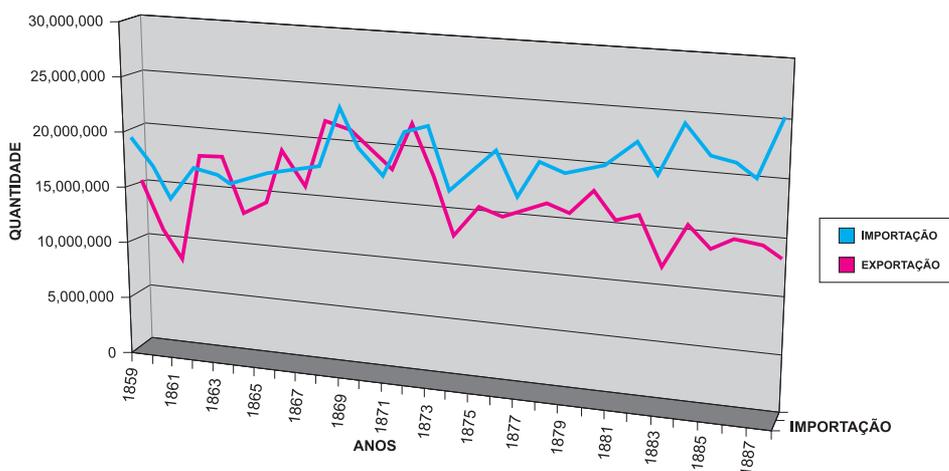
O cenário da Bahia no terceiro quartel do século XIX não foi nada animador. O fim do tráfico de escravos, a Guerra do Paraguai e a decadência acentuada da lavoura canavieira compuseram o quadro de quase estagnação da economia baiana.

A Guerra do Paraguai, motivada por questões de fronteiras, foi estimulada e aproveitada pela Inglaterra em todos os seus aspectos, atendendo, sobremaneira, aos interesses ingleses na Região. Neutralizou o crescimento econômico paraguaio, já em processo de industrialização, precipitou a crise política e econômica brasileira e desestabilizou a economia de toda a Região Platina, na medida em que os países em guerra foram forçados, pelas circunstâncias do conflito, a contrair empréstimos em casas bancárias dos países capitalistas centrais, principalmente as inglesas.

Tanto a Guerra do Paraguai quanto o fim do tráfico de escravos provocaram na economia baiana efeitos devastadores. Em decorrência desses dois eventos, foram desarticulados, além da lavoura da cana-de-açúcar, todos os ramos de negócios que gravitavam em torno do tráfico negreiro – a construção naval, o escoamento da produção de fumo de rolo, de aguardente, a reexportação com lucro de produtos manufaturados, passando a armação das viagens ao continente africano e a redistribuição da carga humana. Se, do ponto de vista moral, o tráfico de escravos tardou a acabar, economicamente a Bahia não estava devidamente preparada para absorver o impacto de sua extinção.

As finanças baianas continuaram a ser solapadas. Na década de 1860, a Bahia, ao esboçar uma reação contra o impacto do fim do tráfico, foi surpreendida com os pesados encargos da guerra com o Paraguai. Tanto o esvaziamento da mão de obra, recrutada para as fileiras do exército, quanto o dos cofres públicos e dos capitais disponíveis na praça, para fazer frente aos esforços de guerra, provocaram uma nova retração em suas atividades comerciais e econômicas.

Atingido o seu fluxo comercial, o comércio de cabotagem acabou agindo como uma válvula de escape para a incapacidade de colocação dos produtos baianos no mercado internacional, ao passo que a movimentação do comércio de longo curso passou por oscilações mais ou menos frequentes, como fica ilustrado na análise do GRÁFICO 1.

GRÁFICO 1 – Comércio Marítimo de Longo Curso (Província da Bahia)

Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda de 1859 a 1887 (BMF/RJ).

Analisando o gráfico anterior, percebe-se uma curva decrescente entre os anos de 1859 e 1861. Nesse período, o porto de Salvador tem seu movimento retraído por uma série de epidemias que assolaram a cidade durante essa década. Esse é um momento em que as importações e exportações se encontravam em baixa, provavelmente em decorrência da desarticulação da economia. Em 1861, percebe-se uma curva ascendente do movimento comercial de exportação que encontra o seu ápice no ano de 1862, mantendo-se estável até 1863. Notamos que esse movimento ascendente foi seguido por uma queda abrupta em 1864.

O movimento instável dos negócios de exportação é a característica básica desse período. Houve alguns momentos de significativa melhora comercial, mas eles são igualmente acompanhados por quedas contínuas nos volumes negociados.

A movimentação nervosa das transações comerciais que caracterizaram o comércio de exportação baiano também se verifica nos movimentos comerciais de importação, porém as flutuações são menos abruptas, o que sugere que a demanda de produtos importados, a capacidade de sua aquisição ou mesmo a necessidade premente dos produtos adquiridos pela importação, impunham à Província da Bahia a manutenção do volume do comércio de importação. Essa situação contribuiu para o agravamento da saúde financeira da Bahia.

Esse estado de crise e instabilidade só veio agravar as dificuldades para o desenvolvimento de alternativas econômicas de uma região que se habituara a uma atividade produtiva pautada na monocultura escravista. A desconfiança em relação às atividades produtivas, ou aos investimentos que significassem uma margem de lucro modesta e investimentos de alto risco fizeram com que as elites econômicas baianas optassem pela retração, não se arriscando em investimentos que representassem riscos à manutenção do capital aplicado. A lógica dessas elites consistia em que "mais valia" um investimento seguro, que representasse margens menores de lucro do que um investimento de longo prazo que acarretasse um risco maior à preservação de seus capitais.

Observando, ainda, o GRÁFICO 1, é possível identificar o momento de maior impacto na economia baiana. O ano de 1871 assinala o maior declive dos negócios de exportação e importação de longo curso. Como visto anteriormente, o comércio de cabotagem baiano passava por seus reveses.

Os produtos baianos sofreram uma dura concorrência, tanto no mercado internacional como no interno. Caso flagrante foi a concorrência do açúcar sergipano, que a Bahia foi forçada a comprar em virtude da crise na sua produção, provocada pelas pragas ocorridas em seus canaviais, o que prejudicou a sua pauta de importação.

Esse foi o preço pago pelas elites econômicas do período que, por não modernizarem seu sistema de produção e distribuição, impediram seus produtos de qualitativamente ser mais atrativos e competitivos. Com o fim da "muleta" representada pela exploração do trabalho compulsório negro-africano, o custo da

produção do açúcar inviabilizou sua comercialização no mercado externo, agravando a crise da lavoura que se fazia presente desde o início do século XIX. Além disso, as rendas advindas do tráfico negreiro clandestino cessaram definitivamente, deixando as elites econômicas sem uma opção de investimento que representasse uma boa liquidez em curto prazo.

A obstinação pela cana-de-açúcar impediu a diversificação da lavoura e as novas possibilidades de lucro nos mesmos moldes do comércio açucareiro, isto é, de uma monocultura agroexportadora que se fez definitivamente presente somente a partir da década de 1890, com o aumento significativo do volume de cacau comercializado. Ainda assim, esse que seria o novo esteio da economia baiana até a segunda metade do século XX , não se comparou, em termos de lucratividade e importância, à cana-de-açúcar nem ao café.

Com o fim do Império e início da República, o cenário ficou cada vez mais sombrio para os baianos, algumas culturas como o fumo e o cacau sustentaram sua combalida economia e uma elite cada vez mais desprestigiada.

Navegação de longo curso

Não seria incorreto afirmar que, embora se diga que o principal produto de exportação da Bahia, durante boa parte de sua história, tenha sido a cana-de-açúcar, entre 1815 e 1850, o verdadeiro produto que movia os portos baianos, sobretudo o de Salvador, era o escravo.

A busca por essa mercadoria na Costa Ocidental africana movimentava valores substanciais nas entradas e saídas dos portos.

> O sistema utilizado até então, no período do tráfico clandestino, era muito conhecido. Os navios mercantes europeus e americanos passavam pela Bahia transportando mercadorias manufaturadas, às quais se juntavam a cachaça e o fumo da Bahia. Com a sua carga completa, seguiam viagem para a África, onde a sua carga era depositada nas feitorias brasileiras.

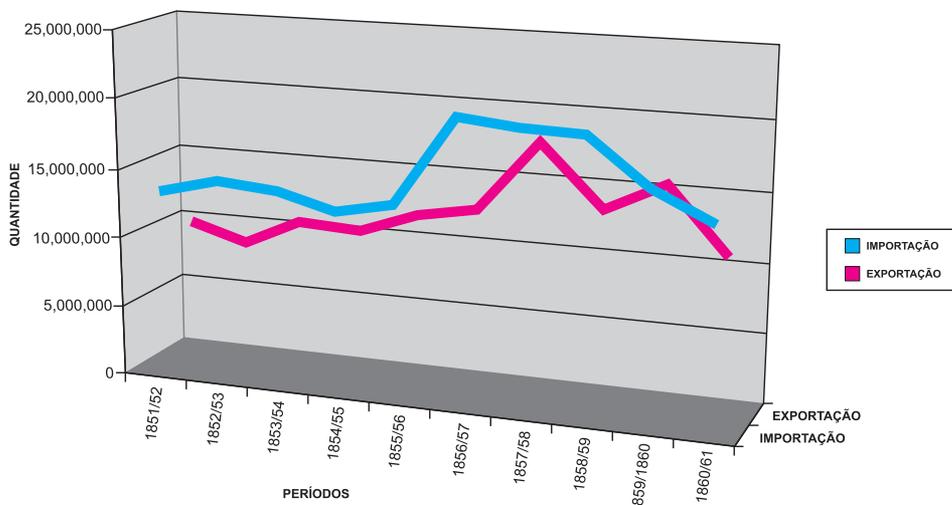
> Por volta de 1845, o sistema aperfeiçoou-se mais ainda. De um lado, as exportações legais de fumo e cachaça para a Costa d'África eram feitas diretamente do porto da Bahia através de barcos mercantes que não faziam o tráfico e, portanto, não tinham as características estruturais de um navio negreiro, nem transportavam apetrechos ou sinais do tráfico, como correntes, cadeados etc... Neste mesmo ano de 1846, partiram da Bahia para esta destinação 4.896 pipas de cachaça e 50.198 mangotes de fumo. Por outro lado, os produtos manufaturados eram entregues diretamente nas feitorias brasileiras na Costa d'África por navios mercantes americanos ou europeus. Para estas operações, os traficantes da Bahia se beneficiavam de créditos generosos fornecidos pelos comerciantes ingleses para pagamento a termo, em prazos muito mais dilatados do que os concedidos aos senhores de engenhos, os grandes consumidores finais do produto deste tráfico: o escravo[99].

O governo imperial não tivera vontade política de acabar com o tráfico, a despeito das crescentes pressões inglesas, até 1850. A partir desse ano, com a Lei Eusébio de Queiroz, por pouco o movimento portuário baiano não entrou em uma curva descendente. Ao contrário, como se pode observar no GRÁFICO 2, o movimento comercial, tanto de importação como de exportação, apresentou, na década de 1850, uma tendência ascendente. Se comparado esse movimento com o de outras Províncias, sobretudo Rio de Janeiro e Pernambuco, nota-se que a Bahia perdeu o segundo lugar como porto de maior movimentação em favor de Pernambuco. Embora a diferença entre o movimento do comércio baiano e do pernambucano fosse mínima, tanto em valores quanto em números percentuais, o desempenho da economia baiana não mais se recuperou durante o restante do século XIX. O Rio de Janeiro, por seu turno, continuou responsável por mais de 50% das exportações e das importações do país[100].

---

[99] ARAÚJO, 1998-1999, p. 93, 94.

[100] MARIANI, 1977, p. 62 (grifo do autor).

GRÁFICO 2 - Comércio de longo curso (Bahia)

Fonte: Relatórios do Ministério da Fazenda de 1859 a 1887 (BMF/RJ).

Durante a década de 1850, o comércio de longo curso da Bahia apresentou-se bastante variável. No entanto, como mostra o GRÁFICO 2, o movimento de exportação foi menos abrupto do que o da importação. Entre as principais causas apontadas para essa queda no volume negociado está a Guerra do Paraguai. Segundo Clemente Mariani,

> A guerra com o Paraguai obrigava a nação a extraordinários gastos em recursos humanos e materiais, suportados sobretudo por esta Província [Bahia], cujos campos se esvaziaram de quinze mil homens válidos, parte deles movidos pelo patriotismo, os outros 'voluntários a pau e corda', para aumentar o prestígio dos chefes locais ou mesmo nacionais[101].

As principais praças comerciais com as quais a Bahia mantinha relações, no período de 1852 a 1868, foram a Grã-Bretanha e suas possessões, os Estados Unidos, a França e suas possessões, o Rio da Prata e as cidades hanseáticas[102].

---

[101] MIRIANI, 1977, p. 62 (grifo do autor).
[102] FUNDAÇÃO DE PESQUISA – CPE, 1978. Ver o anexo Estatísticos.

A Grã-Bretanha absorvia, em média, mais de 50% das exportações baianas, e em segundo lugar estavam as cidades hanseáticas, que a partir de 1864 perderam a posição para a França. Essa característica do comércio baiano reflete, em parte, a tendência do comércio de longo curso brasileiro. Em escala nacional, a Grã-Bretanha mantinha a primazia, compondo em média 30% de nossas relações comerciais. Os Estados Unidos, com uma média de 20%, ficavam em segundo lugar. Na sequência, por ordem de volume de negócios, encontravam-se a França e suas possessões, as cidades hanseáticas e as cidades do Rio da Prata.

Os principais produtos exportados para esses países entre 1851 e 1881 eram: algodão, açúcar, cacau, café, couros, peles, diamantes e fumo. O produto mais destacado no início desse período era o açúcar. À medida que se aproxima 1881, o açúcar perde a sua prevalência. O fumo, que a partir de década de 1870 ascendeu nas exportações baianas, aproxima-se dos valores exportados pelo açúcar, que entrará em decadência[103]. Nas palavras de Katia Mattoso:

> O declínio do açúcar nas exportações baianas entre 1851 e 1881 (de 61.951 toneladas para 47.055) não foi acompanhada, portanto, de uma diversificação da pauta de exportações. Nem o cacau (299 ton em 1850-1851 e 6.765 ton em 1880-1881), o café (1.884 ton em 1850-1851 e 6.765 ton em 1880-1881) e o fumo (6.184 ton em 1850-1851 e 12.018ton em 1880-1881) conseguiram destroná-lo. No entanto, em 1880-1881 a Bahia exportava sete vezes mais cacau, três vezes e meia mais café e quase o dobro de açúcar que em 1850-1851. Observa-se, por outro lado, que foram os novos produtos – cacau e café – que mais ganharam importância relativa a exportação, e isto numa progressão muito regular. O açúcar e até o fumo sofreram oscilações bem mais acentuadas, o primeiro após 1870 e o segundo antes[104].

---

[103] Ibidem.

[104] MATTOSO, 1992, p. 519-520.

Uma sucessão de eventos culminou, no início da década de 1870, em uma crise da produção e a consequente queda do comércio de longo curso baiano. Alterações climáticas, seca em algumas regiões e altos índices pluviométricos, em outras, comprometeram as safras. A baixa qualidade do açúcar produzido, o colapso de um sistema de produção baseado no trabalho compulsório e no tráfico interno de escravos para as regiões que começavam a experimentar o dinamismo econômico proporcionado pela cultura do café, são contingências que, somadas, criaram o cenário da crise econômica atravessada pela Bahia no terceiro quartel do século XIX[105].

Pelos dados da TABELA 3, pode-se constatar a flutuação das exportações baianas durante a década de 1870. O açúcar, que no exercício de 1850-1851 representava 68,8% das exportações, em 1869-1870, o índice ficou em apenas 30,5% e, apesar do aumento em oito pontos percentuais, no ano seguinte, a irregularidade de sua participação nas exportações do período foi uma constante, acentuada por uma tendência à queda de sua participação na pauta de exportação. Essa queda é, em parte, produto dos fatores assinalados nas linhas acima, como também pela superprodução mundial, em 1875, e pela concorrência internacional que a produção baiana vinha sofrendo, já há algum tempo[106].

A década de 1870 é marcada, também, pelo surgimento dos engenhos centrais que estabeleciam uma clara divisão entre a indústria e a lavoura. Eles foram construídos com o intuito de modernizar a indústria açucareira e como uma tentativa de adaptar esse tipo de produção à mão de obra livre e assalariada. Essa experiência não foi sólida o bastante para provocar as alterações necessárias ao processo produtivo açucareiro, nem, muito menos, capaz de retirar essa indústria da crise e da decadência em

[105] TAVARES, L. H. D., 2001.
[106] FUNDAÇÃO DE PESQUISA – CPE, 1978. (Atividades Produtivas).

que se encontrava[107]. Assim, o açúcar chegou ao final dessa década com pálidos 22% de participação na pauta de exportações, mantendo uma contribuição oscilante de, em média, 10%, de um ano para outro.

TABELA 3 – Participação nas Exportações Baianas (em %)

Exercício	Açúcar	Fumo	Cacau	Café	Algodão	Diamante	Couro/ peles	Subtotal
1869-70	30,5	28,2	2,0	10,1	12,8	...	3,4	...
1870-71	38,8	28,6	2,0	5,6	9,2	5,1	9,1	98,4
1871-72	30,1	21,9	1,9	4,8	18,3	3,0	8,1	88,1
1872-73	27,2	31,0	2,1	9,9	5,1	2,3	5,4	83,0
1873-74	25,1	32,9	2,4	15,5	6,3	3,2	6,7	92,1
1874-75	38,1	31,0	1,6	14,1	1,4	0,7	4,9	91,8
1875-76	20,4	40,7	2,4	23,3	0,3	2,8	2,9	92,8
1876-77	37,0	29,5	3,2	18,6	0,1	3,0	...	...
1877-78	24,8	35,3	4,9	18,8	0,1	5,4	...	...
1878-79	30,2	40,6	3,6	9,9	0,1	...	...	...
1879-80	22,0	35,9	5,4	20,0	...	...	...	...

Fonte: Proposta e relatórios apresentados à Assembleia Geral Legislativa, pelos ministros e secretários de Estado dos Negócios da Fazenda, Rio de Janeiro (1852-1888); Falla dos Presidentes da Província da Bahia, 1851-1889; Cálculos GTEP/CPE. Adaptação de uma tabela encontrada na Fundação de Pesquisa – CPE, 1978, p. 24. (Atividades Produtivas).

Fenômeno semelhante se deu com o fumo, com distinções fundamentais. O fumo, no exercício de 1850-1851, contribuía apenas com 12, 6% na pauta de exportações, de 1869 a 1870 essa participação alcançou 28,2%. Esse produto, nos intervalos que vão de 1850 a 1851 e 1869 a 1870, apresentou um constante e importante aumento nas exportações baianas, tendência que se estabilizou durante os anos 1870.

> Os preços do fumo sofreram considerável aumento entre 1870 e 1875, acusando um declínio no segundo semestre de 1880, quando as várias espécies de fumo tiveram seu valor rebaixado, assim permanecendo até 1890[108].

[107]FUNDAÇÃO DE PESQUISA – CPE, 1978. (Atividades Produtivas).
[108]Ibidem, p. 85.

O fato é que a pauta de exportações sempre esteve susceptível às oscilações do mercado internacional, por conta da própria natureza dos gêneros que a compunham. Por exemplo, o algodão, que tivera um desempenho promissor no exercício de 1865-1866, chegando a participar em 20,6%, no exercício segunte cai vertiginosamente, nos anos posteriores atinge somente 0,1%. O motivo dessa inconstância se deve à Guerra da Secessão, à queda na exportação de algodão e, especialmente, à recolocação da produção estadunidense no mercado internacional.

O mesmo ocorreu com a produção de diamantes ao sofrer a concorrência do Cabo da Boa Esperança.

> Até os fins de 1871 as Lavras floresceram de maneira espantosa [...] com a descoberta dos diamantes no Cabo da Boa Esperança baixaram na Europa os preços a ponto de repentinamente quebrar o commercio inteiro das Lavras[109].

Igualmente desanimadora foi a década de 1880 para os negócios baianos. Analisando os dados da participação dos produtos na receita de importação das tabelas a seguir, veremos a manutenção da tendência de queda do açúcar e a manutenção do fumo como principal produto de exportação da Bahia, mas, mantendo-se as mesmas oscilações da década anterior. A novidade nesse período coube ao cacau e ao café.

O cacau manteve um ritmo de crescimento tímido, mas constante na pauta de exportações. Ele somente teria a relevância do fumo nos negócios baianos a partir dos últimos dez anos do século XIX. O café, por seu turno, apresentou bom desempenho nesse período, desempenho contingenciado pelas questões referentes à mão de obra escrava. Nesse sentido, são sintomáticos os 55% de participação na receita provincial justamente no biênio que assinalou a abolição da escravidão e a subsequente proclamação da república, período, por certo, em que a lavoura

[109]AGUIAR apud FUNDAÇÃO DE PESQUISA – CPE, 1978, p. 109.

cafeeira paulista ressentiu-se com as mudanças nas relações de trabalho e do regime político, favorecendo, de tal modo, aquelas regiões onde a produção do café era incipiente, tal como na Bahia.

Outro elemento que merece destaque é a ausência do algodão na receita provincial de exportação, conforme mostra a TABELA 4. Isso sugere que, no período entre 1878 e 1889, o produto não alcançou um volume de negócios que influísse na receita da Província.

> Na década de 1880-89 a produção não foi suficiente para atender ao consumo das fábricas de tecido existentes na Província, tornando-se necessário importar maiores quantidades do produto de Sergipe, Pernambuco e Alagoas. Preocupados com esse declínio da produção, passaram alguns proprietários de fábricas de tecido a cultivá-los também em seus terrenos[110].

TABELA 4 – Participação dos produtos na receita provincial de exportação (%)

Exercício	Açúcar	Fumo	Cacau	Café	Algodão	Couro
1878-79	0,6	41,7	8,9	12,3	_	6,5
1879-80	_	39,8	5,5	23,0	_	6,8
1880-81	_	30,5	7,8	23,8	_	8,3
1881-82	10,5	32,8	6,3	18,3	_	8,0
1884-85	2,9	27,2	10,5	17,3	_	11,3
1885-86	2,1	25,9	13,6	19,9	_	10,1
1886-87	3,0	37,3	10,8	23,1	_	6,2
1888-89	0,0	17,7	7,1	55,0	_	4,2

Fonte: Adaptação da tabela encontrada in FUNDAÇÃO DE PESQUISA – CPE. 1978, p. 29. (Atividades Produtivas).

A conjuntura de 1890 não foi favorável aos negócios baianos. A abolição da escravidão e a debandada da mão de obra, as dificuldades para a implantação de colônias de migrantes europeus, a República que chegava e a perda de prestígio político

[110] Ibidem, p. 109.

na arena nacional golpeavam e combaliam a economia baiana. Não fosse pelo fato de que começava a tomar volume a pauta de exportações baiana, e pelo anúncio de que mais um período de recuperação econômica se avizinhava, a situação baiana seria desesperadora.

Segundo Luiz Henrique Dias Tavares, durante a Primeira República a

> [...] economia baiana era basicamente agrário-mercantil, dirigida para o mercado externo. Comparada à economia do Império, só havia uma grande diferença: já não existia escravidão[111].

Entre 1895 e 1929 a dívida interna baiana subiu de 3.388:100$00 para 119.118:050$000. Em 1888, essa dívida onerava as finanças da Província em 3.197:727$353. No segundo decênio do século XX, possuíamos um saldo devedor de 48 milhões de francos com o Crédit Mobilier Français e de 8 milhões de libras com o London and Brasilian Bank[112].

Apesar desses apuros, a economia baiana cresceu aproximadamente 200% entre 1890 e 1925. O motivo desse alento foi a boa aceitação do cacau no mercado internacional, sobretudo na Inglaterra e nos Estados Unidos, a partir de 1860[113]. Entretanto, o cacau esteve longe dos desempenhos da cana-de-açúcar, nos tempos áureos, do café e da borracha. O crescimento do cacau na pauta de exportação baiana foi paulatino. Antes dele, o fumo figurou como principal produto, cujo ápice aconteceu em 1902[114].

Os principais itens baianos negociados no mercado externo, a partir de 1890, eram, por ordem de importância, o cacau, o fumo e seus derivados, o café, o algodão e o açúcar.

---

[111] 2001, p. 361.
[112] Ibidem.
[113] Ibidem.
[114] ALCONFORADO, 2003.

Nos quarenta e um anos que marcaram a década final do século XIX e as três primeiras do século XX, o desempenho dos principais produtos baianos colocados no mercado internacional apresentou um crescimento constante, se somados os valores de cada ano. A exceção coube apenas à borracha, que, tendo experimentado o seu maior volume de negócios na década de 1900, 25.735:000$000, nos períodos seguintes sofreu uma queda vertiginosa, expressada por apenas 915:000$000, em 1910. Esse desempenho, porém, não foi um fenômeno isolado.

Mesmo no Norte do país, onde se encontravam os principais produtores de borracha, esse período foi de queda fulminante no volume de negócios. Em parte, a razão dessa queda era a concorrência feita à borracha brasileira pelo produto originário das possessões inglesas na Ásia, que desenvolveram a cultura da seringueira em larga escala e de modo racionalizado.

Assim, a produção baiana, significativamente mais acanhada que a do Pará e a do Amazonas sofreu revezes provocado pela concorrência inglesa.

O açúcar apresentou, nesse intervalo de tempo, uma expressiva melhora. Entre 1889 e 1899 foram negociados na exportação 3.155:000$000 em açúcar, um valor muito abaixo dos 106.919:000$000, negociados nos anos 1920. Entre os principais produtos exportados, esse valor conferiu ao açúcar a antepenúltima posição no *ranking* de exportação baiana, à frente apenas de couro e peles e da borracha.

O grande destaque, nesses quarenta e um anos de economia republicana na Bahia, coube ao cacau, que apresentou o maior crescimento em termos de valores comercializados. No período inicial, que vai de 1889 a 1899, o valor negociado foi de 62.978:000$000. A cada decênio, o volume de negócios praticamente dobrava de valor.

O fumo, que fora, durante alguns anos, o esteio dos negócios de exportação da Bahia, cedia, aos poucos, essa primazia ao cacau. Embora, nesses intervalos de tempo, o seu volume de negócios tenha crescido, sua elevação não se equiparou à do cacau (TABELA 5).

TABELA 5 – Exportação por produto, Bahia, 1899-1930 (em Contos de Réis)

Períodos	Cacau	Fumo	Café	Couro	Borracha	Açúcar
1889/1899	62.978	112.087	112.934	6.672	4.926	3.155
1900/1910	159.486	155.410	48.837	23.658	25.735	25.018
1911/1920	316.175	210.818	72.999	65.657	14.12	74.239
1921/1930	764.744	445.027	320.042	89.569	915	106.919

Fonte: Fundação Centro de Pesquisa, 1978, p. 120-125.

A década de 1920 marcou, para o Estado da Bahia, uma real possibilidade de recuperação econômica, frustrada, de acordo com alguns autores, pela Revolução de 1930. Dentre eles, cito Clemente Mariani:

> [...] até a Revolução de 30, a economia baiana, modesta mas equilibrada, se perdia para o maior desenvolvimento, sobretudo industrial, dos Estados do Sul, ainda conseguia, graças sobretudo à nova lavoura do cacau, acumular margens de poupança [...].
> A Revolução de 30 trouxe, entretanto, no seu bojo, duas conseqüências da maior gravidade para os interesses da Bahia. A primeira foi o soçôbro do prestígio político do Estado, sem nenhuma afinidade ao movimento vitorioso [...]. A segunda foi a instalação como fonte legislativa, inclusive em matéria tributária e nas correlatas, como o comércio exterior, da vontade discricionária do Chefe de Estado, sujeito apenas a influência dos que lhe giravam em torno[115].

"Antigetulismos" à parte, o fato é que o desempenho econômico da Bahia, nos períodos seguintes, ficou aquém das possibilidades que se anunciavam pela recuperação econômica em curso, no Estado, nas décadas anteriores.

Tomando por referência o ano de 1901, a Bahia exportou 65.493:510$. Desse valor, 15.352:918$ em cacau, 33.272:121$ em fumo, fumo de corda, cigarros, charutos, e apenas 2.339:642 em açúcar. O açúcar ficou pouco acima, em termos de valores de produtos, como areia do prado (1.109:490$) e pedras preciosas

[115] MARIANI, 1977, p. 64.

(1.420:721$). Quantitativamente houve uma equivalência entre o cacau e o açúcar. Foram exportados 13.955.203 kg de açúcar e 13.290.491 kg de cacau. Embora as quantidades fossem equivalentes, a valorização do cacau no mercado internacional era distinta. No entanto, nesse ano, o fumo e seus derivados, produtos de maior destaque, foram os responsáveis por quase 50% do volume de negócios efetuados a partir do Porto de Salvador[116].

Isoladamente, o fumo em folhas foi o que mais contribuiu com as exportações baianas, sendo, apenas ele, responsável por 32.780:744$. Os outros produtos contribuíram da seguinte forma: os charutos com 153:302$; os cigarros com 6:421$ e o fumo de corda com 331:654$[117].

O interessante, com o fumo de corda, é que, outrora, tendo servido de moeda de troca no comércio de escravos, em 1901 teve boa parte da sua exportação absorvida pela Alemanha, que comprou do Brasil 280:542$. Os outros destinos da produção de fumo de corda brasileiro foram Bélgica (53:086$), Uruguai (52:155$), Grã-Bretanha (8:421$), França (4:798$), Holanda (3.075$), e a rubrica Outros Países (79:280$). A África comprou do Brasil, em 1901, apenas 29:515$. O fumo de corda não tinha mais os portos da Costa Ocidental africana como seu principal destino[118].

A cachaça, amplamente utilizada no comércio negreiro, apesar de sua pequena expressividade na pauta de exportações baiana, sobretudo na brasileira, teve os portos africanos como um dos principais destinos. Em termos de volume de litros de aguardente negociados, à frente dos portos africanos (80.301litros) estava apenas a Grã-Bretanha (101.502 litros), negociados respectivamente a 24.185$ e 26.081$.

Não deixa de ser curioso o fato de o Estado brasileiro, em 1901, ter sido pouco criterioso no estabelecimento de suas estatísticas comerciais, ao criar uma rubrica tão vaga e tão vasta como

---

[116] SERVIÇO DE ESTATÍSTICA COMMERCIAL, [20--].
[117] Ibidem.
[118] Ibidem.

"África". Essa denominação, no entanto, tendeu a se modificar e em 1913 já era devidamente identificada, tanto nos quadros estatísticos de importação quanto nos de exportação, com leves diferenças entre eles.

Assim, no quadro de exportações que registra o movimento de 1913 a 1918, os portos de destino estão bem definidos. A África era, nesses anos, a Argélia, o Cabo Verde, as Canárias, Ceuta, a Colônia do Cabo, o Egito, a Gâmbia, a Guiné Portuguesa, a Ilha de Madeira, Lourenço Marques, Marrocos, Mellila, Senegal, Trípoli e Tunis. Para os quadros de importação, a África é diferentemente identificada. Os portos foram registrados como possessões belgas, britânicas, francesas, espanholas e de outras origens diversas. O volume de negócios com essas regiões era muito pequeno, comparado com o que o Brasil comerciava com a Europa e as Américas, mas pode ter sido sustentado, durante esse período, pela conjuntura desfavorável da Europa às voltas com a Primeira Guerra Mundial.

Epílogo

Até aqui analisamos o cenário socioeconômico da Bahia e, em particular, da cidade de Salvador, entre 1850 e as primeiras décadas do século XX, a partir do movimento portuário e de suas relações com a dinâmica da sociedade baiana. O caminho escolhido foi o de situar Salvador como um espaço privilegiado, onde as opções políticas e econômicas das elites baianas fizeram-se sentir de modo mais profundo, pois essa cidade, a Capital, foi, e ainda é, o centro político e econômico da Bahia.

Como apresentação do palco onde se desdobraram os processos analisados, a evolução espacial de Salvador foi tratada rapidamente, sendo ressaltada a manutenção de seus aspectos medievos e coloniais durante quase todo o século XIX e início do XX. Esses aspectos orgulhavam as elites baianas, pois representavam a opulência de seu passado e seus valores mais arraigados. Com o avançar do século XIX, o agravamento da crise econômica baiana,

a ascensão de novos centros econômicos e a perda de influência política das elites, os aspectos coloniais da cidade passaram a ser traduzidos como sinônimo de atraso e a justificar o fracasso do desempenho econômico da Bahia.

Um dos elementos que contribuíram para essa mudança de percepção do espaço da cidade e de sua ordenação foram as epidemias que assolaram toda a Província e depois o Estado, durante todo o século XIX e início do XX. Os surtos epidêmicos trouxeram à tona os problemas de saúde pública, de higiene, e colocaram em pauta a necessidade de obras de modernização e higienização do porto e da cidade. Assim, a partir da análise das fontes e da bibliografia sobre as epidemias, foi possível localizar, no espaço da cidade, os focos de maior incidência e identificar a parcela da população afro-brasileira como a mais atingida pelos surtos epidêmicos.

Através das fontes sobre os focos de maior incidência epidêmica foram identificadas as áreas de Salvador onde se concentrava a população afro-brasileira e analisados o papel e a contribuição dessa parcela da população soteropolitana para a dinâmica econômica e comercial da cidade, estabelecendo comparações e definições dos diversos níveis de atividade comercial e suas formas de operacionalização.

Dessa forma, foi possível inferir que, a partir do porto de Salvador e seu movimento de entrada e saída de cargas, das camadas sociais que nele gravitavam e dele retiravam seu sustento, das relações dessas camadas entre si com os espaços da cidade que ocupavam o processo de retração econômica da Bahia se deu em um contexto de reorganização do capitalismo mundial. Muitos agentes desse processo se fizeram sentir na economia baiana desde muito cedo. O fim do tráfico de escravos, a Guerra do Paraguai e a decadência acentuada da lavoura da cana-de-açúcar aguçaram a crise econômica baiana e são reflexos desse processo de reorientação do sistema capitalista.

A crise da lavoura açucareira evidenciou as incompatibilidades dos sistemas de monocultura agroexportadora nos moldes desenvolvidos na Bahia: um sistema de produção desprovido da

racionalidade imposta pela nova conjuntura mundial. Esse novo cenário teve como uma de suas principais características a liberação de grandes contingentes de mão de obra, quer fosse ela escrava ou assalariada. O próprio processo de imigração, intensificado a partir da segunda metade do século XIX, reflete o segmento de liberação de mão de obra na Europa e a impossibilidade de ela ser reaproveitada nos novos processos produtivos e gerenciais que estavam sendo implantados nos países capitalistas centrais.

O grau de competitividade e a otimização dos processos produtivos desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos impunham a criação de mercados mais ou menos exclusivos para esses países. É em função dessa demanda por mercados que Inglaterra, França, Estados Unidos e Alemanha começam a desenvolver uma agenda de relações internacionais cada vez mais agressivas e imperialistas em relação aos países da América Latina, África e Ásia. Foi em decorrência dessa agenda agressiva e de reserva de mercado consumidor e fornecedor de matéria-prima, que se inseriram as crescentes pressões para a extinção do tráfico africano de escravos.

Entretanto, as ameaças à consolidação de um sistema capitalista, capitaneado pelas potências europeias, não se apresentavam apenas em relação às alternativas econômicas oferecidas pelo tráfico de escravos a países como o Brasil. No momento em que se esboça na América do Sul um modelo de desenvolvimento autóctone que rivalizava com os interesses econômicos europeus e com a hegemonia política, sobretudo inglesa, criou-se, na Região, o cenário para o mais traumático dos conflitos entre os países sul-americanos, a Guerra do Paraguai.

Os países capitalistas centrais, sobretudo a França e a Inglaterra, digladiaram-se entre si e com países de capitalismo periférico, como o Brasil, pelo controle e monopólio das relações comerciais com o continente africano. Desse modo, as presenças brasileira e portuguesa na Costa Ocidental africana, sobretudo no Golfo de Benin e no Golfo de Bengela, eram inoportunas aos interesses do colonialismo europeu que começava a se manifestar. O até então lucrativo comércio de escravos, em parte responsável

pela acumulação de capital nos países capitalistas centrais, assume o caráter de comércio infame e culpado. Respaldada por seus interesses econômicos, colonialistas, e pela pressão moral dos movimentos abolicionistas, a Inglaterra tornou-se cada vez mais agressiva e intolerante em relação à manutenção do tráfico de escravos, pressionando sistematicamente o Brasil para que abandonasse seus interesses econômicos em relação ao continente africano.

O hiato nas relações entre o Brasil e a África, apontado por José Honório Rodrigues e José Flávio S. Saraiva, indiscutivelmente não foi forte o suficiente para extinguir por completo os vários níveis de relações comerciais estabelecidas entre este país e aquele continente. Consideradas muito especiais, elas são tratadas no capítulo a seguir.

CAPÍTULO II

§

UM COMÉRCIO MUITO ESPECIAL

Kosi ewé, kosi orisa[119]

As relações comerciais entre a Bahia e a Costa Ocidental africana têm sido olhadas sobretudo pelos seus vínculos com o tráfico de escravos. Não raro se sustenta a afirmação de que, uma vez findado esse comércio culpado, o que a ele se seguiu não se manteve durante muito tempo. Entretanto, sustentou-se, assim como até hoje, um tipo de comércio entre essas duas pontas do Atlântico que é muito especial, e para melhor compreendê-lo é necessário recorrer ao mito de Ossain.

Conta Ifá que Ossain, tendo recebido o segredo das ervas de Olodumaré, guardava essas ervas cuidadosamente em uma cabaça pendurada no galho de uma árvore. Acontece que, para realizar corretamente as oferendas, os orixás precisavam recorrer a Ossain para que lhes cedesse o segredo das folhas (*ewé*). Certa vez, o orgulhoso Xangô, irritado com a relutância de Ossain em repartir o segredo das folhas com os outros orixás, pediu a Oiá-Iansã que interviesse. Oiá-Iansã, não menos impetuosa que seu consorte, lançou uma ventania que derrubou a cabaça onde Ossain guardava as folhas. Ao cair a cabaça, a ventania forte espalhou as folhas aos quatro cantos e os orixás puderam apoderar-se e repartir entre si os segredos delas, enquanto Ossain lamentava: *Ewé O! Ewé O!*[120]

---

[119] A tradução é: "Sem folhas não há orixá" (N. A.).

[120] Uma variação, a partir da tradição oral de minha família, do mito que se encontra em VERGER, 1981. A tradução de *Ewé O! Ewé O!* é: As folhas! As folhas! (N. A.).

Assim, a frase *Kosi ewe, kosi orixá* revela a importância das folhas para as divindades, consequentemente a valorização da natureza pelos adeptos do culto aos orixás. Sem as folhas, sem a natureza, os princípios reguladores e ordenadores do Universo não existiriam.

Partes essenciais do culto aos orixás, as folhas (ewé) devem ser usadas corretamente. Essa ação está associada a toda uma ritualização que começa no momento da escolha do local onde elas serão colhidas, passa pelos elementos que estão no seu entorno, pela época do ano, pessoa que colhe, horário da colheita, fase da Lua etc.

> Cabe lembrar que os próprios *santos* se distinguem e se identificam por meio de suas preferências em matéria de consumo; pelas peculiaridades de gosto de cada um deles. Uma divindade privilegia certas cores e texturas nas vestimentas; certos sabores e aromas nas comidas; determinados paladares, em suas bebidas; determinadas essências, nos 'defumadores'; certos metais, nos seus adereços e emblemas; certas pedrarias, nas joias[121].

Entretanto, não é apenas a partir de elementos materiais, ou seja, de suas insígnias, que as peculiaridades dos orixás se manifestam. Considerando as formas como eles infligem punições àqueles que os ofendem, há de se notar as peculiaridades de seus temperamentos e poderes. Xangô, por exemplo, extravasa sua ira através das manifestações climáticas, como raios e trovões; Oiá-Iansã manifesta seu descontentamento por meio das ventanias e tempestades; Exu atrasa, desorienta e provoca brigas; Omolu-Obaluayê, por seu turno, faz-se um dos mais temidos por lançar contra os seus ofensores as mais terríveis doenças.

Supõe-se que, durante o século XIX, Omolu-Obaluayê, uma divindade originária do Dahomé, fosse cuidadosamente reverenciada, quer por afastar as doenças e epidemias dos que

[121] VOGEL; MELLO; BARROS, 2001, p. 8 (grifo do autor).

lhe prestavam culto, quer por infringi-las sobre a sociedade escravocrata brasileira, (Sidney Chalhoub já analisou as repercussões dos poderes de Obaluayê no imaginário brasileiro do século XIX) envolta em constantes epidemias[122]. Dentre as principais doenças que afligiam o Brasil, naquele século, estava a varíola, que, de acordo com as tradições afro-brasileiras, é uma doença ritual pertencente à Obaluayê.

Obaluayê exercia poderosa influência sobre a população afro-brasileira do século XIX e início do XX, por razões que se pode inferir a partir do relato de Édison Carneiro:

> Omolu – especialmente o *velho*, isto é, São Lazaro, – é muito querido nos candomblés afro-bantus da Bahia. E isso talvez se justifique devido à miséria em que vive a maioria dos negros, cujo único consolo talvez seja mesmo o de Omolu, santo que previne a bexiga ou outras moléstias que affectem igualmente a pelle. Sabe-se do verdadeiro horror que a simples perspectiva de ir para o hospital faz nascer entre as populações pobres em geral e nos negros em especial. Elles, quando para lá vão, fazem-no, na qauntidade de indigentes... Os negros suppõem que, em casa, se tratarão melhor. Principalmente devido à intervenção do velho Omolu...[123]

A citação acima reafirma, por um lado, a vulnerabilidade da população afro-brasileira ao tratamento médico, já demonstrada por meio das estatísticas do capítulo anterior; e, por outro, revela o vigor na crença do universo mágico-religioso e terapêutico transportado da costa africana. O deus da varíola adquiriu, na Região do Golfo do Benin uma relevada importância. A doença assolou a Região de forma inclemente. Esse fato contribuiu para fixar profundamente o temor e o respeito a essa moléstia, e a procura do culto a divindades que possuíam o controle sobre ela.

---

[122] CHALHOUB, 1996.

[123] CARNEIRO, 1940, p. 203 (grifo do autor).

De acordo com Claude Lépine, é possível que o culto ao deus da varíola pertencesse a um sistema religioso pré-*Odùduwà*, transportado para a Região do Golfo de Benin com as primeiras correntes migratórias dos Igbó e dos Igala. A outra hipótese, levantada pelo mesmo autor, é a de que essa divindade seja anterior às correntes migratórias e que tenha sido incorporada aos sistemas religiosos subsequentes[124]. No sistema cultural dahomeano, por exemplo, a varíola poderia ser consequência de uma quebra de tabu, por crimes como adultério ou incesto, por feitiçaria, ou provocada por um vodum como repreensão à negligência, desobediência, ofensa ou provocação, elementos que evidenciariam a quebra da relação de reciprocidade existente entre os homens e as divindades[125]:

> [...] [toda] medida preventiva contra a varíola era rigorosamente proibida no Dahomé, pois esta doença era interpretada como castigo imposto por Sakpata e tinha caráter sagrado [...] Em consequência desta proibição, os dahomeanos não praticavam a inoculação da varíola[126].

Nesse sentido, estava perfeitamente de acordo com as prescrições ritualísticas originadas na África Ocidental, a postura da população baiana descrita por Édison Carneiro, citada anteriormente.

Conta outra lenda que Omolu era filho de Oxalá com Nanã Buruku, entretanto, a criança ao nascer não gozava de boa saúde, possuía o corpo coberto de pústulas e feridas, sendo, por esse motivo, rejeitada por seu pai. Desesperada, sem saber o que fazer, Nanã deposita Omolu em uma pedra à beira do mar e se afasta.

Condoída com a situação da criança, Iemanjá emerge das águas e toma-a sob seus cuidados. Trata de seus ferimentos e protege dos olhares curiosos, cobrindo todo seu corpo com uma vestimenta feita de palha da Costa, o filá. O tempo passou e Omolu cresce, transforma-se em guerreiro audaz e poderoso feiticeiro, mas

---

[124] LÉPINE, 2000.
[125] Ibidem.
[126] Ibidem, p. 122.

continua resguardado dos olhares alheios pelo seu filá, aguçando a curiosidade de todos com sua aparência pouco comum.

Certa vez, Omolu olhava, de longe, uma festa onde todos os outros orixás dançavam e se divertiam, e foi convidado por Ogum a fazer parte dos festejos. Entretanto, a sua estranha aparência despertou a atenção e a curiosidade de Oiá-Iansã, que não se conteve e lançou uma ventania que levantou seu filá, revelando seu corpo, numa beleza que deixou todos admirados.

Essa lenda, que revela a origem da vestimenta de Omolu, mostra também um dos elementos fundamentais para o seu culto, a palha da Costa. Essa palha, por sua vez, foi comercializada entre a Costa d'África e a Bahia e, de certo modo, esse comércio é mantido até os dias atuais.

Ao andar pelas ruas da feira de São Joaquim, uma das maiores, mais antigas e famosas feiras livres de Salvador, não é difícil encontrar ervas, palha da Costa, adereços e outros objetos de uso litúrgico no candomblé. Esse comércio é bem antigo e deve ter nascido com a própria organização da feira.

Nesse mercado tão competitivo, há uma estratégia de *marketing* para atrair a atenção e despertar o desejo de compra nos fregueses, a qual, em particular, é bastante significativa e revela um mundo de signos, significados e de possíveis conexões reais ou imaginárias com a África[127]. Ela consiste no seguinte: quando um comerciante quer valorizar a sua mercadoria aos olhos de seu freguês, apresenta ao cliente o rótulo de "vindo da África" ou "da Costa"[128]. Essa qualidade adicional faz com que aumente a crença na eficácia do produto em questão e, por conseguinte, a sua valorização. Entretanto, essa prática somente encontra respaldo porque há, no imaginário dos adeptos do candomblé, o credo de

[127] O termo África é aqui empregado no sentido que é utilizado pelos adeptos do candomblé, isto é, como a mãe mítica de onde provêm todos os mistérios e toda a força, ou seja, o axé.

[128] Esse procedimento pôde ser constatado tanto na conversa com um feirante a respeito dos referidos produtos, como na observação das embalagens dos produtos postos à venda.

que os produtos originários da África são mais poderosos, mais fortes e mais eficientes que os produtos nacionais.

A crença na maior eficácia dos produtos africanos está, em parte, relacionada a uma polêmica estabelecida nas primeiras décadas do século XX. Estavam envolvidos nessa polêmica os partidários da pureza do culto aos orixás e os adeptos do que se configuraria mais tarde no chamado candomblé de caboclo[129]. Como forma de defesa ou manutenção de certa primazia dentro do culto, alguns chefes religiosos faziam a recomendação de se realizar os rituais como se fazia na África, criando assim um mito em relação aos produtos vindo diretamente deste continente.

Nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, babalaôs e babalorixás baianos, filhos de africanos, exaltavam essa sua condição de filhos de africanos. Assim o faziam Martiniano Eliseu do Bonfim e Eugenia Anna dos Santos (conhecida como Mãe Aninha e Iya Obá Biyi), que compartilhavam entre si uma mesma frase – "Meus pais eram africanos, graças a Deus". O próprio Martiniano Eliseu do Bonfim viveu parte da vida em Lagos, onde recebeu sua formação[130]. Esses líderes religiosos, com altivez, reforçavam o diferencial diante dos demais chefes de casas de culto. Orgulhavam-se de, por terem recebido como herança familiar os segredos e mistérios dos cultos aos orixás, estar mais próximos das raízes africanas.

Essa postura, exemplificada a partir das declarações dos dois chefes de culto, deu origem ao que se convencionou chamar de "mito da superioridade nagô". Esse mito, segundo alguns, foi produto da intervenção dos etnólogos brasileiros vinculados à escola de Nina Rodrigues e dos estrangeiros. Esses pesquisadores, em suas buscas por africanismos, teriam divulgado, em suas obras, a ideia de que as tradições nagôs eram mais puras, por exemplo, do que as tradições bantas ou as dos candomblés de caboclo. Esse discurso teria migrado dos meios acadêmicos e sido incorporado pelos adeptos do candomblé de matriz jêje-nagô.

---

[129] Veja SANTOS, F. G., 2001.

[130] PIERSON, 1971; O ESTADO DA BAHIA, 1936.

Há, no entanto, outra interpretação do processo de fundação do "mito da pureza nagô" que está vinculada ao conceito de "transnacionalismo yorubá". Segundo J. L. Matory, um dos defensores desse conceito, o processo de fundação do mito tem raízes muito mais profundas do que supõem os etnólogos brasileiros e estrangeiros. Essas raízes estariam calcadas mesmo em um processo de expansão cultural e comercial ioruba para além do Continente Africano[131].

A formulação e a expansão de uma ideologia da superioridade nagô seria, ao mesmo tempo, produto do e reação ao colonialismo britânico e ao francês na Costa d'África. O processo de ocupação colonial da África coincidiu com o momento de criação das chamadas teorias raciais. Ainda citando Matory:

> O discurso sobre pureza racial na 'Costa' da África ocidental certamente tem precedentes no desdém dos colonialistas britânicos pelos seus súditos cultural e racialmente híbridos. [...] os etnógrafos desconstrucionistas do Candomblé estão, portanto, equivocados ao atribuir a ideologia da 'pureza nagô' à intervenção de outros etnógrafos e patronos euro-brasileiros. De fato, esta ideologia parece ter tido suas origens na renascença africana de Lagos na virada do século[132].

Discordo ou não entendo, exatamente, o que Matory chama de "renascença africana em Lagos". Creio que, para haver uma renascença, é necessário primeiro um período áureo anterior, seguido por um processo de declínio. A renascença seria um novo período de ascensão que pode ou não ter o período áureo como referência. Ora, para existir uma "renascença africana em Lagos", em algum momento de sua história, Lagos tivera um período áureo que resumia as características do "ser" africano. E depois de um processo de declínio, teria sido reavivado na virada do século

[131] MATORY, 1998.
[132] MATORY, 1998, p. 282

XX, como afirma o autor. Outro problema na contextualização de Matory é a ideia de que já existia uma consciência do ser africano, levando-nos a crer que era possível, já naquele momento, reduzir ou resumir a identidade africana a alguns traços.

Em suma, a ideia de uma "renascença africana em Lagos", no final do século XIX, transmite uma desconfortável imagem essencializada da África e do que seria ser africano, especialmente porque, ainda que Lagos fosse um local de confluência, não creio que ele pudesse, através de um movimento de florescimento (ou reflorescimento), sintetizar uma cultura e uma identidade "africanas".

Talvez melhor do que falar em renascença seja referir-se a um processo de ebulição cultural, religioso, político e econômico pelo qual passou Lagos no final do século XIX e início do XX, como um dos marcos no processo de "invenção da África", acatando as ponderações levantadas por Kwame Appiah[133].

> Falar de uma identidade africana no século XIX – se identidade é uma coalescência de estilos de conduta, hábitos de pensamento e padrões de avaliação mutuamente correspondentes (ainda que às vezes conflitantes), em suma, um tipo coerente de psicologia social humana – equivaleria a 'dar a um nada etéreo um local de habitação e um nome'[134].

Sendo isso verdade, então a própria noção de África ou de identidade africana eram incipientes na virada do século XIX. E se considerarmos Lagos, nesse período, como uma sociedade mestiça, isto é, produto da própria diáspora e que abrigava autóctones, europeus e ex-escravos retornados do Novo Mundo, a construção da identidade africana também é um produto da diáspora em ambas as margens do Atlântico. O período de renascença a que Matory se refere seria apenas o início da construção de identidades mais abrangentes do que aquelas que estavam em operação até então.

---

[133] Veja os capítulos 1, 2 e 9 de APPIAH, 1997.
[134] Ibidem, p. 243 (grifo do autor).

Apesar de discordar do termo empregado por Matory para contextualizar as origens da ideologia de "pureza nagô", creio, como ele, ser mais plausível que a construção da identidade nagô na Bahia e, consequentemente, a imposição do mito da pureza de suas tradições tenham brotado do processo diaspórico complexo e não da ação de pesquisadores brasileiros e estrangeiros em busca de africanismos.

Isso porque, se considerarmos o contexto de implantação do colonialismo europeu, sobretudo o britânico e o francês na Costa d'África e, guardadas as devidas proporções, o contexto vivenciado no Brasil pelos descendentes de africanos, o processo de opressão racial era similar. A noção de "fardo do homem branco" moldava as relações sociais, econômicas e políticas nos dois lados do oceano.

A própria noção de África, que começou a ser construída por Alexander Crummell, nas últimas décadas do século XIX, influenciou o movimento pan-africanista e os intelectuais como Leopold Sedar Senghor, Kwame Nkrumah, W. E. B. Du Bois que, segundo Appiah, estavam impregnados de ideias com conotação racial[135]. Ou seja, para fazer frente às ameaças e imposições do colonialismo europeu, foram utilizados, em mais de um momento, os arcabouços teóricos do racismo europeu. E o irônico é que essa utilização foi feita tanto pelos colonizadores quanto por aqueles que reagiam à colonização, quer fossem do continente africano, quer do Novo Mundo.

A postura colonial europeia, por exemplo, pode ser ilustrada a partir do relato feito por Edward Said, de uma polêmica levantada em 1910 no Parlamento Britânico que revela a concepção daquele país sobre o papel que deveria desempenhar uma potência colonialista. Nesse relato estão contidas, inclusive, as nuanças ideológicas que moldavam a ação dos políticos ingleses em relação à sua política de dominação e subjugação de outros povos.

Said descortina, através da fala de Arthur James Balfour, os elementos da representação da Europa em relação à África e, particularmente, em relação ao Egito:

---

[135] APPIAH, 1997.

> Não estou assumindo nenhuma atitude de superioridade [...] Conhecemos a civilização do Egito melhor que a de qualquer outro país. Conhecemo-la mais para trás no passado; conhecemo-la mais intimamente; sabemos mais sobre ela. Ela vai muito além da insignificante extensão de nossa raça, que se perde no período pré-histórico em uma época em que a civilização egípcia tinha passado a sua plenitude. Olhem para todos os países orientais. Não falem de inferioridade ou de superioridade[136].

No discurso de Balfour, o Egito possuía uma civilização milenar, mais antiga que "a sua raça" e, por isso, ele afirma: "não falem de inferioridade ou de superioridade". Ele reconhece, em termos relativos, a importância e a contribuição da civilização egípcia para o Ocidente. A comparação em termos de superioridade ou inferioridade seria desfavorável ao Ocidente, pela própria antiguidade dessa mesma civilização. Por outro lado, como atesta Said, a posse do conhecimento sobre a história dessa civilização não é impeditivo para sua dominação.

> Ter um tal conhecimento de uma coisa como essa é dominá-la, ter autoridade sobre ela. E, nesse caso, autoridade quer dizer que 'nós' negamos autonomia para 'ele' – país oriental –, posto que o conhecemos e que ele existe, em certo sentido, *como* o conhecemos. O conhecimento britânico do Egito, para Balfour, é o Egito e o peso do conhecimento faz questões como inferioridade e superioridade parecerem insignificantes. Em nenhum momento Balfour nega a superioridade britânica e a inferioridade egípcia[137].

O interessante é que essa argumentação evidencia certas associações que afastam o Egito da África e o aproximam do Oriente por um lado, e em contrapartida, ratifica a ideia de que as representações fora da Europa são construídas de forma independente da existência ou não de uma história ou de uma civilização.

---

[136] SAID, 1990, p. 42.
[137] Ibidem, p. 42 (grifos do autor).

Se, por um lado, essa era a postura britânica em relação ao Egito, reconhecido por seus políticos e agentes coloniais como portador de uma civilização milenar, por outro, melhor consideração não possuíam outras regiões da África, Ásia e América, desprovidas do mesmo respaldo civilizatório.

O próprio Brasil, aos olhos dos britânicos e franceses, era pouco distinto da "África", e essa indistinção molestava as elites brasileiras que se esforçavam para construir um país de acordo com o modelo europeu. Importaram modelos de comportamento, urbanização, vestuário e ciência. E no bojo desse esforço para fazer dos brasileiros cópias fiéis dos europeus, estava posta uma questão crucial: o que fazer com a parcela da população que não se adequava ao modelo europeu, nem em termos de civilização nem fenotípicos?

Mais uma vez, há um campo fértil para se demonstrar que aqueles que eram possíveis alvos da colonização europeia valeram-se, via de regra, dos mesmos arcabouços teóricos e ideológicos como forma de contenção das ações colonialistas. As elites brasileiras apoiaram-se nas teorias raciais para desenvolver um conjunto de ações, inclusive na esfera do Estado, também com o intuito de esquivar-se da susceptibilidade do Brasil a uma possível intervenção das potências colonialistas.

O medo real ou imaginário das elites brasileiras pode ser vislumbrado na citação a seguir. Ela é um excerto do artigo intitulado *Dois ministros anti-brasileiros*, assinado por Methodio Coelho, no qual critica a atuação dos representantes brasileiros na Conferência de Versalhes. A imprensa do período deu ampla cobertura às censuras feitas a Epitácio Pessoa por ter votado e defendido a proposta do Presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, que estabelecia a doutrina de desigualdade das raças[138]:

> Mas o voto malefico ao qual se refere é exactamente a desigualdade das raças e dos povos, uns perante outros; donde

[138] O IMPARCIAL, 1919; DIÁRIO DA BAHIA, 1919.

> se há de inferir, pois que si os nippões, gente forte, armada, numerosa e efficiente, são inferiores ao povo dos Estados Unidos, a massa da população brasileira, rebentto viril e esperançoso, mas recente e ainda não armada e preparada, de varias raças, cuja fusão só a ignorancia presumida e bronca desconheceria aqui, não poderá pretender melhor qualificação quando posta em confronto.
> Assim, o sr. Epitácio [Pessoa] e o sr. Domicio [Gama] se alheiaram não só do Brasil, mas ainda da humanidade, cuja igualdade reconhecida e assegurada é - no dizer do famoso escriptor - o único anteparo juridico ás ambições de conquista, ás veleidades de dominio de uma sobre outra nação e ás matanças exterminadoras dos povos chamados inferiores[139].

As elites brancas brasileiras, quando já não dispunham mais do sistema escravista para ordenar e disciplinar a sociedade, valeram-se de um sistema de classificação social baseado na ideia de raça e nas teorias raciais importadas da Europa[140]. Essas teorias passaram por um processo de adaptação à realidade local. O modelo racial europeu de "pureza sanguínea", tal qual ele se apresentava, não funcionaria para a sociedade brasileira, já com alto grau de miscigenação, até mesmo entre as elites.

Cabe salientar que o sistema de classificação racial, onde quer que ele se apresente, não pode ser visto apenas como um produto das ações de uma elite. O conjunto da sociedade, ao se adaptar a esse sistema classificatório, interfere, deixando nele suas próprias marcas e concepções de raça. Assim, como solução para a realidade local, e mantendo os mesmos pressupostos escravistas, o sistema de classificação racial no Brasil assumiu "cores" próprias, com vários graus de intermediação entre o branco, o negro e o indígena.

No bojo desses graus de intermediação racial calcados na cor da pele e nas características fenotípicas, tais como tipo de cabelo

[139] O IMPARCIAL, 1919.

[140] SCHWARCZ (1993) situa a chegada das teorias raciais ao Brasil por volta de 1876.

e o formato do nariz e da boca, existiram subníveis que precisam ser mais detidamente avaliados. E, invariavelmente, no interior de cada um deles, há atributos pessoais e características de ancestralidade que, valorizados em determinadas circunstâncias, condicionam os graus de subordinação e a posição hierárquica do indivíduo. Por exemplo, com a política de imigração brasileira do final do século XIX e início do XX, criaram-se, entre os chamados brancos, vários graus de classificação racial de acordo com a procedência dos imigrantes, que em maior ou menor grau persistem até hoje[141]. Um dos principais defensores desse tipo de diferenciação foi Oliveira Vianna. Segundo ele,

> Se as etnias europeias possuem cada uma delas um modo específico de reação ao clima tropical, compreende-se a necessidade de destacar do grupo branco as 'raças', que o compõem, para poder determinar [...] a aclimatabilidade diferencial de cada uma [...][142].

Em outras palavras, mesmo entre os brancos estabeleceram-se subníveis de classificação racial. Entre os negros e mestiços esses graus se tornaram muito mais operacionais a ponto de provocar , ainda hoje, acalorados debates entre intelectuais como Michael Hanchard e Peter Fry em torno do sistema de classificação racial brasileiro[143].

Na Bahia da virada do século XIX para o XX, esses subníveis eram operacionalizados de forma muito particular. Nesse contexto, como forma de reação à hierarquização racista da sociedade, houve um movimento de valorização da ancestralidade africana que foi evocada e valorizada. Instaurou-se, com isso, um verdadeiro conflito entre os que se diziam brancos e evocavam uma ancestralidade europeia e os que assumiam a sua ancestralidade

---

[141] RAMOS, 1996.

[142] OLIVEIRA VIANNA apud RAMOS, 2003, p. 591 (grifo do autor).

[143] Para familiarização com os argumentos de ambos os intelectuais veja HANCHARD, 2001; FRY, 2005.

africana. Esse confronto ganhou corpo e se manifestou em várias áreas da sociedade, por vezes de maneira implícita, outras, violenta e escancarada. O mundo do trabalho, as tradições culturais, o mundo religioso, a academia e a imprensa formaram o palco onde inúmeras batalhas foram travadas.

Esse movimento de valorização da ancestralidade africana, entretanto, se fazia a partir de um determinado referencial, o nagô. E não deixava de ter as suas similaridades com o modelo que estava sendo imposto ao conjunto da sociedade, pois a sua valorização se dava dentro dos limites das ideias de superioridade e inferioridade de seus atributos em relação aos demais grupos não brancos e da sua equivalência em relação aos padrões europeus[144].

Assim, pelas constantes viagens de travessia do Atlântico, uma parcela de afro-brasileiros manteve estreitos contatos com as comunidades da Costa Ocidental da África. Certamente essa parcela era composta de ex-escravos africanos e de seus descendentes que, através do estabelecimento de relações comerciais, fortaleciam os vínculos identitários e mantinham trocas simbólicas no campo da religiosidade com as populações africanas locais e de escravos libertos retornados ao seu continente de origem[145]. Em uma entrevista concedida ao jornal *O Estado da Bahia*, Martiniano Eliseu do Bonfim revela um pouco desse processo: "– Fui para Lagos creança e voltei rapazinho quando meus paes morreram"[146].

Em outra declaração, coletada por Donald Pierson, no final da década de 1930, Martiniano Eliseu do Bomfim anuncia a existência de um fluxo comercial entre a Bahia e Lagos, cujos agentes desse comércio se valiam de vínculos de parentesco sanguíneos ou simbólicos cuidadosamente mantidos nos dois lados do Atlântico.

---

[144] Ver a discussão desse tema em SANTOS, F. G., 2001.
[145] LIMA apud VERGER, 1981. p. 28.
[146] O ESTADO DA BAHIA, 1936.

> Meu pai tinha ido só fazer uma visita. Voltou logo pra Bahia, pra cuidar dos negócios. Nesse tempo ele comprava coisas da África. Mas eu fiquei em Lagos, onze anos e nove meses, desde 1875 até 1886. Mas tarde fui outra vez pra África e fiquei mais um ano. E três anos depois voltei de novo prá vender coral e lã grossa e fina. Comprei pano da Costa pra vender aqui [...][147].

Um comércio de motivação pré-capitalista?

Vez que a principal motivação do sistema capitalista é a obtenção de lucro, a produção, distribuição e troca são processos racionalizados no sentido de obter-se o acúmulo de riquezas. Segundo Marx, a

> [...] riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista apresenta-se como uma 'imensa acumulação de mercadorias'[148].

A riqueza acumulada através da mercadoria, por seu turno, pode ser entendida como o acúmulo de trabalho humano na sua produção:

> Sua objetividade de valor [da mercadoria] é puramente social e, então, é evidente que ela pode aparecer apenas numa relação social de mercadoria para mercadoria[149].

Sendo assim, as mercadorias somente podem adquirir seu valor em sociedades que comunguem da mesma realidade social, para que, dessa forma, possam encontrar as suas equivalências[150]. Considerando a sociedade brasileira da segunda metade

---

[147] PIERSON, 1971, p. 278 (grifos nossos).
[148] MARX, 1988, p. 54 (grifo do autor).
[149] Ibidem, p. 54.
[150] Ibidem.

do século XIX e as suas relações comerciais com a Costa Ocidental da África, as realidades sociais que permitiram as equivalências entre as mercadorias que compuseram o fluxo das trocas materiais/ simbólicas voltadas para o culto aos orixás já haviam sido postas pelo intercurso do tráfico de escravos.

Durante a vigência do tráfico negreiro criou-se um mercado na Costa d'África para produtos brasileiros, como se pode inferir a partir dos itens que constam no manifesto de carga de mercadorias abaixo:

> Manifesto de um carregamento de mercadorias enviadas ao Sr. Domingo José Martins de Porto Novo perto de Whydah, Costa da África, para instalar uma feitoria e pelo valor de 1.200 escravos que deverão ser expedidos para a Bahia pelo brigue negreiro 'Três Amigos'.
> 160 barris de búzios
> 544 – fuzis
> 600 fuzis (com a marca inglesa, mas feitos na Alemanha)
> 600 dúzias de copos de licor
> 300 dúzias de garrafas (de fabricação alemã)
> 1.200 peças de indianas (tecidos estampados) inglesas
> 22 peças de 24 jardas de lona crua da Alemanha
> 110 barris de pólvora de 12 libras
> 1 caixa de pedras de fuzil.
> Estas mercadorias foram carregadas em um navio que partiu de um porto alemão e que, antes de dirigir-se à Costa d'África, passou pela Bahia para completar o seu carregamento, embarcando
> 4.000 mangotes de fumo
> 1.500 pipas de cachaça.
> Este carregamento valia em dinheiro 96 contos de réis ou em francos 228.000, formando uma soma necessária para as despesas de instalação de uma feitoria e para compra de 1.200 negros[151].

[151] Ministère des Affaires Étrangères. Quai d'Orsay. Correspondance Consulaire et Commerciale du Consulat de Bahia, v. 5, f. 28, apud ARAÚJO, U.C., 1998-1999, p. 86-87 (grifo dos autores).

Dessa forma, por conta do comércio negreiro, desenvolveu-se no Brasil o gosto e o mercado para certos produtos africanos. Pierre Verger registra as mercadorias apreendidas pelos ingleses no período de repressão ao tráfico, por volta de 1830, que sugerem quais produtos seriam.

> Eis alguns dos preços da venda em leilão desses artigos encontrados a bordo dos navios condenados (preços indicados em *shillings* e *pence*, os nomes que seguem são dos navios):
> Aguardente, o galão: 2/6, *Heroína*; 2 a 2/6, *Providência*; 1/9 a 2/3, *Venturoso*. Calícó, a peça: 9 a 9/6, *Heroína*; 6 a 7/6, *Eclipse*; 2/6 a 3, *Venturoso*. Madapolan, a peça 10 a 10/$^{1/2}$, *Heroína*; 5/6 a 7/6, *Trajano* 8 a 10, *Providência*; 5/9 a 8, *Venturoso*.
> Chita, a peça; 11 a 11/6, *Heroína*.
> Mosquete, a unidade: 14, *Heroína*, 8, *Invensível*; 9 a 10/3, *Venturoso*.
> Rolos de tabaco: 1 a ¼, *Heroína*; 1/7, *Providência*, 3/6, *Venturoso*.
> Barril de azeite-de-dendê: libra 1.1/3 a libra 2.2, *Tentadora*[152].

Esses dois documentos dão uma ideia aproximada dos tipos de mercadoria que eram trocados durante a vigência do tráfico negreiro. Em relação ao manifesto de carga de mercadorias, o que chama a atenção e fica expresso de forma explícita no texto do documento é a expedição de mercadorias utilizadas no comércio de escravos diretamente dos portos europeus. As mercadorias industrializadas, ao menos nesse manifesto, podem ser divididas em pelo menos três grupos: a) bélicas, b) têxteis e c) produtos de vidro. As mercadorias brasileiras consistem apenas no fumo e na cachaça, mas em termos de volume, compunham a maior parte dos gêneros que seriam trocados. Se comparados aos produtos apreendidos durante a repressão ao tráfico, notam-se algumas equivalências.

---

[152] VERGER, 1981, nota 59 do capítulo XV(grifos do autor).

Entre as mercadorias despachadas para a Costa d'África, o material bélico era composto por fuzis, pólvora e pedras de fuzil. O material bélico apreendido pelos ingleses era composto por mosquetes. A aguardente também consta nos dois documentos.

Os 160 barris de búzios que são arrolados no manifesto de carregamento de mercadorias, despachadas por Domingos José Martins, são da espécie *Cypraea moneta* ou *Cipraea anullus*. Esses búzios eram uma moeda tradicional em algumas regiões da Costa do Golfo de Benin, como Lagos, Porto Novo, Ajuda. De acordo com Manuela Carneiro da Cunha, o seu baixo valor unitário permitia pequenas transações comerciais, entretanto, era bastante desconfortável para negociações de maior valor. Em 1850, para compor uma quantia de cinco dólares espanhóis era preciso uma saca. Para compor 100 dólares espanhóis era preciso uma tonelada[153].

> [...] 40 caurís formavam uma corda; 50 cordas uma cabeça, 10 cabeças, uma saca. O câmbio na década de 50 era tal que duas cabeças de caurís correspondiam a um dólar espanhol ou pouco mais que 8 shillings ingleses, decaindo rapidamente nas décadas seguintes. Em 40 anos (1850-1890) o caurí desvalorizou-se em 90%[154].

Deixando os caurís de lado, o fato é que a presença de alguns itens, nas cargas confiscadas pelos ingleses, sugere que as embarcações apresadas já haviam tocado em, pelo menos, um porto africano, antes de serem detidas. Entre eles estão os tecidos e o azeite de dendê.

As embarcações Heroína, Trajano, Providência e Venturoso transportavam um tecido chamado madapolan, também conhecido como pano da Costa; a embarcação Tentadora foi surpreendida com um carregamento de azeite de dendê. Isso significa dizer que, juntamente com os escravos, as embarcações transpor-

---

[153] CUNHA, 1985.
[154] Ibidem, p. 121.

tavam essas mercadorias para o Brasil. O mercado já havia sido criado, assim como uma "realidade social" que permitia as transações, tendo por base as "relações das mercadorias umas com as outras"[155]. Após a abolição do tráfico de escravos, o comércio entre o Brasil e a Costa d'África se manteve utilizando os mesmos padrões de "transação social", mas sem a presença do escravo.

A principal característica desse comércio era, assim como no comércio negreiro, a pequena utilização de dinheiro. Em sua maioria, as mercadorias eram trocadas em uma espécie de escambo. Os produtos eram consignados a representantes comerciais que os retiravam da Alfândega, pagando as devidas taxas. Convertiam os produtos recebidos em produtos brasileiros e os remetiam novamente à Costa d'África, para o(s) proprietário(s) do carregamento inicial, depois de retirar uma comissão pela operação realizada[156].

Como o sistema bancário era inexpressivo nas duas pontas do Atlântico, ou não se prestava à concessão de créditos para esse comércio, a maneira encontrada foi a da remuneração através da troca de mercadorias, por assim dizer. A transferência dos valores se dava, na maioria das vezes, sem a intermediação de letras de câmbio ou dinheiro propriamente dito. Por seu turno, as mercadorias que eram recebidas em pagamento daquelas mercadorias remetidas, compunham uma reserva importante de capital que poderia ser utilizada tanto para obter crédito, quanto para servir de lastro em possíveis flutuações do mercado internacional. Ainda de acordo com M. C. da Cunha, referindo-se à Costa d'África:

> Na ausência de qualquer instituição bancária e diante da pequena disponibilidade de capitais na região competia aos negociantes não só manterem estoques importantes, mas financiá-los sobre longos prazos aos seus varejistas,

[155] As aspas utilizadas neste parágrafo são para destacar as expressões utilizadas por Marx, 1988.
[156] CUNHA, 1985.

> ressarcindo-os só quando estes acabassem de vender as mercadorias ou voltassem com os produtos do interior[157].

Pelas características do mercado baiano, com disponibilidade limitada de capital, esse procedimento deveria ser adotado também na margem brasileira do Atlântico. Assim, nas duas pontas desse comércio o acúmulo de mercadorias em estoque se fazia necessário. Entretanto, esse acúmulo não era resultado apenas do excedente de produção. Antes disso, ele era produto da própria circulação de mercadorias e se dava com o intuito de manter a rede comercial em movimento. A monetarização das economias envolvidas nesse comércio era pequena e permitia que, apenas em situações extraordinárias, o pagamento dos produtos fosse feito em moedas metálicas, invariavelmente de ouro ou prata, o que não comprometia essa categorização.

Em 3 de março de 1857, por exemplo, um tal Manoel Durans Lopes Vianna, vindo da Costa d'África no iate português Águia, despachou nada menos que 2 sacos de ouro e prata. A descrição desses volumes ocorre da seguinte forma:

> 862 de taras de ouro em pó
> 32 onças de moedas de ouro
> 30 libras sterlinas, moeda de ouro inglesa de 8:500 cada
> 5 moedas de ouro de cunho português de 16$000 reis
> 1075 pesos de moedas de prata[158].

Esses volumes não foram os únicos a bordo da citada embarcação; outro comerciante, de nome Estevão José Brochado, despachou um saco com valores muito mais modestos assim descritos: "384 pesos em moedas de prata/ 69 pesos em diversas moedas de ouro"[159].

[157] CUNHA, 1985, p. 120.
[158] ARQUIVO... maço 02022, 1857-1, n.º 1773.
[159] ARQUIVO... maço 02022, 1857-1, n.º 1773.

Sete meses depois, no dia 7 de outubro de 1857, o mesmo E. J. Brochado despachava, do porto de Ajudá, pelo brigue português Providência, "três caixas com quinze mil colas frutas" – também chamadas noz-de-cola, conhecida dos adeptos do culto aos orixás como obi – no valor de 34$400 réis[160]. E, novamente, ele envia outra remessa de pesos somando um valor total de 8:524$000 em 1865, dessa vez, em nome de Chaves, Filho e Brochado. Isso sugere que embora o comércio feito por esses indivíduos prescindisse da utilização de moedas, elas, necessariamente, não estavam de todo excluídas das operações comerciais. Antes disso, elas funcionavam como um lastro importante que permitia o controle da saturação do mercado com os produtos importados e provavelmente a manutenção dos seus preços em patamares mais ou menos rentáveis.

O primeiro produto, o que chama mais atenção nas fontes coletadas e já foi considerado detidamente por Pierre Verger, é o azeite de dendê. O segundo, de maior relevo, e com vinculações com as casas de culto, é o pano da Costa; o terceiro mais frequente é a noz-de-cola, ou obi; e, por fim, uma gama de itens que estão diretamente ligados ao culto aos orixás.

O azeite de dendê, ou óleo de palma, extraído a partir da polpa do fruto do dendezeiro (*Elaeis guineensis*), é um dos produtos mais reconhecidos como de origem africana, dadas as suas qualidades culinárias e como ingrediente fundamental na preparação de determinadas oferendas. Em relação à importação desse produto, há um paradoxo: a quantidade importada era insuficiente para justificar, no Brasil, o uso industrial dado ao produto na Europa. Por outro lado, era demasiadamente alta para o simples consumo doméstico.

Quanto ao seu uso, o azeite de dendê encontra aplicação em três campos diferentes. O alimentício, o medicinal e oleoquímico, e o industrial. Esses três campos talvez elucidem o aparente paradoxo das importações brasileiras desse produto no final do século XIX e primeiras décadas do XX.

---

[160] ARQUIVO... maço 02022, 1857-3, n.º 642.

Seu uso alimentício, embora nos remeta imediatamente à moqueca, ao vatapá e ao acarajé, entre outros pratos da culinária baiana, possui um espectro muito mais amplo. Ele pode ser utilizado como ingrediente na produção de pães, biscoitos, massas, tortas, manteiga vegetal, óleo de cozinha e como substituto da manteiga de cacau. Já o uso medicinal deve-se ao fato de o azeite de palma possuir componentes com propriedades antioxidantes que previnem o câncer e doenças cardíacas, além de inibir a produção do colesterol LDL, nocivo ao sistema cardiovascular, aspecto que não teria sido considerado como relevante para o período analisado.

Na produção oleoquímica, o azeite é um dos ingredientes na composição de sabões, tintas, velas e na laminação do aço, aplicação, diga-se de passagem, que os ingleses usavam em larga escala. O uso industrial, por sua vez, encontrava no óleo de palma uma matéria-prima para a produção de vários ácidos[161].

Além da culinária afro-brasileira, a condição de ingrediente na produção de sabões, velas, tintas, bem como a sua participação na produção de gorduras utilizadas em massas de pães, biscoitos, tortas sugerem que parte da importação do azeite de dendê encontrava nessas atividades o seu destino final. A maior parte era importada para reexportação, de acordo com a lógica comercial dos negociantes baianos.

Quanto ao comércio de pano da Costa, é menos susceptível a dúvidas. Sua importação tinha, na população afro-brasileira, o foco principal de seu mercado consumidor. De acordo com M. C. da Cunha:

> Em 1888, os panos da Costa sobrepujavam o azeite de dendê nas exportações para o Brasil [...] vendidos facilmente aos africanos no Brasil, dada a sua durabilidade e provavelmente, também, dada a reminiscência que evocavam de sua pátria [...][162].

[161] Informações coletadas a partir dos sítios: <http://www.seagri.ba.gov.br/Dende.htm> e <www.seagri.ba.gov.br/pdf/v5n1_socioeconomia%2001.pdf>.
[162] CUNHA, 1985, p. 119.

A noz-de-cola ou fruta cola, como aparece na documentação de época, desperta maior curiosidade. Estando diretamente ligada aos rituais de iniciação, surpreende pelo volume de importação.

O obi, como é conhecida a noz-de-cola pelos adeptos do culto aos orixás, possui *cola Acuminata* como nome científico. É da família *Sterculiacaea*, assim como o cacau e o cupuaçu. Na verdade, a noz-de-cola é também referida na documentação como *collas* frutas alimentares e frutas estomacais[163], o que sugere, em parte, o uso a que era destinado. A noz-de-cola era mascada pelos trabalhadores escravos e libertos com o objetivo de enganar a fome e ao mesmo tempo mantê-los alerta e estimulados. Isso era possível em função da grande quantidade de cafeína que essa noz possui.

É na utilização medicinal que talvez se encontre mais um elemento para compreender a sua importação. Além de sua ação como estimulante, a noz-de-cola é também usada como antidiarreico, nos caso de anemia e convalescença de doenças graves, problemas estomacais e cardíacos. Levando-se em consideração os graves problemas de saúde que assolavam a Bahia durante todo o século XIX e início do XX, bem como o temor da população em relação aos hospitais, como sugeriu Édison Carneiro, citado anteriormente, é de se considerar o uso terapêutico da noz-de-cola pelos afro-brasileiros.

Da gama de itens no rol das importações brasileiras da Costa d'África, o que chama a atenção por sua presença constante é a palha da Costa. Extraída da palmeira conhecida como Igí Ògòrò (*Raphia Vinifera*), em termos de sua aplicação, além dos adereços dos orixás, ela encontra ampla aplicação na produção de chapéus, cestos, esteiras etc.

Não era desprezível, também, o fluxo de sabão da Costa movimentado por esse comércio. Além desses itens, há uma variedade de outras mercadorias de difícil agrupamento, dadas a sua variedade e especificidade. São itens como baús velhos, cuias, cacetes de pau, pássaros, peles de macaco etc.

---

[163] ARQUIVO... maço 02022, 1857-3, n.°1863.

Os agentes comerciais

Embora tendo a sua especificidade, o comércio com a costa ocidental africana, em sua estruturação, pouco distava das demais relações estabelecidas na praça comercial de Salvador. A natureza e as características desse comércio já foram rapidamente esboçadas no capítulo anterior. Entretanto, ele já foi apontado por M. C. da Cunha, Pierre Verger, J. L. Matory e outros como sendo possuidor de um ingrediente a mais, associado às relações étnicas e identitárias dos agentes envolvidos[164].

Manuela C. da Cunha, ao analisar a comunidade de brasileiros retornados a Lagos no século XIX, fez uma detida análise dos elementos envolvidos na composição comercial que se estabelecia entre os comerciantes e a configuração de um monopólio comercial com a Bahia. Segundo a autora, em Lagos, o comércio de importação e exportação com a Bahia esteve sob o controle da comunidade de brasileiros, isto é, da comunidade de libertos oriundos do Brasil que se formou em Lagos e em toda a costa do Golfo do Benin, sobretudo depois de 1835, quando aumentou na Bahia a repressão aos africanos e foi estimulado, ao máximo, o seu "retorno à África".

Esse monopólio estaria associado à comunhão e à manutenção dos laços de identidade que uniam a comunidade de brasileiros em Lagos à comunidade de afro-brasileiros na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, tendo como elemento fundamental dessa comunhão manifestações religiosas e culturais comuns. Para os "brasileiros retornados", os principais elementos identitários, dentre outros, eram o catolicismo e a língua portuguesa, adotados no Brasil. Para os afro-brasileiros, era a manutenção do culto aos orixás. Pode-se dizer que aquilo que aparentava ser brasileiro em Lagos, era considerado africano na Bahia. Daí a possibilidade de manutenção de laços estreitos de solidariedade entre essas duas comunidades separadas pelo Atlântico. Para M. C. da Cunha:

[164]Refiro-me a textos destes autores citados neste trabalho.

“Esse grupo de comerciantes usava a sua identidade de repatriado e a sua origem no interior, real ou não, para produzir a dupla identidade necessária a seus fins políticos e econômicos”[165].

A importância da pertença a esse grupo étnico, que se formara ainda no século XVIII e se tornara política e economicamente influente na Região da Costa d’África, desde a aliança de Francisco Félix de Souza com o rei Guezô, residia na possibilidade quase ilimitada de acesso ao crédito sem o intercurso das casas bancárias europeias ou brasileiras. Cunha aponta duas hipóteses que poderiam ser responsáveis pela facilidade de crédito encontrada por essa comunidade: a) o controle das transações comerciais nas duas pontas do Atlântico; b) o controle moral exercido mutuamente pelos membros do grupo. A autora optou, a partir das análises feitas por Abner Cohen sobre os haussás, pela segunda hipótese.

Creio que, antes de excludentes, essas hipóteses são complementares. Por se tratar de um comércio de longo curso que movimentava somas consideráveis, o controle de toda a rota comercial e, consequentemente, o pertencimento de todos os agentes ao mesmo grupo identitário conferia maior segurança às transações comerciais. Caso surgisse uma falta ou ato de desonestidade cometidos por um dos agentes envolvidos na rede comercial, significaria a sua exclusão de todo o processo nas duas pontas do Atlântico.

Argumenta a autora que o controle de uma rota comercial de ponta a ponta nem sempre é possível. Observo que o comércio que se estabeleceu entre a Costa d’África e a Bahia foi motivado com o intuito de fazer circular, em relação mutualista, mercadorias possuidoras de valor de troca e de valor de uso dentro do sistema capitalista. Neste comércio inexistia a concorrência em termos capitalistas, pois todos os envolvidos integravam a mesma comunidade étnica e comercial. Nesse sentido, a “etnicidade seria então um modo de o grupo se apropriar de nicho econômico”[166], controlando de forma monopolista toda uma rede comercial.

---

[165] CUNHA, 1987, p. 90.
[166] CUNHA, 1987, p. 93.

Certamente as relações comerciais aconteciam pela superposição de produtos. No momento em que o comércio dos produtos com valor de troca para o sistema capitalista, especificamente o azeite de dendê e o pano da Costa, começa a sofrer interferências das potências coloniais europeias, marca-se o início do processo de declínio do comércio de superposição. E isso se deu, não porque as potências coloniais europeias disputaram com esses grupos o controle dessa rota comercial. Antes disso, elas iriam impor aos "comerciantes brasileiros" da Costa d'África a desarticulação de todas as transações comerciais que se processassem à revelia e à margem dos interesses e do controle metropolitano.

Não é, pois, de outra forma que, em maior ou menor grau, criaram-se dificuldades para o comércio realizado pelos "brasileiros" da Costa d'África. Como exemplo, os efeitos da ação alemã nos negócios dos brasileiros na Região do Togo, como apontou Alcione Amos:

> Enquanto Octaviano Olympio diversificava e estabelecia uma situação econômica invejável, outros comerciantes afro-brasileiros sucumbiram sob as severas condições econômicas criadas pelos alemães, que não tinham interesse em encorajar empresários negros nem davam crédito ou outra assistência aos comerciantes locais. A introdução de elevadas taxas de licença de importação-exportação sufocava os comerciantes[167].

De fato, a presença colonial europeia, fosse ela alemã, inglesa ou francesa, forçou esses comerciantes a adotar uma postura cada vez mais dependente e a se restringir, muitas vezes, ao papel de intermediários das grandes firmas europeias. Assim, creio ter sido reproduzido, no campo econômico, algo que também se configurou no campo político. Isto é, uma parcela importante da comunidade de "brasileiros retornados" foi seduzida e cooptada, gerando agentes locais do colonialismo europeu, que passou a

---

[167]AMOS, 2000, p. 187.

priorizar, nas suas relações comerciais e políticas, os tratos com suas respectivas metrópoles[168].

De acordo com Melville J. Herskovits, o comércio com a Costa Ocidental africana e a Bahia foi interrompido durante a II Guerra Mundial, período em que realizava suas pesquisas na Bahia. Conforme esse autor, existia um escritório da Companhia de Importação e Exportação de Lagos (Lagos Trading Company), na Cidade Baixa, em Salvador, interessado em retomar o fluxo comercial tão logo se encerrasse o conflito[169].

Essa informação, prestada por Herskovits, sugere que mesmo com a presença europeia e a pressão que ela exercia sobre os comerciantes da comunidade de brasileiros retornados, o comércio se manteve. Há que se considerar os cálculos de Herskovits, provavelmente não como um comércio de grandes quantidades de mercadorias, mas sim de mercadorias que atingiam um elevado custo para o consumidor final, o que, de certa forma, mantinha o comércio atrativo e, certamente, lucrativo[170].

As dificuldades se tornavam grandes demais e os lucros minguados para a comunidade de "brasileiros retornados" manter o comércio com a Bahia. Esse comércio já não representava mais seu principal filão. Porém, o mercado consumidor formado no Brasil não deixou extinguir o fluxo das mercadorias de uso litúrgico.

Antonio Olinto, por exemplo, revela as ligações entre o Axé Opô Afonjá com Joaquim Branco, uma das maiores fortunas de Lagos[171] que, segundo M. C. da Cunha, possuía três dos treze depósitos de gêneros de importação e exportação. Dos outros, cinco pertenciam a firmas europeias e o restante a outros comerciantes "brasileiros retornados". Esse fato revela a importância desse comerciante na praça de Lagos[172].

---

[168] CUNHA,1985.
[169] HERSKOVITS, 1966.
[170] HERSKOVITS, 1966.
[171] OLINTO, 1964.
[172] CUNHA, 1985.

Informações coletadas junto à Mãe Senhora, filha e sucessora de Mãe Aninha na chefia do Ilê Axé Opô Afonjá, dizem que Joaquim Branco não só frequentava aquele terreiro quando de passagem pela Bahia, como era o seu principal fornecedor:

> [D]isse-me a iyalorixá Senhora, D. Maria Bibiana do Espírito Santo, que dirige o Opô Afonjá de Xangô em São Gonçalo do Retiro, Salvador, que Joaquim Branco foi nada mais nada menos que seu padrinho, além de grande amigo de Aninha, a antecessora de Senhora naquela casa-de-santo, das mais ilustres existentes fora da África. Aninha era menina quando conheceu Joaquim Branco. Nas várias viagens que fez ao Brasil, transformou-se ele num elo entre Aninha e o continente africano e padrinho de Senhora. Com a cessação das viagens de Joaquim Branco à Bahia, tomou seu lugar o brasileiro Benedicto Brito, residente em Lagos. Segundo me contou Romana da Conceição, fazia Brito pelo menos uma viagem por ano para a Bahia, onde comprava carne-do-sertão, fumo de rolo e cachaça para consumo dos brasileiros da Nigéria, do Daomé, do Togo e da então Costa do Ouro. Na Bahia, Senhora confirmou essas viagens, informando-me: 'Durante muitos anos, minha Mãe Aninha comprou obis, orobôs, ekudidés e produtos da África de que necessitava para seus trabalhos, nas mãos de seu Benedicto Brito, que vinha sempre à Bahia'[173].

As duas iyalorixás em questão foram chefes do Ilê Axé Opô Afonjá, sendo que o intervalo entre a liderança de uma e o de outra foi de quatro anos. Mãe Aninha, tendo sido feita pela iyalorixá Oba Tossi, em 1910, após divergências com o terreiro da Casa Branca, funda o seu, no bairro de São Gonçalo do Retiro, contando para isso com o auxílio dos babalaôs Martiniano Eliseu do Bonfim e Joaquim Vieira da Silva, e de Maria da Purificação (Mãe Bada de Oxalá). Em 1939, após o falecimento de Mãe Aninha, a liderança do Ilê Axé coube a Mãe Bada. Porém, a liderança de Mãe Bada foi curta e, em 1942, após a sua morte, Maria Bibiana do Espírito Santo, Mãe Senhora, ascende ao posto de iyalorixá do Opô Afonjá, permanecendo nesse posto até a sua morte, em 1967.

---

[173] OLINTO, 1985, p. 265 (grifo do autor).

O interessante é que, na cadeia sucessória do Opô Afonjá, as três primeiras sacerdotisas eram descendentes diretas de africanos. Mãe Aninha e Mãe Bada eram filhas de africanos, e Mãe Senhora, neta de membros da família Asipa. Essa família atualmente encontra-se dividida: parte dela está na Costa d'África, assumindo o nome Assunção; e a outra retornou à Bahia, mais ou menos no início do século XX. Creio que essas informações reforçam os vínculos dessa casa com as idas e vindas permanentes de agentes comerciais à Costa d'África.

Aydano do Couto Ferraz, seu contemporâneo, confirma não somente a vinculação de Mãe Aninha com esse fluxo comercial, mas o acesso da iyalorixá aos produtos originários do Continente africano, assim como a situa também como um dos agentes desse comércio. Segundo ele,

> Eugênia Ana dos Santos [Aninha] preparava seus orixás com autênticos produtos africanos, produtos que também negociava na sua quitanda da Ladeira do Pelourinho, junto à igreja do Rosário dos Quinze Mistérios dos Homens Pretos, que era priora[174].

Esse trecho revela não apenas a vinculação de Mãe Aninha com a rede comercial em torno dos objetos de culto aos orixás, da qual era um dos pontos extremos de distribuição aos consumidores finais, como também a manifestação de um dos princípios fundamentais para se fazer parte dessa rede comercial, isto é, estar vinculado à religião católica. A sua condição de chefe de uma casa de culto, famosa na cidade, não foi impeditivo para que se associasse a uma irmandade católica e ascendesse em sua hierarquia até a posição de priora. Esse fato reforça a noção de que não havia conflitos identitários ou religiosos entre os "brasileiros retornados" católicos e os adeptos do culto aos orixás na Bahia.

Manuela Carneiro da Cunha estava correta ao afirmar que:

---

[174] FERRAZ, 1939, p.

> Ser membro de um grupo étnico na diáspora implica exibir permanentemente sinais diacríticos que atestem que se pertence ao grupo e se segue suas regras, e, portanto, se pode ser um depositário[175].

O exemplo da situação de Mãe Aninha faz emergir, mais uma vez, o princípio de que o que era brasileiro na África era africano no Brasil, isto é, que existia apenas um mesmo grupo étnico separado pelo oceano.

Nesse ponto abrem-se desdobramentos importantes que permitem a associação das condições de líder religioso, agente comercial e agente ideológico: a) se retomarmos a discussão, que aparece em páginas anteriores, sobre a ideologia da superioridade e o projeto transnacional nagô, percebo que alguns líderes religiosos desempenharam um papel crucial na propagação do mito da superioridade nagô; b) buscaram afirmar-se, como legítimos depositários das mais "puras tradições religiosas africanas", através da condição de informante de pesquisadores, das brechas abertas pela imprensa ou dos conflitos estabelecidos com as casas de santos emergentes vinculadas ao candomblé de caboclo, na tentativa de impor uma liturgia de viés jeje-nagô; c) a sua condição de líder religioso conferia uma posição privilegiada na rede comercial entre a Bahia e a Costa d'África, na medida em que, na prescrição de um trabalho ou oferenda aos orixás, poder-se-ia fazer constar uma ou mais mercadorias provenientes desse comércio.

Nomes, produtos e números do comércio entre a Costa d'África e a Bahia

Creio não haver dúvidas quanto ao fato de que o mais significativo nas relações comerciais entre o Brasil e a Costa d'África sejam elas, em si próprias, e não o volume de carga e de dinheiro

---

[175] CUNHA, 1985, p. 93.

que as movimentava. Porém não posso negligenciar a existência de uma rede comercial que apresentava forte interseção entre a cultura material e a cultura simbólica, bem como entre as mercadorias negociadas e suas quantidades.

Assim, no ano de 1850, quando o movimento do porto de Salvador ressentiu-se das medidas de contenção ao tráfico de escravos, quatro foram as embarcações provenientes da Costa d'África assinaladas no livro do ano de 1851-1, da Série *Despacho de Importação*, da Seção Alfandegária do Arquivo Público do Estado da Bahia. Foram elas as barcas Indústria, francesa, as polacas sardas Henrique e Bolívar, e a escuna francesa Estrela do Mar. A primeira embarcação que entrou no porto e teve suas mercadorias encaminhadas ao armazém foi a barca Indústria.

Consta que as mercadorias de Desonnais, capitão da barca Indústria, deram entrada no 6º Armazém no dia 5 de junho de 1850. No rol dos produtos despachados estavam 24 balaios, 25 peles de guariba, 16 peles e 2 embrulhos contendo diversas peles, e 1 tapete de pele de guariba. O produto da soma dos valores desses itens, para efeito de taxação, foi de 9$880. Essas mercadorias, tendo entrado no armazém no dia 5 de junho, foram despachadas no dia 11 do mesmo mês e ano[176].

Caso inverso se deu com outras mercadorias de igual procedência, despachadas pela firma Blanc & Irmão. Tendo ido para o armazém, provavelmente, na mesma data que os artigos do capitão Desonnais, no dia seguinte à sua chegada, em 6 de junho de 1850, já haviam sido despachados do 6º Armazém. No rol dos produtos enviados constavam 15 panos da Costa, 5 tapetes de pele de guariba e 7 peles de animais, totalizando 40$500[177].

No mesmo dia em que o capitão Desonnais despachava suas mercadorias, outro estrangeiro de nome Guiseppe Carena, no trapiche Corpo Santo, remetia meia pipa, contendo 105 medidas de azeite de palma, vindo da Costa d'África na polaca sarda

[176] ARQUIVO... maço 02022, 1850, n.º 316.
[177] Ibidem, n.º 162.

Henrique. O valor declarado para essa operação foi de 26$775[178]. Também despachou azeite de palma, Bernardo Dias Moreira. Foram 17 cascos com 2.403 medidas do referido azeite. A soma total a ser paga por essa remessa era de 612$765, mas com um abatimento de 12$255, o valor final ficou em 600$510[179].

O caso que mais chama a atenção é o de Miguel d'Almeida Penna. Ele recebeu mercadorias vindas da Costa d'África na escuna francesa Estrela do Mar, em 4 de abril de 1850. O rol de mercadoria armazenada no trapiche Guimarães assinalava 15 cascos com 1250 medidas de azeite de palma, cotadas a $255, o que perfazia uma importância de 318$375 a serem pagos. Porém, com um abatimento de 2%, esse valor caiu para 312$375. O que torna esse caso curioso é que, tendo chegado em abril de 1850, a mercadoria foi despachada exatamente 11 meses depois, isto é, no dia 4 de março de 1851. E, mesmo com atraso de quase um ano, elas ainda receberam um desconto de 6$375[180]. Isso não é tudo. Em 14 de novembro do mesmo ano, Miguel d'Almeida Penna comparece novamente ao trapiche Guimarães para despachar mais 20 cascos contendo 1.736 medidas de azeite de palma, ali estocadas há um ano e sete meses. O valor total da mercadoria foi de 442$680, mas com o abatimento de 8$8527, foi reduzido para 433$827[181]. Mais interessante ainda é o ano de 1851, bastante intenso em termos de movimentação comercial de mercadorias da Costa d'África para Miguel d'Almeida Penna. Além dos despachos referentes ao carregamento recebido pela escuna francesa Estrela do Mar, ele também recebeu produtos vindos pelo patacho sardo Iride e pelas polacas sardas Eolo e Velotrice[182].

Em 12 de novembro de 1850 foram depositadas no 5º Armazém: 170 lb de limo da Costa, carga do patacho Iride, 205 lb de limo da Costa, da polaca Eolo, 78 lb de cãm, da polaca Velotrice. Todas essas mercadorias foram depositadas no 5º. Armazém. Com

[178] Ibidem, n.º 363.
[179] Ibidem, n.º 607.
[180] ARQUIVO... maço 02022, 1850, n.º 386.
[181] Idem, 1851-4, n.º 453.
[182] Idem, 1851-2, nºs. 631 e 753; 1851-3, n.º 886.

exceção das 205 lb de limo depositadas no referido armazém em 4 de abril de 1851 e despachadas no dia 16 daquele mesmo mês, pelo valor de 19$680, os dois outros carregamentos foram acrescidos de multas cobradas pelo armazém. Assim, as 170 lb de limo, que custariam 16$320, com a multa de $652 custaram 16$972, e mais cara ainda foi para o cãm. As 78 lb, que custariam 66$720, foram majoradas em 3$339, custando, ao final, 70$056[183].

O curioso, nesse caso, é a postura discrepante entre o trapiche e o armazém. Essa discrepância poderia estar relacionada tanto ao conflito que se estabeleceu entre os armazéns e os trapiches, no processo de modernização dos portos, quanto à natureza da mercadoria. Uma vez que o comércio de azeite de palma era uma possível alternativa ao tráfico de escravos, os descontos, mesmo em caso de um atraso significativo nos despachos, poderiam representar uma espécie de estímulo à sua comercialização. Outras mercadorias menos nobres, de pequeno valor e pouca importância política, econômica e diplomática, provavelmente não receberam as mesmas prerrogativas dispensadas ao azeite de palma.

Creio ser mais correto afirmar que, longe de uma disputa comercial entre trapiches e armazéns, um possível tratamento diferenciado foi dado ao azeite de palma. São frequentes, nas fontes consultadas, pelo menos na década de 1850, os descontos para os despachos de carregamentos de azeite de palma, assim como a presença de multas para outros tipos de mercadorias. Essa situação se altera na década seguinte. A partir de 1860, tudo indica que o azeite de palma perdeu os seus privilégios frente a outras mercadorias vindas da Costa d'África.

Apesar das situações registradas nas ações comerciais de Miguel d'Almeida Penna, não se pode dizer que elas foram peculiaridades suas. Apesar do fluxo de carregamentos que recebeu da Costa d'África, nos anos de 1850 e 1851, ao menos no grupo de despachos analisados durante a pesquisa, o seu nome não mais aparece. Essa também não é uma situação incomum. Foi o caso

[183] Ibidem.

de muitos outros negociantes, como, por exemplo, Eva Maia, Zeferino Ferreira Alves ou Fructuoso Gomes Moncorvo.

Eva Maia, por exemplo, chegou à Bahia por volta do dia 4 de setembro de 1863, vinda da Costa d'África, provavelmente dos portos de Lagos, no Palhabote Nacional Paraguassú[184]. Digo provavelmente, porque essa embarcação trouxe, daquela cidade, em janeiro desse mesmo ano, um carregamento com mercadorias destinadas a Fructuoso Gomes Moncorvo[185], tendo feito uma viagem no ano anterior, vinda do mesmo porto e com carregamentos, também, para o mesmo Fructuoso Moncorvo, conforme TABELA 6 a seguir[186]:

Diferentemente de Moncorvo, o carregamento despachado por Eva Maia era de volume e valor muito mais modestos. O valor total, por ela pago, foi de 10$767, já acrescido de uma multa de $442 e pelo adicional de 5%, isto é, de 1$475, cobrados pelo armazém a partir do valor da mercadoria[187].

Os volumes foram depositados no 2º Armazém da Alfândega Nova, em 4 de setembro de 1863, e retirados um mês e vinte e dois dias depois. As mercadorias depositadas no armazém eram: 4 panos da Costa, pesando 5 lb a 1$500 cada libra do pano; 3 panos à imitação de bahe, pesando 3 lb e custando $210 cada libra; e 6 lb de pimenta da Costa a $120 a libra. A soma total dos valores dessas mercadorias, avaliadas pela Alfândega, foi de 8$810[188]. Uma quantia bastante modesta se comparados aos 550$290 importados por Fructuoso Gomes Moncorvo entre 1862 e 1863, isso sem contar as multas e adicionais, por ele pagos, no momento do despacho[189].

Somadas as taxas e os 5% de adicionais pagos por ele, esse valor se eleva para 655$611, isto é, houve um acréscimo de 105$321[190]. Em outras palavras, apenas o valor das taxas, multas e adicionais

---

184 ARQUIVO... maço 02022, 1863-4, n.º 1153.
185 Idem, 1863-1, n. 849.
186 Idem, 1862-4, nºs. 880, 900, 931, 932, 936, 942, 961, 963 e 971.
187 ARQUIVO... maço 02022, 1863-1, n.º 849.
188 ARQUIVO... maço 02022, 1863-1, n.º 849.
189 Ibitem, 1862-4, nºs. 880, 900, 931, 932, 936, 942, 961, 963 e 971.
190 Ibidem.

TABELA 6 – Relação de produtos despachados por Fructuoso Moncorvo (1862-1863)

Ano 1862/4				
Dia e Mês	Produto	Quant.	Valor	Embarcação
22/Ago.	Cola da Costa (frutos estomacais)	207 lb	24$840	Palhabote N[al]. Paraguassú
22/Ago.	Sabão comum preto ordnário	180 lb	1$800	〃 〃〃
23/Ago.	Balaios da Costa	19 lb	2$280	〃 〃〃
22/Ago.	Sabão da Costa preto	361 lb	3$610	〃 〃〃
22/Ago.	Languidibá (contas de madeira)	7 lb	2$100	〃 〃〃
22/Ago.	Panos da Costa finos	80	60$000	〃 〃〃
22/Ago.	Panos da Costa Ord. de Bahé	43	11$970	〃 〃〃
22/Ago.	Pevides da Costa	309 lb	37$080	〃 〃〃
22/Ago.	Balaios de palha finos p/ compras	95 lb	11$400	〃 〃〃
22/Ago.	Pegerecum e pimenta da Costa	50 lb	6$000	〃 〃〃
22/Ago.	Sabão da Costa preto	446 lb	4$460	〃 〃〃
22/Ago.	Panos da Costa à imitação de bahé	12 lb	2$520	〃 〃〃
25/Ago.	Pedra de Cão	80 lb	19$200	〃 〃〃
23/Ago.	Panos da Costa	30	51$000	〃 〃〃
26/Ago.	Colas da Costa (fruto)	180 lb	21$600	〃 〃〃
25/Ago.	Panos da Costa à imitação de bahé	11 lb	2$310	〃 〃〃
25/Ago.	Panos da Costa finos	18	31$500	〃 〃〃
Ano 1863/1				
Dia e Mês	Produto	Quant	Valor	Embarcação
17/Jan.	Sabão da Costa preto	102 lb	1$020	Palhabote N[al]. Paraguassú
17/Jan.	Limo da Costa	120 lb	10$800	〃 〃〃
17/Jan.	Panos da Costa	5 lb	7$500	〃 〃〃
Ano 1863/3				
Dia e Mês	Produto	Quant	Valor	Embarcação
19 / Jun.	Azeite de palma	791 me.	237$300	Hiate Port. Santa Isabel

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Alfandegária. Série Despachos de Importação, maço 02022, livro do ano 1862/4, n[os]. 880, 900, 931, 932, 936, 942, 961, 971 e 963; livro do ano 1863/1, n.º 849, e livro do ano 1863/3, n.º 1048.

pagos por Moncorvo representa, aproximadamente, 9,7 vezes o valor total pago por Eva Maia, incluído a multa e o adicional de 5% cobrados pelo 2º Armazém.

Outro nome de comerciante que apareceu apenas uma vez, em 1853, nos *Despachos de Importação* consultados, foi o de Zeferino Ferreira Alves. No dia 19 de dezembro de 1853, ele compareceu ao 5º Armazém com o objetivo de despachar as mercadorias vindas da Costa d'África no Hiate Português Águia[191]. O seu carregamento havia sido depositado no armazém no dia 12 de dezembro de 1853 e era composto pelas seguintes mercadorias: 27 panos à imitação de alacar para rebuço, 12 panos azuis à imitação de alacar, 34 lb de pimenta da Costa e 50 peles de guariba[192].

O carregamento, embora fosse parecido com o de Eva Maia, distinguia-se pela distância de uma década entre um e outro, pelo item peles de guariba e pela quantidade dos itens importados. Zeferino Alves pagou à Alfândega a quantia de 45$048, isto é, quatro vezes mais que Eva Maia[193].

Esses casos permitem a conclusão de que esse fluxo comercial era acessível tanto aos pequenos comerciantes que dispunham de pouco capital, quanto àqueles que poderiam dispor de uma soma considerável. Era também um comércio eventual, por assim dizer. E isso fica patente no caso do capitão Desonnais, que se muniu de algumas mercadorias na Costa d'África para vender no Brasil, ou seja, tendo acesso ao mercado fornecedor e ao mercado consumidor dos produtos e dispondo de certa quantia para realizar a operação, aproveitou-se da oportunidade. Esse, aliás, não foi o único caso. Na relação dos capitães das embarcações que faziam a ligação entre o Brasil e a Costa d'África, cujos nomes aparecem nos despachos de importação, encontram-se: Domingos da Costa Lage, do patacho português Dois Irmãos; Emamele Peaggio, da polaca sarda Velotrice; Jacomé Ansabaldo, da polaca sarda Izide.

---

[191] Ibidem, 1853-6, n.º 755.

[192] Ibidem.

[193] Ibidem.

Outros casos são os de Guilhermina de Jesus e Antonio Jenigba, que 34 anos após Eva Maia, igualmente vindos de Lagos a bordo da barca brasileira Diana, depositaram suas mercadorias no 7º Armazém[194]. No rol das mercadorias de Guilhermina de Jesus foram arroladas: 1 caixa de panos da Costa, 1 barrica de noz-de-cola e mais uma caixa de noz-de-cola. Já o carregamento despachado por Antonio Jenigba era composto apenas de 1 caixa de pano da Costa[195].

Infelizmente, os *Manifestos* consultados apresentavam, apenas, o nome do proprietário ou consignatário, a data de chegada aos armazéns, o nome da embarcação que as trouxe e a relação das mercadorias, sem mencionar os valores delas ou as taxas pagas. Esse é um quadro que mostra que foram afetados os *Despachos de Importação*, a partir da década de 1870, de forma drástica. Tais informações, a partir desse período, tornam-se bastante resumidas.

O manifesto em que constavam as mercadorias de Antonio Jenigba e Guilhermina de Jesus revelou, com grata surpresa, o nome de Luciano Crispin da Silva. Pelo que indica a fonte, ele foi responsável por despachar as mercadorias de Guilhermina de Jesus. E o mais interessante é que, nesse mesmo navio e no mesmo dia, Luciano da Silva despachou no 7º Armazém mercadorias, conforme o QUADRO 1.

QUADRO 1 – Relação de produtos despachados por Luciano C. da Silva

Produto	Nº do despacho
1 saco (não especificado)	646
1 caixa de cola	646
4 barricas de cola	2432
1 barrica de cola	1097
1 caixa de pano da Costa	1097
2 caixas de cola	2432
1 barrica de cola	2432

Fonte: APEB – Seção Alfandegária. Série Manifestos. Período: 1897-2, Manifesto no. 47.

[194] ARQUIVO... Série Manifestos, 1897-2, n.º 47.
[195] Ibidem.

Esse comerciante já havia sido citado em outra fonte, encontrada por Manuela Carneiro da Cunha. Os Documentos n°s.1 e 2, por ela encontrados, são transcritos a seguir:

Documento 1

Conta de venda dos gêneros abaixo anotados que de Lagos me consignou a Snrª. Felicidade Mª. Sant'Anna pelo patacho Brazº Alliança entrado em 5 de Abril de 1896.

1Barrica sabão pez^{do} 90 kºs	1,800	162,000
1 Barril dº 40 kºs	1,800	72,000
1 caixão 4400 kollas macho	3,000	135,000
24 pannos	9,000	216,000
30 cuias	2,500	105,000
10 dªs	2,500	25,000
5 dªs	1,800	9,000
		724, 000
45 fios de laguidibas		36,000
	Total	760,000
A deduzir		
Frete e embarque	47,500	
Direito e despacho	486,480	
Mª Comissão 5%	38,000	
Carretos	4,000	574,908
		184,000

Bahia, 24 de julho de 1897
Luciano C. da Silva
(assinatura)[196]

---

[196]CUNHA, 1985, p.125. Essa fonte é muito preciosa e a sua divulgação uma contribuição ímpar. Entretanto ela apresenta algumas peculiaridades que precisam de registro. A primeira delas é quanto ao registro monetário. Na transcrição do documento, separando as unidades de milhar encontram-se as vírgulas. Neste ponto é necessária certa atenção, pois o padrão monetário do Brasil no período adotava o cifrão ($) para esse fim. Isso não chega ser algo de extraordinário, pois é comum encontrar situação similar em outros documentos manuscritos do período. A segunda é referente ao valor total das despesas a serem deduzidas. No fac-símile reproduzido pela autora distingue-se, com nitidez, a quantia de 575, estando o valor após o cifrão ($) quase ilegível na reprodução. Decorre daí decorre que as somas não coincidem. Considerando preço das mercadorias e

Documento 2

Bahia, 15 de Julho de 1899.

Por Alliança
Snr[a] Felicidade de S. Anna
Lagos

Cara Snr[a].

Tenho que o devia embarcar remettendo-lhe 12 doze barris com fumo (arco de ferro) porém não foi possível em virtude do dicto navio achar-se abarrotado sem poder receber mais carga; o que deu deverá permanecer 20,72 dois mil e setenta e dois barriz proptos marcados ... em casa do snr. Nilo (?) seguindo ahi vão diversos passageiros que querendo usar de verdade hão de confirmar o que acabo de expressar-lhe. Sem mais por ora;

Cr[o] Obr[o]

Luciano C. da Silva[197]

Como as fontes indicam, Luciano Crispin da Silva era um representante comercial, tanto de Felicidade San'Anna quanto de Guilhermina de Jesus. Mas, para além dessas conexões, o valor atribuído a cada mercadoria no ano de 1896, bem como as despesas com o despacho, valor do frete, carretos e a comissão do consignatário são informações cruciais contidas nessas fontes. Portanto, em 1896, para uma carga avaliada em 760$000, o que é um valor considerável, os encargos representaram aproximadamente 75.6% do valor da carga, e as despesas com direitos e despachos, 64%. Se considerarmos esses percentuais como um referencial e, mesmo que imprudentemente, como uma constante durante o século XIX, poderemos obter valores que podem servir de estimativa para as margens de lucro auferidas por esse comércio.

Por exemplo, em um carregamento avaliado em 760$000, depois de descontadas todas as despesas, isto é, 75,6% do valor da carga, sobraram para a proprietária 24,4 %. Considerando que os valores de despesa na alfândega correspondem a 64% dos custos de

o valor das despesas, a subtração de 574$905 de 760$000 é de 185$092 e não de 184$000, como se apresenta na transcrição.

197 CUNHA, 1985, p.125.

importação, pode-se, a partir do valor registrado nos despachos de importação, montar uma equação cujo resultado seja uma possível margem entre as despesas de importação e o valor total de cada carregamento. Essa diferença pode ou não ser a margem de lucro auferida por esse comércio. No momento não é possível estabelecer os critérios das transações comerciais de permuta de mercadorias, pelo fato de ser esse um comércio pouco monetarizado, prevalecendo a troca de uma mercadoria por outra[198]. Aliás, há motivos para crer que, em muitas situações, a própria remuneração dos transportadores das cargas se dava em gêneros e não em dinheiro. Isso explicaria, em parte, a frequência dos nomes dos capitães das embarcações que traziam as mercadorias nos despachos de importação.

Tomando o caso de João Gonçalves Baeta como modelo, tem-se que, em 1865, ele possuía mercadorias depositadas no 3º Armazém da Alfândega Nova, cuja relação e o valor respectivo de cada uma delas são vistos no QUADRO 2.

QUADRO 2 – Produtos despachados por João Gonçalves Baeta

Livro do ano 1865 / 2					
Dia e Mês	Produtos	Quant.	Valor	Nome do proprietário	Embarcação
31 / Jul.	cola da Costa (frut. estomacais)	1050 lb	111$940	João Gonçalves Baeta	Palhabote Port. Águia
31 / Jul.	sabão preto	230 lb	2$070	〃 〃〃	〃 〃〃
31 / Jul.	esteiras	40	1$800	〃 〃〃	〃 〃〃
31 / Jul.	panos finos	46	82$500	〃 〃〃	〃 〃〃
31 / Jul.	panos à imitação de bahé	30	7$350	〃 〃〃	〃 〃〃
31 / Jul.	baús de madeira forrado de couro	2	2$400	〃 〃〃	〃 〃〃

Fonte: APEB – Seção Alfandegária. Série Despachos de Importação, maço 02022, livro do ano 1865-2, n.o 48.

O valor total, pago na Alfândega, por João Gonçalves Baeta, foi de 252$294. Se considerarmos esse valor como correspondente

[198] CUNHA, 1985, p. 121-122.

aos 64% referentes às despesas com direitos e despachos, teremos como valor total do carregamento a quantia de 394$209. Desse valor, destacando 75% correspondentes ao custo total estimado para a importação, teremos uma estimativa de margem de lucro para João Gonçalves Baeta de 96$5187.

Necessário se faz assinalar que essa estimativa se dá apenas em torno de valores estabelecidos pela alfândega e não há como avaliar, por exemplo, o custo ou o valor de revenda dessas mercadorias para o consumidor final. Nessas somas, evidencia-se que, para além dos custos de importação, é possível que existisse uma margem de aproximadamente 25% de lucro.

Esses valores são irrisórios, comparados aos do tráfico de escravos. Entretanto, há alguns elementos que permitem comparações. Os valores apontados para o comércio de gêneros ligados ao culto aos orixás estão estimados em percentuais na TABELA 7.

TABELA 7 – Despesas e valores do comércio de objetos usados no culto aos orixás

Descrição das despesas	Valor	% em relação ao valor das despesas
Frete e embarque	47$500	8,24%
Direito e despacho	486$480	84,46%
Comissão 5%	38$000	6,5%
Carretos	4$000	0.8%
Total	575$980	100.00

Fonte: CUNHA, 1985, p. 125.

A TABELA 8 demonstra as despesas com o tráfico de escravos em 1846.

TABELA 8 – Despesas e valores do tráfico de escravos em 1846

Elementos	Valores unitários	Valores Globais	%
Preço de compra	18$420	125:716$500	9.92
Taxas e serviços (Onim)	2$259	15:417$675	1.21
Frete do navio	120$000	819:000$000	64.62
Propinas (Bahia)	20$000	136:500$000	10.77
Desembarque	25$000	170:625$000	13.46
Totais	185$679	1.267:259$175	100

Fonte: ARAÚJO, 1998-1999, p. 98.

Se desconsiderarmos, no caso dos valores referentes ao tráfico de escravos, as despesas com a compra e as taxas e serviços em Onim, e analisarmos apenas as despesas referentes ao transporte e aquelas que se davam no momento da chegada dos escravos à Bahia, verifica-se que estas despesas perfazem um total de 88,86% do total de custos do tráfico de escravos. Em outras palavras, os maiores custos desse negócio estavam no transporte e desembarque da carga humana. A aquisição dos escravos representava, nesse caso, apenas 9,92% do total do negócio.

No momento, desconheço fontes no Brasil que contenham os valores de aquisição das mercadorias que são objeto de atenção deste trabalho. Entretanto, considero que um percentual em torno de 10%, assim como ocorreu com o tráfico de escravos, seja uma estimativa plausível do ônus de aquisição dos objetos de culto aos orixás na Costa d'África. Considerei os critérios a seguir para balizar a adoção desse número:

a) As características similares do comércio dos objetos de culto e do tráfico de escravos, tanto no que se refere ao modo de operação, como em relação às formas de pagamento.
b) A notícia de que, mesmo o azeite de dendê, o produto de maior volume de movimentação, poderia ser adquirido a partir de sua troca por búzios, como se pode notar na citação abaixo:

> Don José tem uma plantação na qual produz azeite. Seu pátio está cheio de vendedores, uns somente com um galão, outros tendo escravos carregados com grandes cabaças de azeite; entretanto, uma dúzia de seus próprios escravos contam búzios para pagar o produto[199].

Considerando que os búzios poderiam ser obtidos através da coleta nas praias, bem como a sua cotação, não se deve supor que o ônus de aquisição do azeite de dendê fosse muito alto para um

[199] FORBES apud VERGER, 1987, p. 595.

comerciante brasileiro – especialmente considerando a quantia declarada pela alfândega brasileira[200].

É preciso levar em consideração que essa estimativa é apenas ilustrativa, não havendo, ao certo, como saber o valor exato dessas mercadorias, a menos que se realize uma pesquisa em fontes que possam determiná-lo.

Apenas como uma forma de exercício, tome-se o carregamento pertencente a Cláudio Tibúrcio Moreira, chegado ao 5º Armazém em 18 de outubro de 1851, e de lá despachado no dia 12 de novembro do mesmo ano[201]. Seu carregamento era composto pelos itens apresentados na TABELA 9.

TABELA 9 – Produtos despachados por Cláudio Tibúrcio Moreira

Dia e Mês	Produtos	Quant.	Valor	Embarcação
12 / Nov.	pano da Costa Azul rebuço	272	146$800	Patacho Port. Dois Irmãos
" "	panos azuis p/ cama	17	25$500	" " "
" "	panos da Costa (cama)	11	19$800	" " "
" "	panos Alacar	42	63$000	" " "
" "	palha de Mandim	48lb	4$032	" " "
" "	balaios da Costa	76	13$680	" " "
" "	sabão da Costa	81lb	3$240	" " "
" "	balaios da Costa	75	13$500	" " "
" "	panos azuis rebuço	10	5$400	" " "
" "	madapolam	14	15$340	" " "
" "	brim de algodão	6	12$060	" " "
" "	riscado de algodão (pano)	7	9$000	" " "
" "	riscado de algodão p/ colchão	35 varas	2$000	" " "
" "	algodão liso	8 varas	$350	" " "
" "	pano da Costa azul (cama)	2	3$600	" " "
" "	pano da Costa (rebuço)	2	1$800	" " "
" "	baú velho	1	$600	" " "

Fonte: ARQUIVO... maço 02022, 1851-4, nºs. 479 e 496.

O valor total pago por esse carregamento na alfândega baiana foi de 335$702. Se considerarmos esse valor como 64% das

[200] Ver a cotação do caurí na citação n.º 150 deste trabalho.

[201] ARQUIVO... maço 02022, 1851-4, nºs. 479 e 496.

despesas com a importação, poderemos obter um número que permitiria determinar um valor aproximado dos custos de aquisição das mercadorias na Costa d'África. Se esse raciocínio estiver correto, o carregamento importado por Cláudio Tibúrcio Moreira tinha um valor aproximado de 524$534. Deduz-se que, tendo em vista que o custo das mercadorias na Costa d'África representou algo em torno de 10% do valor total da carga, teremos esse carregamento com um custo inicial de 53$453. A margem de lucro resultaria da subtração entre o custo inicial do produto na Costa d'África, a diferença entre o valor total do carregamento, e o valor pago na alfândega. O resultado dessa operação é um valor obtido com o comércio, nesse caso, de 136$379, isto é, uma margem de lucro de aproximadamente 38%.

Esses números são apenas ilustrativos das possibilidades de ganhos com o comércio de gêneros ligados ao culto aos orixás. Esses valores podem estar tanto superestimados quanto subestimados, ainda mais se levarmos em conta que o valor referencial de 10% foi tomado tendo por base o tráfico de escravos no momento em que aumentavam seus riscos comerciais e, por conta dele, também aumentavam as margens de lucro.

Cabe salientar dois pontos: o primeiro, a repressão ao tráfico se deu sobre as águas do Atlântico. Em 1846 não havia nenhuma política europeia que tencionasse a oferta de mão de obra escrava pelos reinos escravistas, portanto, não creio que nesse momento houvesse uma elevação extraordinária dos preços dos escravos. O segundo está relacionado à natureza dos produtos comercializados entre o Brasil e a Costa d´África. Essas mercadorias eram obtidas através do extrativismo, como a noz-de-cola, a palha da Costa, os búzios e as cuias, e também eram o resultado de uma produção artesanal, como os panos da Costa, as esteiras de palha da Costa e o próprio azeite de palma.

Ao analisar essa questão, é difícil não lembrar outra lenda dos orixás. Dessa vez é a lenda que trata do concurso realizado entre Ogum e Xangô para resolver suas diferenças.

Conta uma lenda que Xangô e Ogum frequentemente guerreavam. Raramente se entendiam e seus desentendimentos

resultavam sempre em guerras. Quando aconteceu uma dessas desavenças, guerrear para resolvê-la não era viável, pois ambos já haviam demonstrado suas habilidades e seus valores nos campos de batalha e, economicamente, estavam enfraquecidos. Teriam que encontrar outro meio para resolver as novas divergências.

Promover um concurso foi a solução. Ficou decidido que aquele que conseguisse catar o maior número de caurís em um dia seria proclamado o vencedor. Ao perdedor caberia aceitar a derrota e entregar todos os caurís que catara ao seu oponente. Marcaram a data para a realização da competição e iniciaram os preparativos para o certame.

Xangô pensou em um estratagema para superar o seu adversário. Pediu a Oiá- Iansã que fosse até a casa de Iku (a morte) para pedir a ele que viesse em seu auxílio. No dia do concurso, os dois concorrentes encontraram-se no local combinado e começaram a catar os caurís, cada um em um determinado lado da praia. Entre uma provocação e outra a competição seguia equilibrada, até que Iku chegou, atendendo ao chamado de Xangô, e pôs-se à frente dele. Xangô, de cabeça baixa, concentrado em sua tarefa, não notou sua chegada. Quando, finalmente, levantou a cabeça, se assustou ao deparar-se com Iku parado na sua frente; tinha se esquecido do seu pedido de auxílio. Aos gritos fugiu apavorado, largando todos os caurís que já havia catado para trás.

Ogum que, apesar de concentrado nas suas tarefas, mantivera-se alerta e tinha notado a presença de Iku, termina calmamente a coleta e à noite vai ao encontro de Xangô para apresentar o resultado de seu trabalho. Xangô, envergonhado e a contragosto, entrega a Ogum os caurís que havia conseguido catar antes de se assustar com Iku, recolhidos por Oiá-Iansã, que proclamou Ogum o vencedor. É por isso que na Bahia é comum dizer e ouvir que: "Nas batalhas de Ogum, só quem pode é Deus".

Para além das lições de ética e moral que essa lenda possa trazer, o que chama a atenção é o fato de que uma riqueza pudesse ser constituída pela simples coleta de búzios em uma praia. Se o caurí, que era uma moeda, como foi descrito anteriormente, poderia ser adquirido a um custo baixíssimo, em termos de tempo

de trabalho realizado, é de se supor que as demais mercadorias passassem por um processo similar de aquisição. Isso é mais um indício de que o valor das mercadorias comercializadas entre a Costa d'África e o Brasil possuíam um preço baixo quando adquiridos diretamente dos produtores ou dos coletores.

As condições e a remuneração do trabalho

Numa cidade onde quase todos estavam direta ou indiretamente envolvidos com a atividade comercial, como foi Salvador no século XIX e início do XX, é sempre bom saber quem pode comprar o quê e de quanto dispunha para essas operações. A melhor forma de obter essa informação é observando a variação da remuneração do trabalho de diversas pessoas que atuavam nessa sociedade. Para analisar as variações salariais da segunda metade do século XIX, o trabalho minucioso de Katia Mattoso e os dados por ela coletados são imprescindíveis. Observe-se que, para as primeiras décadas do século XX, há certa dificuldade em encontrar informações a respeito. Os dados estão dispersos e não existe trabalho algum que tenha feito o mesmo levantamento de preços e pagamentos por trabalho realizado para o século XX, tal qual Mattoso fez para o século XIX.

As informações aqui lançadas sobre os salários foram extraídas do *Relatório do Recenseamento de 1920*[202]. Considerando que se referem às duas primeiras décadas do século XX, creio serem válidas para o efeito desejado, já que, através delas, é possível estabelecer uma comparação entre a remuneração da força de trabalho e os pagamentos dos despachos de mercadorias vindas da Costa d'África. Esse artifício serve para montar um quadro que demonstra o quão custoso, era a aquisição dos objetos litúrgicos do culto aos orixás, importados. A seguir, alguns dados organizados por Mattoso que ilustram os ganhos anuais

[202] MINISTÉRIO... [1920].

de determinadas categorias profissionais, devidamente analisados, serão repoduzidos. Na sequência, foi adotado o mesmo procedimento com relação aos salários do século XX constantes no *Relatório do Censo*.

Remuneração do trabalho em Salvador na segunda metade do século XIX e início do século XX

Em se tratando de uma sociedade escravista, como era a soteropolitana, na segunda metade do século XIX, falar de trabalho assalariado é bastante delicado. Para isso, foi adotada a expressão "valor do trabalho", pois mesmo em uma relação escravista, o trabalho possui um custo. Ele é recompensado de alguma forma, mesmo que, em muitos casos, não seja usufruída total ou parcialmente por aquele que realiza o trabalho.

A historiografia brasileira já tratou mais do que satisfatoriamente a diversidade das relações escravistas e as diversas formas de apropriação pelo escravo e pelo senhor do produto (remuneração) do trabalho realizado pelo cativo[203]. Ater-se a essa discussão é irrelevante, pois ela não faz parte dos objetivos deste trabalho.

Não é possível, porém, começar uma análise sobre a remuneração do trabalho, na segunda metade do século XIX, sem reconhecer as duas principais categorias de trabalhadores que compunham o universo do trabalho no Brasil desse período: os trabalhadores livres e os escravos. Esse reconhecimento é imprescindível na medida em que a apropriação dos produtos realizados por essas duas categorias de trabalhadores se dá de forma distinta, obedecendo a regras específicas. A questão fica ainda mais delicada quando se observa, no interior do sistema escravista, relações variadas de subordinação e de apropriação, pelos senhores, do produto do trabalho realizado pelos escravos.

---

[203] Veja CARDOSO, 1962; CHALHOUB, 1990; FREYRE, 1966; LARA, 1988; MATTOSO, 1982; OLIVEIRA, 1988; REIS, 1986; SLENES, 1999.

Maria Inês Côrtes de Oliveira já discutiu essas questões e propôs um quadro que considerava as ocupações e as formas pelas quais os senhores se apropriavam do trabalho realizado pelos escravos. Ela fez as seguintes distinções em relação às formas de apropriação do trabalho pelos senhores: 1 – O trabalho era utilizado e apropriado pelo senhor com a manutenção do escravo à custa do seu dono; 2 – O trabalho era apropriado pelo senhor e por terceiros que dele se utilizavam com manutenção do escravo à custa destes últimos; 3 – O trabalho apropriado pelo senhor e pelo escravo com utilização de terceiros e manutenção à custa do senhor ou do escravo. Para essas relações, Oliveira constatou que as ocupações se dividiam em: sem qualificação, semiqualificadas, qualificadas e não manuais[204].

As trinta e nove profissões relacionadas por Oliveira dividem-se de modo não exclusivo entre as formas de apropriação do trabalho pelos senhores. Apenas duas delas apresentam-se unicamente em um tipo de relação de apropriação do trabalho. A primeira é a de "despejador de dejetos", cujas utilização e apropriação do trabalho se dão pelos senhores, sendo esse último responsável pela manutenção dos escravos. Se pensarmos em uma hierarquia entre os escravos a partir do tipo de trabalho, natureza das relações escravistas e possibilidades de apropriação de parte do seu trabalho, essa ocupação seria uma das mais indesejadas. A segunda é a de "proprietários e administradores de negócios próprios", ou seja, os donos de roças, os/as quitandeiros(as), os barbeiros etc. Essas ocupações, diferentemente da anterior, conferiam significativo prestígio aos escravos, prestígio esse dado pela relação de apropriação do trabalho, já que o escravo ficava com uma parte do que produzia, pela autonomia conferida a ele, por se tratar de ocupações através das quais existia a real possibilidade de conseguir recursos necessários para comprar a alforria. Nesse sentido, e por todas as características de sua ocupação, colocava o escravo a alguns passos da liberdade, ainda que, em muitos casos, ela nunca tenha sido conseguida.

---

[204]OLIVEIRA, 1988.

Embora pela natureza da escravidão se possa supor que as relações de apropriação do trabalho escravo eram dadas, estáticas e preestabelecidas, um olhar mais atento perceberá que parte significativa da luta dos escravos e o próprio sentido do que seria liberdade estavam intimamente relacionados à forma como eles poderiam se apropriar do produto de seu trabalho. É nesse sentido que João José Reis analisa um canto de trabalho relatado por Silva Campos, que

> lembra que assim cantavam [os escravos de ganho] quando carregando muito peso:
>
> Ô, cuê...
> Ganhado
> Ganha dinheiro
> Pr'a seu Sinhô
>
> Ingenuidade submissa? Pode parecer para o 'Sinhô', mas o ganhador diz a quem quiser ouvi-lo que o fruto de seu trabalho duro lhe está sendo subtraído. Ele denuncia a escravidão cantando[205].

Pelo quadro montado por Oliveira, os escravos de ganho estavam sujeitos à relação de trabalho apropriado pelo senhor e pelo escravo, dada a natureza de suas atividades e da relativa autonomia dos escravos em relação aos senhores.

Quanto ao pagamento dos serviços prestados por um escravo de ganho, Mattoso revelou que, trabalhando como pedreiro, em 1850, ele conseguia como remuneração diária por seus serviços, em média, a quantia de 1$200; já um marceneiro receberia, pelos mesmos dias de trabalho, o valor de 1$400. Já em 1870, um cocheiro recebia por mês a quantia de 35$000, considerando uma semana de seis dias de trabalho, e tais quais os cálculos feitos para os pedreiros e marceneiros, em 1850, ele receberia por semana, em média, 1$458. Ao cabo de uma semana de seis dias, esses trabalhadores receberiam, respectivamente, 7$200; 8$40 e 8$748. Para se obter uma média de remuneração anual para esses serviços, o cálculo, de acordo com Mattoso,

[205]REIS, 1993, p. 12 (grifo do autor).

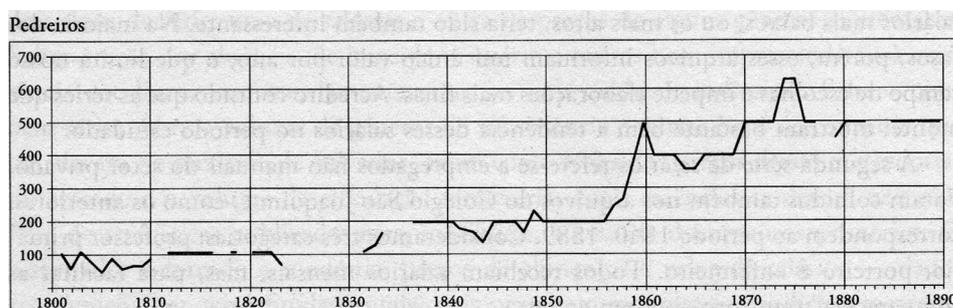
deverá ser feito considerando-se que, nessa época, trabalhava-se aproximadamente 250 dias por ano, em virtude dos numerosos feriados religiosos em que não se trabalhava. Assim sendo, a remuneração anual de um pedreiro, em 1850, era de 300$000; a de um marceneiro de 350$000 e a de um cocheiro, em 1870, de 364$500.

A remuneração pelo trabalho executado por um pedreiro e por um marceneiro era a mesma, independentemente da sua condição de homem livre ou escravo[206].

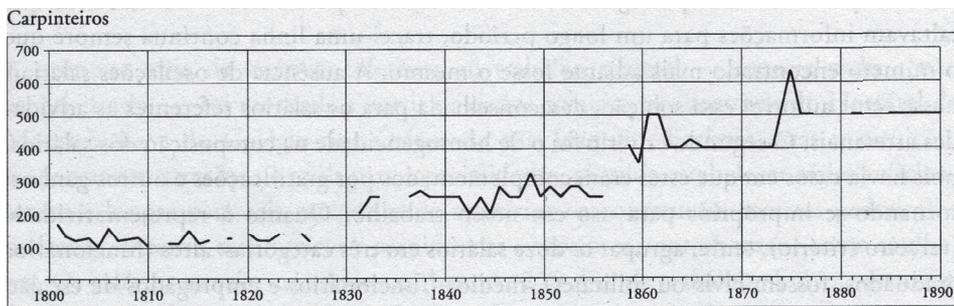
Ainda segundo Mattoso,

> À primeira vista, a oferta de mão de obra em Salvador era semelhante à de um mercado em que não houvesse trabalho escravo: homens livres e escravos ofereciam igualmente sua força de trabalho, individual ou coletiva, negociavam contratos e eram remunerados da mesma maneira. [...] Havia, no entanto, uma diferença fundamental entre o trabalho dos homens livres e o trabalho dos escravos: estes eram obrigados a repassar, a seus donos, parte substancial de seus ganhos[207].

Em relação aos pedreiros (GRÁFICO 3), por exemplo, Mattoso apresentou a variação dos salários anuais desses profissionais entre 1800 e 1890.

GRÁFICO 3 – Variação da média salarial anual dos pedreiros (em mil réis)

Fonte: MATTOSO, 1992, p. 548.

[206] MATTOSO, 1992, p. 539.
[207] Ibidem, p. 531.

GRÁFICO 4 – Variação da média salarial anual dos carpinteiros (em mil réis)

Fonte: MATTOSO, 1992, p. 548.

No GRÁFICO 3, os salários dos pedreiros passam quase toda a década de 1850 estacionados em 200$000, experimentando uma tendência de alta acentuada a partir do ano de 1856, chegando, em 1860, ao valor de 500$000, para daí iniciar um processo de queda, que atingiu seu nível mais baixo entre os anos de 1864 e 1865, quando caiu para 350$000. Seguiu-se, então, um período de alta que chegou ao maior índice, entre 1873 e 1874, alcançando um valor superior a 600$000. No ano seguinte, houve uma queda abrupta que estabilizou em 500$000 o salário dos pedreiros, mantendo-se assim até 1890.

Para os carpinteiros (GRÁFICO 4), o cenário foi praticamente idêntico ao dos pedreiros, com duas exceções. A primeira, a média salarial dos carpinteiros, quando se iniciou a década de 1850, era superior à dos pedreiros em quase 100$000. A segunda é que, no meado da década de 1860, enquanto os pedreiros sofreram uma leve queda na remuneração de seus trabalhos, os carpinteiros experimentaram uma discreta valorização. Entretanto, essa valorização desaparece a partir do meado da década de 1870, ficando equiparados os salários dos pedreiros e carpinteiros. Considerando todo o período de noventa anos analisado por Mattoso, de fato, o trabalho de carpintaria sofreu, com a equiparação, em termos de remuneração do trabalho, uma desvalorização em relação ao trabalho dos pedreiros. De 1800 até meados da década de 1860, os salários pagos aos pedreiros foram sempre menores do que os dos carpinteiros, contudo, depois desse período, o cenário se modificou.

Em 1920, portanto, 30 anos depois do marco final da pesquisa de Mattoso, o recenseamento não indicava diferenças salariais entre os trabalhadores das "indústrias de edificação". O salário médio diário para 34 profissionais de edificações maiores de 14 anos analisados era o de 2$294. Aos maiores de 14 anos, do sexo masculino, 26 operários ao todo, o valor médio dos salários era de 2$462. Para as oito operárias maiores de 14 anos, a média salarial era de 1$500. Foi indicado, nas estatísticas do recenseamento, apenas um menor de 14 anos do sexo masculino. O valor do seu salário era de 2$000[208].

Considerando o valor da média salarial anual paga aos pedreiros e carpinteiros em 1890, de 500$000, dividindo-a por 250, a média anual de dias de trabalho, calculada por Mattoso, terá como média salarial diária desses profissionais o valor de 2$000. Assumindo esse valor como plausível, conclui-se, em termos reais, que a média salarial dos trabalhadores da construção foi reajustada em mais ou menos $200, em trinta anos [209].

Dos 35 operários da indústria de edificação, 22 possuíam uma média salarial de até 2$900. Apenas dois operários possuíam uma média salarial entre 3$000 e 3$900. Outros dois, entre 4$000 e 5$900. Esses quatro operários eram todos do sexo masculino[210].

Na indústria têxtil da Bahia, identifica-se o mesmo processo de desvalorização do salário feminino. Para um total de 7.228 operários maiores de 14 anos, a média salarial era de 3$174. Desses, 2.359 eram do sexo masculino, cuja média salarial diária era de 4$084, e a das operárias, de 2$733. Entretanto, quantitativamente, elas eram a maioria neste ramo industrial, respondendo a 4.849 do total da mão de obra empregada por essa atividade produtiva. A relação que se estabelece entre o número de operários e as médias salariais é inversamente proporcional. O número de mulheres é

[208]MINISTÉRIO... [1920], p. 24-25.
[209]Ibidem.
[210] Ibidem.

50% maior do que o dos homens. Porém, a média salarial destes últimos é quase 50% superior ao das mulheres[211].

Com relação aos menores de 14 anos, embora se manifeste a mesma tendência de desvalorização com relação ao trabalho feminino, à distância, em termos de média salarial, não era tão grande. Os meninos somavam um total de 104 operários e as meninas 154. A tendência de manter 50% a mais de operárias permanecia, com a média salarial dos meninos inferior à das meninas; elas recebiam 1$836, e eles 1$747. A diferença pode ser mínima, mas existia[212].

Nas relações comerciais mantidas entre a Bahia e a Costa d'Africa existiram níveis de participação, já que os valores relatados nos despachos de importação demonstram que os valores pagos à alfândega são muito variáveis. Por exemplo, em 20 outubro de 1851, Manoelino Alves de Souza despachou, na Bahia, mercadorias avaliadas em um total de 22$350. Isso representava um pouco menos que o valor estimado por Mattoso para os pedreiros, por seis dias de trabalho, isto é, 28$800. Menos de um mês depois, em 17 de novembro de 1851, Maximo Lopes Gomes despachava mercadorias avaliadas em 112$980, vindas na mesma embarcação de Marcelino de Souza. Essas mercadorias, entretanto, representavam, aproximadamente, 1/3 dos ganhos anuais de um marceneiro. Em 2 de janeiro de 1852, apenas um carregamento de 248lb de noz-de-cola, de Antonio Vieira da Silva, estava avaliada em 158$7290. Esse valor correspondia a mais da metade do valor médio do salário de um pedreiro, estimado por Mattoso em 300$000. Já em 14, 20 e 27 de agosto de 1852, Joaquim Pereira Marinho, contumaz traficante de escravos, despachou azeite de palma e panos da Costa avaliados em 989$940. Se a esses totais forem acrescentados os despachos do mês de novembro, o valor sobe para 1.571$880, ou seja, quatro vezes e meia o salário anual de um marceneiro.

Esses são os dados, apenas para os primeiros anos da década de 1850, e dando um salto no tempo em direção ao final

[211] MINISTÉRIO... [1920], p. 6-7.
[212] Ibidem.

do século XIX, a situação não difere muito. Em 1899, no documento assinado por Luciano Crispin da Silva, onde prestava contas das mercadorias consignadas a ele por Felicidade de Santana, conta-se um rol de mercadorias avaliadas, ao todo, em 760$000[213]. Comparando esse valor aos salários pagos, vê-se que ele representa uma vez e meia o salário anual de um pedreiro ou um carpinteiro. Apenas os 45 fios de *lagidibás* representavam 18 dias de trabalho de um pedreiro ou carpinteiro, e considerando-se que os cálculos desses salários foram feitos com base em um mês com 25 dias de trabalho útil, essa é uma soma significante. O pano da Costa tem um valor unitário superior ao de uma diária de trabalho desses profissionais. Para comprar um pano da Costa, um marceneiro precisaria, em 1899, trabalhar quatro dias e meio, e para uma cuia, um dia e meio.

Esses números dão uma ideia aproximada do valor dessas mercadorias em relação ao poder aquisitivo da camada mais popular de Salvador, camada essa, diga-se de passagem, de onde provinha a maioria dos adeptos do culto aos orixás.

Epílogo

Neste capítulo foram analisadas as múltiplas facetas do comércio de importação de objetos litúrgicos do candomblé, ressaltando as suas dimensões materiais e simbólicas. Para isso, foi utilizada a própria mitologia dos orixás como um meio de encontrar os nexos entre os aspectos distintos desse comércio e a liturgia do candomblé.

A partir daí discutiu-se o valor simbólico dos produtos importados da Costa d'África, sob o ponto de vista de sua eficácia e seu sentido ideológico de aproximação da matriz religiosa africana. Essa percepção foi situada dentro de um duplo contexto ideológico e de resistência cultural no Brasil e na Costa d'África,

[213] Fonte integralmente transcrita na página 113 deste trabalho.

a partir da discussão do conceito de "transnacionalismo yorubá", proposto por J. L. Matory.

Esse conceito se presta a analisar a ação reativa das populações negro-africanas na Costa d'África e no Brasil diante dos processos de dominação colonial e de imposição de princípios racistas de exclusão, dessa parcela da população, de direitos básicos. Posto isso, foi possível vislumbrar, na própria ação reativa da tradição nagô, certos aspectos identificados como colonialistas, diante de outras tradições negro-africanas, especialmente do candomblé de caboclo.

Essa ação por parte de representantes da tradição religiosa nagô, na medida em que esses indivíduos mantiveram estreitos e contínuos laços com as populações da Costa d'África, permitia tanto o abastecimento como a manutenção de padrões simbólicos, éticos, étnicos e religiosos que faziam parte de uma pretensa "superioridade nagô". Essa percepção da "superioridade nagô", construída no continente africano, como um reflexo e uma reação ao racismo colonialista britânico, fez-se e ainda se faz sentir na Bahia, principalmente a partir da atuação e dos discursos dos líderes religiosos dos candomblés de nação nagô, jeje e ketu.

Nesse ponto, há certa unidade ideológica, identitária entre a população afro-brasileira ligada aos terreiros nagôs e às populações de "brasileiros" retornados à Costa d'África.

Dessa forma, a partir de uma solidariedade étnica é que se pode compreender e analisar as trocas materiais e simbólicas do culto aos orixás. Se as características que definiam o que era ser africano na Bahia do século XIX e primeiras décadas do século XX eram muito próximas daquelas que definiram um brasileiro na Costa d'África, o jogo de equivalências entre as mercadorias já estava definido.

Uma vez estipulados os critérios de equivalência que possibilitavam as trocas comerciais, foi possível compreender os movimentos comerciais e estabelecer os seus padrões de troca. Essa compreensão permitiu, por sua vez, revelar produtos, taxas, volume e, principalmente, vincular diretamente os chefes de casas de culto à rede comercial de importação e distribuição de objetos litúrgicos do candomblé, vindos da Costa d'África.

Diante disso, foi possível concluir que uma das características do comércio entre a Bahia e a Costa d'África foi a pequena utilização de dinheiro, que ocorria quando o mercado brasileiro ou africano ficava saturado de mercadorias. É provável que isso fosse mais recorrente na Costa d'África que no Brasil, uma vez que os produtos brasileiros exportados para aquela Região estavam sujeitos à concorrência dos produtos ingleses, alemães e franceses. Por outro lado, não havia uma concorrência direta com os produtos africanos, já que o seu mercado consumidor era bastante circunscrito, e mesmo o azeite de dendê era, em sua maior parte, importado para ser exportado. Mesmo assim, as fontes registram a remessa de moedas como forma de pagamento, que igualmente entram no rol dos produtos de importação, como se elas próprias fossem mercadorias.

Em certo aspecto, se a estruturação desse comércio apresenta características pré-capitalistas, da sua motivação não se poderia dizer o mesmo. Esse é um comércio em que há muitas superposições. Nesse sentido, parece-me mais provável que, produtos como o azeite de palma, o pano da Costa, a noz-de-cola, sabão da Costa e até a palha da Costa tivessem uma motivação de ordem capitalista.

A originalidade desse comércio se dá com a superposição no aproveitamento de necessidades comerciais específicas. De um lado, criando ou abastecendo um mercado consumidor de gêneros de uso mais ou menos difundido na sociedade e, de outro, utilizando-se desse fluxo comercial para abastecer um mercado consumidor restrito a uma miríade de gêneros, que, de outra forma, não encontraria meios de satisfazer a sua demanda. Ou seja, a especificidade desse comércio não está apenas nos gêneros que foram importados. Sequer está na importação de azeite de palma, palha, sabão ou noz-de-cola: mas na forma de criar meios para que itens sem aparente valor comercial pudessem atravessar o Atlântico e chegar aos adeptos do culto aos orixás.

Nesse sentido, juntaram, em uma relação quase mutualista, um comércio de mercadorias com valor de troca e a circulação daquelas que possuem apenas valor de uso.

A criação de um mercado consumidor para os produtos religiosos importados da Costa d'África refletiria a reação de um grupo socialmente marginalizado pela sociedade escravocrata e racista do Brasil dos séculos XIX e XX, como também a busca de alternativas econômicas para uma comunidade na Costa d'África, igualmente afligida pelas vicissitudes da sociedade brasileira. Assim, do ponto de vista brasileiro, essa rede comercial corresponderia a mais uma forma de valorização dos referenciais da cultura afro-brasileira. Do ponto de vista africano, ou dos "brasileiros retornados", essa rede comercial representava também um espaço de sua afirmação diante da sociedade local e dos ímpetos do colonialismo europeu.

Do ponto de vista econômico, nos seus áureos momentos, permitiu-se aos comerciantes uma boa margem de rendimento, a ponto de alguns conseguirem constituir boas fortunas, principalmente os comerciantes da Costa d'África. Religiosamente, esse fluxo permitiu um constante intercâmbio e a troca de valores materiais, simbólicos e identitários que deixaram marcas, ainda visíveis, nos dois grupos populacionais.

Os produtos litúrgicos, no entanto, importados da Costa d'África não eram baratos, e a sua aquisição, quer para o intermediário, quer para o consumidor final, representava um significativo esforço para a realidade econômica vivida na Bahia daquele período.

Findada a escravidão, houve atividades produtivas, sobretudo as fabris, que ganharam relevo na economia baiana. Com isso não se deve supor que elas não existissem durante a vigência do sistema escravista ou que as atividades ligadas à prestação de serviço tenham desaparecido. O fato é que, com o fim das relações escravistas de produção e a despeito das possíveis recusas dos ex-escravos às relações de trabalho que os privassem de sua recém-adquirida autonomia, uma parte significativa da mão de obra soteropolitana já tinha se convertido em operariado. Essa nova camada social surgida das tentativas de industrialização baiana, antes de alterar a dinâmica socioeconômica da Bahia, conferiu-lhe uma maior diversidade.

Vendedores ambulantes, carroceiros, quitandeiros, estivadores, portuários e marítimos passaram a conviver com novos tipos de atividades remuneradas. Oscilando, ora entre um trabalho assalariado com uma rígida disciplina, em termos de horário e relações de opressão tão humilhantes quanto as escravistas, ora entre trabalhos avulsos e incertos, conhecidos como biscates, os trabalhadores do início do século XX logo experimentaram a exploração imposta pelo trabalho assalariado. A postura desses trabalhadores, em sua maioria afro-brasileiros, diante do mundo do trabalho foi o de, muitas vezes, preferir a incerteza de uma remuneração com autonomia a uma relação assalariada e marcada pela subordinação. Essa é a essência do biscateiro, que oscila constantemente entre o vínculo empregatício e o trabalho avulso.

É provável que, desse caráter inquieto, sequioso de autonomia e independência, presente tanto nos escravos e libertos do século XIX, quanto no trabalhador, ora assalariado ora biscateiro, do século XX, tenha sido mobilizado o capital necessário para as pequenas transações comerciais, envolvendo os objetos de culto aos orixás e levando-os a empregar suas poupanças nesse tipo de comércio, cujo investimento garantia um retorno seguro. Assim como o tráfico de escravos, esse comércio estava aberto tanto para os grandes capitais, no caso das importações de azeite de dendê, quanto para o pequeno investidor. Esses, amealhando as suas economias, mandavam importar panos da Costa, noz-de-cola, sabão da Costa etc., os distribuiam pelas pequenas lojas e quitandas da cidade para o abastecimento das necessidades dos adeptos do culto aos orixás.

Mais que isso, se Xangô e Ogum foram à praia catar caurís para mostrar sua força e aumentar suas riquezas, talvez os demais orixás, uma vez tendo se apropriado do axé das folhas da cabaça de Ossaim, tenham também resolvido ir à praia espalhar as suas insígnias para mostrar suas fortunas e seus valores numa constante dança sobre o Atlântico, indo de uma margem a outra do oceano. O que essas insígnias significavam será discutido a seguir.

CAPÍTULO III

§

SEM MERCADO NÃO HÁ ORIXÁ!

Epo ti ra'jó lójà
Epo ti ra'jó lójà[214]

Se no mito de Ossain está expressa a fórmula "*Kosi éwe, kosi* orixá" (sem folhas, não há orixá!), o fato é que a aquisição dessas folhas, na maior parte das vezes, ocorre por intermédio de uma relação comercial. Alguns dos vegetais, não sendo nativos do Brasil, tiveram de ser importados e aclimatados ao novo ambiente ecológico, como foi o caso do obi. Outros, por questões ecológicas ou ritualísticas, foram sendo trazidos da Costa d'África para o Brasil, como, por exemplo, a pimenta da Costa. Entretanto, segundo Manuela Carneiro da Cunha,

> [...] depois do fim do tráfico, reestruturou-se o comércio entre Lagos e o Brasil, destinado a durar ainda uns quarenta e poucos anos. Foi um comércio marginal, sem dúvida, curioso em muitos aspectos, e até hoje pouco estudado[215].

Este trabalho, inspirado nas obras de Manuela Carneiro da Cunha, acentua algumas discordâncias em relação a certos posicionamentos da autora. O excerto transcrito acima, por exemplo, leva à percepção de que o fim do comércio com a Costa d' África

---

[214] "O dendê não compra a dança do dono do mercado/ O dendê não compra a dança do dono do mercado" apud VOGEL; BARROS; MELLO, 2001, p. 39. Esse *oriki* faz referência a Exu, considerado o dono do mercado, patrono do comércio e responsável pela circulação do dinheiro.

[215] CUNHA. 1985, p. 113.

deu-se mais ou menos por volta da década de 1890. Essa afirmação de Cunha está em perfeito acordo com a proposição de que as relações comerciais entre o Brasil e a Costa d'África, em algum momento, foram interrompidas. Essa proposição foi apresentada, pela primeira vez, por José Honório Rodrigues. Segundo ele, a partir de 1850 houve um afastamento entre o Brasil e a Costa Ocidental da África, que teria sido ocasionado pelas crescentes pressões das potências europeias[216]. José Flávio Sombra Saraiva concorda com essa ideia:

> Após a extinção do tráfico atlântico de escravos, e a aceleração do processo de penetração europeia na África, o Brasil intensificou a distância em relação ao continente africano[217].

Tanto o trabalho de J. H. Rodrigues quanto o de J. F. Sombra Saraiva têm seus escopos voltados para a análise das relações diplomáticas entre o Brasil e a África. No momento em que as grandes redes de comércio em torno do tráfico atlântico de escravos desaparecem, os autores percebem o desinteresse das autoridades brasileiras em manter relações diplomáticas com a África. Esse desinteresse é ainda mais acentuado com a partilha da África entre as potências europeias. A presença da administração colonial europeia no continente estimulava a concorrência com os produtos brasileiros e impedia o estabelecimento de qualquer relação, diplomática ou comercial, na Região, que não tivesse como intermediária uma das potências colonizadoras.

Além disso, o comércio que se manteve após 1850, entre a Bahia e a África, não chegou a despertar a atenção de J. H. Rodrigues e J. F. Sombra Saraiva. Nas palavras de J.H. Rodrigues:

> Entre 1850 e 1858 se processa a retirada do Brasil da África [...]. As pequenas relações comerciais que ainda persistem

---

[216] Ibidem, p. 209.
[217] SARAIVA, 1996, p. 16.

> entre Lagos e a Bahia [...] não disfarçam o rompimento, nem ocultam a alheação que daí por diante o Brasil sente pela África[218].

Se, por um lado e sob o ponto de vista das relações internacionais, esse comércio representava muito pouco na agenda diplomática brasileira, por outro, ele não pode ser desprezado. Isso desconsideraria os impactos social e econômico provocados sobre uma parcela significativa da população baiana. Os desdobramentos políticos, econômicos e sociais, desse comércio foram, em parte, responsáveis pela singularidade cultural, política e religiosa do Brasil e da Bahia, particularmente.

Nos capítulos anteriores foi demonstrado como tudo isso, volumes, cargas e valores, movimentado por esse comércio, "não disfarçou nem ocultou a alheação" de um certo Brasil para com o continente africano. Mas, a qual Brasil Rodrigues se referiu, exatamente? O Brasil composto pelos extratos intimamente ligados às tradições afro-brasileiras, à África e à Costa d'África nunca esteve alheado. O alheamento deu-se em relação aos estratos sociais ansiosos por implantar uma sociedade de valores e costumes europeus.

Para esses dois Brasis de referenciais culturais distintos, não se pode sequer estabelecer um recorte de classe ou estabelecer uma distinção um pouco mais abrangente, do tipo elite e camadas populares. Isso se deve ao fato de que muitos dos envolvidos nas relações comerciais com a Costa d'África, em se tratando da Bahia, da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do XX, possuíam fortunas consideráveis e viviam de forma abastada, quando não burguesa.

Mesmo Cunha estende, para além da década de 1850, a interrupção das relações comerciais entre a Bahia e a Costa d'África, porém há indícios, em inúmeras fontes, de que a manutenção desse comércio ultrapassou o século XIX. Vários são os relatos

[218] RODRIGUES, 1982, p. 203.

de época que atestam a manutenção desse fluxo comercial. Miguel Santana, em depoimento a respeito de sua vida, fez quatro referências à localização de vendedores de produtos oriundos da Costa d'África em atividade durante sua juventude.

Miguel Arcanjo Barradas Santiago de Santana foi um dos mais importantes afro-brasileiros que viveram na Bahia no século XX, tanto no que se refere à sua atuação dentro do culto aos orixás, quanto na sua trajetória pessoal. Em relação ao culto, inúmeras foram suas responsabilidades e cargos em diversos terreiros baianos.

Nascido em 1896, viveu, presenciou e foi afetado por boa parte dos processos de transformação por que a sociedade baiana passou no alvorecer do século XX[219]. Esteve ligado à estiva de Salvador, onde, muito cedo foi introduzido no mundo do trabalho e nos movimentos das cargas que chegavam por mar à cidade. Foi, inclusive, possuidor de várias alvarengas que faziam a descarga das mercadorias chegadas em navios de longo curso, e que lhe permitiram viver em abastança[220]. Igualmente esteve vinculado a intelectuais baianos que, na década de 1930, começaram um movimento acadêmico e literário conhecido como a "A Academia dos Rebeldes", da qual faziam parte figuras como Édison Carneiro, Aydano do Couto Ferraz, Jorge Amado e tantos outros. Foi amigo e companheiro deles nas buscas etnográficas e literárias pelas ruas de Salvador. Muitas das características e histórias de personagens de Jorge Amado foram inspiradas em Miguel Santana. O Pedro Archanjo, por exemplo, é um deles. Sua história com a finlandesa, sua prole extensa e variada são elementos tomados de empréstimo, com a devida licença poética, da trajetória de Santana[221].

Iniciado, desde tenra idade, nos mistérios dos orixás, aos 14 ou 15 anos foi reconhecido *Zaba*, o mais alto posto da nação Tapa, no terreiro do Gunocô. Acumulou também os postos de *Faloya*, na casa de Yansã, de ogã de Omolu, na Casa Branca, e ministro de

[219] CASTRO, 1996.
[220] Ibidem.
[221] Ibidem.

Xangô, no terreiro do Axé Ôpô Afonjá, com o nome de Obá Aré[222]. Teve o privilégio de ser uma das últimas pessoas com quem Mãe Aninha falou e a quem transmitiu sua vontade e suas disposições em relação à sua sucessão no terreiro e à administração da Sociedade Beneficente Cruz Santa Ôpô Afonjá, segundo Deoscóredes Maximiliano dos Santos, Mestre Didi, testemunha do fato:

> Iyá Oba Biyi, já com voz confusa, disse: 'Oba Aré: Oba Abiodun fica como presidente da Sociedade, e você eu quero que fique ao lado de Ossi Dagan [Maria Bibiana do Espírito Santo, Mãe Senhora], lesse orixá (aos pés do orixá)[223].

Esse relato demonstra a total confiança de Mãe Aninha nos conhecimentos do Axé possuídos por Miguel Santana. E isso é revelado, primeiro pelo cargo que possuía, o de Obá Até, que é um dos seis Otun Obá, isto é, Obás da direita. Eles possuem direito a voz e voto, ao passo que os outros seis Obás da esquerda têm apenas direito a voz, na própria hierarquia dos Otun Obá. O cargo de Santana é precedido apenas pelo de Obá Abiodun[224].

A segunda e mais importante demonstração da confiança depositada em Miguel Santana foram as palavras: "Você, quero que fique ao lado de Ossi Dagan lesse orixá." Isso significa que a ele foi confiada a responsabilidade pela conservação do axé da casa de culto aos orixás, já que Ossi Dagan, Mãe Senhora, não estava pronta para assumir integralmente as responsabilidades do terreiro. Foi confiada a ele a responsabilidade de manter as tradições do Axé Ôpô Afonjá, auxiliando aquela que seria a sucessora de Mãe Aninha.

Das lembranças dessa figura de destaque para a comunidade afro-brasileira emergiram informações sobre a comercialização de produtos vindos da Costa d'África. Disse que seu avô,

---

[222] CASTRO, 1996.

[223] SANTOS, D. M., 1994, p. 15.

[224] Ibidem.

> Manuel Santana[,] vendia cachaça e fumo em Lagos, na Nigéria, e de lá trazia limo da Costa [espécie de banha que se passava no corpo para embelezar], sabão da Costa, obi, [fruto usado no candomblé], atarê [pimenta da Costa], pano da Costa, palha da Costa [usada em manufaturas tal como o chapéu] azeite de dendê, tremoso [fruta que se cozinhava com sal e água e as africanas vendiam nas cuias como tira-gosto quando se tomava cerveja ou cachaça], às vezes também trazia inhame[225].

Segundo ele, seu avô era português, casado com uma africana filha de rei de Tapa, e faleceu em uma de suas viagens à Costa d'África. No seu depoimento é interessante notar os indícios de uma das formas de funcionamento desse comércio, bem como as mercadorias nele negociadas. No caso específico era ele mesmo quem ia à África efetuar suas transações comerciais, dispensando, desse modo, os serviços de um agente comercial, conforme o caso de Felicidade Maria de Sant'Anna, que tinha por agente Luciano Crispin da Silva[226].

A partir das informações prestadas por Miguel Santana, seu avô embarcava, no porto de Salvador, cachaça e fumo – dois dos principais produtos da pauta de exportação baiana. Nessa operação comercial, a utilização de moeda, tudo indica, era muito restrita, senão de todo dispensada, e as transações eram feitas a partir da troca de uma mercadoria por outra. Das mercadorias trazidas por seu avô, Santana, além do nome, aponta alguns dos usos que se dava a essas mercadorias. Porém, em alguns casos, como os da pimenta da Costa e do limo da Costa, ele omite o uso litúrgico no candomblé. Revela, apenas, o da noz-de-cola, pelo seu nome ritual, obi.

Das revelações feitas por Santana em relação a seu avô, a sua nacionalidade portuguesa, ainda que de um lado possa causar surpresa, por outro não chega a ser incomum em relação àqueles

[225]CASTRO, 1996, p. 15-16.
[226]CUNHA, 1985, p. 125.

que lidavam com esse comércio no século XIX. Nas fontes consultadas aparecem inúmeros nomes de origem portuguesa, italiana, francesa etc.[227] Alguns deles eram os capitães das embarcações que traziam mercadorias vindas da Costa d'África. Mais adiante revela que ele

> [...] [foi] estudar inglês com um professor africano, alto, que morava no Caminho Novo. Esse professor negociava dentro de casa com mercadorias da Costa[228].

Esse fato ocorreu por volta de 1913, pois essas aulas de inglês estão associadas a um evento trágico, o assassinato de João Conceição da Costa, chefe-geral da estiva, filho de Adão Conceição da Costa[229]. Foi na casa desse último que Miguel Santana foi criado. Essa associação de datas é possível, pois na memória de Santana, no dia 12 de agosto de 1912, pouco antes de ser assassinado, Adão da Costa havia "tomado [sua] lição de inglês". No seu testamento consta a data do falecimento como sendo o dia 12 de agosto de 1913. Essa mesma data aparece em outras fontes relacionadas ao episódio, como, por exemplo, os jornais do período que noticiaram o crime[230].

Para além dos lapsos de memória de Santana, a recordação desse evento permite vislumbrar um movimento muito singular daquele período, qual seja, em fins do século XIX houve um maciço movimento de ex-escravos africanos de retorno a sua terra natal, chamados de "retornados", que tem sido largamente estudado pela historiografia e pela antropologia, especialmente nos últimos

---

[227] ARQUIVO... maço 02022, 1850, 1851, 1852 e 1853.

[228] CASTRO, 1996, p. 21.

[229] Adão Conceição Costa e seu filho João Conceição Costa foram personalidades de destaque no porto de Salvador. Ligados ao pessoal da estiva e aos proprietários de vários saveiros e alvarengas que faziam a descarga dos produtos chegados por mar, possuíam estreitos vínculos, alguns familiares, com os terreiros de candomblé soteropolitanos. Suas trajetórias estão ligadas à história portuaria e à formação do sindicato de estivadores na Bahia.

[230] DIÁRIO DA BAHIA, 1914.

dez anos. Observe-se que o movimento reverso despertou pouca atenção dos pesquisadores. Muitos africanos que retornaram à Costa d'África, principalmente nas levas dos idos de 1835, constituíram família, e alguns membros de sua descendência optaram por retornar ao Brasil, sobretudo no período em que a política colonialista europeia se tornou mais ostensiva. Esse foi o caso de João Conceição da Costa, de Maxwel Porphirio de Assunção e de seu irmão. Esses últimos chegaram a Salvador no início do século XX e aqui se estabeleceram definitivamente. Os africanos aqui estabelecidos propiciaram aos seus filhos uma significativa formação no outro lado do Atlântico, na Costa d'África. Isso aconteceu com Martiniano Eliseu do Bonfim.

Custódio Joaquim de Almeida é um caso assaz curioso: tendo saído da Costa d'África em 1864, estabeleceu-se no atual Rio Grande do Sul, vivendo ali até o seu falecimento às expensas do governo britânico. Acredita-se que tenha sido um governante em sua terra natal e que, por efeito das pressões coloniais inglesas, foi exilado no Brasil[231].

Essa circulação de africanos e afro-brasileiros entre a Costa d'África e o Brasil foi bastante significativa na medida em que revela a fluidez e os vínculos dessas duas populações em lados distintos do Atlântico, bem como as distinções e similaridades dos processos históricos que estavam em curso, tanto na Costa d'África quanto no Brasil.

No contexto africano, os brasileiros retornados haviam encontrado um nicho que lhes conferiu prosperidade econômica e influência política. As relações comerciais com o Brasil, desde o período pré-abolição do tráfico, haviam se constituído como foro quase exclusivo, bastante privilegiado e lucrativo.

As incursões do colonialismo europeu não chegavam, inicialmente, a ameaçar a prosperidade política desse grupo, ao contrário, contribuíam, de certo modo, para conferir maior estabilidade à sua prosperidade política e econômica, na medida em que, dessa parcela

[231] SILVA, 2003.

da população próspera da Costa d'África, recrutavam-se os agentes intermediários da dominação colonial. Em termos práticos, a implantação da dominação colonial europeia representava, apenas, a substituição de um poder, centralizado e tributário, por outro. Devido à longa história de conquistas e de movimentação de populações, entendia-se essa dominação como temporária e circunstancial, entretanto, na medida em que os setores comerciais, especialmente aqueles ligados às comunidades de brasileiros retornados, constatam que estavam sendo desalojados do poder e preteridos nos cargos da administração colonial, passaram a desenvolver ações que culminariam nos processos de independência, já em meados do século XX. É nesse sentido que Manuela C. da Cunha analisa o papel da burguesia comercial de Lagos, composta principalmente de brasileiros retornados:

> É dela paradoxalmente que vai sair a primeira contestação política, um protonacionalismo que se manifesta, sobretudo, em uma revalorização das tradições iorubanas [...] a burguesia de Lagos, que se havia preparado para suceder aos ingleses, cuja administração esperavam fosse apenas transitória, sente-se abandonada e sem expectativas[232].

A partir dessas desilusões, é possível que se possa compreender a tentativa de restabelecimento de um fluxo migratório inverso ao dos escravos retornados. Se a conjuntura era desfavorável aos retornados à Costa d'África, melhor sorte não teria aqueles que optaram por regressar ao Brasil.

No contexto nacional grassavam políticas públicas do estado brasileiro que pretendiam, por meio da importação de mão de obra europeia, promover o branqueamento da população e provocar, segundo as crenças da época, o desaparecimento das populações afro-brasileiras da composição demográfica do país. Essa questão é largamente tratada pela historiografia e pela antropologia, não se faz necessário cansar o leitor repetindo teses e

[232] CUNHA, 1985, p. 147.

argumentos satisfatoriamente analisados[233]. Entretanto, em 1933, assim se referiu um articulista do jornal *O Imparcial*, na contestação das políticas de imigração até então adotadas ou patrocinadas pelas várias instâncias do poder público brasileiro:

> [...] a injustiça perpetrada contra o nacional era evidente. Desde 1827, quando principiou a invasão imigrante (4.520.438 ATÉ 1930) O Estado sempre auxiliou com subvenção, passagem, toda espécie de mimos leva dos estrangeiros. Desde 1885, a Hospedaria São Paulo, construída e inaugurada pelo Visconde de Parnaiba, garantia ao forasteiro todos os recursos de que carecia. [...] ao brasileiro cabe sempre o trabalho mais pesado das derrubadas, e que estrangeiros encontram terrenos aplainados nas suas linhas mais ásperas. Os fazendeiros depois de se servirem do nortista para o pesado despedem-no para dar lugar ao colono europeu.
> O bocado não é ali, como alhures, de quem o faz, senão de quem come [...].
> Enquanto o caboclo sofre, o Brasil já se preparava para pagar a viagem e hospedagem no Brasil de, sem o menor critério de seleção, 50.000 russos.
> Isto ia custar a bagatela de três milhões de francos[234].

Os favorecimentos apontados no excerto acima não eram destinados a todos os imigrantes. A simples cogitação, em 1921, de um fluxo migratório de afro-americanos para o Brasil causou *frisson*, e a proposição de medidas legislativas tinha como objetivo impedir a concretização de semelhantes corrente migratórias. Tais discussões na Câmara revelaram o fluxo imigratório discreto de africanos da Costa d'África para o Brasil e provocaram um protesto nas páginas do jornal *A Tarde*, assinado por ninguém menos que Maxwell Porphyrio de Assunção. O protesto do advogado e professor de inglês era do seguinte teor:

---

[233] Apenas para lembrar alguns, cito CORRÊA, 1998; COSTA, 1997; HASENBALG, 1979; LEITE, 1996; MAIO, 1996; SHWARCZ, 1993; SKIDMORE, 1976.
[234] O IMPARCIAL, 1933.

> Presado e dd. Colega, sr. Dr. Director d'A Tarde. Saudações – Deparando, hontem, com telegramma inserido nas columnas do vosso conceituado vespertino A Tarde, relativamente ao projecto inconstitucional e deshumano apresentado, à Câmara Federal pelo deputado Cincinato Braga, sobre a prohibição da imigração negra para o Brasil, não posso ficar sem lançar d'aqui o meu protesto contra semelhante projecto que a meu ver, synthetiza tão somente uma injuria atirada a face da população de um paiz, que, desde o berço da sua civilização até a presente data, outro elemento desenvolvedor da lavoura e das indústrias não foi sinão o elemento negro, grandemente arrebatado do regaço remançoso de sua pátria pelos portuguezes[235].

A atuação e a influência desse professor de inglês e de outros foi considerada por J. L. Matory, mas elas ainda merecem outros estudos, a fim de melhor apreender as ações desses indivíduos[236]. No que concerne, especificamente, a esse trabalho, a dimensão da atuação desses professores de inglês, ou de alguns deles, não se restringia apenas ao campo do ensino, ou do ativismo político, como no caso de Maxwell de Assumpção, mas estendeu-se, também, à preservação dos traços religiosos e das redes comerciais entre a Bahia e a Costa d'África.

As memórias de Santana sobre esse comércio de produtos da Costa não terminam com o professor de inglês com quem estudou. Ao contrário, tornam-se mais reveladoras:

> Eu já falei de Hilário? Um preto alto? Ele morava aqui no Largo do Pelourinho, morava com a mãe. O nome dela era Maria. Embaixo tinham uma quitanda onde negociavam artigos da Costa. Ele era de Xangô. Ele era brasileiro, mas a mãe dele era africana. Quando ela morreu, Aninha [Eugênia Anna dos Santos, Iyá Oba Biyi] que morava na Rua dos Capitães (atual Ruy Barbosa) com umas africanas a quem chamava de tias, veio morar com ele e trabalhar

[235] BAHIA, 1921.
[236] MATORY, 1999.

> na quitanda. A mercadoria que Hilário vendia era boa, não tinha nada de falsificado, porque naquele tempo já se falsificava o sabão, o caríssimo sabão da Costa. Ele vendia também pra fazer feitiço, vendia ori, quer dizer limo da Costa, pano da Costa, vendia búzio, orobô. Você ia na Bahia toda procurar um artigo e não encontrava, ia lá e achava. Agora tinha uma coisa, ele vendia caro.
> Aninha sempre ia ao Rio de Janeiro e tinha uma secretária, irmã de Martiniano Eliseu do Bonfim, chamada Bonifácia. Ela ficava no lugar de Aninha, substituindo-a nos trabalhos da quitanda e no terreiro. Martiniano é que morava no Caminho Novo, passando duas ou três casas depois do Bola Verde, num primeiro andar. Foi lá que morou e morreu. Ele tinha também uma quitanda de artigos da Costa, mas a dele era na ladeira de Santana. Era olhador e de quando em quando dava aula de inglês[237].

Miguel Santana, ao se referir a Hilário e a Martiniano E. do Bonfim como comerciantes de produtos da Costa da África e também como olhadores, ou seja, babalaôs, confirmou, e também demonstrou, a hipótese que motivou a realização deste trabalho, qual seja, a da existência de uma interseção entre a cultura material e a cultura simbólica dentro do culto afro-brasileiro. Ao revelar que os comerciantes de produtos da Costa, como Hilário e Martiniano, faziam consultas a Ifá, recomendavam rituais, prescreviam banhos e chás, às vezes, no mesmo espaço em que comercializavam os produtos recomendados, criavam o mercado para a exploração de seus produtos, isso valendo-se da autoridade religiosa.

Há, sem dúvida, nesse aspecto, a questão ritual, porém, a busca pela sobrevivência também é uma variável preponderante, como se pode notar na fala de Martiniano Eliseu do Bonfim, em entrevista concedida a Édison Carneiro a respeito de sua atuação como babalaô. Ao notar um capacete de búzios na parede da casa de Martiniano do Bonfim, os entrevistadores o interpelaram se era seu, ao que ele respondeu:

---

[237] Ibidem, p. 30.

> – Não. Fiz por encomenda de um amigo. Velho e doente preciso arranjar dessas cousas para ganhar um dinheirinho.

Mais adiante ele torna a afirmar: "Eu não sou 'pae de santo', como já disse. Se me pedem um serviço eu faço para ganhar uns cobres. Isso, porém, não é ser 'pae de santo'"[238].

Ao longo de todo o depoimento de Santana foram indicados outros comerciantes de produtos da Costa. No caso específico de Martiniano e de Mãe Aninha, outras fontes confirmam Santana. De Mãe Aninha, por exemplo, um "repórter" que, em 1938, noticiou seu sepultamento em uma matéria, rica em lembranças de suas idas às festas do Axé Ôpô de Afonjá, oferece detalhes preciosos sobre as suas atividades religiosas e comerciais, informando, inclusive, o preço que se cobrava por um obi e um orobô na época de sua morte.

> Anninha batia candomblé na cidade, desde os tempos em que, na rua dos Capitães, a polícia consentia a batida, há mais de 35 anos. Deve ter deixado fortuna, tendo sido negociante de objectos da 'Costa', oubi e orobô, importando-os directamente da África, ainda tendo um 'terreiro' no Rio, para onde viajava constantemente. O oubi é vendido a 9$000 e o orobô a 3$500, e ambos são indispensáveis nos 'despachos'[239].

O fato é que a interseção entre as culturas material e simbólica, referente ao culto aos orixás, é imprescindível, pois apenas os iniciados nas liturgias, considerados, evidentemente, os vários graus de iniciação, são possuidores dos conhecimentos necessários das propriedades mágicas, religiosas e terapêuticas dos produtos, do momento e da ordem de utilização em determinados rituais. Critérios como hora, dia, posição de determinadas ervas e folhas em relação a outros elementos ritualísticos podem influenciar ou

---

[238] O ESTADO DA BAHIA, 1936 (grifo do autor).
[239] O IMPARCIAL, 1938.

mesmo inviabilizar sua utilização em uma oferenda ou trabalho, se os critérios necessários para sua colheita não forem rigorosamente observados.

O mesmo se dá na indicação de determinado produto que é consagrado a um orixá e que, se vendido por engano, como se fôra de outro, dentro da lógica ritual do candomblé desencadeará consequências desastrosas. Nesse sentido, apenas o iniciado, possuidor dos conhecimentos suficientes e necessários dos procedimentos de cada ritual do culto aos orixás, está habilitado a manipulá-los e, portanto, a comercializá-los. Na atualidade, observaram Vogel, Mello e Barros, dentre os frequentadores das feiras e mercados, dois personagens são recorrentes: um *ebômi* e um *abiã*, isto é, um irmão mais velho, já iniciado, e um noviço, que se prepara para a iniciação, que está ali para aprender os conhecimentos sobre as propriedades e características dos objetos litúrgicos do culto aos orixás. Segundo eles,

> Este processo é pontuado por comentários, que se ocupam não só das qualidades dos objetos ou animais, como também dos significados cosmológicos que têm o dom de evocar. Algumas dessas mercadorias são destinadas à subsistência do indivíduo durante o seu período de reclusão; outras estão relacionadas com a sua nova identidade, e vão contribuir decisivamente para delineá-la e circunscrevê-la[240].

É nesse sentido, pois, que esse é um comércio apenas para iniciados e com um grau de envolvimento bastante acentuado.

> Quem quer que pretenda se qualificar como fornecedor deve, antes de tudo, se qualificar como conhecedor. É nesta condição que goza da confiança de pais, mães e filhos de santo[241].

A interseção cultural – material e simbólica – fica mais evidente noutro fragmento da fala de Santana, quando informa sobre as

[240] VOGEL; BARROS; MELLO, 2001, p. 9.
[241] Ibidem, p. 9.

disposições e determinações tomadas por Mãe Aninha nas ocasiões em que ela se deslocava para o Rio de Janeiro, deixando Bonifácia, irmã de Martiniano Eliseu do Bonfim, à frente, tanto de seu terreiro quanto de sua quitanda. Isso sugere que a condição de chefe de uma casa de culto poderia implicar, também, uma vinculação mais ou menos direta com a comercialização dos produtos dos orixás. O próprio Santana relatou que havia outras quitandas dedicadas a esse comércio e que o preço das mercadorias, ali vendidas, era considerável.

Todo o preceito e cuidado ritualístico em relação aos produtos vinculados ao culto aos orixás não impediu uma prática corrente, conforme Miguel Santana, a falsificação dos produtos. Essa falsificação se dava tanto em termos de comercialização das mercadorias trocadas, quanto, principalmente, na venda de um similar nacional.

Além de Santana, quem também deu indícios de uma possível adulteração de produtos da Costa d'África foi Arthur Ramos. Ele, que publicou, em 1935, um livro dedicado à cultura negra nas Américas, no capítulo referente à cultura iorubá afirmou:

> Há alguns anos, um negociante do mercado do Rio de Janeiro, a quem comprei um obi e orobô, me afirmava que foram importados de Lagos, não tendo podido eu verificar a veracidade das suas informações[242].

Como todo produto valorizado e caro, as mercadorias importadas da Costa d'África para utilização ritualística no culto aos orixás também foram, e ainda são, alvo de espertalhões que se valeram do engodo para aumentar seus lucros, o que ainda hoje acontece. Mais uma vez é o grau de iniciação, portanto, de conhecimento que o indivíduo possui em relação às características e propriedades dos produtos que serão utilizados nos rituais, que o salvaguardará de ser ludibriado.

A rigor, o comércio de objetos litúrgicos da Costa d'África para o Brasil se encontrava em franco andamento e há evidên-

---

[242] RAMOS, 1979, p. 190.

cias de que ele nunca foi interrompido. Porém, não seria honesto afirmar que o fluxo de mercadorias tenha se mantido estável, até porque, no interior da religião, ocorreram readequações que legitimaram o uso de produtos brasileiros ou de maior oferta no mercado.

Não é difícil supor que a escassez ou simplesmente a impossibilidade de oferta de determinado objeto de culto, na prática ritual, implicará uma nova reelaboração mágico-religiosa e mitológica no sentido de produzir um substituto para aquele produto não disponível no mercado. E esse expediente transparece na própria mitologia dos orixás. Em dois mitos diferentes, relacionados a Xangô e suas esposas, fala-se da predileção do orixá por comidas distintas. No mito em que Oxum engana Obá, que tentava cair nas graças de seu marido, a comida ofertada a Xangô foi um amalá[243]. Em outro, que relata a forma como Oiá aceitou desposar Xangô, a comida indicada para esse orixá é o carneiro[244]. Em outro, sobre Orí, há a indicação das comidas e oferendas rituais da predileção de cada orixá. Conforme algumas variantes,

> Orunmilá reuniu todos os deuses em sua casa e lhes fez a seguinte pergunta:
> 'Quem dentre os orixás pode acompanhar seu devoto numa longa viagem além dos mares e não voltar mais?'
> Xangô respondeu que ele podia.
> Então lhe foi perguntado o que ele faria depois de ter andado, andado e andado até as portas de Cossô, a cidade de seus pais, onde iam preparar-lhe um amalá e oferecer-lhe uma gamela de farinha de inhame, onde lhe dariam orobôs e um galo, um aquicó.
> Xangô respondeu:
> 'Depois de me fartar, retornarei à minha casa'.
> Então foi dito a Xangô que ele não conseguiria acompanhar seu devoto numa viagem sem volta além dos mares.[245]

[243] VERGER, 1981.
[244] PRANDI, 2001.
[245] PRANDI, 2001, p. 476 (grifos do autor).

Nesses termos, percebe-se que, além do carneiro e do amalá, Xangô também pode ser agradado com orobôs (variação da noz-de-cola) e com *aquicós*, isto é, galos. A oferenda varia de acordo com o pedido, a ocasião e o poder aquisitivo de quem busca agradar ao orixá. Esse mesmo mito, em outra passagem, certas prescrições que não tão comuns de se achar, são apresentadas. É o caso de Oxum:

> A todos os deuses reunidos por Orunmilá, Ifá fez a seguinte pergunta:
> ‘Quem dentre os orixás pode acompanhar seu devoto numa longa viagem além dos mares e não voltar mais?’
> Oxum disse que ela podia. Foi-lhe perguntado: ‘O que farias depois de caminhar uma longa distância, caminhar e caminhar, e chegar à cidade de Ijimu, o lar de seus pais, onde te dariam cinco pratos de feijão-fradinho com camarão, tudo acompanhado de vegetais e cerveja de milho?’
> Respondeu Oxum: ‘Depois de me saciar, voltaria para minha casa’.
> E foi dito a Oxum que ela não poderia acompanhar seu devoto numa viagem sem volta além dos mares[246].

Se, no caso de Xangô, as prescrições ritualísticas da sua culinária não apresentam nenhuma dificuldade, em termos de aquisição, encontradas na maioria dos mercados e feiras, em se tratando de Oxum, nesse mito, figura uma prescrição que pode ser substituída por outra congênere, de uso mais habitual. Refiro-me à cerveja de milho. Nesse caso, é provável que o complemento nominal “de milho” seja ocultado ou esquecido. O interessante é que, em algumas outras versões de mitos dos orixás, as bebidas alcoólicas que surgem com mais frequência são a cachaça e o vinho de palma. Nessas variações, precisamente, podemos vislumbrar as adaptações feitas em função das contingências às quais um adepto se submete para prestar culto aos seus orixás.

[246] Ibidem, p. 179 (grifos do autor).

Essas contingências estão relacionadas com a oferta dos produtos litúrgicos que compõem as prescrições ritualísticas do orixá e respondem à disponibilidade no mercado e aos meios de que o fiel dispõe para homenagear o seu guia.

Potlach, don e contra-don e a solidariedade das comunidades de santo

A lógica do candomblé é simples: ganha mais quem dá mais. Em outros termos, é mais agraciado pela simpatia dos orixás quem se sacrifica mais, entendido o sacrifício como toda a energia despendida por um fiel para honrar a divindade que cultua. Esse sacrifício, no entanto, será reconhecido tanto pelo orixá quanto pela comunidade do santo em que o indivíduo está inserido. Dessa forma, ao se despojar, abnegadamente, dos recursos materiais que possui para render culto aos seus orixás, o fiel põe em movimento uma poderosa rede de solidariedade que caracteriza as comunidades de santo.

Embora as mercadorias não sejam baratas, o adepto sempre encontrará motivações para realizar as suas obrigações para com o seu orixá. É desse princípio, que se aproxima do *potlatch*, que brota o mercado consumidor dos objetos de culto aos orixás. O *potlatch* ou o sistema de prestações totais, de acordo com Marcel Mauss, pode ser entendido como um sistema de compensação dos gastos dispendidos por um grupo ou um indivíduo, em uma dada circunstância[247].

Pode-se encarar, no candomblé, a oferta de prestações totais de dons por dois ângulos. O primeiro, mais convencional, é ligado à própria estruturação da comunidade de santo e da comunidade onde um determinado terreiro está inserido. O segundo está vinculado à própria relação dos adeptos com os orixás e vice-versa. Assim, no culto aos orixás se apresentariam variados níveis de

[247]MAUSS, 1981.

potlatch relacionados com o grau de envolvimento do indivíduo com o culto, com sua posição hierárquica ou com seu prestígio social. Esses níveis não deixam de revelar a natureza das relações e das obrigações contraídas no interior da comunidade de culto e a forma como ela cria as suas redes de prestação de serviços e de solidariedade.

No nível que deve ser o mais convencional, pois, amiúde, já foi reportado e analisado por diversos autores, em distintas comunidades, estariam as relações de *potlatch* próprias dos membros de um grupo social que possui regras, rituais, normas de comportamento e hierarquias próprias. Esse nível corresponderia às regras dos *potlatch* existentes no interior de clãs, que se daria como uma forma de compensação pelos gastos efetuados durante ou para a realização de algum ritual.

No âmbito do candomblé, por seu turno, essa compensação ocorreria em situações como a relatada por Édison Carneiro, a seguir:

> No domingo subseqüente ao *ôrunkó*, têm lugar as cerimônias da *compra* e da *quitanda* das *iaôs* ou *panã*.
> A *compra* se assemelha a um leilão. Alinhadas as iaôs, a mãe fala das excelências de cada, propondo um preço para sua aquisição e explicando que a *compra* vale como a compra de uma escrava, pois a iaô fica na obrigação de obedecer ao *comprador* por toda a vida. (Em geral, o comprador já está escolhido de antemão). Os *compradores* avançam nos lances. Aceito pela mãe o lance fictício, a assistência aplaude e o *comprador* e a iaô fazem uma volta na sala, ao som festivo dos atabaques. O mesmo se realiza com as demais iaôs.
> Acabada a cerimônia da *compra*, tem lugar a *quitanda* das iaôs. No chão da sala, alinham-se panelas de mungunzá e de vatapá, latas de aluá, pratos de acarajé, abarás, pipocas, amendoim, acaçá, cocada, queijadas, feijões de azeite, cestas de roletes de cana, gamelas de fubá, caxixis, bananas, laranjas, pinhas (frutas-do-conde), pedaços de coco, etc. Uma pequena feira-livre. Sentadas em pequenos bancos, as iaôs, ainda de cabeças raspadas, são as vendedoras. Os presentes vão comprando as gulodices ali expostas, que

> neste dia custam mais caro do que nunca. O barulho é infernal: as iaôs estão, quase sempre, possuídas por *êrês* e uma delas, mesmo, deve vir fazer pilhérias, antes da *quitanda*, com os assistentes. Outras vezes, frutas, doces etc. ficam sob a guarda de uma única iaô, possuída por um *êrê* e armada com um cipó com que espanca os circunstantes, que a pretexto de comprar as coisas, devem roubá-las. É uma cerimônia divertida e alegre[248].

No caso do sistema de prestações totais dentro do candomblé, há ainda o caso relatado por Ruth Landes, como se verá, a seguir:

> Terminada a função pública, todo mundo estava repousando. Amigos das mulheres percorriam as dependências do templo e gostavam sobretudo de um jogo de multas [...] Em outro tipo de brincadeira estavam envolvidos os tabus sagrados [...] Ao pagar a multa ou resgate, a culpada é conduzida a um trono na sala de cerimônias. Dignitários do templo, sacerdotisas e vizinhos eram convocados. A mãe anunciava o montante e, no chão, diante da culpada, era colocado um prato, em que ela atirava todo o dinheiro que podia. Talvez atirasse 50 cents. – Mas uma mulher vale mais do que isso –, protestava a mãe. Então, as mulheres e ogãs que serviam deuses do mesmo sexo que o da culpada atiravam outras moedas, liberando a mulher e cobrindo-lhe a vergonha. A mãe, sorridente, retirava então a redimida da cadeira, os atabaques soavam alto pelo deus desagravado e as mulheres dançavam em seu louvor[249].

Nesses casos, o ato de compra da iaô (*panã*) e a cerimônia da quitanda das iaôs, o *potlatch* se processa como uma forma de ressarcimento, ou melhor, de redistribuição das despesas efetuadas pela iaô, para que ela possa ser iniciada. A comunidade, ao recepcionar o novo membro, reparte com ele os custos de sua iniciação. De um ponto de vista simbólico, informa-se ao indivíduo que daquele

[248]CARNEIRO, 2002, p. 97-98 (grifos do autor).
[249]LANDES, 2002, p. 98-99.

momento em diante a sua vida deixa de possuir apenas uma dimensão individual, que os seus problemas físicos, materiais e espirituais são de responsabilidade tanto dele quanto da comunidade de santo onde está inserido e para onde nasceu depois da iniciação.

Para o indivíduo, além da aceitação de um conjunto de regras, tabus e hierarquia, seu novo *status* social, o de nascido para uma comunidade de culto, implica em acatar as responsabilidades no que tange à perpetuação, manutenção física e material e envolvimento em todas as questões que dizem respeito ao cotidiano da nova coletividade que integra. A iaô aceitará, como suas, as questões individuais dos outros adeptos, que afetam a comunidade de santo. Acima de tudo, acatará o fato de que seus problemas individuais e sua conduta se tornam, também, objeto de interesse a comunidade à qual se vinculou.

Uma das formas comuns de observação dos compromissos assumidos por um adepto de uma comunidade de santo se dá a partir das contribuições que esse indivíduo oferece ao grupo. Essas contribuições podem ser em espécie, prestígio ou trabalho; note-se que elas raramente se apresentam de forma exclusiva. Na maioria das vezes essas contribuições vêm combinadas. Elas não definem a hierarquia dentro da comunidade de culto, mas o prestígio social que o indivíduo terá na comunidade. Para a oferta desses "dons" não é imprescindível, nem sequer necessária, a vinculação ritual do doador à comunidade de santo. Bons contribuintes, sobretudo aqueles que ofertam dinheiro e conferem prestígio social à comunidade, são, invariavelmente, atraídos para algum tipo de vinculação ritual, sendo o mais recorrente, no caso dos homens, a ocupação do posto de ogã. Esses indivíduos ofereciam aos terreiros, sem dúvida, dinheiro, mas, além dele, estava o prestígio social que conferiam às casas de santo.

Prestígio social, na Bahia, às vezes, é muito mais desejado e importante do que o dinheiro. Evidentemente que a posse do dinheiro implica na aquisição de prestígio. Entretanto, o prestígio assume diversas facetas, a depender da instância da sociedade que o conferiu, como, por exemplo, um político transferir parte do seu prestígio ao terreiro ao qual está ligado. Isso pode ser evidenciado abaixo:

> No dia 10 de outubro de 1937, com a presença de altas autoridades do Estado, o então prefeito Bezerra Lopes lançou a pedra fundamental do novo Ache de Ôpô Afonja, em substituição ao antigo 'terreiro'. Este novo Ache, todo em cimento armado, já se acha em grande parte construído, graças a acção infatigável de Anninha e dos 'ogans' do Centro Cruz Santa [250].

Retirado de uma matéria que noticiou a morte da iyalorixá do Ilê Axé Opô Afonjá, o fragmento é bastante revelador, tanto do prestígio do terreiro – capaz de levar o prefeito da cidade, em um período em que os terreiros ainda eram perseguidos, a proceder a uma cerimônia de iniciação das obras de reforma do terreiro – quanto do impacto causado por esse poder de atração. O jornal também assinala que as construções do terreiro, em concreto armado, coisa rara para os padrões do período, já estavam, em grande parte, prontos na época da notícia, em função da ação da mãe de santo e dos ogãs. Não seria de admirar que o próprio prefeito Bezerra Lopes fosse um dos ogãs.

A segunda natureza do *potlatch*, no candomblé, está associada às oferendas e rituais cumpridos pelos adeptos dos orixás. Mais uma vez a mitologia oferece as pistas para a compreensão das dinâmicas internas do culto aos orixás. Isso é exemplar no mito que conta como Exu ajudou um mendigo a enriquecer. Diz o relato:

> Era uma vez um homem pobre e peregrino. Um dia, ele consultou gente competente e fez o que lhe fora dito.
> Preparou um ebó com muita dificuldade. Exu, então, vendo todo aquele esforço, quis muito ajudar aquele homem[251].

Resumindo, Exu fez com que a imagem do mendigo, diante de sua comunidade, fosse modificada a tal ponto que lhe deu condições de enriquecer. Em outras palavras, Exu, sendo o orixá que abre ou fecha os caminhos, criou os meios para que o homem

---

[250] O ESTADO DA BAHIA, 1938 (grifos do autor).
[251] Ibidem, p. 81.

pobre adquirisse prestígio social ao ser associado a um homem rico, mudando a forma como ele era tratado pela sua comunidade. Essa associação lhe permitiu o acesso a linhas de crédito que antes, por sua condição de pobreza, não lhe estavam acessíveis. Entretanto, o curioso desse mito é que o enriquecimento do homem pobre se dá através de um logro, a predisposição das pessoas de tomar decisões avaliando, apenas, as aparências, isto é, nesse caso a simulação de um laço de amizade entre um homem pobre e um rico.

No momento em que o homem pobre enfrentou dificuldades e privações para realizar os sacrifícios rituais devidos a Exu, ele o fez com despojamento, de certo esperando uma compensação. Os fundos moral e doutrinário desse mito são fortes, transmitem aos adeptos uma informação clara e simples: a intervenção dos orixás na vida de seus fiéis é decisiva, tanto para a sua fortuna quanto para o seu infortúnio. Revela ainda que o modo de agir dos orixás não é direto, mas sinuoso e sugestivo.

O mercado dos orixás

Se Xangô é conhecido como homem da justiça e do dinheiro, havendo quem o chame de "Amigo do ouro", Exu, é, pelos seus logros e trapaças, o responsável pela circulação e pelo aumento do axé do dinheiro. Nesse sentido, o acúmulo de axé se dá pela troca, por um intercurso comercial entre os homens, entre os homens e os orixás e entre os próprios orixás. Se por um lado a atividade do comércio, em si, já possui, dentro da lógica do candomblé, o seu lugar, alguns ramos da atividade comercial possuem um crivo ritualístico muito maior do que outros, conforme apontado anteriormente no Capítulo 1. O mesmo pode ser dito sobre o comércio de objetos litúrgicos:

> O comércio de artigos religiosos é englobado [...] por uma forma de intercâmbio que lhe é hierarquicamente superior – a troca de oferendas. No caso dos cultos afro-brasileiros,

> essas trocas são chamadas de 'obrigações'. São elas que alimentam o santo [...] pessoas, os seres e as coisas têm *axé* [...] o axé pode ser incrementado ou empobrecido.
> Como é possível potencializar o axé, ou evitar que ele diminua? Cuidando do santo; lavando as contas, preparando as comidas; confeccionando os trajes, sacrificando os animais, guardando os interditos. Cumprindo os rituais. [...] De um ou de outro modo a produção do axé tem a ver com dinheiro[252].

Arno Vogel, Marcos Mello e José Flávio Barros escrevem que dentro da lógica do candomblé não há incompatibilidade ou impropriedade entre as transações comerciais, o emprego do dinheiro e a ritualística religiosa. O dinheiro é peça fundamental do culto, fazendo parte, inclusive, dos assentamentos dos orixás. O dinheiro circula e, circulando, acumula "muito *axé*; e o axé do dinheiro é sempre positivo"[253].

Considerando correto esse princípio, não é difícil perceber nele similaridades com a ética protestante, sobre a qual discorreu Max Weber, a partir da análise do calvinismo. Segundo Weber, o calvinismo não percebia o exercício do comércio com as mesmas restrições que a igreja católica. Antes disso, a posse de fortuna era e deveria ser entendida como a revelação da boa vontade divina para com o seu possuidor. Para o calvinismo, a riqueza deve ser utilizada para a reprodução de mais riqueza. O caráter estóico e disciplinado do calvinista preza pela acumulação de riqueza[254].

A posse de riqueza, ou o enriquecimento de algum adepto do candomblé é, tal qual o calvinismo, entendido não como mero resultado do esforço individual, mas como uma demonstração da intervenção divina em favor desse adepto. No caso do calvinismo, a relação se dá pela predestinação. No caso do candomblé a intervenção, pode, por assim dizer, ser barganhada e negociada com as divindades.

---

[252] VOGEL; MELLO; BARROS, 1998, p. 15-17 (grifo dos autores).
[253] VOGEL; MELLO; BARROS, 1998, p. 13.
[254] WEBER, 1992.

Elementos imprescindíveis dessa relação de barganha com as divindades, as iyalorixás e os babalaôs são os intermediários entre as vontades divinas e os adeptos do candomblé. Retomando, mais uma vez, às palavras do mito que narra como Exu fez um pobre enriquecer, a relação de barganha com os orixás deve ocorrer por intermédio de "gente competente", ou seja, aquela que possui canal aberto com as divindades e se transforma em oráculo de suas vontades.

O meio utilizado para se ter conhecimento das disposições divinas é uma consulta ao Ifá. Segundo Édison Carneiro,

> Ifá não tem culto organizado na Bahia, se identificou com o instrumento de que se serviam os babalaôs e se servem os *èluôs* para suas consultas ao orixá – o *ôpélê ifá*, o rosário de ifá, feito de búzios da Costa, de forma especial, uns diferentes dos outros, que agora se chama simplesmente de *ifá*.
>
> Atirado ao acaso sobre o chão, depois de uma série de rezas mágicas, o ledor do futuro decifrava, pela posição em que porventura caíssem os búzios do rosário, o destino que esperava o consulente. O rosário pode ser substituído, sem desvantagem, pelos búzios que o compõem – e esta é mesmo a regra, atualmente. O sacerdote de Ifá se valia ainda de outros materiais, como o obi, o orobô, a pimenta da Costa (*atarê*).
>
> Além desse processo, o mais comum, o sacerdote pode servir-se de uma pequena esteira, de cerca de 10 cm, chamada de *esteira de ifá*, que, colocada no chão, responde, sem qualquer auxílio exterior, às suas perguntas. Movendo-se para um lado, diz que sim; movendo-se para o outro, diz que não...[255]

A consulta ao Ifá se constituía em uma primazia dos babalaôs. Com o envelhecimento e/ou a morte deles, foram criadas as condições necessárias para que essa parte do culto, que se dava fora das estruturas hierárquicas e disciplinares de um terreiro de

[255]CARNEIRO, 2002, p. 121-122.

candomblé, fosse integrada a ele. Mas não se pode deixar de considerar as dimensões políticas dessa atração do poder de intermediário entre os homens e os orixás para dentro da estrutura das casas de culto.

Um babalaô, necessariamente, não estava vinculado, por obrigação ritual, a alguma casa de santo. Tratava-se de uma instituição própria que não era submetida, por relações hierárquicas, a nenhuma mãe de santo. Gozava do mesmo *status* e prestígio que elas[256], mas desenvolvia um papel fundamental de conselheiro em assuntos de Axé, na medida em que era ele, e não a mãe ou o pai de santo, o intermediário entre as disposições dos orixás para a ordenação da vida dos adeptos do culto na terra. Da iniciação aos ritos fúnebres, a presença dos babalaôs na ordenação do ritual, de acordo com a vontade dos orixás, era indeclinável. O que, por certo, pode ter se tornado uma inconveniência, na medida em que limitava a autoridade da mãe de santo.

Explicando melhor, quem identificava o orixá que guiaria um novo adepto não era a mãe de santo, mas, sim, o babalaô. Em um dos momentos de maior tensão para a comunidade de terreiro, isto é, no momento de definição da sucessão no cargo de mãe de santo, era o babalaô que, consultado, interpretava e comunicava a vontade divina. Ele conferia legitimidade à nova mãe de santo ao anunciar o seu nome como o escolhido pelos orixás. Segundo Carneiro,

> Antigamente, fora do Candomblé, havia o babalaô, o adivinho – um sacerdote dedicado ao culto do deus da adivinhação, Ifá (nagô) ou Fá (jeje), representado pelo fruto do dendezeiro.
>
> As mães sempre buscavam o conselho dos babalaôs, para confirmar o orixá protetor desta ou daquela iniciada, às vésperas de festas públicas ou em seguida as calamidades que por ventura desabassem sobre a casa. Aos babalaôs cabia olhar o futuro, marcar uma regra de conduta para as comunidades religiosas – a única que poderia, sem atrair a cólera dos deuses, contornar as dificuldades que se apre-

[256] Ibidem, p. 120.

> sentassem. Os babalaôs eram um elemento de importância excepcional. Eram guias espirituais, uma última instância, a derradeira palavra em qualquer assunto difícil, que exigisse não só conhecimentos especiais, como um contato mais que íntimo com as potências ocultas da natureza[257].

Embora extrapole os marcos cronológicos deste trabalho, creio valer a pena registrar uma situação documentada em que um sacerdote de Ifá foi chamado para consultar a vontade dos orixás em relação à sucessão de uma mãe de santo falecida. O caso se deu em 1976, no Ilê Axé Opô Afonjá. Diz a ata do Conselho Religioso:

> Aos dezenove dias do mês de março de 1976 (hum mil novecentos e setenta e seis), presentes 136 pessoas, todas com assinatura gravada no livro de Atas do Conselho Religioso deste Axé, às 10 horas e 45 minutos, no Barracão, eu, Fernando José Pacheco Vasques, Secretário da Sociedade Civil (Obá Xorun), dirigi-me a todos os presentes solicitando que se aproximassem da mesa onde seria realizado o jogo para a escolha da futura Iyalorixá , uma vez que antes do jogo ser iniciado o Professor Agenor Miranda , Babalaô, considerado o único Oluô no Brasil, filho espiritual da falecida Eugênia Anna dos Santos (Mãe Aninha), irmão da também falecida Ondina Valéria Pimentel, vindo do Rio de Janeiro exclusivamente para esta cerimônia, irá fazer uma dissertação do que acontecerá em seguida[258].

A convocação de um sacerdote de Ifá, residente no Rio de Janeiro, para a cerimônia de confirmação da futura mãe de santo do Ilê Axé Opô Afonjá, por si só já demonstra a situação de tensão e expectativa por que passava aquela comunidade. Isso se evidencia, ainda mais, quando se enumera a filiação espiritual dele, ou seja, filho de santo da fundadora do Axé e irmão de santo da finada mãe de santo, cuja sucessão se buscava pela consulta do Ifá.

---

[257] CARNEIRO, 2002, p. 19.
[258] SANTOS, D. M., 1994, p. 38-39.

Em seguida, as palavras pronunciadas pelo professor Agenor Miranda, transcritas em ata, que revelam a autoridade de que estava investido:

> Não estou aqui para ser agradável a quem quer que seja, sei que muitos dos presentes já fizeram sua escolha, porém estou aqui para cumprir a determinação de Xangô, e advirto a todos os filhos e filhas, Obás e Ogans, e a todos vinculados a este Axé, que a vontade de Xangô é Lei, é sagrada, e sua escolha, sobre quem quer que caia, terá de ser por todos acatada e respeitada, e a filha deste Axé que for por ele escolhida não deverá se deixar levar pelo coração, e deverá, sim, agir com justiça e sabedoria, promovendo a união de todos, e acima de tudo ter pulso forte para manter a hierarquia, doa a quem doer.[259]

É preciso considerar que esse exemplo revela o grau de influência desfrutado por um babalaô, no contexto descrito por Édison Carneiro, admitindo que esse autor estivesse correto ao afirmar que Martiniano Eliseu do Bonfim e Feliberto Sowzer foram os últimos legítimos babalaôs, pois se caracterizavam por ser sacerdotes de "fora do candomblé", isto é, das casas de culto.

O professor Agenor Miranda era um *Oluô*, isto é, um sacerdote de Ifá que se encontrava em uma categoria inferior à de babalaô, haja vista ser de dentro do candomblé[260]. Com o seu falecimento, em 2004, mais de uma vez foi dito que morrera o "último dos babalaôs". De fato, sua filiação espiritual e os conhecimentos adquiridos ao longo de seus 92 anos de iniciado conferiram-lhe senhoridade e autoridade inquestionáveis[261].

---

[259]Ibidem, p. 39.

[260]Édison Carneiro (2002, p.123) se refere à *éluô* para essa categoria de sacerdotes de Ifá.

[261]A senhoridade é um elemento preponderante dentro da hierarquia das casas de culto aos orixás. O princípio confere, aos que possuem mais tempo de feitura de santo, maior autoridade em relação aos que possuem menos tempo de iniciação.

O objetivo do relato do sucedido no Ilê Axé Opô Afonjá, por ocasião da escolha da atual iyalorixá, Mãe Stela, é dar uma ideia do tipo de prestígio e autoridade que gozava um babalaô no período de sua plena atividade. Porém, quer pelo desaparecimento físico dos últimos babalaôs, sem deixar herdeiros que dessem continuidade ao sacerdócio paralelo às casas de culto, quer pelo poder de atração exercida pelos terreiros sobre os novos iniciados no sacerdócio de Ifá, quer pela apropriação dos pais e mães de santos da prática da adivinhação, o fato é que a figura do babalaô desvinculado dos terreiros desapareceu.

Na década de 1930, já era notado um aumento significativo dos pais e mães de santo consultando o Ifá. Note-se, no entanto, que a consulta dos babalaôs possui certas diferenças em relação à consulta feita pelas mães de santo. Isso é bem ilustrado por Ruth Landes, ao relatar suas visitas a Martiniano do Bonfim e à Mãe Sabina.

O jogo de Martiniano, de acordo com a descrição feita por Landes, distava do jogo de Sabina em vários pontos, mas o principal deles era a quantidade de búzios jogados. O jogo do babalaô se dava com 16 búzios que representavam os 16 odus de Ifá.

Da combinação de posições que esses búzios assumem, quando lançados, é que se processa a interpretação feita pelos babalaôs. As combinações variam de 256 a 4096, a depender do conhecimento e da habilidade do babalaô para recombiná-las e interpretá-las. As interpretações se dão pela combinação dos 16 odus entre si, cujo resultado é de 256 possibilidades e, por conseguinte, a recombinação dessas 256, novamente, pelos 16 odus, resulta em 4.096 possibilidades interpretativas.

No jogo de Sabina, presenciado por Ruth Landes, a consulta fora feita com apenas oito búzios, o que representa uma significativa limitação das combinações possíveis[262]. Ademais, havia grandes distinções entre os apetrechos utilizados pelo babalaô e pela mãe de santo nas situações descritas por Landes. É possível que os búzios de Martiniano estivessem unidos entre si em forma

[262] LANDES, 2002.

de um rosário formando o *ôpélê* Ifá, ao passo que Sabina usava os búzios soltos. Segundo Édison Carneiro, o "rosário pode ser substituído, sem desvantagem, pelos búzios que o compõem". Outra possível distinção é em relação aos objetos litúrgicos utilizados em combinação com os búzios. Landes deixa perceber tal diferença quando descreveu:

> Sobre a mesa havia uma toalha bordada. – A toalha de Oxalá para ver o futuro – explicou Sabina. Ela atirou à sua frente oito búzios de adivinhar: – São os *dielgún*. Quando a gente os atira à mesa eles ajudam a ver o passado da pessoa. Depois ela colocou um lindo búzio comprido em posição de apontar. Pôs na mesa uma corrente de prata de onde pendia uma figa de madeira escura. Símbolo de boa sorte. À sua direita estava uma quartinha dedicada a Oxalá, cheia de água sagrada chamada maza. Pediu ao marido uma vela de tamanho médio, que representaria a vida do cliente; quando Benedito a pôs na sua mão, ela a colocou em pé, em cima da mesa, e a deixou acesa durante toda a consulta [...] Em seguida pôs à mesa um colar sagrado de 22 contas de vidro; eram contas de um branco leitoso dedicadas a Oxalá, contas translúcidas, cor de pérola, dedicadas a Iemanjá, contas de um azul brilhante dedicadas a Oxoce, contas de ouro a Oxum, e outras contas, e todas estavam 'fechadas' no fio por três contas azul-escuro de Ogum, deus das estradas, das disputas e das guerras[263].

A descrição do modo como Mãe Sabina consultava o oráculo se assemelha ao que Édison Carneiro identificou como "*tamarésso*" – nome da vela colocada sobre a mesa, ao lado de um copo de água, no momento da consulta aos orixás. Em uma mesa, as contas dos orixás são colocadas de forma circular, definindo o espaço onde os búzios são lançados e suas combinações; ao cair dentro ou fora desse círculo, serão interpretadas. A água, contida em uma quartinha ou em um copo, está presente para absorver o "carrego" (axé negativo) que, por ventura, o cliente possua e que,

[263]Ibidem, p. 237-238 (grifos da autora)..

depois da consulta, será devidamente despachado, isto é, atirado fora, ritualisticamente.

Na consulta feita por Martiniano do Bonfim, os objetos litúrgicos usados para questionar o oráculo eram distintos, como expõe Landes:

> De junto de si apanhou um bonito alguidar de madeira, raso, de cor castanho-escura, velho e muito usado. Estava polvilhado de areia fina. No alguidar pôs um velho cesto raso, por sobre o qual jogou uma suja toalha branca. Por cima disso jogou 16 búzios com que pretendia adivinhar o futuro de Rosita. Debaixo do enxovalhado lençol, tirou duas antigas e bonitas presas de marfim, amareladas e gastas pelos anos, entalhadas em estilo sudanês; alfinetes de metal estavam pregados em cada presa e uma delas tinha uma cara masculina esculpida, com alfinetes de metal no lugar dos olhos[264].

Ao invés de usar as contas de vidro consagradas aos orixás, a vela e o copo d'água, Martiniano, como babalaô, utilizou, para auxiliar na consulta ao Ifá, um alguidar de madeira polvilhado com areia. Esse alguidar é utilizado para fazer marcações que guiam os lances dos búzios e, consequentemente, as interpretações das combinações que forem surgindo a cada nova jogada. Os lances dos búzios foram feitos sobre aqueles que Landes identificou como um "cesto velho raso", que bem poderia ser uma peneira, e não dentro de uma circunferência feita com contas de orixás[265].

A partir das observações feitas por Landes, percebem-se as distâncias entre os procedimentos rituais, os objetos litúrgicos e, sem dúvida, os elementos míticos e simbólicos envolvidos nos dois procedimentos de consulta aos deuses. Da maior ou menor competência no domínio desses procedimentos de consulta ao Ifá – para que ele revele não somente a sua vontade, mas, também, as dimensões que representam pontos de tensão na vida daquele que

---

[264] LANDES, 2002, p. 273-274.
[265] LANDES, 2002.

busca o auxílio do oráculo – é que o babalaô, *oluô*, pai ou mãe de santo se habilita e se legitima como intermediário entre a vontade dos deuses e os homens.

A consulta ao Ifá e ao jogo de búzios são momentos delicados, tanto para o que busca a iluminação do seu caminho, quanto para aquele que se coloca na posição de intermediário entre o consulente e os orixás. O primeiro, porque é o momento em que sua vida deve ser escarafunchada, seus erros, suas falhas de caráter, seus débitos para com os orixás podem ou devem vir à tona. Segundo, porque as notícias ou cobranças dos orixás em razão de seus erros de procedimento podem ser muito desagradáveis, em outras palavras, ele pode ser informado de uma doença ou mesmo morte próxima sua ou de um parente. Também há tensão, voltada para o "olhador", pois, durante o jogo, seu poder de vidência está em xeque, assim como a sua autoridade e legitimidade como intermediário entre os orixás e os homens[266]. É um instante em que o seu axé pode ser contaminado com o "carrego" que a pessoa traz e que, por vezes, irá requerer procedimentos rituais demorados para fazer o axé do "olhador" voltar ao estado de equilíbrio.

No jogo de búzios e na consulta ao Ifá, o que está no escopo da análise é o axé, tanto do consulente, quanto do "olhador". Nessa situação se constata a presença do dinheiro como, inclusive, um componente ritual; particularmente, em termos de valores, tanto Martiniano do Bonfim quanto Mãe Sabina exigiam o mesmo valor pela consulta. Vejamos como Landes descreve um sucedido:

> Sabina limpou os búzios e as contas na toalha diante da vela e pediu a Fernando: – Bote dinheiro na mesa.
> – Quanto?

[266]Olhador é um termo usual utilizado pelos adeptos do candomblé para designar a pessoa que se dispõe a "olhar" o futuro e o passado da pessoa em busca de possíveis pontos de desequilíbrio do axé ou em busca de boas notícias para o futuro ou de razões para infortúnios presentes, futuros e eventos passados.

> – Cinco mil réis.
> Ele lhe deu a nota e ela a esfregou ao longo dos braços e das palmas das mãos dele, continuando até a toalha, e em seguida a colocou na mesa, por baixo das contas. Cantou, invocando as deidades da adivinhação em favor do cliente[267].

Um fato presenciado durante uma consulta com Martiniano do Bonfim foi substancialmente distinto, tendo, de similar, apenas o valor cobrado pelo jogo de búzios. Depois de uma longa consulta ao jogo e da prescrição de um trabalho para satisfazer aos desejos da consulente, quando ela lhe ia fazer uma nova pergunta, o babalaô diz:

> – Primeiro quero o seu retrato.
> Rosita sorriu, incerta, e disse que não tinha nenhum com ela. Ele explicou: – Quero dizer, pague a mesa.
> – O que?
> – A senhora é brasileira? – replicou Martiniano, impaciente. – A primeira pergunta eu respondi de graça; mas, depois disso, só pagando. Foi por isso que eu botei os cinco mil réis na mesa – como aviso[268].

Percebe-se, a partir da análise dos excertos acima, que é maior a preocupação de Mãe Sabina em ritualizar a presença do dinheiro durante a consulta do que de Martiniano do Bonfim. O gestual de esfregar a nota nos braços e palmas da mão pode ser entendido como uma ação que transfere ou absorve, através do dinheiro, parte do axé para a mesa e, dessa forma, sintoniza os canais que permitirão à mãe de santo uma visão mais nítida do destino e das disposições dos orixás para o consulente. Isso pode ser evidenciado tanto pelo gestual descrito por Landes, quanto pela posição em que o dinheiro é colocado sobre a mesa, isto é, por baixo das contas.

---

[267]LANDES, 2002, p. 238.
[268]LANDES, 2002, p. 276.

Na consulta feita por Martiniano do Bonfim, o dinheiro ocupa a mesma posição ritual que a de Mãe Sabina. Ele também é colocado por baixo do jogo, ou seja, "debaixo da toalha". Entretanto, a explicação dada pelo babalaô para a sua presença ali é mais direta. Ele está ali "como um aviso" do valor cobrado por seus préstimos.

Note-se que cada um dos "olhadores", ao seu modo, antes ou depois da consulta, conferiu ao dinheiro um lugar mais ou menos ritualizado na execução do jogo de búzios. Tanto para Martiniano do Bonfim quanto para Mãe Sabina, o axé do dinheiro precisava estar presente. Afinal, o babalaô colocou, de seu próprio bolso, o dinheiro na mesa. E caso Rosita tivesse se dado por satisfeita com apenas uma pergunta, Martiniano do Bonfim, de acordo com suas próprias palavras, teria feito a consulta de graça.

A "pergunta" feita a um "olhador" é um tema de consulta que, invariavelmente, está relacionado a alguma dificuldade em que o consulente se encontra. A consulta serve para indicar formas de resolução dessa dificuldade a partir de procedimentos e curas rituais específicas. Desse modo, outra pergunta abriria um novo tema a ser cuidado com outros procedimentos. Por isso a exigência de Martiniano em ver o "retrato", isto é, a cor do dinheiro de Rosita.

Sendo o dinheiro um aviso, sua ritualização, nesse caso, ocorria pelo entendimento de certas regras de etiqueta, e códigos que decifrariam a colocação do dinheiro sob a toalha como uma notificação de que o "olhador" esperava receber uma recompensa por seus préstimos e qual seria o valor dela. Na maior parte das vezes, o pagamento pelo jogo de búzios deve ser convertido em objetos destinados aos próprios orixás, tais como velas, preparo de suas comidas rituais, aquisição das folhas de suas preferências etc. Por vezes, vai um pouco além, como apontou Beatriz Góis Dantas:

> As trocas realizadas entre a mãe de santo e seus filhos e entre ela e os clientes colocam sob seu controle bens provenientes do grupo e de fora dele [...] no que diz respeito aos bens provenientes dos clientes [...] a destinação é da competência

> exclusiva da mãe de santo. Temos visto, entretanto, que o esquema organizatório deste terreiro prevê a aplicação parcial das rendas adquiridas [...] nos rituais religiosos, sobretudo nos repastos destinados ao consumo do grupo. Deste modo, as riquezas provenientes das consultas que poderiam ser acumuladas pela mãe de santo em benefício próprio, são parcialmente distribuídas aos fiéis [...] a mãe de santo está, de certo modo, fazendo uma redistribuição[269].

Em verdade, nem a mãe de santo nem o babalaô tinham como objetivo primordial os cinco mil réis das respectivas consultas – não que eles não se importassem –, mas a atenção deles estava voltada para os procedimentos rituais desencadeados a partir do jogo de búzios.

Tanto no caso de Martiniano do Bonfim quanto no de Mãe Sabina havia custos para a resolução dos problemas de seus respectivos clientes[270]. Para compreender melhor a prestação de serviços nos casos observados por Landes, é preciso discorrer um pouco sobre a natureza das consultas e a respeito de que tratavam as dificuldades. Comecemos por Fernando, o consulente de Mãe Sabina.

Fernando fora até Mãe Sabina na esperança de que ela confirmasse, através dos búzios, a infidelidade de sua companheira, com quem vivia há cerca de seis anos. Ele estava convencido, ou queria convencer-se, de que sua mulher o traía com um rapaz de 20 anos, sobrinho dela, que morava com eles. A desconfiança de Fernando surgiu quando sua companheira passou a chamar o "sobrinho" de "filho". Em verdade, Fernando buscava uma justificativa para abandoná-la e ir viver com uma amante mais nova.

De acordo com a consulta de Mãe Sabina aos búzios, não havia fundamento para as especulações de Fernando. Antes disso, o seu pensamento estava turvado e ameaçando a tranquilidade

---

[269]DANTAS, 1979, p. 181-191.

[270]Utilizo o termo cliente, pois é a partir desse momento que se estabelece, em relação ao pai, à mãe de santo ou ao babalaô, uma relação de prestação de serviço, pois, até então, o consulente não estava ligado a alguma obrigação mais sistemática ou acatando a autoridade ritual ao olhador.

domiciliar. Sugeriu que tudo era pelo fato de ele estar em falta para com as suas obrigações com Cosme e Damião (Ibejis), com o que Fernando assentiu. Em seguida, Mãe Sabina inverteu as posições ao afirmar que Fernando estava vivendo com duas mulheres. Por fim, o tema da consulta de Fernando veio à tona. Ele queria saber com qual das duas deveria ficar.

Mãe Sabina, como resposta, apontou uma série de problemas com as duas mulheres. E, para tratar da doença da amante, provocada pelos sete Exus de Ogum, Fernando teria que desembolsar a bagatela de 65$000. A essa informação, Fernando retrucou: "– Eu não ganho nem 200 mil réis por mês". Ao que Mãe Sabina responde: "– É por isso que estou lhe cobrando barato"[271].

Mãe Sabina tentava envolver Fernando em sua rede de influência. Afirmava que a amante era afligida por Oxum e depois pelos Exus de Ogum. Na primeira tentativa de enredar seu consulente, Mãe Sabina afirma:

> – De acordo com os meus búzios, quem está a esta afligindo é Oxum, deusa do amor. Ela deve me procurar para tratar-se. Eu cobro barato, porque vejo que vocês são pobres[272].

Na segunda tentativa, não foi apenas a amante que Mãe Sabina queria atrair para o seu séquito de filhas de santo:

> O caso com suas duas mulheres é que elas são ambiciosas demais, e isso é porque são atuadas por deuses machos. Os deuses têm de ser domados! A cabeça das mulheres tem de ser preparada para ele! Tudo vai dar certo quando se tornarem sacerdotisas. É o que dizem os búzios e as contas[273].

Dessa consulta, Fernando, concretamente, só se dispôs a realizar a obrigação com Cosme e Damião, isto é, a realização de

---

[271] LANDES, 2002, p. 242.
[272] Ibidem, p. 241.
[273] Ibidem, p. 243.

um caruru, a ser preparado por sua companheira, e decidiu que sua amante procuraria o caboclo que incorporava em Mãe Sabina. Isso, de acordo com a análise de Landes, representava apenas "o primeiro passo numa dilatada relação"[274].

Com Rosita, a consulente de Martiniano do Bonfim, as motivações para a consulta aos búzios são também de natureza afetiva e o problema era bastante semelhante ao de Fernando. Rosita buscava uma orientação sobre com qual dos dois pretendentes que possuía deveria se casar. O primeiro era "escuro" e mais velho, a namorava e era seu favorito, enquanto o segundo, branco e mais jovem, contava com a aprovação de seus pais.

No primeiro lance dos búzios, Martiniano do Bonfim exprimiu que a melhor opção era a obediência aos pais, devendo Rosita esquecer-se de seu favorito. Aliás, essa mesma opinião ele já havia manifestado antes de consultar os orixás. Rosita, então, presumiu que deveria casar-se com o mais novo. Porém, diante da revelação de um compromisso secreto firmado, através de uma aliança de noivado, entre ela e o seu favorito, o babalaô volta atrás:

> Martiniano ficou mais animado e jogou de novo os búzios. – Eles dizem que o melhor de todos é o mais velho. Mas os seus pais são um obstáculo. – Levantou os olhos e viu Rosita sorrir. – Tem de esquecer o outro moço, o mais moço. – Jogou os búzios. – Agora, se a senhora fosse uma de nós, eu sugeriria alguma coisa para fazer seu pai mudar de opinião. Nada de mal, – assegurou apressadamente[275].

A partir da aquiescência de Rosita, Martiniano lhe informa:

> – Vai custar dinheiro – continuou ele. – A senhora terá de comprar uma conta coral como esta, uma fruta como esta e esta especiaria. – Mostou uma conta comprida cor de tomate e um cheiroso naco de fruta-pão e fê-la mastigar um pedaço de especiaria. – Terá de comprar também uma

[274]Ibidem, p. 244.
[275]LANDES, 2002, p.275.

> esteira e três búzios. A senhora me dá o dinheiro para o despacho e eu compro as coisas. São mais ou menos 62 mil réis[276].

Nesse caso, foi também dado o "primeiro passo numa dilatada relação". Sendo Rosita de Ilhéus, essa relação aconteceria por correspondência, pois com os 62 mil réis, daria início aos trabalhos, que deveriam ser completados na cidade de origem da cliente, onde todos os personagens de seu drama pessoal residiam. Nas palavras de Martiniano do Bonfim: "– Aqui só posso dar começo ao trabalho, a senhora terá de continuá-lo quando chegar a Ilhéus e me escrever"[277]. Considerando-se que uma carta, desde sua postagem, levasse de uma semana a um mês para ser entregue, é de se supor que essa relação tenha tido uma dilatação significativa e os custos do trabalho elevados a somas consideráveis.

Os custos de uma devoção

É comum associar o exercício da devoção e da fé religiosa ao desprendimento e ao desapego material. Na tradição religiosa judaico-cristã, esse desapego é levado ao máximo nas projeções feitas em relação à conduta dos sacerdotes da Igreja Católica. Essa é uma visão nutrida muito mais pelo "rebanho" do que pelo sacerdócio católico e, menos ainda, fora dos limites do mundo católico e sua noção de piedade.

Assim, quando duas vivências e universos religiosos distintos se encontram, é natural que, no jogo das trocas simbólicas entre eles, valores sejam permutados e, a reboque delas, se cambiem também visões de mundo. Digo isso para enfatizar que a experiência e a manifestação da devoção no candomblé pertencem a outro universo simbólico e religioso, distinto da tradição judaico-cristã.

---

[276]Ibidem, p. 275-276.
[277]Ibidem, p. 276.

Apesar disso, não se pode negar a profunda influência que ambas excercem entre si, marcadamente em uma sociedade regada por experiências históricas de muita intolerância, sob os auspícios do catolicismo. Desse modo, creio, pode-se compreender, de forma menos preconceituosa, a relação custo e benefício para os fiéis e sacerdotes, por ocasião das manifestações de devoção aos orixás.

Neste capítulo, foi afirmado que a presença do dinheiro, no culto aos orixás, não é condenada. Antes disso, não só é desejada, como necessária. Por isso não se nota tantos pudores no culto aos orixás, embora eles existam, de se ofertar ou pedir dinheiro. No catolicismo, essa relação é disfarçada pelo sentido de piedade e pela "obrigação" de ser caridoso. Isso faz com que a presença do dinheiro no principal ritual católico, muitas vezes, passe despercebida. Mas o fato é que o ofertório, momento em que circula uma cesta ou algo similar entre os fiéis, para que depositem suas contribuições destinadas às obras de caridade, à conservação ou à ampliação do templo, dá-se, exatamente, momentos antes do ápice da missa, quando se dá a consagração eucarística, rito antes da comunhão, quando os fiéis recebem a hóstia consagrada.

No candomblé, a presença do dinheiro está relacionada, invariavelmente, a uma prestação de "serviço mágico-religioso". O serviço mágico, analisado anteriormente, trata da consulta aos orixás por meio do jogo de búzios ou consulta ao Ifá. Ele precede a todos os demais, pois é a partir dele que se determina o próximo passo que o devoto deverá adotar para cultuar seu orixá ou livrar-se dos males que o afligem. Esse passo poderá ser um despacho, um ebó ou uma oferenda, como também uma combinação desses três tipos de procedimentos rituais.

De acordo com José Renato C. Batista, despacho é um termo

> [...] que designa de modo genérico quaisquer oferendas aos deuses. Pode-se referir, também, a despacho ou feitiço, ou, ainda, aos rituais de cura ou limpeza espiritual[278].

[278]BATISTA, 2005, p. 70.

O ebó é uma oferenda

> [...] propiciatória feita a Exu, com a finalidade de enviá-lo como mensageiro aos orixás, solicitando sua boa vontade para a realização de um trabalho religioso ou para evitar sua presença perturbadora [e a oferenda diferencia-se] do ebó e do despacho pelo seu caráter de restituição a uma graça recebida ou de manutenção do vínculo espiritual entre o fiel e suas entidades[279].

Em uma consulta aos búzios ou ao Ifá pode ser prescrito ao cliente um despacho, para o qual ele deve adquirir produtos, tais como: milho branco, feijão branco, preto e fradinho, ovos, milho de galinha, alguns metros de morim branco, folhas, velas, acaçás e, eventualmente, um pombo, uma galinha, ou um novelo ou carretel de linha, sendo esses itens variáveis de acordo com o objetivo e a gravidade do caso. Invariavelmente, os despachos são prescritos com a finalidade de curar doenças ou livrar uma pessoa de alguma entidade malfazeja que a atormenta e/ou atrapalha sua vida. Para livrar o corpo e o espírito da pessoa do mal que a aflige, os itens prescritos podem ser passados no seu corpo, ao tempo em que se proferem orações e pedidos aos orixás para que seja purificada.

Em 1919, por exemplo, o jornal *O Tempo* noticiou o diagnóstico e a prescrição de um despacho feito a Pedro de Almeida Santos, um repórter que se consultara com o pai de santo Jubiabá, tendo como objetivo escrever a matéria para o jornal[280]. Segundo o jornal, o diagnóstico foi o seguinte:

> Vejo o Sr. cercado de muitas attribulações em sua vida. Acerca de dous annos os seus negocios em matéria de dinheiro não andam bem. Dous espiritos vivem a perseguil-o, parecendo um deles ser o do seu proprio pae, mas ao lado delles existe um outro espirito bom que não consente a

[279]Ibidem, p.70
[280]O TEMPO,1919.

> sua approximação. Vejo também moléstia grave e pessoa de sua família que esteve prestes a desencarnar-se. Existe uma mulher que pretende promover a descordia em sua vida, assim como vejo tambem planos de uma viagem por motivo de moléstia. Os seus negócios não andam bons[281].

Quanto à prescrição do remédio para os males que afligiam Pedro Santos, Jubiabá disse:

> – Tenha fé e confiança que o senhor se dá muito bem. Traga-me com urgência sete velas, sete vinténs de cobre, um litro de milho e 25.000 rs. Em dinheiro. Se porventura não tiver o dinheiro todo, traga em prestações que eu aceito[282].

É possível, a partir dos valores apurados por M. J. Herskovits, ter uma ideia aproximada do custo desse despacho[283], pontuando serem eles pertinentes ao ano de 1937. Ao que tudo indica, os preços devem ter-se mantido estáveis, já que o valor apurado por esse autor, para uma consulta aos búzios, foi o mesmo cobrado por Jubiabá, como observado pela matéria do jornal *O Tempo*:

> O celebre Severiano de Abreu, assumindo aspecto mais grave, fitou-nos sentando-se depois.
> – Cinco mil réis, disse-nos ele.
> Pagamos a quantia[284].

A respeito da adivinhação, Herskovits assim comentou:

> *Fees from divination are not negligible; cult-centers are reported where thirty to forty clients are several daily, at a cost fairly well standardized in the city, of 5$000 per consultation*[285].

---

[281] Idem.
[282] Ibidem.
[283] HERSKOVITS, 1958.
[284] O TEMPO, 1919.
[285] HERSKOVITS, 1958, p. 262.

É preciso notar que 5$000 foi a mesma quantia cobrada por Martiniano E. do Bonfim e por Mãe Sabina a seus respectivos consulentes, em 1938, nos casos relatados por Landes e anteriormente analisados. Se não há discrepância em relação ao valor cobrado para consultar os orixás, não seria de todo incorreto supor que os valores médios dos serviços, dos objetos e víveres empregados nos rituais do culto aos orixás permaneceram estáveis entre 1919 e 1937. Partindo desse pressuposto, os valores coletados por Herskovits podem dar uma ideia aproximada do valor do despacho prescrito por Jubiabá ao repórter de *O Tempo*.

Ao somar os 25$000, cobrados pela execução do serviço mágico-religioso, aos 5$000 cobrados para realizar a consulta aos orixás, tem-se 30$000 de custo. Considerando que um litro equivale a, mais ou menos, 1 kg de milho, e que Herskovits apurou que três quilos de milho amarelo custavam 1$200, um litro dele deveria custar, aproximadamente, $400[286]. Tomando esses valores como referência, acrescentando o preço do litro de milho e os $140, referentes aos sete vinténs, o valor total do despacho foi, nada menos que 30$540. É provável que essa soma tenha se elevado um pouco, já que o preço de sete velas, que faziam parte do despacho, não foi agregado.

Essa quantia equivale, em 1920 a, aproximadamente, 13 dias de trabalho de um profissional de edificações, cujos vencimentos diários médios eram de 2$294[287], ou a 20 dias de trabalho de uma operária do mesmo ramo de ocupação, cuja média salarial diária era de 1$500, ambos maiores de 14 anos.

Diante desse quadro de salários muito achatados, entende-se porque Jubiabá e outros pais e mães de santo se dispunham a aceitar o dinheiro cobrado pelos despachos em prestações.

Se 30$540 era o custo aproximado de um despacho cuja finalidade era curar e afastar os maus espíritos, os de um ebó não eram menores. Por se tratar de uma oferenda que contém um

---

[286]HERSKOVITS, 1958, p. 257.
[287]BRASIL, [192-] , p. 24-25.

pedido a Exu e esse orixá é de personalidade zombeteira, temperamental e vingativa, os preços cobrados pelos pais e mães de santo para sua realização eram substanciais.

Há uma identificação muito forte da figura de Exu com a de um espírito malévolo a que as pessoas mal intencionadas recorrem com o intuito de aplicar algum tipo de feitiço. Essa identificação encontra sua base no sincretismo religioso que vinculou esse orixá ao diabo. A transformação de Exu em diabo, no Brasil, deveu-se principalmente às interpretações próprias da tradição judaico-cristã brasileira. Os mitos que descrevem a ação punitiva e vingativa de Exu deram suporte a esse tipo de associação. É o caso do mito que conta como Exu semeou a discórdia entre dois lavradores por pura vingança, como se vê, a seguir.

> Certa vez dois amigos de infância que jamais discutiram, esqueceram-se, numa segunda-feira, de fazer-lhe as oferendas devidas. Foram para o campo trabalhar, cada um na sua roça. As terras eram vizinhas, separadas apenas por um estreito canteiro. Exu, zangado pela negligência dos dois amigos, decidiu preparar-lhes um golpe, à sua maneira. Ele colocou sobre a cabeça um boné pontudo que era branco do lado direito e vermelho do lado esquerdo. Depois, seguiu pelo canteiro, chegando à altura dos dois trabalhadores amigos e, muito educadamente, cumprimentou-os;
> – Bom trabalho, meus amigos!
> Estes gentilmente responderam:
> – Bom passeio, nobre estrangeiro!
> Assim que Exu afastou-se, o homem que trabalhava no campo da direita falou ao companheiro:
> – Quem pode ser este personagem de boné branco?
> – Seu chapéu era vermelho, respondeu o homem do campo da esquerda.
> – Não, ele era branco de um branco de alabastro, o mais belo que existe!
> – Ele era vermelho, um vermelho escarlate de fulgor insustentável!
> – Ele era branco, tratas com mentiroso?
> – Ele era vermelho, ou pensas que sou cego?
> Cada um dos amigos tinha razão e estava furioso da desconfiança do outro.

> Irritados, eles agarraram-se e começaram a bater-se até matarem-se a golpes de enxada.
> Exu estava vingado! Isso não teria acontecido se as oferendas a Exu não tivessem sido negligenciadas, pois Exu pode ser o mais benevolente dos orixás se é tratado com consideração e generosidade[288].

O fato é que a ação ardilosa e amoral de Exu fez com que a sua identificação com desígnios malignos eclipsasse a sua verdadeira natureza, isto é, a de mensageiro. É exatamente essa condição que propicia a ele os meios necessários e suficientes para intervir de modo mais eficaz na vida das pessoas. Acontece que a função de Exu, enquanto princípio regulador, faz sobressair a sua condição de mensageiro e, como todo mensageiro, é o conhecedor dos caminhos que levam à fortuna ou ao infortúnio. Dessa maneira, quem quer abrir os seus caminhos para a boa sorte ou fechá-los para seus inimigos, deve adular Exu, oferecendo-lhe as comidas que mais o aprazem. Tanto maior é o pedido, maior deve ser o animal sacrificado.

Os ebós, muitas vezes denominados também de despachos, via de regra são feitos para prejudicar um suposto inimigo. Além do sacrifício, consta, sempre, o nome completo da pessoa ou algo pessoal daquele a quem se pretende atingir, tais como: peças de roupa, partes do corpo – cabelos, unhas etc. – e uma boneca ou boneco, espetado com alfinetes ou objetos pontiagudos, representando o alvo do feitiço. Esses itens podem apresentar-se em conjunto, ou separadamente, em um ebó, e isso dependerá sempre do tipo de resultado que se espera obter junto a Exu.

Esse tipo de despacho, embora seja o mais associado ao culto das religiões afro-brasileiras e desperte temor e preconceito para com os adeptos dos orixás, é feito com restrições. Acredita-se que parte do "carrego" fica com o pai ou a mãe de santo que o prescreveu e/ou o executou, enfraquecendo o seu próprio axé. O carrego é o resíduo de uma força negativa manipulada com o objetivo de prejudicar alguém. Essa força pode estar associada a um Egun, o

---

[288] VERGER, 1981, p. 13.

espírito de uma pessoa morta que não foi conduzido ao Ilú Aiyê, ou seja, ao mundo dos mortos, por Exu, ou ao próprio Iku, isto é, à morte. O Egun, quando é atraído e passa a acompanhar uma pessoa, mesmo involuntariamente, atrai infortúnios, como a doença, a perda de dinheiro, a desarmonia conjugal etc.

Esse é o objetivo dos folclóricos despachos futebolísticos, ainda largamente utilizados. Dessa prática, tão convencional nos dias atuais, tem-se notícias já em 1937:

> Aboletou-se há pouco tempo em uma roça da Estrada da Cruz do Cosme n. 256, um macumbeiro conhecido por Manoelzinho, cujos 'despachos' vêm dando lugar a repetidas reclamações dos moradores e transeuntes daquela estrada [...] Ao que nos informam, o referido Manoelzinho, pai de santo prestigioso e afamado, é especialista em 'despachos' esportivos, pois entre os que lá estão, alguns são 'alvi-rubro', 'rubro-negros' e 'tricolores'. Um guarda civil nos últimos dias, véspera de um grande jogo na Graça, vislumbrou num 'bozó' as iniciais T. V., que coincidem com as de conhecido desportista[289].

Dois anos antes, o jornal A *Tarde* também havia noticiado:

> Foi outro dia, bem defronte do Tesouro do Estado, pela manhã. Local frequentadíssimo aquele. O 'camarada' porém não estava ligando. Largou o 'despacho', que ficou exposto à curiosidade dos que passavam. Uma galinha preta, três moedas de cobre, farófia amarela, uma boneca de pano espetada de alfinetes, uma camisa de homem, acaçás e outras bugigangas[290].

Manifestações de protesto da imprensa à parte, o fato é que essas duas fontes dão conta de que, apesar das restrições e mesmo dos riscos implícitos de se fazer um ebó com objetivos pouco louváveis, sua prática era corriqueira.

---

[289]A TARDE, 1937 (grifos do autor).

[290]Idem, 1935 (grifos do autor).

Esse é um aspecto da religiosidade afro-brasileira que confere oportunidade para manipulações inescrupulosas, pois dentro desse sistema religioso, um ebó que desequilibra o axé de uma pessoa gera a necessidade de ações protetoras e de reequilíbrio. Essas ações se dão por meio de despachos para limpeza de corpo – quando o carrego é neutralizado. Uma vez de "corpo limpo", a pessoa pode dar início a outros rituais que têm por finalidade recompor o axé desequilibrado. Esses rituais podem limitar-se à simples limpeza de corpo ou estender-se a todos os rituais que compõem o processo de iniciação de um novo adepto.

Segundo a visão, um tanto parcial, de Édison Carneiro, os principais responsáveis pela abundância de ebós, em Salvador, eram os pais e mães de santo que jamais passaram pelo processo de iniciação, "sem treino, espontâneas, distantes da orgânica tradição africana"[291]. Ao dizer isso, Carneiro revela toda a sua restrição à tradição dos candomblés de caboclo e faz sua opção pelas tradições jêje e nagô, às quais considerava mais próximas da matriz africana. Porém, também dentro da cultura popular há referências a comportamentos reprováveis de certos pais e mães de santo, que dão conta das exorbitâncias cobradas por esses sacerdotes.

> Foi à casa de um pai de santo,
> pra tratar de um quebranto
> e de uma separação
> com três filhinhos, abandonada,
> do marido desprezada
> sem razão...Mandou abrir uma
> mesa pra saber porque seria
> que o marido foi-se embora
> e se ainda voltaria.
> O pai de santo aproveitou-se
> desta bela ocasião:
> pediu oitenta mil réis
> para pôr o trabalho no chão,
> vinho branco e mel de abelhas.

[291] CARNEIRO, 2002, p. 106.

Pediu para o trabalho
um galo arrepiado,
desses das penas vermelhas,
três garrafas de azeite,
um cabrito e um peru
e uma roupa do marido
para o despacho de Exu.
Pediu mais uma alguidar,
Três moedas de 10 réis.
– Para o marido voltar,
Dê cá cinco contos de réis ...
– E a pobre mulherzinha
caiu neste rio seco.
Noutro dia, o pai de santo
tratou de quebrar-no-beco[292].

Além de fazer uma crônica sobre os logros que pessoas de boa fé poderiam sofrer ao confiar em espertalhões, esses versos populares ainda propiciam uma visão dos valores diferenciados entre os diversos tipos de serviços mágico-religiosos. Exemplificando, o pai de santo pediu 80$000 para executar os rituais que envolviam a oferenda.

Ao recordar as consultas com Martiniano do Bonfim e Mãe Sabina, relatadas por Landes, percebemos que os 80$000 dos versos revelam um acréscimo de 15$000, em relação aos valores cobrados por Martiniano e por Mãe Sabina para a execução de despacho. A diferença é que os 65$000 pedidos pelo babalaô e pela mãe de santo envolviam todos os itens da oferenda e também o *pro labore* que eles receberiam para executar o ritual. No caso dos versos, o valor mencionado referia-se apenas ao *pro labore* para a execução do ritual de oferenda.

Oitenta mil réis representam aproximadamente 25 dias de trabalho de um operário da indústria têxtil, pelos dados do recenseamento de 1920, cujo salário diário era de 3$174. Já os sessenta e cinco mil réis representavam, aproximadamente, 20 dias

[292] Ibidem, p. 107.

de trabalho desse mesmo operário. Como os versos se referem a uma mulher com filhos para criar, que foi abandonada pelo marido, caso ela fosse operária da indústria têxtil, só o valor cobrado para "pôr o despacho no chão" representava 29 dias do seu trabalho. Já os sessenta e cinco mil réis, que foram pedidos por Mãe Sabina e Martiniano do Bonfim, 23,7 dias de seu trabalho.

Quanto aos 5:000$000 referentes ao ebó para fazer o marido da infeliz mulher voltar, considerando-se o salário diário, de 2$733, das operárias da industria têxtil na Bahia, elas precisariam trabalhar cerca de 1.830 dias para obter essa quantia. Levando-se em conta o preço dos itens que comporiam o despacho e o ebó, assim como as quantias mencionadas nos versos populares, os valores serão significantes. O preço individual dos itens pode ser discriminado da seguinte forma:

QUADRO 3 – Preço unitário dos itens que compõem o despacho

Item	**Valor**
Vinho	1$000
Mel	3$000
Galo	1$700
Azeite	10$000
Cabrito	50$000
Peru	-----------
Alguidar	2$500
Total	68$200

Fonte: HERSKOVITS, 1958, p. 257.

Para comprar apenas os ingredientes do despacho e do ebó, a "pobre mulherzinha" teria que dispor de aproximadamente 90$000. Se considerarmos que só em três garrafas de azeite de dendê a mulher gastaria 30$000, ou seja, o equivalente a 11 dias de seu trabalho, a soma de seus gastos alçaria nada menos que 88$200, que acrescidos das três moedas de $10 perfariam um total de 88$230. Se, ao gosto baiano, adicionarmos uma "quebra", arredondando o valor para noventa mil réis, compensando o preço do peru que não pôde ser apurado por falta de fontes, isso representaria, para uma operária da indústria têxtil, 33 dias de trabalho.

A partir dos dados do QUADRO 3, é possível fazer inúmeras digressões ou estabelecer comparações entre os valores de cada um dos itens ali relacionados, com os ganhos salariais de diversos ramos de atividades profissionais. Porém, temendo que, ao fazê--lo, o texto possa tornar-se demasiadamente longo e cansativo, creio ser melhor ater-me aos valores totais. Então, somando todos os valores mencionados nos versos e adicionando o valor dos itens para o despacho e para o ebó, a quantia total seria de 5:170$030, que representa aproximadamente 1.892 dias de trabalho de uma operária da indústria têxtil. Dito isso, é de se supor que a "pobre mulherzinha" não era tão pobre.

Diante disso, creio caber a pergunta: Será que esses valores não estão um pouco distorcidos ou exagerados? Respondendo essa questão, Édison Carneiro afirmou:

> A acreditar na velha Izabel, que costumava *botar mesa* na casa de Justina, na Quinta das Beatas, era regra, há mais de meio século, pagar-se apenas 370 réis, sobre os quais se dormia, na véspera. Os tempos mudaram, a vida encareceu. E já é comum que se fale de *trabalhos* de contos de réis. A mãe ou o pai cobra apenas cinco cruzeiros por consulta ao Ifá, mas o remédio indicado para caso particular sempre se eleva a alguns milhares de cruzeiros, que em geral chegam às suas mãos desta ou daquela maneira, para que a dificuldade seja removida[293].

Tal afirmação implica informar que o valor cobrado por uma consulta, em finais do século XIX, era de $370, que equivaleria a mais ou menos 1/5 de 2$000, isto é, do salário diário de um pedreiro ou carpinteiro em 1890[294]. Em menos de meio século, houve

[293]CARNEIRO, 2002, p. 122 (grifo do autor).

[294]Cheguei ao cálculo dos valores no final do século XIX e, consequentemente, à década de 1890 subtraindo cinquenta anos do ano de publicação da primeira edição do livro, de onde foi retirada a citação que faz referência ao valor da consulta ao Ifá. Para os valores dos salários, ver os GRÁFICOS 3 e 4.

um reajuste considerável no valor cobrado por uma consulta aos orixás. Se levarmos em conta que, em 1919, o valor pedido por tal serviço era de 5$000 e representava, aproximadamente, dois dias de trabalho de um operário da "indústria de edificação", em 1920, chegamos à conclusão que, em menos de cinquenta anos, o valor cobrado por uma consulta ao Ifá se elevou em 1.351%.

A pista para a compreensão dessa variação tão grande do valor cobrado pela consulta ao Ifá está na própria escrita de Carneiro, quando menciona, em seu texto, dois padrões monetários brasileiros adotados em distintos períodos. O real/réis, padrão monetário do valor da consulta cobrada pela velha Izabel, que ele considerava uma soma bastante vultosa para a realização de um trabalho, vigorou no Brasil do período colonial até 1942. Em seguida, registrou que o valor cobrado por uma consulta ao Ifá, provavelmente na época em que fez o trabalho de campo e escreveu seu livro, era de Cr$ 5,00. O cruzeiro, o novo padrão, vigiu no país de 1942 a 1967, e representou uma tentativa de reajuste econômico. Assim, os Cr$ 5,00 (cinco cruzeiros) eram a conversão dos 5$000 (cinco mil réis) ao novo padrão monetário.

Apesar de a "vida ter encarecido" com a inflação e as crises econômicas, não se elimina o fato de ter havido um aumento da procura desse tipo de serviço. Um dos prováveis elementos tensionadores para a elevação dos preços cobrados pelos despachos e ebós pode ter sido o grande afluxo de pessoas provenientes de setores sociais mais abastados e influentes.

A presença de políticos, empresários, pessoas da alta sociedade e, mesmo, a presença de pesquisadores estrangeiros nos terreiros de candomblé podem ter contribuído para uma elevação substancial dos preços cobrados para a prestação de serviços mágico-religiosos. É ainda Édison Carneiro quem informa o valor oferecido para se providenciar a morte de Ruy Barbosa, através de um ebó, e do preço pago pela mãe de santo que aceitou a encomenda.

> Conta-se que políticos da Bahia incumbiram Silvana de fazer um *trabalho* para eliminar Ruy Barbosa, dando-lhe

> doze contos. Silvana ter-se-ia dirigido ao seu orixá, explicando-lhe que, tendo empenhado a palavra não poderia recuar, ao que o *encantado* respondeu com o anúncio de sua própria morte, em seguida à do conselheiro. Mulher de palavra teria cumprido o prometido: 'Matou Ruy Barbosa, mas *viajou* também'[295].

Observe-se quão cara foi a quantia paga pela morte de um político. Esse pode ser um caso extremo, entretanto, não o único.

Na relação com Exu, a oferta de um ebó significa um pedido de sua intermediação em relação a algum problema ou uma forma de procurar agradá-lo para que deixe os caminhos abertos para a consecução de algum pedido ou ritual. Uma vez ele tendo aquiescido ao que lhe foi solicitado, está garantido o meio de circulação do fluxo de energias que irá favorecer os demais passos, rituais ou mesmo as ações daquele que ofertou o ebó.

Um adepto não irá recorrer apenas a Exu, negligenciando o seu próprio orixá. Eis porque, depois do ebó, seguem-se as oferendas aos orixás que viabilizarão o desfecho satisfatório às demandas que envolvem um pedido ou ritual a ser realizado.

As oferendas constituem-se, sobretudo, das comidas-rituais de cada orixá, sendo o seu preparo e oferecimento regidos por um conjunto de regras que devem ser rigidamente seguidas, sob pena de ofender o orixá e indispô-lo contra quem o negligenciou ou o desrespeitou. As oferendas, feitas, habitualmente, como forma de agradecimento ao orixá, assim como o ebó, têm seus custos definidos pela ocasião, pelo objetivo e pela disponibilidade de recursos para sua execução. Muitas vezes, os custos são elevados, pois, além da oferenda em si, há uma festa para comemorar a ocasião. Em outros momentos a oferenda é feita de modo mais privado.

Durante a oferenda, deve-se cantar e saudar o orixá e, depois disso feito, deposita-se respeitosamente a comida-ritual em um determinado lugar, que pode ser no próprio quarto do santo, na mata, às margens de

---

[295] CARNEIRO, 2002, p. 127 (grifos do autor).

um rio ou em uma praia. Em alguns casos, as oferendas devem ficar pelo menos três dias aos pés do orixá, até que ela adquira um cheiro característico, antes de ser levada para algum desses lugares.

Segue uma lista preparada por Mãe Aninha para o II Congresso Afro-brasileiro, onde figuram algumas comidas rituais dos orixás:

> Amalá – Carurú preparado com quiabo
> *Agbê-êwê* – Carurú com folhas
> Efó – Carurú de verduras
> *Alapá* – Carurú de cebolinha
> *Efú* – Carurú de hervas
> *Alapatá* – Acarajé
> Acará – Acarajé simples
> *Abalá* – Abalá
> *Olêlê*
> *Maimane*
> *Ébé-xiri* (com til em cima do último i) – Carurú com mostarda
> *Pété* ou bóbó (*gbógbó*) – Bolo feito de inhame
> Bóbó (*gbogbo*) de cheiro – Bolo preparado com feijão fradinho
> Angu – Preparado com arroz, com milho, com inhame ou com fructa
> Farofa – Preparada com azeite africano
> *Ôxinxin* – Preparado com qualquer qualidade de carne
> Furá – Refresco preparado com fructas africanas
> Aluá (*Alwá*) – Refresco preparado com rapadura
> *Émún* – Bebidas africanas feitas com dendê
> Dengue – Mingau preparado com milho branco
> *Écó* – Mingau preparado com rapadura e milho vermelho
> *Abérém* – Preparado com milho branco
> Acaçá – Preparado com milho vermelho
> *Ibêguirí* (*iygbêguiri*) – Outro carurú preparado com quiabo[296]

Dentre as oferendas aos orixás, aquela que ganhou maior notabilidade de difusão foi o "caruru para Ibejis" – os santos católicos Cosme e Damião –, de acordo com o sincretismo religioso.

[296] II CONGRESSO... 1940, p. 357.

É comum na Bahia oferecer-se carurus para "os meninos" como forma de agradecer a proteção concedida às crianças ou aos seus devotos e, ao fazê-lo, renovam-se os laços de proteção. A oferenda para os Ibejis, para quem tem esse compromisso, deverá ser realizada todos os anos. Ela, no entanto, pode dar-se de modos variados. Pode ser um caruru para 7, 14 ou 21 meninos ou, simplesmente, a oferta de dois pratinhos de caruru colocados em um lugar de mato verde, como forma de agradar "os meninos". Associa-se o grau de alegria e satisfação desses orixás à algazarra e bagunça feitas durante a festa, o que faz com que os adeptos se esforcem para que ela ocorra dentro dos "conformes".

Despacho, ebó e oferendas representam apenas uma parte da liturgia do culto aos orixás. Eles necessariamente não marcam uma vinculação orgânica ou um compromisso mais sério de quem os oferece para com os orixás ou casas de culto. Essa vinculação só se concretiza com a iniciação do indivíduo. Através desse processo é que mais se percebe a concentração de esforço individual para levantar fundos, essências, para adesão à comunidade de filhos de santo de uma casa de culto.

É analisando a lista dos itens necessários à iniciação, em 1937, que se chega, finalmente, a uma relação muito próxima dos produtos que eram importados da Costa Ocidental da África para a Bahia. As listas foram levantadas por Herskovits (1958, p. 257) e estão organizadas da seguinte forma:

Sacrifícios e acompanhamentos alimentícios

1 cabra	feijões (preto, marrom, e fradinho)
1 tartaruga	milho branco
1 par de galinhas d'Angola	milho amarelo
2 pares de pombos	camarões
5 galos	azeite de dendê
6 galinhas	cebola
9 frangos (4 machos, 5 fêmeas)	vinho
2 caracóis	cachaça
limo da Costa	mel
5 noz de cola (obi)	carne seca
5 orobo (noz da África negra)	peixe seco salgado
2 atare (pimenta da Guiné)	banha de ori
	farinha

Utensílios

1 moringa de água grande	1 tamborete
2 quartinhas	2 panelas de barro
1 moringa média de água	2 panelas esmaltadas
3 pratos pequenos de porcelana	2 frigideiras
1 prato grande de porcelana	4 abanadores
1 sopeiro de porcelana com tampa	2 vassouras
6 travessas (gamelas)	1 bule de café
1 par de tesouras	1fogareiro
1 navalha	4 colheres de madeira
1 faca	1 ralador
1 bacia grande	1 pedra de moer
2 cumbucas pequenas	3 bolas de giz branco
1 penico	2 bolas de giz amarelo
sabão da Costa	3 bolas de giz multicolorido
1 lamparina	2 bolas de giz azul
	1 baú para a roupa da deidade

Comparando os itens constantes nas listas com as relações de produtos importados da Costa d'África, perceberemos inúmeros pontos de interseção. Em 1888, Esperança Felisberta trouxe de Lagos um carregamento contendo: panos da Costa, cuias, noz-de--cola e sabão da Costa. Samuel Luiz de França trouxe, além dos panos e das nozes-de-cola, limo da Costa, cuias e búzios. Uma década antes, um tal Eliseu do Bonfim, que talvez fosse o babalaô Martiniano Eliseu do Bonfim, trouxe, de Lagos, noz-de-cola, cuias e gaiolas de pássaros. As interseções não terminam aí, mas, no rol de produtos importados da Costa, constam ainda pedras de cal (giz), baús de couro, cuias, bebidas alcoólicas (vinho e genebra), azeite de dendê, aves etc. Por outro lado, há produtos que não constam dessa lista de itens para "feitura do santo", mas que, de um modo ou de outro, estão envolvidos no processo, tais como as diversas qualidades de pano da Costa, para se fazer as indumentárias dos orixás, e os búzios e palha da Costa, para compor as insígnias e confecção das roupas de algumas divindades.

O preço dessas mercadorias não era baixo. Um obi poderia custar o equivalente a sete dias de trabalho de um pedreiro, em 1850, cujo salário diário era de 1$200. A aquisição de um animal para ser sacrificado exigia um esforço ainda maior do adepto que deveria comprometer a renda de seu trabalho, em muitos meses, ou até anos, para poder cultuar adequadamente o seu

orixá. Vejamos, no QUADRO 4, o quanto representavam alguns itens da lista elaborada por Herskovits em relação à proporção de tempo de trabalho e valor monetário que um trabalhador, cuja média salarial diária era de 6$000 por uma jornada de 12 horas de trabalho.

A lista apresentada no QUADRO 4 representa apenas uma parcela dos itens necessários para uma iniciação no culto aos orixás. Esses 17 itens significavam, para um trabalhador, aproximadamente 30 dias de trabalho. Nessa lista, não consta, por exemplo, o custo da confecção das roupas rituais. A sua inclusão elevaria esse valor a números mais relevantes.

Considerando que as estatísticas do censo de 1920 apresentam algumas categorias com uma remuneração muito baixa, é preciso lembrar que, sendo Salvador uma cidade onde a prática do comércio sempre funcionou como uma forma de complementação da renda, pode-se supor uma elevação, ainda que modesta, da renda média do trabalhador soteropolitano. A prática de trabalhos alternativos, mais ou menos frequentes, os chamados "biscates", ajudava a equilibrar as despesas domésticas dos trabalhadores, de modo geral.

Para os adeptos do culto aos orixás, além das despesas com sua própria manutenção, havia ainda o custo adicional relacionado ao próprio culto. Dessa forma, além dos trabalhos complementares, era necessário recorrer, sempre que preciso, às redes de solidariedade, nas quais os membros das comunidades de santos se abrigavam das vicissitudes. Essas redes possibilitavam a aquisição de crédito ou dos recursos necessários para a compra dos objetos destinados ao culto dos orixás, como descrito anteriormente, ao se tratar de prática de prestações totais dentro das casas de culto. Sem essas estratégias, a prática religiosa, nos modos como ela se processou, seria muito mais difícil.

Se observarmos a QUADRO 4 e compararmos os itens ali constantes, em termos de preço, perceberemos que aqueles originários da Costa d'África possuíam um valor muito mais elevado que os demais. É o caso, por exemplo, da pimenta da Costa (*Ataré*), cuja unidade representa para um trabalhador, com uma

QUADRO 4 – Demonstrativo dos itens usados em um ritual de iniciação em relação à proporção de tempo trabalho, valor monetário e horas trabalho

Quant.	Itens	Valor unitário	Tempo de trabalho	Valor total	Dias e/ou horas de trabalho
01	Cabra	50$000	08 dias e 04 H	50$000	08 dias e 4 H
02	Galinha d'Angola	3$500	06 H: 07 min e 30 seg.	7$000	01 dia e 02 H
04	Pombo	2$500	5 H	10 $000	01 dia e 08 H
06	Galinha	1$666	3 H: 07min e 30 seg.	10 $000	01 dia e 08 H
05	Obi	7$000	1 dia e 02 H	35$000	05 dias e 10 H
05	Orobô	7$000	1 dia e 02 H	35$000	05 dias e 10 H
10 l	Azeite de dendê	1$000	02H	10$000	01 dia e 08H
05 kg	Feijão fradinho	1$000	02H	5$000	10 H
01 kg	Feijão preto	1$000	02H	1$000	02 H
02 kg	Milho branco	1$000	02H	2$000	04 H
03 kg	Milho amarelo	$400	48 min.	1$200	02 H e 24 min.
02 l	Vinho	1$000	02 H	2$000	02 H
02 l	Cachaça	1$000	02 H	2$000	02 H
01 l	Mel	3$000	06 H	3$000	06 H
01	Pimenta da Costa	4$000	08 H	4$000	08H
6 l	Camarão	2$000	02 H	12$000	2 dias
04	Abanadores	2$500	05 H	10$000	1 dia e 08 H
Totais		89$566		179$200	

Fonte: HERSKOVITS, 1958, p. 256-257.

média salarial diária de 6$000, nada menos que oito horas de trabalho. Para alguém que possuísse um salário diário de 2$000, esse mesmo produto representaria dois dias de trabalho. Isso colocaria itens como uma cabra ou mesmo os 5 obi e 5 orobôs muito além de seu poder aquisitivo.

Isso faz pensar na motivação e na quantidade de trabalho empregado por essas pessoas, de origem modesta, para realizar as cerimônias e as obrigações para com seus orixás, e conclui que, de fato, eles deveriam zelar pelos seus fiéis, conferindo-lhes a energia necessária para sobreviver, reproduzir-se e manter acesas suas tradições religiosas.

Há questões, porém, que precisam ser analisadas: Por que importar produtos do continente africano, havendo produtos equivalentes no Brasil? Será que esse fluxo se manteve com o intuito de

preservar a pureza das "tradições africanas" que já sofriam significativa influência de outras experiências religiosas? Para além das possíveis querelas entre os candomblés de caboclo e os de nação – *ketu*, jeje e nagô –, principalmente esse último, o que quero considerar são as dimensões (simbólica, religiosa e social) da perpetuação do fluxo comercial constante com o continente africano para as casas de culto, fossem elas de caboclo, jeje, *ketu* ou nagô.

A importação de produtos da Costa d'África, na sua origem, de fato se deu por motivações identitárias, conforme assinalado neste texto. A manutenção desses vínculos respondeu a uma agenda política dos terreiros vinculados à cultura *yorubá*. A aura mística e o fetiche criados em torno dos produtos vindos da "Costa" foram tão eficientes que repercutiram também nos candomblés de caboclo.

Uma das principais críticas feitas pelos líderes da "ortodoxia nagô" aos candomblés de caboclo era o fato de que muitos deles não haviam passado por um processo ritual de iniciação nos moldes nagôs.

> Provavelmente no pouco tempo transcorrido entre a consagração ao Orixá e a elevação do iniciado a Pai de Santo, portanto, zelador dos fundamentos e do Axé da casa, esteja a principal fonte de desentendimento entre os adeptos do Candomblé de Caboclo e os adeptos do Culto aos Orixás, uma vez que subvertia a noção de ancestralidade direta, isto é, de hereditariedade, bem como, a noção de hierarquia a partir do tempo de "feitura" do Orixá, pré-requisito necessário para que o adepto seja iniciado em todos os preceitos da religião. Esse posicionamento dos Candomblés de Caboclos facilitava a multiplicação das casas de santos, por um lado contribuindo para o aumento do número de adeptos, comprometendo, por outro, como aliás protestavam os líderes nagôs, a profundidade dos ritos, as práticas religiosas e a ética da religião[297].

[297]SANTOS, F. G., 2001, p. 88.

Isso não significava que esses líderes dos candomblés de caboclo dispensassem os novos adeptos dos rituais de iniciação, assim como o uso, nesses rituais, dos artigos vindos da "Costa". Embora a iniciação nos candomblés de caboclo fosse menos demorada e rigorosa para os padrões *ketu*, jeje e nagô, ainda assim, ela existia. O rol de gêneros utilizados na "feitura do santo", apesar de certos incrementos, mantinha os seus aspectos primordiais. A diferença estava na ritualização e não no que era utilizado. Não se dispensava o "obi", por exemplo.

A variação acentuada estava, não na substituição, mas na agregação de novos elementos, novos rituais e, principalmente, na aceitação, em seu panteão, de novas divindades, os caboclos, a que os líderes da ortodoxia nagô chamavam de "mistura". Creio que a adjetivação do candomblé como sendo de caboclo, ao menos nos primeiros momentos, tenha ocorrido de fora para dentro, contribuindo, significativamente, para isso, a atuação de etnólogos como Édison Carneiro, Ruth Landes, Donald Pierson e outros. O próprio Peirson relatou:

> O empréstimo ritual de seita para seita acontece algumas vezes mesmo no caso dos centros mais ortodoxos gêge-nagôs e congo-angola. E, além disso, essas seitas não escaparam inteiramente à influência indígena[298].

Assim, os elementos primordiais que motivaram e justificaram a utilização dos produtos originários do continente africano, característicos dos candomblés de vertente *yorubá*, não desapareceram nos candomblés de caboclo, haja vista a crença de que esses produtos contêm e conferem mais axé que os congêneres nacionais e concedem maior prestígio social aos adeptos que os utilizam em suas obrigações e preceitos.

Em relação à eficácia dos produtos originários da Costa d'África e suas propriedades especiais em relação ao axé, foram referidas em outras partes deste texto. É preciso considerar que a organização hierárquica do candomblé é dada, sobretudo, pela

[298]PIERSON, 1971, p. 9-10.

noção de senhoridade, está suscetível à noção de prestígio social. Um terreiro de candomblé em muito se assemelha a uma corte real, onde existem regras de cortesia, reverências e uma série de distintivos, rituais e sociais, que identificam o lugar do indivíduo dentro do grupo, naquela comunidade.

Desse modo, tal qual em qualquer corte, o luxo e a ostentação conferem prestígio social aos que deles se valem. O fausto e a ostentação de um abiã podem ser avaliados no seu zelo quando escolhe os itens que comporão seu enxoval de iniciação. Nesse caso, a utilização de produtos vindos da Costa d'África conferia certo prestígio dentro da comunidade de santo, que sempre estava atenta e disposta a fazer as devidas censuras éticas, morais e ritualísticas de forma velada ou explícita. Nesse caso, esse iniciado poderia adquirir, inclusive, dentro da hierarquia de seu barco de iaô, uma posição de destaque, já que os produtos da Costa d'África agregam mais axé que os de outra procedência. Ele pode, por exemplo, ser escolhido como *dofono* daquele barco.

O dofono é aquele que, dentro de um barco de iaô, foi iniciado primeiro. Embora as prescrições ritualísticas que definem a hierarquia em um barco de iaô informem que os filhos de Ogum e de Oxalá têm precedência sobre os demais na ordem de iniciação, Vivaldo da Costa Lima informa que

> [...] os mecanismos de ajustamento situacionais dos candomblés permitem, às vezes, que preferências pessoais das mães-de-santo ou suas simpatias por determinado orixá alterem essas normas para dar a uma abiã promissora ou preferida, ou ao filho de um orixá especialmente querido, a preeminência no grupo de iniciação com o *status* de *dofono*[299].

Nesse sentido, é possível pensar que a crença em um axé maior dos produtos vindos da Costa d'África confere maior eficácia à realização dos rituais, inclusive o de iniciação, e prestígio social dentro da comunidade de santo. Então teríamos dois componentes

[299] LIMA, 2003, p. 72.

simbólicos e ideológicos que também explicariam o porquê de os adeptos dos candomblés de caboclo se sentirem seduzidos por privilegiar a sua utilização. Ainda mais porque é a partir do prestígio social de um adepto que as portas para os conhecimentos rituais são abertas, possibilitando, a ele, a aquisição tanto do conhecimento ritual, quanto da senhoridade que lhe permitirá galgar a difícil hierarquia de uma casa de culto aos orixás.

Epílogo

Nesse capítulo, busquei demonstrar que as relações comerciais entre o Brasil e a Costa d'África, em torno de objetos litúrgicos do candomblé, se mantiveram para além dos limites definidos pela atual historiografia, utilizando o depoimento de Miguel Santana, que presenciou, com detalhes, uma série de estabelecimentos que comercializavam com produtos da Costa. Ele, um dos principais interlocutores e informantes de uma geração de intelectuais que tiveram suas atenções voltadas para a cultura afro-brasileira, na década de 1930, foi membro de destaque em vários terreiros de candomblé de Salvador.

A partir do cruzamento das informações prestadas por Miguel Santana com outras fontes do período estudado, procedi a análise das feições do comércio varejista de objetos litúrgicos do culto aos orixás. Identifiquei, apoiando-me na mitologia, algumas das instâncias e as formas de operacionalização da interseção entre as culturas materiais e simbólicas do candomblé.

Através da mitologia, procurei compreender tanto as possíveis reelaborações nos procedimentos rituais, quanto identificar os possíveis elementos coercitivos dentro da lógica religiosa do candomblé, que impusesse e forçasse os adeptos a empenhar ao máximo as suas capacidades produtivas a fim de adquirir somas consideráveis para serem aplicadas no culto aos orixás.

Considerando que apenas a coerção de ordem religiosa não fosse o único motivador para o empenho dos adeptos na consecução dos rituais, tentei identificar e analisar outros aspectos em

torno do culto aos orixás que impulsionaram o fluxo comercial de objetos litúrgicos. Dentro da liturgia do candomblé foi possível identificar que os rituais de iniciação eram passíveis de uma análise a partir da noção do sistema de prestações totais de dons – *potlatch*. A utilização desse conceito possibilitou o entendimento do prestígio social como fator fundamental para a compreensão das relações sociais, inclusive econômicas, que se dão ao redor de um terreiro de candomblé. Pude ter, também, uma dimensão do uso do dinheiro dentro das casas de culto aos orixás que pode ser resumida a partir da análise de Raul Lody:

> É sem dúvida o dinheiro o instrumento normativo do poder, sendo interpretado sob dois aspectos:
> O *dinheiro quantitativo* é a leitura utilizada e evolucionista da importância; e o dinheiro pictórico, elemento visual, possuindo evidente carga motivacional através da normalização do objeto, disposição, intenção e também relação numérica. Uma terceira interpretação é também pertinente, quando unimos os dois aspectos relatados, surgindo uma situação sincrética com maior ou menor tendência de um fator sobre o outro.
> O grande desejo moral do pagamento é assentado nos grandes desejos do poder e aceitação social.
> O ato de pagar é um ato entendido por todos; aquele que paga cumpre e agrada.
> O dinheiro dentro das expressões dos cultos populares é observável periodicamente não só pelos sentimentos de retribuição, chamamento e comunicação religiosa, mas também pela fixação dos elementos mágicos e de preceito[300].

Procurei perceber, a partir dos mitos, como funcionava a lógica do despojamento *versus* a da compensação nas relações estabelecidas entre os adeptos e os orixás. A partir dessa noção são percebidas as relações de troca entre os adeptos e os orixás, bem como a necessidade de sua intermediação por um sacerdote. Identifiquei duas formas de consulta – o jogo de búzios e a consulta ao Ifá – e para melhor

[300]LODY, 1995, p. 55 (grifo do autor).

explorá-las, foi utilizado o trabalho de Ruth Landes, analisando as situações descritas com o objetivo de capturar a natureza das relações que se constituíam, a partir de uma consulta, cruzando os relatos dessa autora com outras fontes e outros autores. Notei, com isso, que há uma natureza ritual e simbólica do dinheiro em uma consulta aos orixás. Foram identificados, ainda, durante essa análise, os valores convencionalmente cobrados por uma consulta dessa natureza.

Uma vez tendo localizado o papel do dinheiro dentro da dinâmica religiosa do candomblé, foram tratados os custos de alguns procedimentos rituais do culto aos orixás. Esses, invariavelmente, eram associados a oferendas votivas.

Foram destacados o despacho, o ebó e a oferenda, e analisados os custos aproximados para a excução de cada um desses procedimentos rituais de culto, assim como o custo aproximado dos itens constantes em um enxoval de iniciação, a partir dos dados coletados por M. Herskovits, em 1938.

Para efeito de melhor percepção dos esforços despendidos pelos adeptos na realização de cada uma dessas oferendas aos orixás, estabeleci uma estimativa a partir do valor dos salários e do tempo de trabalho necessário para se obter a quantia necessária para se comprar os produtos que compunham o rol dos objetos litúrgicos empregados nos procedimentos rituais de culto aos orixás.

Tomado esse caminho, foi possível concluir que, para os adeptos do candomblé, a riqueza é desejada, portanto, é um fim, vez que ela é um meio pelo qual se pode melhor cultuar os orixás.

Partindo desse pressuposto, a relação dos adeptos do candomblé e dos seus representantes religiosos será completamente distinta de outras formas de manifestação religiosa. Não há porque ter vergonha de ter, pedir ou falar de dinheiro. O dinheiro traz axé para quem dá e para quem recebe. E considerando que uma das pedras fundamentais do culto aos orixás é que o adepto deve manter o seu próprio axé em equilíbrio, para que possa gozar de proteção, saúde e fortuna, o dinheiro deve ser entendido como um meio e um fim para isso.

A desobediência ou o não cumprimento de alguma obrigação ou oferenda devida ao orixá, segundo a doutrina, pode incor-

rer em danos, por vezes fatais, ao fiel que não cumpre a sua parte no sistema de dons e contradons estabelecido entre ele e os orixás. Esse é o princípio que rege, de modo geral, as manifestações religiosas do candomblé de onde brota o mercado consumidor dos objetos de culto aos orixás. Embora as mercadorias não sejam baratas, e nunca tenham sido, o adepto sempre encontrou e encontrará as motivações ou os elementos persuasivos para consumir os produtos relacionados ao seu orixá.

Sendo um comércio para iniciados, tanto no que se refere à venda quanto à compra, a posse de um conhecimento litúrgico e das propriedades e características da mercadoria comprada é a principal salvaguarda contra as possíveis adulterações e falsificações dos produtos.

Além da necessidade de cultuar o orixá, há outras circunstâncias que implicam a necessidade do adepto, ou mesmo do simples frequentador, de abastecer com as mercadorias relacionadas a liturgia do candomblé. Algumas dessas circunstâncias estão associadas a tratamento de moléstias físicas e espirituais, a rituais que conferem proteção pessoal ou mesmo a fins menos nobres e bondosos. O fato é que o culto e a manifestação de respeito, de agradecimento ou qualquer outro tipo de manifestação religiosa no candomblé implicam um custo que, necessariamente, representa uma operação de compra e venda ou de pagamento por alguma prestação de serviço.

Apesar de se tratar de uma relação comercial intimamente ligada à dinâmica religiosa, nem por isso deixa de ser comércio, com todas as características e nuanças de qualquer ramo de atividade que envolva a compra e a venda de uma mercadoria. Seus objetivos e finalidades gravitam também em torno do lucro, do mercado consumidor, da lei da oferta e procura. Nesse sentido, seu caráter mundano e material interfere na ritualização religiosa.

§

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para analisar o comércio de objetos de culto aos orixás é preciso compreender a economia baiana entre a segunda metade do século XIX à primeira do século XX. Nesse período, Salvador – uma cidade comercial desde sua gênese – e todo seu tecido social foram diretamente afetados pelos processos de reordenação do capitalismo mundial, ocorridos ao longo do século XIX, servindo, assim, de parâmetro para o estudo do impacto causado por essas tranformações sociais e econômicas.

As características coloniais da soterópolis, tanto em seus aspectos arquitetônicos, quanto na forma de organização da sociedade, amplificaram o impacto das transformações econômicas. Não bastassem os revezes econômicos, os surtos epidêmicos desorganizaram, ainda mais, os esforços de recuperação da economia baiana. Desse cenário resultou uma urbe que vivia da atividade comercial, mas onde existia pouca disponibilidade de dinheiro.

Esse fenômeno reforçou as características coloniais da sociedade, tais como: um trato comercial perpassado por relações endogâmicas, o clientelismo, o compadrio e o paternalismo. A persistência de relações dessa natureza embotou o surgimento, dentro da elite econômica, de frações de classes mais dinâmicas e empreendedoras, retardando o processo de desenvolvimento econômico baiano.

As operações comerciais, fossem entre as elites ou entre as camadas populares, funcionavam de modo similar. A pouca disponibilidade de dinheiro no mercado baiano pôs em cena um elaborado sistema de crédito, permitiu o fluxo de mercadorias e impediu o colapso econômico. De alto a baixo, na escala social, do grande atacadista ao pequeno varejista, vendia-se fiado. Em

alguns casos, que não foram raros, o pagamento foi efetuado também em mercadorias.

Desse modo, foi possível, aos comerciantes baianos, recuperar parte dos seus recursos que se esvaíam na forma de taxas e impostos através de um comércio de cabotagem bastante ativo. Nesse sentido, o dinheiro estava presente apenas na etapa final da transação comercial, o que significa dizer que essa etapa poderia ser representada pelo consumidor varejista ou mesmo o comerciante atacadista de outra Província.

No caso do consumidor que atuava no varejo, havia múltiplas formas de aquisição da mercadoria, que poderiam variar da "compra no fiado" até o fracionamento da mercadoria ao máximo possível, estratégias que revelavam a quase crônica falta de dinheiro em circulação na Bahia desse período. Já o comércio com outras Províncias, cujos pagamentos pelas mercadorias eram feitos em dinheiro, colocava em circulação, no mercado baiano, uma pequena, mas importante quantidade de moeda.

O fato é que, apesar da desmonetarização, ou talvez por conta disso, desenvolveu-se um intenso comércio entre a Bahia e a Costa d'África, vinculado à preservação de laços culturais e identitários.

Se, em certos aspectos, a estruturação desse comércio apresenta características pré-capitalistas, de sua motivação não se poderia dizer o mesmo. Esse é um comércio em que há muitas sobreposições. Nesse sentido, parece-me mais provável que produtos como o azeite de palma, o pano da Costa, a noz-de-cola, o sabão da Costa e até a palha da Costa tivessem uma motivação de ordem capitalista.

A originalidade desse comércio se dá com a superposição no aproveitamento de necessidades comerciais específicas. Por um lado, criando ou abastecendo um mercado consumidor de gêneros de uso mais ou menos difundidos na sociedade e, por outro, utilizando-se desse fluxo comercial para abastecer um mercado consumidor restrito a uma miríade de gêneros que, de outra forma, não encontraria meios de satisfazer a sua demanda, isto é, a especificidade desse comércio não está apenas nos gêneros que

foram importados, sequer está na importação de azeite de palma, palha, sabão ou noz-de-cola, mas está na forma de criar meios para que os itens, sem aparente valor comercial, pudessem atravessar o Atlântico e chegar aos adeptos do culto aos orixás.

Nesse sentido casaram-se, em uma relação quase mutualista, um comércio de mercadorias com valor de troca com a circulação de mercadorias de, apenas, valor de uso.

A criação de um mercado consumidor para os produtos religiosos importados da Costa d'África refletiu a reação de um grupo socialmente marginalizado pela sociedade escravocrata e racista do Brasil dos séculos XIX e XX, como também a busca de alternativas econômicas para uma comunidade na Costa d'África igualmente afligida pelas mesmas vicissitudes da sociedade brasileira. Do ponto de vista brasileiro, essa rede comercial corresponderia a mais uma forma de valorização dos referenciais da cultura afro-brasileira. Do ponto de vista africano, ou dos "brasileiros retornados", essa rede comercial representava também um espaço de afirmação diante da sociedade local e dos ímpetos do colonialismo europeu.

Como assinalou J. L. Matory, a construção da nacionalidade *yorubá* se deu, também, nos termos das ideologias raciais do século XIX, caldeada pelo impacto da política colonial inglesa. Além disso, foi uma identidade que se apoiou no comércio e na religião para projetar seus valores e sua influência cultural[301]. Assim sendo, a evocação de tais ideias, como "pureza" e "superioridade" africanas no campo da religiosidade, podem ter sido reflexo do processo de elaboração e expansão cultural *yorubá*. Esse projeto assumiria traços intercontinentais, ao passo que suas feições iam consolidando-se.

Dessa forma, os debates para a afirmação identitária, travados dentro e fora do continente africano, podem ser traduzidos como parte do debate transatlântico para afirmação de uma identidade que resguardasse valores não europeus e ocidentais, e que passavam inclusive por questões raciais. Assim, a circulação de

---

[301] MATORY, 1998.

mercadorias, agentes comerciais e correspondências funcionariam como um meio de reabastecimento de tradições culturais e religiosas da África para o Brasil e vice-versa, que seriam ressignificadas e incorporadas aos repertórios culturais já existentes e, de acordo com as contingências, utilizadas para reforçar os marcos identitários.

Um exemplo desse tipo de operação de transposição de tradição cultural da África para o Brasil pode ser constatado nas páginas dos Anais do II Congresso Afro-Brasileiro, realizado na Bahia, em 1937. Nele, há uma comunicação feita por Martiniano E. do Bomfim sobre um mito que relata a divinização de Xangô e a instauração de um conselho composto por doze ministros responsáveis pela preservação de seu culto. Ao final do relato há o seguinte complemento:

> Por isso, no Centro Cruz do Aché de Opô Afonjá, de São Gonçalo do Retiro, se levou a effeito, este anno, a festa de enthonização dos doze ministros de Xangô, escolhidos entre os *ógans* mais velhos e prestigiosos do candomblé. Este candomblé, erguido em honra de Xangô, é o único, na Bahia, — e talvez no Brasil, — a realizar essa festa, que tanta recordação boa traz para os filhos espirituaes do continente africano [...][302].

Esse mito é, mais tarde, reproduzido integralmente, em forma de nota de rodapé, por Donald Pierson, no seu livro *O Candomblé da Baia*[303]. Ele inseriu essa nota de rodapé para explicar a fala de uma mãe de santo a respeito da presença do culto aos doze ministros em seu terreiro. Sabe-se que a referida mãe de santo era Mãe Aninha, e ela declarou o seguinte a D. Pierson:

> Minha seita é puramente *nagô*, como o Engenho Velho. Mas eu tenho ressuscitado grande parte da tradição africana que mesmo o Engenho Velho tinha esquecido. Eles

[302]BOMFIM, 1940, p. 236.
[303]PIERSON, 1942.

> têm uma cerimônia para os doze ministros de Xangô? Não! Mas eu tenho[304].

O conhecimento de mitos e rituais já esquecidos nos antigos terreiros de Salvador somente pode ser entendido, assim como adquirido, por um contato estreito com o continente africano[305], contato esse feito por laços comerciais entre as duas margens do Atlântico. Deste modo, os navios envolvidos nesse comércio não traziam apenas cargas e homens, mas, também, mitos, práticas culturais e religiosas que, uma vez no Brasil, comporiam os repertórios e se ressignificariam na tradição afro-brasileira.

---

[304] PIERSON, 1942, p. 28 (grifo do autor).
[305] OLIVEIRA; LIMA, 1987.

Fontes jornalísticas

A TARDE, Salvador, 10 jun. 1937.

BAHIA, Salvador, 4 ago. 1921.

DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, 1° out.1914.

______, Salvador, 23 abr.1919.

JORNAL DE NOTÍCIAS, Salvador, 15 fev. 1903.

O ESTADO DA BAHIA, Salvador, 14 maio1936.

______, Salvador, 15 maio 1936.

______, Salvador, 5 jan. 1938.

O IMPARCIAL, Salvador, 22 abr. 1919.

______, Salvador, 23 abr. 1919.

______, Salvador, 18 maio1919.

______, Salvador, 17 nov.1933.

______, Salvador, 5 jan.1938.

O TEMPO, Salvador, 14 out. 1919.

Fontes alfandegárias

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Seção Alfandegária. Série Despachos de Importação. Maço 02022, n°s. 162, 316, 363, 386, 453, 607, 631, 642, 753, 849, 880, 886, 900, 931, 932, 936, 942, 961, 963, 971, 1153, 1773, 1863. Livros dos anos 1850-1906.

______. Série Manifestos. Acervo 1870-1915.

______. ______. Manifesto n.º 47, 1897-1902.

Documentos e relatórios produzidos pelo poder público

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920**. [Rio de Janeiro: s.n., 192-]. v. 5, parte 2. (Salários). (Biblioteca do Ministério da Fazenda (Brasil), Rio de Janeiro).

GONÇALVES, Euvaldo Diniz. **A Bahia no "Annuario estatístico do Brasil" 1908 - 1912**. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1922. (Biblioteca Pública do Estado da Bahia).

OLIVEIRA, Eudóxio de. **Annuario de Estatística Demographo-Sanitaria da cidade de S. Salvador -** Anno de 1903. Salvador: Inspectoria Geral de Hygiene do Estado da Bahia, 1904. p 1-G. (Biblioteca Pública do Estado da Bahia).

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA COMMERCIAL (Rio de Janeiro). **Importação e Exportação**: movimento marítimo, comercial e do café da República dos Estados Unidos do Brasil em 1901. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, [20--]. (Biblioteca do Ministério da Fazenda (Brasil), Rio de Janeiro).

FERREIRA, Sebastião Soares (org.). **Estatística do Commercio Maritimo do Brasil do exercício de 1871-1872**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878. v. 1, parte 1. (Navegação de longo curso e interprovincial). (Biblioteca do Ministério da Fazenda (Brasil), Rio de Janeiro).

______. **Estatística do Commercio Maritimo do Brasil do exercício de 1871-1872**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1880. . v. 5, parte 4. (Navegação de longo curso e interprovincial). (Biblioteca do Ministério da Fazenda (Brasil), Rio de Janeiro).

Referências

ALCONFORADO, Fernando. **Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia**. 2003. Tese (Doutorado em Planificación Territorial y Desarrollo Regional)– Universidad de Barcelona, Barcelona, 2003.

AMOS, Alcione M. Afro-brasileiros no Togo: a história da família Olympio, 1882-1945. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 23, p. 173-194, 2000.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARAÚJO, Dilton. Salvador, uma cidade portuguesa. **Inquice – Revista de Cultura**, Salvador, n. 0, p. 1, 1999. Salvador: UFBA, [20–] Disponível em: <www.inquice.ufba.br>. Acesso em: maio 2005.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. 1846: um ano na rota Bahia – Lagos. Negócios, negociantes e outros parceiros. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 21-22, p. 83-110, 1998-1999.

AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa cidade brasileira**: um estudo de ascensão social e classes sociais e grupos de prestígio. Salvador: EDUFBA: EGBA, 1996.

______. **O povoamento da Cidade do Salvador**. 3. ed. Salvador: [s.n.],1969.

BATISTA, José Renato de Carvalho. "No candomblé nada é de graça...": estudo preliminar sobre a ambiguidade nas trocas no contexto religioso do Candomblé. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, ano 5, n. 1, p. 68-94, 2005. Trimestral.

BOMFIM, Martiniano Eliseu do. Os ministros de Xangô. In: VV. AA. **O negro no Brasil**: trabalhos apresentados no II Congresso Afro-Brasileiro (Bahia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília, D.F.: Senado Federal: Conselho Editorial, 2002. v. 2.

BORBA, Silza Fraga Costa. **Industrialização e exportação do fumo na Bahia**. 1975. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal da Bahia, Salvador 1975.

BRASIL. Lei N.º 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do trágico de africanos no Império do Brasil. **Universidade de São Paulo, Biblioteca Virtual de Direitos Humanos**, São Paulo, [2000-]. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Históricos-Brasileiros/lei-de-extincao-do-trafico-negreiro-no-brasil.html >. Acesso em: jul. 2006.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales, 1929-1989**. A Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1991.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. São Paulo: EDIPE, 1962.

CARNEIRO, Édison. O médico dos pobres. In: VV.AA. **O negro no Brasil**: trabalhos apresentados no II Congresso Afro-Brasileiro (Bahia). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1940.

CARNEIRO, Édison. **Candomblés da Bahia**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, José Guilherme da Cunha (org.). **Miguel Santana**. Salvador: EDUFBA, 1996.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares africanos na Bahia**: um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epibidias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

______. **Visões da liberdade**. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

COSTA, Iraneidson Santos. **A Bahia já deu régua e compasso**: o saber médico-legal e a questão racial na Bahia. 1997. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal da Bahia, 1997.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 24, p. 243-290, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros**: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1985.

______. Religião, comércio e etnicidade: uma interpretação preliminar do catolicismo brasileiro em Lagos no século XIX. In: ______. **Antropologia do Brasil**: mito, história e etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DANTAS, Beatriz Góis. A organização econômica de um terreiro de Xangô. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 181-191, out. 1979.

DAVID, Onildo Reis. **O inimigo invisível**: epidemias na Bahia do século XIX. Salvador: EDUFBA: Sarah Letras, 1996.

FERRAZ, Aydano do Couto. Volta à África. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, ano V, v. 54, p. 175-179, 1939.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1 890-1 937). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 21-22, p. 239-256, 1998-1999.

______. **Quem pariu e bateu, que balance**! Mundos femininos, maternidade e pobreza. Salvador, 1890-1940. Salvador: CEB, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1966.

FRY, Peter. **A persistência da raça**: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FUNDAÇÃO DE PESQUISA – CPE (Bahia). **A inserção da Bahia na evolução nacional 1ª. Etapa**: 1850-1890; Anexos Estatísticos. Salvador, [s.n.], 1978. v. 4.

______. **A inserção da Bahia na evolução nacional 1ª. Etapa**: 1850-1890; Atividades produtivas. Salvador, [s.n.], 1978.

HANCHARD, Michael. **Orfeu e poder**. Movimento negro no Rio e São Paulo. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2001.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdade racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HERSKOVITS, Melville J. Some economic aspects of the Afrobahian Candomble. In: ______. **Miscelânea Palu Rivet Octogenariio Didacta**. México, DF: Universidad Autonoma de Mexico, 1958.

______. **The new world Negro**. Bloomington: Minerva Press, 1966. (Selected Papers in Afroamerican Studies).

HOLANDA, Sérgio Buarque de; FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1984.

HONORATO, Cezar Teixeira. **O polvo e o porto**: a Cia. Docas de Santos. São Paulo: HUCITEC; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**. Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro. (1750-1808). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LAW, Robin. "A comunidade brasileira de Uidá" e os últimos anos do tráfico de atlântico de escravos, 1850-1866". **Afro-Ásia**, Salvador, n. 27, p. 41-77, 2002.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Lucien Febvre**: História. São Paulo: Ática, 1978.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. **E a Bahia civiliza-se...** ideais de civilidade e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana em Salvador, 1912-1916. 1996. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

LÉPINE, Claude. **Os dois reis do Danxome**: varíola e monarquia na África ocidental: 1680-1800. São Paulo: FAPESB, 2000.

LIMA, Cleide Chaves de. **De um porto a outro**: a Bahia e o Prata (1850-1889). 2001. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

LIMA, Vivaldo da Costa. **A família de santo nos candomblés jeje-nagôs da Bahia**. Salvador: [s.n.], 1977.

______. **A família de santo nos candomblés jeje-nagôs da Bahia**: um estudo das relações intergrupais. Salvador: Corrupio, 2003.

LODY, Raul. **O povo de santo**: religião, história e cultura dos orixás, voduns, inquices e caboclos. Rio de Janeiro: Pallas, 1995.

LUNNING, Angela. Acabe com esse santo, Pedrito vem aí… mito e realidade da perseguição ao candomblé baiano entre 1920 e 1942. **Revista da USP**, São Paulo, n.28, p. 194-220, dez./fev. 1995-1996.

MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

MARCZEWSKI, Jean; VILAR, Pierre. **Qué es la historia cuantitativa**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1973.

MARIANI, Clemente. Análise do problema econômico baiano. **Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 4, p. 55-121, out./dez. 1977.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Livro 1, v.1.

MATORY, James Lorand. Yorubá: as rotas e as raízes da nação transatlântica, 1830-1950. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 263-292, 1998.

______. The english professors of Brazil: On the diasporic roots of the Yoruba Nation. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, UK , vol. 41, no. 1, p. 72-103, Jan. 1999.

MATTOSO, Katia de Queirós. **Bahia, século XIX**: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

______. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAUSS, Marcel. **Ensaios de Sociologia**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1981.

NASCIMENTO, Iolanda Maria do. **O comércio de cabotagem e o tráfico interprovincial de escravos em Salvador (1850-1880)**. 1986. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1986.

OLINTO, Antonio. **Brasileiros na África**. Rio de Janeiro: Edições GDR, 1964.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. Raça e assimilação. In: RAMOS, Jair de Souza. Ciência e racismo: uma leitura crítica de raça e assimilação em Oliveira Vianna. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1, maio/ago.2003. São Paulo: Scielo, [200-]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-5970&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: maio 2005.

______. **Raça e assimilação**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1934. (Brasiliana, 5).

OLIVEIRA, Waldir F.; LIMA, Vivaldo da Costa. **Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos**. De 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938. São Paulo: Corrupio, 1987.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. **O liberto**: seu mundo e os outros; Salvador, 1790/1890. São Paulo: Corrupio: CNPq, 1988.

PAES, Jurema Mascarenhas**. Tropas e tropeiros na primeira metade do século XIX no alto sertão baiano**. 2001. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

PEIXOTO, Afrânio. **Breviário da Bahia**. Rio de Janeiro: Conselhos Federais de Cultura, 1980.

PIERSON, Donald. **Brancos e pretos na Bahia**: estudo do contato social. São Paulo: Ed. Nacional, 1971.

______. **Candomblé da Baia**. São Paulo: Editora Guairá Limitada, 1942.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RAMOS, Arthur. **As culturas negras no Novo Mundo**. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

RAMOS, Jair de Souza. Ciência e racismo: uma leitura crítica de raça e assimilação em Oliveira Vianna. **História, ciência, saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1, maio/ago.2003. São Paulo: Scielo, [200-]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-5970&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: maio 2005.

______. Dos males que vêm do sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre a imigração na década de 20. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (org.) **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ: CCBB, 1996.

REGO, Valdeloir. **Capoeira Angola**. Salvador: Itapoan, 1968.

REIS, João J. De olho no canto: trabalhadores de rua na Bahia na véspera da abolição. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 24, p. 199-242 , 2000.

______. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista da USP**, São Paulo, n.18, p. 8-30 jun./jul./ago. 1993.

______. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

______. **Rebelião escrava no Brasil**. A história do Levante dos Malês. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1986.

REIS, João J.; DELFIM, G. Carne sem osso, farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. **Revista de História**, [s.l.], v. 2, p. 133-159, 1996.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África**: relações e contribuições mútuas. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1964.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Universidade de Brasília, 1982.

ROSADO, Rita de Cássia S. de C. **O Porto de Salvador**: modernização em Projeto – 1854/1891. 1983. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1983.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [20–].

SAID. Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Deoscóredes Maximiliano dos. **História de um terreiro nagô**: crônica histórica. São Paulo: Carthago &Fontes, 1994.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. **Os discursos afro-brasileiros face às ideologias raciais na Bahia/ 1889-1937**. 2001. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África**: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias. Brasília, D.F.: Editora Universidade de Brasília, 1996.

SELLING Jr., Theodor. **A Bahia e seus veleiros**: uma tradição que desapareceu. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1976.

SHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor**. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico**: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UERJ, 2003.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

TAVARES, Odorico. **Bahia**: imagens da terra e do povo. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967.

VV. AA. **O negro no Brasil**: trabalhos apresentados no 2º. Congresso Afro-brasileiro (Bahia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

VEIGA, Marcos Antonio Lopes. **Sob a capa negra**. Necromancia e feitiçaria, curendeirismo e práticas mágicas de homens em Aragão (séculos XVI e XVII). 2012. Tese (Doutorado em História)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Baia de Todos os Santos, entre os séculos XVII e XIX**. São Paulo: Currupio, 1987.

______. **Lendas africanas dos orixás**. Salvador: Corrupio, 1981.

______. **Notícias da Bahia de 1850**. Salvador: Corrupio, 1999.

______. BASTIDE, Roger. **Artigos**. São Paulo: Corrupio, 1992. v. 1.

VILHENA, Luis dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador, [s.n.], 1969. v. 1.

VOGEL Arno; MELLO, Marcos A.da Silva; BARROS, José Flávio P. de. **Galinha d'Angola**: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

______. A moeda dos orixás. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 14 n. 2 p. 15-17, 1998.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.

Sítios da Internet

<http://www.direitoshumanos.usp.br/couter/Doc_hist/texto/Trafico_negreiro.html>.

<http://www.pierreverger.org/br/photos/photos_albums.php?leAlbumID=2>.

<http://www.seagri.ba.gov.br/Dende.htm>.

<http://www.seagri.ba.gov.br/pdf/v5n1_socioeconomia%2001.pdf>.

<http://omoguian.ubbihp.com.br/page7.html>.

ANEXOS

Anexo I – MAPA DE NOTIFICAÇÃO DE CASOS DE VARÍOLA NA CIDADE DO SALVADOR NO ANO DE 1903

CASOS de « Variola » notificados n'esta capital durante o anno de 1903

MEZES	NACIONALIDADES — Brazileiros			ESTADO CIVIL				EDADES							
	M.	F.	Total	Solteiros	Casados	Viuvos	Ignorados	De 0 a 5 annos	De 5 a 10 annos	De 10 a 20 annos	De 20 a 30 annos	De 30 a 40 annos	De 40 a 50 annos	De mais de 50 annos	Ignorada
Janeiro	3	3	6	5	1	..	..	1	..	4	..	1	..	..	..
Fevereiro	2	4	6	3	1	..	2	2	..	..	4	..	..	..	..
Março	5	2	7	5	2	..	..	..	1	2	3	1	..	..	..
Abril	..	1	1	1	..	..	..	..	..	1	..	..	..	..	..
Maio	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Junho	2	..	2	2	..	..	..	..	..	2	..	..	..	..	..
Julho	1	..	1	1	..	..	..	..	..	1	..	..	..	..	..
Agosto	1	..	1	1	..	..	..	..	..	1	..	..	..	..	..
Setembro	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	1	..	..	..	..
Outubro	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Novembro	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	2	..	..	..	..
Dezembro	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Somma	17	10	27	21	4	..	2	3	1	11	10	2	..	..	..

MEZES	RAÇAS				VACCINAÇÃO			PROFISSÕES									
	Branca	Negra	Mestiça	Ignorada	Sim	Não	Ignorada	Aprendiz marinheiro	Militares	Lavradores	Cigarreiro	Cocheiro	Jardineiro	Ganhador	Sem (menores)	Domesticos	Ignorada
Janeiro	..	3	3	..	1	5	..	..	1	..	..	..	..	..	1	..	4
Fevereiro	3	..	3	..	..	6	..	..	1	..	..	..	..	..	2	..	3
Março	..	2	5	..	..	7	..	..	1	1	1	..	..	1	1	2	..
Abril	..	1	..	..	..	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	..
Maio	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Junho	..	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	1	..	1
Julho	..	..	1	..	1	..	..	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Agosto	1	..	..	..	..	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	..
Setembro	..	1	..	..	..	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Outubro	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	..	..	..	..	..
Novembro	..	1	1	..	2	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Dezembro	..	..	..	..	..	..	..	..	1	..	..	..	1	..	..	..	..
Somma	4	9	14	..	5	22	..	1	4	1	1	1	1	1	5	4	8

MEZES	PROCEDENCIAS													OBITOS
	Districto da Sé	Districto de S. Pedro	Districto de Sant'Anna	Districto da Conceição	Districto do Pilar	Districto da R. do Passo	Districto de S. Antonio	Districto da Victoria	Districto de Brotas	Districto da Penha	Districto dos Mares	Districto de Nazareth	Cidade de Maragogipe	
Janeiro	..	..	..	..	1	..	..	1	..	..	..	..	..	..
Fevereiro	..	..	..	..	..	..	..	5	..	..	4	1	..	..
Março	..	..	..	6	..	..	..	1	..	..	..	..	..	1
Abril	..	..	..	..	..	..	..	1	..	..	..	..	..	..
Maio	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Junho	..	..	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	..
Julho	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	..	..
Agosto	..	..	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Setembro	..	..	..	..	..	..	..	1	..	..	..	..	..	..
Outubro	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Novembro	..	..	1	..	..	..	..	1	..	..	..	..	..	..
Dezembro	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Somma	..	..	3	6	1	..	..	10	..	..	4	2	1	1

Foram todos recolhidos á Enfermaria de S. Lazaro, onde, em Março, falleceo apenas 1, cigarreiro, mestiço, solteiro de 24 annos de idade, não vaccinado.

I—F

Anexo II – MAPAS DE NOTIFICAÇÃO DE CASOS DE VARÍOLA NA CIDADE DO SALVADOR NO PERIODO DE 1897 A 1903

Casos de *variola* notificados nesta capital durant

ANNOS	SEXOS			NACIONALIDADES		ESTADO CIVIL				EDADES								RAÇAS			
	Masculinos	Femininos	Total	Brazileiros	Estrangeiros	Solteiros	Casados	Viuvos	Ignorados	De 0 a 5 annos	De 5 a 10 annos	De 10 a 20 annos	De 20 a 30 annos	De 30 a 40 annos	De 40 a 50 annos	De mais de 50 annos	Ignorada	Branca	Negra	Mestiça	Ignorada
1897	2639	1936	4575	4515	60	3820	374	48	333	622	349	1288	1488	294	117	71	346	577	1010	2393	595
1898	464	316	780	770	10	713	46	5	16	164	107	209	192	57	27	14	10	53	92	322	313
1899	27	18	45	44	1	38	6	1	..	5	5	14	11	8	2	..	..	9	6	21	9
1900	19	1	20	20	..	20	..	..	..	1	..	10	8	1	.	..	..	..	4	16	..
1901	25	8	33	31	2	24	5	3	1	1	1	9	16	4	1	..	1	8	7	17	1
1902	39	31	70	70	.	46	24	..	..	3	3	14	45	3	..	2	..	4	10	56	..
1903	17	10	27	27	..	21	4	..	2	3	1	11	10	2	..	..	..	4	9	14	..

Foram notificados durante estes 7 annos 5.550 casos e 1.865 obitos de variola.

1—6

Continua...

Continuação Anexo II – MAPAS DE NOTIFICAÇÃO DE CASOS DE VARÍOLA NA CIDADE DO SALVADOR NO PERIODO DE 1897 A 1903

te os annos de 1897 a 1903 e obitos correspondentes

VACCINAÇÃO			PROCEDENCIAS																					
Vaccinados	Não vaccinados	Ignorados	Districto da Sé	Districto de S. Pedro	Districto de Sant'Anna	Districto da Conceição	Districto do Pilar	Districto da Rua do Passo	Districto de Santo Antonio	Districto da Victoria	Districto de Brotas	Districto da Penha	Districto dos Mares	Districto de Nazareth	Districto de Itapoan	Districto de Pirajá	Districto de Passé	Districto de Paripe	Districto de Matoim	Districto de Cotegipe	De fóra da Capital	Do ancoradouro	Sem declaração	OBITOS
748	3345	482	544	331	592	223	512	166	516	388	237	459	401	..	..	57	1	4	3	..	13	40	88	1676
103	660	17	6	5	56	4	74	13	181	25	47	49	160	..	118	23	..	11	..	1	2	5	..	168
13	32	..	..	1	4	2	2	..	11	3	3	9	8	..	..	..	..	..	..	..	1	..	1	10
5	14	1	..	..	..	..	..	..	..	5	12	..	1	1	..	1	..	..	..	..	..	..	..	..
2	30	1	..	..	..	..	..	1	1	6	1	11	1	3	..	..	..	..	..	..	1	8	..	8
13	57	..	6	2	9	..	2	1	2	26	4	1	5	8	..	3	..	..	..	..	..	1	..	2
5	22	..	..	..	3	6	1	..	..	10	..	..	4	2	..	..	..	..	..	..	1	..	..	1

Conclusão

Anexo III – MAPA DA MORTALIDADE GERAL SEGUNDO A COR E O SEXO NO ANO DE 1903

Mortalidade geral segundo a côr e o sexo

DISTRICTOS	COR								SEXO		
	BRANCA		NEGRA		MESTIÇA		IGNORADA		TOTAL		
	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	TOTAL
Sé	48	28	36	54	49	58	..	..	133	140	273
S. Pedro	40	30	24	43	38	59	18	25	120	157	277
Sant'Anna	35	39	27	37	75	71	1	2	138	149	287
Conceição da Praia	12	13	10	9	25	24	..	..	47	46	93
Pilar	22	15	12	11	32	39	19	14	85	79	164
Rua do Passo	25	12	15	30	40	25	..	..	80	67	147
Santo Antonio	73	65	91	105	128	138	..	..	292	308	600
Victoria	60	40	51	52	83	99	1	1	195	192	387
Brotas	46	30	54	44	108	75	1	..	209	149	358
Penha	42	35	9	23	47	65	..	..	98	123	221
Mares	46	44	27	32	69	83	..	..	142	159	301
Nazareth	101	58	249	167	289	192	23	5	662	422	1.084
Itapoan	..	..	..	..	2	2	..	..	2	2	4
1.º de Pirajá	5	3	11	5	30	26	..	..	46	34	80
2.º de Pirajá	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Passé	4	3	8	5	27	14	..	..	39	22	61
Paripe	1	2	4	4	5	6	..	..	10	12	22
Matoim	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Cotegipe	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Maré	..	..	..	1	..	..	10	14	10	15	25
	560	417	628	622	1.047	976	73	61	2 308	2.076	4.384
Somma	977		1.250		2.023		134		4.384		
Porcentagens	22,28		28,51		46,14		3,05		99,98		

6

Anexo IV – MANIFESTOS IMPORTAÇÃO

Seção: Alfandegária / APEB					
Período: 1877 - 1878 / 2					
Dia e Mês	Manifesto	Produtos	Quantidade	Nome do Despachante	Embarcação
07/ 02/ 1878	333	Azeite de palma	3.780 galões	José Gomes de Oliveira	Palhabote Port. Águia (vindo de Lagos)
07/ 02/ 1878		Azeite de palma	3.829 galões	José Cardozo e Silva e Cia.	
07/ 02/ 1878		Palitos	1 caixa	Rebello Miranda e Cia.	
07/ 02/ 1878		Rolhas	2 sacas	Rebello Miranda e Cia.	
Período: 1877 - 1878 / 5					
Dia e Mês	Manifesto	Produtos	Quantidade	Nome do Despachante	Embarcação
29/ 03/ 1878	408	Azeite de palma	9941 galões	José Pereira da Motta	Patacho Nacional Eduvirges*
01/ 04/ 1878		Palha de Mandim	2.344 k	José Cardozo e Silva e Cia.	
01/ 04/ 1878		Balaios	314	José Cardozo e Silva e Cia.	
01/ 04/ 1878		Colas	80,000	José Cardozo e Silva e Cia.	
24/ 04/ 1878		Cuias	997	Tude José da Silva	
02/ 04/ 1878		Colas	5 barricas	José Gomes de Oliveira	
02/ 04/ 1878		Cuias	1 pau	José Gomes de Oliveira	
05/ 04/ 1878		Panelas de Cobre	2	Cyprianna Leopoldina dos Santos	
05/ 04/ 1878		Colas	9,600	Cyprianna Leopoldina dos Santos	
05/ 04/ 1878		Colas	2,000	Cyprianna Leopoldina dos Santos	
01/ 04/ 1878		Cuias	102	Manoel Goncalves Machado	
01/ 04/ 1878		Colas	2,000	Manoel Goncalves Machado	
01/ 04/ 1878		Palha de Mandim	5 sacos	Nada Consta	
15/ 04/ 1878		Azeite de palma	2 garrafões	Nada Consta	
12/ 04/ 1878		Gaiola c/ papagaios	1	J. de Abreo	
15/ 04/ 1878		Gaiola c/ papagaios	1	Adolpho Pereira da Motta	
15/ 04/ 1878		Chapéus do Chile	40	Adolpho Pereira da Motta	
Período: 1878 - 1879 / 1					
Dia e Mês	Manifesto	Produtos	Quantidade	Nome do Despachante	Embarcação
14/ 04/ 1879	426	Azeite de palma	33.298 galões	Manoel Goncalves da Costa e Cia.	Patacho Nacional Boa Fé (vindo de Lagos)

*Artigo reexportado para Liverpool no Vapor Inglês Bendigo.

Anexo IV – MANIFESTOS IMPORTAÇÃO

Continuação...

16/ 04/ 1879		Colas Macho	102,400	Francisco Cardozo e Silva e Cia.	
16/ 04/ 1879		Colas Macho	132,800	Francisco Cardozo e Silva e Cia.	
16/ 04/ 1879		Panos da Costa	89	Francisco Cardozo e Silva e Cia.	
16/ 04/ 1879		Colas Macho	32,000	Francisco Cardozo e Silva e Cia.	
16/ 04/ 1879		Sabão da Costa	1 barril	Francisco Cardozo e Silva e Cia.	
16/ 04/ 1879		Colas Fêmea	1,000	Francisco Cardozo e Silva e Cia.	
25/ 04/ 1879		Balaios	323	Manoel da Vera Cruz	
25/ 04/ 1879		Esteiras	43	Manoel da Vera Cruz	
22/ 04/ 1879		Sabão da Costa	1 barril	Francisco Cardozo e Silva e Cia.	
22/ 04/ 1879		Panos da Costa	1 caixinha	Francisco Cardozo e Silva e Cia.	
22/ 04/ 1879		Sabão	1 ancoreta	Francisco Cardozo e Silva e Cia.	
22/ 04/ 1879		Palha de Mandim	4 sacos	Francisco Cardozo e Silva e Cia.	
24/ 12/ 1878	124	Azeite de palma	1,033	José Cardozo da Silva e Cia.	Patacho Port. Garibaldi (vindo de Lagos)
24/ 12/ 1878		Colas	134,800	José Cardozo da Silva e Cia.	
24/ 12/ 1878		Panos da Costa	1 caixa	José Cardozo da Silva e Cia.	
24/ 12/ 1878		Colas	26,700	José Cardozo da Silva e Cia.	
24/ 12/ 1878		Palha	17 sacos	José Cardozo da Silva e Cia.	
04/ 10/ 1878		Colas	11,600	Quitéria Garcia Rosa	
05/ 10/ 1878		Colas	45,600	Antonio Miguel da Silva	
05/ 10/ 1878		Cuias	1 amarrado	Antonio Miguel da Silva	
03/ 10/ 1878		Colas	12,000	Antonio Alexandre Martins	
03/ 10/ 1878		Colas	13,000	Antonio Alexandre Martins	
03/ 10/ 1878		Sementes de Pevide	1 saco	Antonio Alexandre Martins	
03/ 10/ 1878		Limo	2 sacos	Antonio Alexandre Martins	
04/ 10/ 1878		Colas	40,200	Umbelina da Glória	
04/ 10/ 1878		Esteiras	2 amarrados	Umbelina da Glória	
04/ 10/ 1878		Balaios e Panos	1 amarrado	Umbelina da Glória	
04/ 10/ 1878		Colas	12,800	José Cardozo da Silva e Cia.	

Anexo IV – MANIFESTOS IMPORTAÇÃO

Continuação...

04/ 10/ 1878		Palha	2 sacos	José Cardozo da Silva e Cia.	
04/ 10/ 1878		Colas	4,000	Pompeo José Cardozo	
05/ 10/ 1878		Colas	10,000	Firmo Frazão	
05/ 10/ 1878		Sabão	1 barril	Firmo Frazão	
05/ 10/ 1878		Colas	5,000	Firmo Frazão	
05/ 10/ 1878		Miudezas	1 caixa	Firmo Frazão	
05/ 10/ 1878		Azeite de palma	240 galões	Pompeo Fernandes	
05/ 10/ 1878		Colas	5,000	Pompeo Fernandes	
05/ 10/ 1878		Colas	3,800	Pompeo Fernandes	
05/ 10/ 1878		Balaios	1 amarrado	Pompeo Fernandes	
04/ 10/ 1878		Colas	45,500	Francisco Cardozo e Silva e Cia.	
04/ 10/ 1878		Panos da Costa	1 caixa	Francisco Cardozo e Silva e Cia.	
05/ 10/ 1878		Colas	3,100	Lucrecia Pegario	
05/ 10/ 1878		Sabão	1 caixa	Lucrecia Pegario	
05/ 10/ 1878		Limo	1 (?)	Lucrecia Pegario	
03/ 10/ 1878		Colas	6,600	I. Eustaquio	
05/ 12/ 1878		Azeite de palma	68 galões e 18 garrafões	Elisia Maria Bastos	
05/ 10/ 1878		Sabão	1 barril	Antonio Alexandre Martins	
05/ 10/ 1878		Colas	4,000	Antonio Alexandre Martins	
05/ 10/ 1878		Tinta	1 barril	Antonio Alexandre Martins	
08/ 10/ 1878		Azeite de palma	120 galões	Pompeo J. J. Fernandes	
05/ 10/ 1878		Colas	8,200	L. S. Pita	
05/ 10/ 1878		Sementes de Pevide	2 sacos	L. S. Pita	
04/ 10/ 1878		Colas	12,000	M. B. Costa	
04/ 10/ 1878		Colas	7,000	Antonio Nogueira	
04/ 10/ 1878		Sabão	1 barril	Antonio Nogueira	
05/ 10/ 1878		Colas	43,400	E. do Bomfim	

Anexo IV – MANIFESTOS IMPORTAÇÃO

Continuação...

04/ 10/ 1878		Colas	2,000	G. M. Conceição	
08/ 10/ 1878		Azeite de palma	1,057	Moreira e Irmão	
08/ 10/ 1878		Colas	15,100	Bernardo Joaquim de Souza	
04/ 10/ 1878		Colas	4,000	S. J. Machado	
04/ 10/ 1878		Colas	306,800	José Cardozo da Silva e Cia.	
02/ 10/ 1878		Colas	201,400	José Gomes de Oliveira	
10/ 11/ 1878		Azeite de palma	982 galões	M. F. S. Guimarães	
03/ 10/ 1878		Colas	63,100	José Cardozo da Silva e Cia.	
03/ 10/1878		Colas	32,400	José Cardozo da Silva e Cia.	
03/ 10/ 1878		Colas	13,000	R. M. Martins	
04/ 10/ 1878		Especiarias	1 fardo	Miguel N. Silva	
04/ 10/ 1878		Sabão	1 barril	Miguel N. Silva	
04/ 10/ 1878		Colas	12,400	Miguel N. Silva	
04/ 10/ 1878		Cuias	1 amarrado	Fingiana Romana	
04/ 10/ 1878		Cola	3,200	Fingiana Romana	
04/ 10/ 1878		Panos da Costa	48	Fingiana Romana	
04/ 10/ 1878		Colas	5,000	A. J. Cardoso	
04/ 10/ 1878		Panos da Costa	16	A. J. Cardoso	
04/ 10/ 1878		Sementes de Pevide	Não declarado	A. J. Cardoso	
04/ 10/ 1878		Colas	21,000	Ventura Ramos	
04/ 10/ 1878		Cuias	2 amarrados	Ventura Ramos	
04/ 10/ 1878		Balaios	2 amarrados	Ventura Ramos	
04/ 10/ 1878		Esteiras	2 amarrados	Ventura Ramos	
04/ 10/ 1878		Panos da Costa	12	Ventura Ramos	
04/ 10/ 1878		Colas	12,000	Anselmo Borges da Silva	
4 e 5/ 10/ 78		Colas	12,000	Rodolfo Manoel Martins	
4 e 5/ 10/ 78		Cuias	1 amarrado	Rodolfo Manoel Martins	
4 e 5/ 10/ 78		Miudezas	1 saco	Rodolfo Manoel Martins	

Anexo IV – MANIFESTOS IMPORTAÇÃO

Continuação...

4 e 5/ 10/ 78		Azeite de palma	4 galões	Rodolfo Manoel Martins	
4 e 5/ 10/ 78		Colas	3,500	Rodolfo Manoel Martins	
08 e 11/ 12/ 78		Colas	34,000	J. C. Silva	
08 e 11/ 12/ 78		Azeite de palma	10.193 galões	J. C. Silva	
28/ 09/1878		Baú c/ colas	Não declarado	Ma. Vicencia	
28/ 09/1878		Panos da Costa	1 amarrado	Ma. Vicencia	
28/ 09/1878		Panos da Costa	1 amarrado	Andreza Ma. da Conceição	
28/ 09/ 1878		Balaio c/ panos da Costa	Não declarado	Ventura Ramos	
28/ 09/ 1878		Baú c/ panos da Costa	Não declarado	Theodoro Joaquim Pinto	
(?)		Gaiola c/ pássaros	2	José Cardozo e Silva	
(?)		Macaco	1	José Cardozo e Silva	
(?)		Cobra	1	José Cardozo e Silva	
(?)		Cabrito	1	José Cardozo e Silva	
28/ 09/ 1878		Pimentas e Panos	1 volume	Rodolpho Manoel Martins	
04/ 10/ 1878		Gaiola c/ pássaros	1	Theodoro Joaquim Pinto	
04/ 10/ 1878		Gaiola c/ pássaros	1	Eliseo do Bomfim	
04/ 10/ 1878		Cuias	1 amarrado	Antonio Brigiseiro	
04/ 10/ 1878		Cuias	1 amarrado	Eliseo do Bomfim	
04/ 10/ 1878		Gaiola c/ pássaros	1	Firmo Frazão	
04/ 10/ 1878		Gaiola c/ pássaros	1	Theodoro Joaquim Pinto	
04/ 08/ 1878		Gaiola c/ pássaros	1	Eliseo do Bomfim	
04/ 08/ 1878		Cuias	1 amarrado	Antonio Brigiseiro	
04/ 08/ 1878		Cuias	1 amarrado	Eliseo do Bomfim	
04/ 08/ 1878		Gaiola c/ papagaios	1	Firmo Frazão	
12/ 10/ 1878		Balaios e cuias	1 balaio	Theodoro Joaquim Pinto	
05/ 10/ 1878		Azeite de palma	1 garrafão	Antonio Alexandre Martins	

Anexo IV – MANIFESTOS IMPORTAÇÃO

Continuação...

04/ 08/ 1878		Colas, Cuias e panos	1 baú	Caetana Jesuina Mundim	
04/ 08/ 1878		Redes e cuias lavradas		Caetana Jesuina Mundim	
11/ 10/ 1878		Cuias, riscado de algodão	1 baú	Maria Augusta	
Período: 1888 – 1889					
Dia e Mês	Manifesto	Produtos	Quantidade	Nome do Despachante	Embarcação
20/ 03/ 1888	88	Panos da Costa	20	Severino Antonio Miranda	Patacho Brasileiro Bomfim (vindo de Lagos)
20/ 03/ 1888		Panos	72	João Chapeleiro	
20/ 03/ 1888		Azeite de palma	2 meios barris	João Chapeleiro	
20/ 03/ 1888		Sabão	1 meio barril	João Chapeleiro	
20/ 03/ 1888		Pejerecum	1 saco	João Chapeleiro	
20/ 03/ 1888		Limo	1 saco	João Chapeleiro	
20/ 03/ 1888		Panos	108	José Gil Moreira	
20/ 03/ 1888		Panos	183	José Gil Moreira	
20/ 03/ 1888		Panos	110	Samuel Luis de França	
20/ 03/ 1888		Panos	61	Samuel Luis de França	
20/ 03/ 1888		Colas	2,800	Samuel Luis de França	
20/ 03/ 1888		Colas	600	Samuel Luis de França	
20/ 03/ 1888		Limo	1 saco	Samuel Luis de França	
20/ 03/ 1888		Limo	1 encapado	Samuel Luis de França	
20/ 03/ 1888		Cuias	2 paus	Samuel Luis de França	
20/ 03/ 1888		Búzios	1 saco	Samuel Luis de França	
20/ 03/ 1888		Panos	58	Lucrecia Luiza da Piedade	
20/ 03/ 1888		Panos da Costa	142	Amaro Marinho	
20/ 03/ 1888		Sabão	1 barrica	Amaro Marinho	
20/ 03/ 1888			Não declarado	Amaro Marinho	

Anexo IV – MANIFESTOS IMPORTAÇÃO

Continuação...

20/ 03/ 1888		Panos	12	Amaro Marinho	
20/ 03/ 1888		Limo	Não declarado	Amaro Marinho	
20/ 03/ 1888		Sabão da Costa	2 barricas	Severiano Julião Querino	
20/ 03/ 1888		Sabão	1 barril	Severiano Julião Querino	
20/ 03/ 1888		Panos da Costa	8	Severiano Julião Querino	
20/ 03/ 1888		Panos da Costa	164	Severiano Julião Querino	
20/ 03/ 1888		Colas	1 caixão	Severiano Julião Querino	
20/ 03/ 1888		Panos da Costa e Mandim	1 baú	Carlixto de Castro	
21/ 03/ 1888		Panos da Costa	1 caixão	José Gil Moreira	
21/ 03/ 1888		Colas	1 caixão	José Gil Moreira	
21/ 03/ 1888		Panos da Costa	51	José Gil Moreira	
21/ 03/ 1888		Colas	4 barris	José Gil Moreira	
20/ 03/ 1888		Limo	1 barril	Bernardo Moreira	
20/ 03/ 1888		Panos da Costa	36	Pedro Marinho Costa	
20/ 03/ 1888		Colas	2,500	Joana Luzia	
20/ 03/ 1888		Panos	216	Joana Luzia	
20/ 03/ 1888		Limo	1 caixão	Joana Luzia	
20/ 03/ 1888		Cuias	2 paus	Joana Luzia	
20/ 03/ 1888		Panos	70	José Gil Moreira	
20/ 03/ 1888		Limo	3 barris	José Gil Moreira	
20/ 03/ 1888		Limo	1 barril	José Gil Moreira	
20/ 03/ 1888		Sementes	1 barrica	Antonio Pinheiro	
20/ 03/ 1888		Colas	1 caixão	Antonio Pinheiro	
20/ 03/ 1888		Sementes	1 saco	Antonio Pinheiro	
20/ 03/ 1888		Laquedobás	1 saco	Antonio Pinheiro	
20/ 03/ 1888		Sementes	1 barril	Antonio Pinheiro	
20/ 03/ 1888		Panos	200	Antonio Pinheiro	

Anexo IV – MANIFESTOS IMPORTAÇÃO

Continuação...

20/ 03/ 1888		Sabão	8 barricas	Antonio Pinheiro	
20/ 03/ 1888		Panos da Costa	120	Augusto Francisco Mendes	
20/ 03/ 1888		Panos da Costa	209	Augusto Francisco Mendes	
20/ 03/ 1888		Panos	17	Augusto Francisco Mendes	
20/ 03/ 1888		Colas	1 caixão	Augusto Francisco Mendes	
20/ 03/ 1888		Cuias	1 amarrado	Augusto Francisco Mendes	
20/ 03/ 1888		Fumo	1 barril	Augusto Francisco Mendes	
20/ 03/ 1888		Panos	102	Manoel Pombo	
20/ 03/ 1888		Panos da Costa	130	Esperança Maria da Conceição	
20/ 03/ 1888		Panos da Costa	100	Nilo Oliveira Reis	
20/ 03/ 1888		Panos da Costa	60	Luiza Maria das Dores	
21/ 03/ 1888		Cuias	2 pacotes	Joaquim Alves da Costa	
21/ 03/ 1888		Colas	4,000	Ritta Maria Ramos	
21/ 03/ 1888		Limo	1 caixão	Ritta Maria Ramos	
21/ 03/ 1888		Pimenta da Costa	1 caco	Ritta Maria Ramos	
21/ 03/ 1888		Cuias	1 pacote	Ritta Maria Ramos	
20/ 03/ 1888		Panos da Costa	99	Joanna Luiza	
20/ 03/ 1888		Panos da Costa	136	Oceany Antonio	
20/ 03/ 1888		Colas e Pimentões	1 caixão	Oceany Antonio	
20/ 03/ 1888		Panos	1 caixão	Domingos R. da Costa	
20/ 03/ 1888		Limo	1 bola	Domingos R. da Costa	
20/ 03/ 1888		Panos da Costa	136	Joaquim Bento	
20/ 03/ 1888		Colas	1 barrica	Tude José da Silva	
20/ 03/ 1888		Cuias	2 amarradas	Tude José da Silva	
20/ 03/ 1888		Cuias	2 pacotes	Tude José da Silva	
20/ 03/ 1888		Panos	1 caixa	José Casemiro Augusto	
20/ 03/ 1888		Pimenta	1 caixa	José Casemiro Augusto	
20/ 03/ 1888		Colas	1 barrica	José Casemiro Augusto	
20/ 03/ 1888		Sementes	1 caixão	Alaji	

Anexo IV – MANIFESTOS IMPORTAÇÃO

Continuação...

20/ 03/ 1888		Pejerecum	1 barrica	Alaji	
20/ 03/ 1888		Panos	72	Nilo de Oliveira Reis	
20/ 03/ 1888		Panos	114	Nilo de Oliveira Reis	
20/ 03/ 1888		Colas	1 caixão	Nilo de Oliveira Reis	
20/ 03/ 1888		Panos	49	Nilo de Oliveira Reis	
20/ 03/ 1888		Panos	1 caixa	Manoel Bernardo de Carvalho	
20/ 03/ 1888		Panos	37	Adão da Silva Moraes	
20/ 03/ 1888		Colas	1 caixa	Adão da Silva Moraes	
20/ 03/ 1888		Panos Mandim	4	José Gil Moreira	
20/ 03/ 1888		Balaios	1 caixão	José Gil Moreira	
20/ 03/ 1888		Panos	115	José Gil Moreira	
20/ 03/ 1888		Panos	142	Luciano G. Barbosa	
20/ 03/ 1888		Colas	4,000	Victorino dos Santos Lima	
20/ 03/ 1888		Panos da Costa	153	Victorino dos Santos Lima	
20/ 03/ 1888		Panos	22	Bernardo Pontes	
20/ 03/ 1888		Panos	18	Manoel Pulqueiro da Silva	
20/ 03/ 1888		Panos	48	Lina dos Santos	
20/ 03/ 1888		Panos	21	Antonia	
20/ 03/ 1888		Sabão	3 barricas	David	
20/ 03/ 1888		Panos	50	David	
20/ 03/ 1888		Limo	2 amarrados	David	
20/ 03/ 1888		Panos	4 caixões	Manoel Bernardo de Carvalho	
20/ 03/ 1888		Panos	167	Paulo Oliveira	
20/ 03/ 1888		Panos	23	Felippe José Vianna	
20/ 03/ 1888		Panos	160	Manoel Pombo	
20/ 03/ 1888		Colas	150,000	Manoel Pombo	
20/ 03/ 1888		Panos	800	Manoel Pombo	
20/ 03/ 1888		Limo	2 caixões	Manoel Pombo	
20/ 03/ 1888		Limo	1 pipa	Manoel Pombo	

Anexo IV – MANIFESTOS IMPORTAÇÃO

Continuação...

20/ 03/ 1888		Sabão	16 barris	Manoel Pombo	
20/ 03/ 1888		Panos	92	Manoel Pombo	
20/ 03/ 1888		Azeite de palma	7 ponches	Manoel Pombo	
20/ 03/ 1888		Panos da Costa	130	José Gil Moreira	
20/ 03/ 1888		Sabão	3 barricas	Benedicto Santos Moreira	
20/ 03/ 1888		Panos da Costa	30	José Godinho	
20/ 03/ 1888		Panos da Costa	40	Lucrécia Maria da Piedade	
20/ 03/ 1888		Cuias	2 paus	Lucrécia Maria da Piedade	
21/ 03/ 1888		Colas	800	Francisco Brandão Gomes	
21/ 03/ 1888		Limo	1 barrica	Francisco Brandão Gomes	
20/ 03/ 1888		Sabão	1 barril	Joaquim José Ribeiro	
20/ 03/ 1888		Limo	1 barril	Joaquim José Ribeiro	
20/ 03/ 1888		Panos da Costa	10	Joaquim José Ribeiro	
20/ 03/ 1888		Panos	62	Esperança Felisberta	
20/ 03/ 1888		Cuias	12	Esperança Felisberta	
20/ 03/ 1888		Cola	1 lata	Esperança Felisberta	
20/ 03/ 1888		Cola	1,000	Esperança Felisberta	
20/ 03/ 1888		Panos	12	Esperança Felisberta	
20/ 03/ 1888		Sabão	1 barril	Esperança Felisberta	
20/ 03/ 1888		Sabão	25 caixas	JoséFereira Joaquim	
19/ 03/ 1888		Vinho do Porto		Francisco Cardozo e Silva	
20/ 03/ 1888		Panos	1081	Manoel Bernardo de Carvalho	
20/ 03/ 1888		Diversos e espelhos	1 caixa	Manoel Bernardo de Carvalho	
20/ 03/ 1888		Azeite de palma	50 ponches	Manoel Bernardo de Carvalho	
20/ 03/ 1888		Azeite de palma	180 barris	Manoel Bernardo de Carvalho	
20/ 03/ 1888		Azeite de palma	27	Manoel Bernardo de Carvalho	
20/ 03/ 1888		Sabão	5473	Manoel Bernardo de Carvalho	
20/ 03/ 1888		Limo	26 barris	Manoel Bernardo de Carvalho	
20/ 03/ 1888		Panos	180	José Gil Moreira	

Anexo IV – MANIFESTOS IMPORTAÇÃO

Continuação...

20/ 03/ 1888		Panos e Cola	1 caixão	Antonio Teixeira	
20/ 03/ 1888		Sabão e cuias	1 caixão	Noberto Joaquim do Nascimento	
20/ 03/ 1888		Esteiras	1 amarrado	Manoel (danificado)	
20/ 03/ 1888		Cuias	1 saco	Manoel (danificado)	
08/ 03/ 1888		Gaiolas c/ pássaros	6	Amaro Marinho	
08/ 03/ 1888		Panos	2 caixas	Amaro Marinho	
08/ 03/ 1888		Panos	2 amarrados	Antonio Lopes	
08/ 03/ 1888		Búzios	1 saco	Samuel L. F.	
08/ 03/ 1888		Panos	1 caixa	F. J. M, Antonio Francisco Mendes, Antonio Peanio e F. J. Palma	
08/ 03/ 1888		Panos	1 saco	F. J. M, Antonio Francisco Mendes, Antonio Peanio e F. J. Palma	
08/ 03/ 1888		Panos	2 amarrados	F. J. M, Antonio Francisco Mendes, Antonio Peanio e F. J. Palma	
08/ 03/ 1888		Panos	1 embrulho	F. J. M, Antonio Francisco Mendes, Antonio Peanio e F. J. Palma	
Período: 1890 - 1891 / 1					
Dia e Mês	Manifesto	Produtos	Quantidade	Nome do Despachante	Embarcação
27/ 01/ 1891	27	Azeite de palma	5 cascos	José Gil Moreira	Vapor Inglês Biafra (vindo de Lagos)**
27/ 01/ 1891		Azeite de palma	2 cascos	Vitorina dos Santos Lima	
27/ 01/ 1891		Azeite de palma	7 cascos	Joaquim Pacheco Miranda	
26/ 01/ 1891		Panos da Costa	65	Joaquim Pacheco de Miranda	
27/ 01/ 1891		Azeite de palma	3 ponches e 4 cascos	Antonio Cardia da Silva	
28/ 01/ 1891		Colas	9 barricas	Josefa Antonia	
28/ 01/ 1891		Colas	2 caixas	Josefa Antonia	
28/ 01/ 1891		Palha	4 fardos	Josefa Antonia	
28/ 01/ 1891		Pegericum	1 saco	Josefa Antonia	
27/ 01/ 1891		Azeite de palma	6 ponches	Clemencia Maria da Conceição	
26/ 01/ 1891		Colas	4 barricas	Manoel Balthazar	
26/ 01/ 1891		Cola	1 caixa	Manoel Balthazar	
27/ 01/ 1891		Azeite de palma	1 barril	Lucrecia Maria da Conceição	
26/ 01/ 1891		Colas	1 barrica	Lucrecia Maria da Conceição	

**Todos os despachos estão na qualidade de consumo.

Anexo IV – MANIFESTOS IMPORTAÇÃO

Continuação...

27/ 01/ 1891		Azeite de palma	1 ponche	Victorina dos Santos Lima	
27/ 01/ 1891		Azeite de palma	2 barris	Victorina dos Santos Lima	
26/ 01/ 1891		Colas	1 barrica	Victorina dos Santos Lima	
26/ 01/ 1891		Colas	1 caixa	Isydoro José Gonçalo	
26/ 01/ 1891		Colas	1 caixa	Francisco Nunes da Costa	
26/ 01/ 1891		Colas	4 caixas	Augusto Gomes da Costa	
26/ 01/ 1891		Colas	2 caixas	Lucrecia Maria da Piedade	
26/ 01/ 1891		Panos da Costa	1 baú	João Baptista Lima	
26/ 01/ 1891		Colas	2 barricas	Roberto Francisco Nogueira	
26/ 01/ 1891		Sabão	1 barril	Roberto Francisco Nogueira	
26/ 01/ 1891		Panos da Costa	1 baú	Roberto Francisco Nogueira	
26/ 01/ 1891		Milho	5 sacos	Pedro Ribeiro da Rocha	
26/ 01/ 1891		Cola	1 caixa	Pedro Ribeiro da Rocha	
26/ 01/ 1891		Sabão	1 caixa	Joaquim José Ribeiro	
27/ 01/ 1891		Azeite de palma	1 casco	Benedito Antonio Brito	
27/ 01/ 1891		Colas	1 caixa	Benedito Antonio Brito	
27/ 01/ 1891		Colas	2 barricas	Benedito Antonio Brito	
26/ 01/ 1891		Colas	1 barrica	Calixto de Castro	
31/ 01/ 1891		Colas	2 caixas	Benedicto Antonio de Brito	
31/ 01/ 1891		Colas	1 barrica	Benedito Antonio Brito	
26/ 02/ 1891		Azeite de palma	3 cascos	José Gil Moreira	
27/ 01/ 1891		Colas	1 barrica	José Gil Moreira	
26/ 01/ 1891		Colas	2 barricas	Jesuíno José Gil	
26/ 01/ 1891		Colas	1 barril	Jesuíno José Gil	
26/ 01/ 1891		Colas	1 caixa	Esperança Maria da Conceição	
27/ 01/ 1891		Colas	2 caixas	Francisco L. Cardozo	
27/ 01/ 1891		Roupa de uso	1 baú	Francisco L. Cardozo	
27/ 01/ 1891		Pegerecum	1 caixa	Francisco L. Cardozo	
27/ 01/ 1891		Miudezas	2 amarrados	Francisco L. Cardozo	

Anexo IV – MANIFESTOS IMPORTAÇÃO

Continuação...

26/ 01/ 1891		Colas	Não declarado	Raphael Francisco e Antonio Alphonso	
26/ 01/ 1891		Azeite de palma	1 barril	Raphael Francisco e Antonio Alphonso	
26/ 01/ 1891		Pimenta, sabão e azeite	1 caixa	Raphael Francisco e Antonio Alphonso	
12/ 01/ 1891		Azeite de palma	2 ponches	Luis Momo	
29/ 01/ 1891		Colas	2 baús	José Pereira Soares Sobrinho	
29/ 01/ 1891		Colas	1 caixa	José Pereira Soares Sobrinho	
29/ 01/ 1891		Cuias	1 amarrados	José Pereira Soares Sobrinho	
29/ 01/ 1891		Muidezas	1 amarrados	José Pereira Soares Sobrinho	
26/ 01/ 1891		Colas	1 barrica	Adelaide Sabina da Conceição	
26/ 01/ 1891		Panos da Costa	1caixa	Antonio Cardia da Silva	
26/ 01/ 1891		Colas	3 caixas	Calixto Castro	
26/ 01/ 1891		Colas	2 pacotes	Sebastião Barra	
26/ 01/ 1891		Colas	1 caixa	Sebastião Barra	
27/ 01/ 1891		Azeite de palma	1 casco	J. F. M	
27/ 01/ 1891		Azeite de palma	2 barris	J. F. M	
26/ 01/ 1891		Palha	36 sacos	Manoel Pombo	
26/ 01/ 1891		Panos da Costa	1 caixa	Manoel Pombo	
26/ 01/ 1891		Colas	5 caixas	M. J. Moreira	
26/ 01/ 1891		Panos da Costa	1 caixa	M. J. Moreira	
26/ 01/ 1891		Panos da Costa	1 baú	Jacintho Rodrigues Guedes	
29/ 01/ 1891		Colas	1 caixa	Lucrecia Maria da Piedade	
Período: 1897 / 2					
Dia e Mês	Manifesto	Produtos	Quantidade	Nome do Despachante	Embarcação
10 e 15/2/1897	47	Colas	2 barricas	Nilo Oliveira Reis	Barca Brasileira Dianna (vindo de Lagos)***
10 e 15/2/1897		Colas amargas	1 barrica	Nilo Oliveira Reis	
10 e 15/2/1897		Sabão da Costa	1 barrica	Nilo Oliveira Reis	
10 e 15/2/1897		Sementes da Costa	1 barrica	Nilo Oliveira Reis	
10 e 15/2/1897		Cuias	2 amarrados	Nilo Oliveira Reis	

*** Todos os despachos estão na qualidade de consumo.

Anexo IV – MANIFESTOS IMPORTAÇÃO

Continuação...

26/ 02/ 1897		Pano da Costa	1 caixa	Roberto Francisco Nogueira	
26/ 02/ 1897		Colas amargas	1 caixa	Roberto Francisco Nogueira	
26/ 02/ 1897		Colas	1 caixa	Roberto Francisco Nogueira	
10/ 02/ 1897		Colas amargas	1 barrica	Augusto Gomes da Costa	
10/ 02/ 1897		Colas	1 barrica	Augusto Gomes da Costa	
10 e 15/2/1897		Limo da Costa	1 caixa	Esperança Maria da Conceição	
10 e 15/2/1897		Colas	1 caixa	Esperança Maria da Conceição	
10 e 15/2/1897		Pano da Costa	1 caixa	Esperança Maria da Conceição	
10/ 02/ 1897		Colas	1 barrica	Nilo Oliveira Reis	
10/ 02/ 1897		Limo da Costa	1 barrica	Nilo Oliveira Reis	
10 e 15/2/1897		Colas	1 caixa	Lucrecia Maria Piedade	
10 e 15/2/1897		Sabão da Costa	1 barril	Lucrecia Maria Piedade	
10 e 15/2/1897		Colas	1 caixa	Lucrecia Maria Piedade	
10 e 15/2/1897		Pano da Costa	1 caixa	Lucrecia Maria Piedade	
10 e 15/2/1897		Sabão	1 barril	Lucrecia Maria Piedade	
10/ 02/ 1897		Pano da Costa	1 caixa	Guilhermina de Jesus	
10/ 02/ 1897		Colas	1 barrica	Guilhermina de Jesus	
10/ 02/ 1897		Colas	1 caixa	Guilhermina de Jesus	
10 e 15/2/1897		Sabão da Costa	36 barris	Firmino Jacob Santos	
10 e 15/2/1897		Limo da Costa	3 barris	Firmino Jacob Santos	
10 e 15/2/1897		Colas	5 barricas	Firmino Jacob Santos	
10 e 15/2/1897		Colas	1 caixa	Firmino Jacob Santos	
19/ 02/ 1897		Colas	1 caixa	Manoel Pombo	
19/ 02/ 1897		Sabão da Costa	4 barris	Manoel Pombo	
10/ 02/ 1897		Não Especifica	1 saco	Luciano Crispino da Silva	

Anexo IV – MANIFESTOS IMPORTAÇÃO

Continuação...

10/ 02/ 1897		Colas	4 barricas	Antonio Jenigba	
10/ 02/ 1897		Pano da Costa	1 caixa	Antonio Jenigba	
10/ 02/ 1897		Sabão da Costa	2 barricas	Calixto de Castro	
10/ 02/ 1897		Limo da Costa	1 barrica	Calixto de Castro	
10/ 02/ 1897		Sabão e limo da Costa	1 barrica	Calixto de Castro	
10/ 02/ 1897		Colas	1 barrica	Nilo de Oliveira Reis	
10/ 02/ 1897		Colas	1 caixa	Nilo de Oliveira Reis	
10/ 02/ 1897		Pano da Costa	1 caixa	Nilo de Oliveira Reis	
10/ 02/ 1897		Colas	4 barricas	Luciano Crispino Silva	
10/ 02/ 1897		Colas	1 caixa	Luciano Crispino Silva	
10 e 15/2/1897		Sabão da Costa	3 barricas	Lucrecia Maria Piedade	
10 e 15/2/1897		Cuias	2 amarrados	Lucrecia Maria Piedade	
10 e 15/2/1897		Pano da Costa	1 caixa	Lucrecia Maria Piedade	
10 e 15/2/1897		Pimenta Preta	1 barrica	Lucrecia Maria Piedade	
10 e 15/2/1897		Colas	7 caixas	Augusto Gomes da Costa	
10 e 15/2/1897		Colas	3 caixas	Augusto Gomes da Costa	
10 e 15/2/1897		Folha e panos da Costa	1 lata	Augusto Gomes da Costa	
10 e 15/2/1897		Azeite de palma	1 caixa e 2 latas	Augusto Gomes da Costa	
10 e 15/2/1897		Sabão da Costa	4 barris	Augusto Gomes da Costa	

Anexo IV – MANIFESTOS IMPORTAÇÃO

Continuação...

10 e 15/2/1897		Colas e Panos da Costa	1 caixa	Julio Borges da Silva	
10 e 15/2/1897		Fios de Conta	37	Julio Borges da Silva	
10 e 15/2/1897		Pimenta moída	1 caixa	Julio Borges da Silva	
10 e 15/2/1897		Colas	1 barrica	Luciano Crispino da Silva	
10 e 15/2/1897		Panos da Costa	1 caixa	Luciano Crispino da Silva	
10/ 02/ 1897		Panos da Costa	1 caixa	Calisto de Castro	
15/ 02/ 1897		Azeite de palma	1 casco	Pio Marinho	
15/ 02/ 1897		Panos da Costa	1 caixa	Pio Marinho	
25/ 02/ 1897		Colas	2 barricas	Olimpio Araújo	
25/ 02/ 1897		Pimenta moída	1 barrica	Olimpio Araújo	
25/ 02/ 1897		'Aridan"	1 caixa	Olimpio Araújo	
25/ 02/ 1897		Cuias	3 amarrados	Olimpio Araújo	
10 e 15/2/1897		Colas	2 caixas	Luciano Crispino da Silva	
10 e 15/2/1897		Colas	1 barrica	Luciano Crispino da Silva	
10 e 15/2/1897		Palha da Costa	12 fardos	Joaquim Francisco Branco	
10 e 15/2/1897		Cuias	10 amarrados	Joaquim Francisco Branco	
10 e 15/2/1897		Colas	6 caixas	Joaquim Francisco Branco	
10 e 15/2/1897		Panos da Costa	2 caixas	Joaquim Francisco Branco	
10 e 15/2/1897		Chitas	1 caixa	Joaquim Francisco Branco	
10 e 15/2/1897		Contas	1 caixa	Joaquim Francisco Branco	
10 e 15/2/1897		Colas	4 barricas	Joaquim Francisco Branco	
10 e 15/2/1897		Azeite de palma	4 Cascos	Joaquim Francisco Branco	

Anexo IV – MANIFESTOS IMPORTAÇÃO

Conclusão

10/ 02/ 1897		Colas	4 barricas	James Johnson	
10 e 15/2/1897		Pimenta moída	3 barricas	Júlia Martins	
10 e 15/2/1897		Cuias	1 amarrado	Júlia Martins	
10 e 15/2/1897		Limo da Costa	1 barril	Júlia Martins	
10/ 02/ 1897		Colas	1 caixa	Casemiro Carolino Augusto	
10/ 02/ 1897		Sabão da Costa	1 caixa	Bernadina F. de Souza	
10 e 15/2/1897		Cola	6 caixas	João Jacob Souza Marques	
10 e 15/2/1897		Medicamentos	1 volume	João Jacob Souza Marques	
10/ 02/ 1897		Colas	2 caixas	Nilo Oliveira Reis	
10/ 02/ 1897		Colas	2 caixas	João Martins	
10/ 02/ 1897		Sé Sé	2 caixas	Lucrecia Maria da Piedade	
23/ 09/ 1897		Palha da Costa	100 Kg.	Joaquim Alexandre da Silva	

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Por Documento / 1850-1906					
Livro/Maço: 02022		Maço:02022			
1850 / Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
06/Junho	Pano da Costa	15	36$000	Blanc e Irmão	Barca Francesa Indústria
06/Junho	Pele de Guariba (tapetes)	5	3$000	Blanc e Irmão	Barca Francesa Indústria
06/Junho	Pele de Animais	7	1$500	Blanc e Irmão	Barca Francesa Indústria
11/Junho	Balaios	24	2$880	Desonnais	Barca Francesa Indústria
11/Junho	Pele de Guariba	25	1$200	Desonnais	Barca Francesa Indústria
11/Junho	Peles	16	$600	Desonnais	Barca Francesa Indústria
11/Junho	Tapetes de Pele de Guariba	5	3$000	Desonnais	Barca Francesa Indústria
11/Junho	Azeite de palma (1/2 pipa)	105 med. A 255	26$775	Guiseppe Carena	Polaca Sarda Henrique
21/Junho	Azeite de palma (17 cascos)	2403 a 225	600$510	Bernardo Dias Moreira	Polaca Sarda Bolivar
1851/ Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
04/Marco	Azeite de palma (15 cascos)	1250 med. A 255	312$375	Miguel D'Almeida Penna	Escuna Francesa Estrala do Mar
07/Abril	Balaio da Costa	6	1$080	Nicolao Bafico	Polaca Sarda Eolo
07/Abril	Esteiras da Palha da costa	2	$640	Nicolao Bafico	Polaca Sarda Eolo
07/Abril	Pano da Costa (Alcar)	9	16$200	Nicolao Bafico	Polaca Sarda Eolo
07/Abril	Panos Azuis Ord. p/ cama	5	9$000	Nicolao Bafico	Polaca Sarda Eolo
07/Abril	Panos Alcar (rebuço))	5	7$500	Nicolao Bafico	Polaca Sarda Eolo
07/Abril	Panos Azuis (rebuço)	22	10$560	Nicolao Bafico	Polaca Sarda Eolo
12/Abril	Azeite de palma (8 cascos)	1366 med.a 255	348$330	Antonio Pinto Rodrigues	Patacho Port. Dois Irmãos
9/Abril	Panos Azuis (cama)	3	5$400	Ignacio Fz da Silva	Patacho Port. Dois Irmãos
9/Abril	Panos da Costa (Alcar)	12	28$800	Ignacio Fz da Silva	Patacho Port. Dois Irmãos

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

9/Abril	Panos Azuis (rebuço)	32	28$800	Ignacio Fz da Silva	Patacho Port. Dois Irmãos
07/Abril	Peles de Guariba (4 fardos)	3.102	180$720	João antônio Moreira	Polaca Sarda Eolo
9/Abril	Cola Macho	130	15$600	Antonio José Garcia	Patacho Port. Dois Irmãos
9/Abril	Fios de Conta da Costa	272	8$160	Antonio José Garcia	Patacho Port. Dois Irmãos
9/Abril	Cuia	15	$450	Antonio José Garcia	Patacho Port. Dois Irmãos
9/Abril	Panos Alcar	20	42$000	Antonio José Garcia	Patacho Port. Dois Irmãos
9/Abril	Pano de Cama	1	2$400	Antonio José Garcia	Patacho Port. Dois Irmãos
9/Abril	Pano Azul Rebuço	10	7$500	Antonio José Garcia	Patacho Port. Dois Irmãos
9/Abril	Limo da Costa	23 lb	2$208	Antonio José Garcia	Patacho Port. Dois Irmãos
9/Abril	Pano da Costa (rebuço)	50	30$000	Augusto Just. Aguiar e Silva	Patacho Port. Dois Irmãos
16/Abril	Panos da Costa	2	3$600	Gaspar da Silva Rodrigues	Patacho Port. Dois Irmãos
16/Abril	Cuias	170	20$400	Tratelle Schina	Polaca Sarda Eolo
19/Abril	Sabão da Costa	40	1$600	José Maria Frazão de Lima	Patacho Port. Dois Irmãos
19/Abril	Cal	16 lb	3$840	José Maria Frazão de Lima	Patacho Port. Dois Irmãos
19/Abril	Pegerecum	6 lb	$576	José Maria Frazão de Lima	Patacho Port. Dois Irmãos
19/Abril	Limo da Costa	170lb	16$320	Miguel D'Almeida Penna	Patacho Sardo Iride
22 /Abril	Panos da Costa (Alcar)	2	3$000	João Nicolao Gomes	Polaca Sarda Eolo
22 /Abril	Panos Azul (rebuço)	10	9$000	João Nicolao Gomes	Polaca Sarda Eolo
22 /Abril	Balaios da Costa	31	5$580	João Nicolao Gomes	Polaca Sarda Eolo
22 /Abril	Cortes Coletes de Fustão	6	1$440	João Nicolao Gomes	Polaca Sarda Eolo
22 /Abril	Cortes de Calça de Fazendão	4	1$680	João Nicolao Gomes	Polaca Sarda Eolo
22 /Abril	Brim de Linho	3	1$080	João Nicolao Gomes	Polaca Sarda Eolo
22 /Abril	Suspensorios de Tecido	3 lb	$180	João Nicolao Gomes	Polaca Sarda Eolo
22 /Abril	Cam (cal)	116	27$840	João Nicolao Gomes	Polaca Sarda Eolo
22 /Abril	Esteiras	50	16$000	João Nicolao Gomes	Polaca Sarda Eolo
26/ Abril	Panos da Costa (rebuço)	8	6$000	Manoel Correia da Costa	Patacho Port. Dois Irmãos
26/ Abril	Balaio da Costa	16	2$880	Manoel Correia da Costa	Patacho Port. Dois Irmãos

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

15 / Julho	Panos da Costa (rebuço)	4	3$000	Estevão Augusto Sarrom	Brigue Sardo Mary
15 / Julho	Panos Rebuço Alcar	1	1$800	Estevão Augusto Sarrom	Brigue Sardo Mary
15 / Julho	Pano de Cama	1	3$600	Estevão Augusto Sarrom	Brigue Sardo Mary
15 / Julho	Balaio	2	$360	Estevão Augusto Sarrom	Brigue Sardo Mary
15 / Julho	Palha de Mandim		5$880	Estevão Augusto Sarrom	Brigue Sardo Mary
15 / Julho	Balaio Palha da Costa	186	27$900	G. L. Salvi	Polaca Sarda Itália
15 / Julho	Cam (cal)	28 lb	6$720	G. L. Salvi	Polaca Sarda Itália
15/ Julho	Azeite de palma	22 med.	5$610	G. L. Salvi	Polaca Sarda Itália
15/ Julho	Pipas Vazias (azeite)	21	12$600	G. L. Salvi	Polaca Sarda Itália
21 / Julho	Azeite de palma	542 med.	138$210	Angelo Custodio Ribeiro	Barca Port. Linda Flor (vindo de Ajudá)
21 / Julho	Panos Azuis (rebuço)	343	154$350	Maximo Lourenço Gomes	Patacho Port. Dois Irmãos
21 / Julho	Panos Alcar (rebuço)	11	16$500	Maximo Lourenço Gomes	Patacho Port. Dois Irmãos
21 / Julho	Panos Cama	8	13$200	Maximo Lourenço Gomes	Patacho Port. Dois Irmãos
21 / Julho	Limo	20 lb	1$920	Maximo Lourenço Gomes	Patacho Port. Dois Irmãos
21 / Julho	Cam (cal) mal estado	60 lb	11$520	Joaquim marques	Patacho Port. Dois Irmãos
21 / Julho	Balaio	15	1$440	Joaquim marques	Patacho Port. Dois Irmãos
21 / Julho	Cola Macho (mau estado)	8 lb	5$568	Joaquim marques	Patacho Port. Dois Irmãos
23 / Julho.	Cam (cal)	78 lb	66$720	Miguel A. Penna	Polaca Sarda Velotrice
01 / Julho.	Limo	740lb	71$040	Miguel A. Penna	Polaca Sarda Velotrice
01 / Julho.	Limo	270lb	25$920	Miguel A. Penna	Polaca Sarda Velotrice
20 / Junho	Cuias	1080	32$400	José Azevedo e Almeida	Barca Port. Linda Flor (vindo de Ajudá)
20 / Junho	Cam	18lb	28$320	José Azevedo e Almeida	Barca Port. Linda Flor (vindo de Ajudá)
20 / Junho	Limo	520lb	49$920	José Azevedo e Almeida	Barca Port. Linda Flor (vindo de Ajudá)

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

14 / Novem.	Azeite de palma	1736 med.	442$680	Miguel A. Penna	Escuna Francesa Estrala do Mar
15 / Novem.	Azeite de palma	258 med.	65$790	Manoel José Espinola Bittencourt	Patacho Port. Dois Irmãos
10 / Dezem	Cola Fêmea (mau estado)	74lb	13$320	Matheus Caetano	Polaca Sarda Itália
10 / Dezem	Cola Fêmea (mau estado)	107lb	25$680	Matheus Caetano	Polaca Sarda Itália
10 / Dezem	Baú Velho	2	1$200	Matheus Caetano	Polaca Sarda Itália
12 / Dezem	Azeite de palma	1800 med.	459$000	G. L. Salvi	Polaca Sarda Itália
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
13 / Novem.	Cola Macho	72lb	10$800	Balbino Barbosa Lima	Patacho Port. Dois Irmãos
13 / Novem.	Cola Fêmea (arruinada)	37lb	4$400	Balbino Barbosa Lima	Patacho Port. Dois Irmãos
13 / Novem.	Limo	74lb	7$104	Balbino Barbosa Lima	Patacho Port. Dois Irmãos
13 / Novem.	Panos Azuis (rebuço)	12	6$480	Balbino Barbosa Lima	Patacho Port. Dois Irmãos
13 / Novem.	Balaio da Costa	40	7$200	Balbino Barbosa Lima	Patacho Port. Dois Irmãos
13 / Novem.	Cuias	7	$336	Balbino Barbosa Lima	Patacho Port. Dois Irmãos
18 / Novem.	Azeite de palma	172 med.	43$860	Balbino Barbosa Lima	Patacho Port. Dois Irmãos
05 / Novem.	Cãm	46lb	11$040	Federico Haamwinchel	Patacho Port. Dois Irmãos
05 / Novem.	Cuias	1080	32$400	Josê de Azevedo e Almeida	Barca Port. Linda Flor (vindo de Ajudá)
05 / Novem.	Cãm	18lb	28$320	Josê de Azevedo e Almeida	Barca Port. Linda Flor (vindo de Ajudá)
05 / Novem.	Limo	520lb	49$920	Josê de Azevedo e Almeida	Barca Port. Linda Flor (vindo de Ajudá)
10 / Outub.	Pano da Costa rebuço	4	2$400	Estefano Questom	Brigue Sardo Mary
10 / Outub.	Pano da Costa (cobertos)	2		Estefano Questom	Brigue Sardo Mary
10 / Outub.	Pano da Costa Azul	1	1$500	Estefano Questom	Brigue Sardo Mary
10 / Outub.	Pano da Costa Alacar	1	3$000	Estefano Questom	Brigue Sardo Mary
10 / Outub.	Balaios da Costa	4	$720	Estefano Questom	Brigue Sardo Mary

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

15 / Novem.	Balaio	7	1$260	João Antonio Batista	Patacho Port. Dois Irmãos
15 / Novem.	Panos para rebuço	14	8$400	Josê Higino Carneiro	Patacho Port. Dois Irmãos
15 / Novem.	Limo	90lb	8$640	Josê Higino Carneiro	Patacho Port. Dois Irmãos
15 / Novem.	Pano da Costa Azul rebuço	1100	660$000	Lino José de Almeida	Patacho Port. Dois Irmãos
12 / Novem.	Pano da Costa Azul rebuço	272	146$800	Claudio Tiburcio Moreira	Patacho Port. Dois Irmãos
12 / Novem.	Panos azuis p/ cama	17	25$500	Claudio Tiburcio Moreira	Patacho Port. Dois Irmãos
12 / Novem.	Panos da Costa (cama)	11	19$800	Claudio Tiburcio Moreira	Patacho Port. Dois Irmãos
12 / Novem.	Panos Alacar	42	63$000	Claudio Tiburcio Moreira	Patacho Port. Dois Irmãos
12 / Novem.	Palha de Mandim	48lb	4$032	Claudio Tiburcio Moreira	Patacho Port. Dois Irmãos
12 / Novem.	Balaios da Costa	76	13$680	Claudio Tiburcio Moreira	Patacho Port. Dois Irmãos
12 / Novem.	Sabão da Costa	81lb	3$240	Claudio Tiburcio Moreira	Patacho Port. Dois Irmãos
12 / Novem.	Balaios da Costa	75	13$500	Claudio Tiburcio Moreira	Patacho Port. Dois Irmãos
12 / Novem.	Panos Azuis rebuço	10	5$400	Claudio Tiburcio Moreira	Patacho Port. Dois Irmãos
12 / Novem.	Madapolam	8	6$600	Claudio Tiburcio Moreira	Patacho Port. Dois Irmãos
12 / Novem.	Madapolam	6	4$740	Claudio Tiburcio Moreira	Patacho Port. Dois Irmãos
12 / Novem.	Brim de Algodão	6	12$060	Claudio Tiburcio Moreira	Patacho Port. Dois Irmãos
12 / Novem.	Riscado de Algodão (pano)	7	9$000	Claudio Tiburcio Moreira	Patacho Port. Dois Irmãos
12 / Novem.	Riscado de Algodão p/ colchão	35 varas	2$000	Claudio Tiburcio Moreira	Patacho Port. Dois Irmãos
12 / Novem.	Algodão Liso	8 varas	$350	Claudio Tiburcio Moreira	Patacho Port. Dois Irmãos
12 / Novem.	Pano da Costa Azul (cama)	2	3$600	Claudio Tiburcio Moreira	Patacho Port. Dois Irmãos
12 / Novem.	Pano da Costa (rebuço)	2	1$800	Claudio Tiburcio Moreira	Patacho Port. Dois Irmãos
12 / Novem.	Baú Velho	1	$600	Claudio Tiburcio Moreira	Patacho Port. Dois Irmãos
06 / Novem.	Panos da Costa (rebuço)	38	22$800	Pedro Celestino dos Santos	Patacho Port. Dois Irmãos
06 / Novem.	Panos Alacar	22	33$000	Pedro Celestino dos Santos	Patacho Port. Dois Irmãos
06 / Novem.	Balaios	101	18$180	Pedro Celestino dos Santos	Patacho Port. Dois Irmãos
06 / Novem.	Limo	410lb	39$360	Pedro Celestino dos Santos	Patacho Port. Dois Irmãos
06 / Novem.	Panos Azuis (rebuço)	80	43$200	Pedro Celestino dos Santos	Patacho Port. Dois Irmãos

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

06 / Novem.	Panos Alacar	2	3$000	Pedro Celestino dos Santos	Patacho Port. Dois Irmãos
06 / Novem.	Pano Azul (cama)	1	1$500	Pedro Celestino dos Santos	Patacho Port. Dois Irmãos
06 / Novem.	Fios de Conta da Costa	571	17$130	Pedro Celestino dos Santos	Patacho Port. Dois Irmãos
20 / Outub.	Cola Macho	10.000/150lb	14$400	Manoelino Alvares de Souza	Patacho Port. Dois Irmãos
20 / Outub.	Pegerecum	10lb	$900	Manoelino Alvares de Souza	Patacho Port. Dois Irmãos
20 / Outub.	Balaio	2	$600	Manoelino Alvares de Souza	Patacho Port. Dois Irmãos
20 / Outub.	Cuia	1	$60	Manoelino Alvares de Souza	Patacho Port. Dois Irmãos
20 / Outub.	Cao	10lb	3$000	Manoelino Alvares de Souza	Patacho Port. Dois Irmãos
20 / Outub.	Pano da Costa Azul rebuço	4	2$160	Manoelino Alvares de Souza	Patacho Port. Dois Irmãos
20 / Outub.	Abellco (?)	21lb	$630	Manoelino Alvares de Souza	Patacho Port. Dois Irmãos
20 / Outub.	Baú Velho		$600	Manoelino Alvares de Souza	Patacho Port. Dois Irmãos
17 / Novem.	Panos azuis rebuço	178	96$120	Maximo Lourenço Gomes	Patacho Port. Dois Irmãos
17 / Novem.	Pano Alacar	1	1$500	Maximo Lourenço Gomes	Patacho Port. Dois Irmãos
17 / Novem.	Limo	160lb	15$360	Maximo Lourenço Gomes	Patacho Port. Dois Irmãos
9 / Dez.	Cola Fêmea arruinada	47lb	8$460	Pedro Celestino dos Santos	Polaca Sarda Itália
9 / Dez.	Cola Fêmea arruinada	101lb	24$240	Luis Rocha Dias	Polaca Sarda Itália
9 / Dez.	Balaio da Costa	230	41$400	Luis Rocha Dias	Polaca Sarda Itália
9 / Dez.	Balaio da costa coberto c/ couro	6	1$800	Luis Rocha Dias	Polaca Sarda Itália
9 / Dez.	Cola Fêmea	174lb	32$200	Andre Bom Senhor	Polaca Sarda Itália
9 / Dez.	Cola Fêmea	59lb	17$700	Andre Bom Senhor	Polaca Sarda Itália
9 / Dez.	Pano da Costa Azul rebuço	11	6$600	Andre Bom Senhor	Polaca Sarda Itália
9 / Dez.	Pano Alacar	61	91$500	Andre Bom Senhor	Polaca Sarda Itália
9 / Dez.	Cola Fêmea	130lb	39$000	Andre Bom Senhor	Polaca Sarda Itália
9 / Dez.	Baú usado	1	$600	Andre Bom Senhor	Polaca Sarda Itália
9 / Dez.	Azeite de palma	20 med.	5$100	Emiliano Gran	Polaca Sarda Itália
12 / Dez.	Cuias	70	2$100	Agostinho Pedro Falcão	Polaca Sarda Itália
12 / Dez.	Cola Fêmea (mau estado)	58lb	13$920	Agostinho Pedro Falcão	Polaca Sarda Itália

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

12 / Dez.	Pano Azul Rebuço	1	$540	Agostinho Pedro Falcão	Polaca Sarda Itália
12 / Dez.	Pano mais fino	1	$780	Agostinho Pedro Falcão	Polaca Sarda Itália
12 / Dez.	Pano Azul (cama)	1	2$400	Agostinho Pedro Falcão	Polaca Sarda Itália
12 / Dez.	Pano Alacar	1	1$500	Agostinho Pedro Falcão	Polaca Sarda Itália
1852 / Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
10 / Jan.	Pano Azul Rebuço	4	4$800	G. L. Salvi	Polaca Sarda Itália
10 / Jan.	Pano Azul Rebuço	5	2$400	G. L. Salvi	Polaca Sarda Itália
10 / Jan.	Pano Azul Rebuço	1	$600	G. L. Salvi	Polaca Sarda Itália
02 / Jan.	Cola Fêmea	248 lb	158$720	Antonio Vieira da Silva	Barca Port. Linda Flor (vindo de Ajudá)
15 / Jan.	Pevide da Costa	516lb	15$408	Antonio Pereira da Silva	Polaca Sarda Itália
15 / Jan.	Pimenta	40lb	$920	Antonio Pereira da Silva	Polaca Sarda Itália
15 / Jan.	Pegerecum	49lb	4$110	Antonio Pereira da Silva	Polaca Sarda Itália
15 / Jan.	Cal	154lb	36$960	Antonio Pereira da Silva	Polaca Sarda Itália
15 / Jan.	Balaio	53	1$540	Antonio Pereira da Silva	Polaca Sarda Itália
15 / Jan.	Cuia Grande	9	1$350	Antonio Pereira da Silva	Polaca Sarda Itália
15 / Jan.	Alambique de Cobre	2 @	8$000	Antonio Pereira da Silva	Polaca Sarda Itália
15 / Jan.	Palha de Mandim	52 lb	4$368	Antonio Pereira da Silva	Polaca Sarda Itália
15 / Jan.	Sabão	624lb	24$960	Antonio Pereira da Silva	Polaca Sarda Itália
15 / Jan.	Limo	150lb	15$360	Antonio Pereira da Silva	Polaca Sarda Itália
15 / Jan.	Sabão	2.650lb	106$000	Antonio Pereira da Silva	Polaca Sarda Itália
15 / Jan.	Cola Macho	171lb	25$150	Antonio Pereira da Silva	Polaca Sarda Itália
15 / Jan.	Cola Macho	58lb	8$700	Antonio Pereira da Silva	Polaca Sarda Itália
08 / Jan.	Cola Fêmea	458lb	140$000	Antonio Pereira da Silva	Polaca Sarda Itália
08 / Jan.	Balaio da Costa	11	1$980	Manoel José do Sacramento	Polaca Sarda Izida
08 / Jan.	Pano azul da Costa p/ rebuço	1	$780	Manoel José do Sacramento	Polaca Sarda Izida

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

08 / Jan.	Cola Macho	136lb	20$400	Manoel José do Sacramento	Polaca Sarda Izida
08 / Jan.	Cola Fêmea	24lb	5$760	Manoel José do Sacramento	Polaca Sarda Izida
16 / Ago.	Favas da Costa	48lb	2$880	Manoel José do Sacramento	Polaca Sarda Izida
14 / Ago.	Azeite de palma	512 med.	130$560	Lang e Cia.	Hiate Port. Pensativo
14 / Ago.	Pano Alacar	214	288$900	Joaquim Pereira Marinho e Cia.	Patacho Port. Dois Irmãos
14 / Ago.	Panoa da costa a imitacao de Alacar	206	117$420	Joaquim Pereira Marinho e Cia.	Patacho Port. Dois Irmãos
20 / Jul.	Pano da Costa Azul	5	7$500	Joaquim Pereira Marinho e Cia.	Patacho Port. Dois Irmãos
18 / Ago.	Palha de Mandim	286lb	21$450	Antonio Pereira da Silva	Polaca Sarda Izida
21 / Ago.	Azeite de palma	1548 med.à 255	394$740	Luis Jose de Almeida	Palhabote Port. Pensativo
19 / Ago.	Cola Fêmea	416lb	99$840	José Maria Correia Brandão	Polaca Sarda Velotrice
19 / Ago.	Pano da Costa Azul rebuço	7	3$870	José Maria Correia Brandão	Polaca Sarda Velotrice
19 / Ago.	Pano da Costa Azul (cama)	1	1$800	José Maria Correia Brandão	Polaca Sarda Velotrice
19 / Ago.	Palha	4	$960	José Maria Correia Brandão	Polaca Sarda Velotrice
26 / Ago.	Chamolote de Seda	25 covados	15$000	José Maria Correia Brandão	Polaca Sarda Velotrice
26 / Ago.	Balaios	146	26$280	José Maria Correia Brandão	Polaca Sarda Velotrice
26 / Ago.	Cuias Grandes	100	7$200	José Maria Correia Brandão	Polaca Sarda Velotrice
26 / Ago.	Cuias Pequenas	270	6$480	José Maria Correia Brandão	Polaca Sarda Velotrice
26 / Ago.	Esteira	25	5$000	José Maria Correia Brandão	Polaca Sarda Velotrice
27 / Ago.	Azeite de palma (à 255)	2.224 med.	576$120	Joaquim Pereira Marinho e Cia.	Palhabote Port. Veloz
26 / Jan.	Sabão da Costa	36lb	1$440	Manoel José do Sacramento	Palhabote Sardo Iride

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

07 / Jan.	Cola Fêmea	96lb	28$800	João Alvarenga	Barca Port. Linda
07 / Jan.	Favas da Costa	5lb	$300	João Alvarenga	Barca Port. Linda
13 / Nov.	Azeite de palma (à 255)	1.008 med.	257$040	Joaquim Pereira Marinho e Cia.	Escuna Americana Sholimptom
02 / Nov.	Pano Alacar rebuço	6	12$000	G. L. Salvi	Polaca Sarda Itália
02 / Nov.	Pano Azul rebuço	7	12$600	G. L. Salvi	Polaca Sarda Itália
04 / Nov.	Pano da Costa Azul rebuço	70	39$900	D. Tereza Alvares Moreira	Polaca Sarda Guidith
04 / Nov.	Panos a imitação de Alacar	10	12$000	D. Tereza Alvares Moreira	Polaca Sarda Guidith
04 / Nov.	Pano Azul (cama)	1	1$500	D. Tereza Alvares Moreira	Polaca Sarda Guidith
04 / Nov.	Panos a imitação de Alacar	10	12$000	D. Tereza Alvares Moreira	Polaca Sarda Guidith
04 / Nov.	Pano Azul	2	1$140	D. Tereza Alvares Moreira	Polaca Sarda Guidith
04 / Nov.	Pano Alacar	2	4$800	D. Tereza Alvares Moreira	Polaca Sarda Guidith
15 / Nov.	Pano Alacar rebuço	34	40$800	Angelo Custodio Ribeiro	Barca Port. Linda Flor (vindo de Ajudá)
15 / Nov.	Pano Azul Rebuço	3	1$620	Angelo Custodio Ribeiro	Barca Port. Linda Flor (vindo de Ajudá)
15 / Nov.	Pano de Cama Alacar	1	2$400	Angelo Custodio Ribeiro	Barca Port. Linda Flor (vindo de Ajudá)
15 / Nov.	Balaio	5	$900	Angelo Custodio Ribeiro	Barca Port. Linda Flor (vindo de Ajudá)
15 / Nov.	Baú Vazio	1	$900	Angelo Custodio Ribeiro	Barca Port. Linda Flor (vindo de Ajudá)
18 / Nov.	Panos a imitação de Alacar	39	46$800	João do Prado Carvalho	Barca Port. Linda Flor (vindo de Ajudá)
18 / Nov.	Cola Fêmea	20 lb	3$600	João do Prado Carvalho	Barca Port. Linda Flor (vindo de Ajudá)

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

22 / Nov.	Pele de Guariba	2390	157$740	Joaquim José (danificado)	Barca Port. Linda Flor (vindo de Ajudá)
20 / nov.	Pele de Guariba	500 à 110	33$000	Pedro Celestino dos Santos	Barca Port. Linda Flor (vindo de Ajudá)
17 / nov.	Pano da Costa alacar	500	188$400	Joaquim Pereira Marinho e Cia.	(Danificado)
17 / nov.	Pano da costa Azul ordinario	66	35$640	Joaquim Pereira Marinho e Cia.	(Danificado)
17 / nov.	Panos da Costa Alacar	80	96$000	Joaquim Pereira Marinho e Cia.	(Danificado)
17 / nov.	Panos	9	4$860	Joaquim Pereira Marinho e Cia.	(Danificado)
07 / nov.	Sabão da Costa	487 lb	19$480	Angelo Custodio Ribeiro	Barca Port. Linda flor
07 / nov.	Cuias	1040	24$960	Angelo Custodio Ribeiro	Barca Port. Linda flor
07 / nov.	Panos da Costa azul rebuço	36	18$360	Angelo Custodio Ribeiro	Barca Port. Linda flor
07 / nov.	Pano alacar p/ rebuço	1	1$200	Angelo Custodio Ribeiro	Barca Port. Linda flor
07 / nov.	Panos Alacar ordinario (cama)	9	16$200	Angelo Custodio Ribeiro	Barca Port. Linda flor
07 / nov.	Esteiras de Palha da costa	22	5$280	Angelo Custodio Ribeiro	Barca Port. Linda flor
07 / nov.	Panos da Costa Alacar p/ rebuço	72	86$400	Angelo Custodio Ribeiro	Barca Port. Linda flor
07 / nov.	Panos Azuis P/ rebuço	6	3$240	Angelo Custodio Ribeiro	Barca Port. Linda flor
07 / nov.	Balaios de Palha da Costa	5	$900	Angelo Custodio Ribeiro	Barca Port. Linda flor
14 / Dez.	Azeite de palma	49 med. A 255	12$495	Jose Higino Carneiro	Barca Port. Linda flor
16/ Dez.	Esteiras de Palha da costa	12	2$880	Joaquim Jose Teixeira	Barca Port. Linda flor
23/Dez.	Cola estragada	226 lb	43$392	Manoel da Costa Silveira	Palhabote Port. Aguia

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

27/Dez	Cola Fêmea estragada	29 lb	5$568	Maximo Lourenço Gomes	Palhabote Port. Aguia
21 / Dez.	Azeite de palma	5.721 med. A 255	1:458$855	G. L. Salvi	Polaca Sarda Itália
21 / Dez.	Azeite de palma	13 med. A 255	3$315	G. L. Salvi	Polaca Sarda Itália
22 / Dez.	Panos Alacar p/ rebuço	23	23$600	Pedro Celestino dos Santos	Palhabote Port. Aguia
22 / Dez.	Pano de Cama	1	2$100	Pedro Celestino dos Santos	Palhabote Port. Aguia
22 / Dez.	Panos azul p/ rebuço	40	21$600	Pedro Celestino dos Santos	Palhabote Port. Aguia
22 / Dez.	Pano p/ cama	1	1$500	Pedro Celestino dos Santos	Palhabote Port. Aguia
22 / Dez.	Cola Fêmea estragada	30 lb	7$296	Pedro Celestino dos Santos	Palhabote Port. Aguia
22 / Dez.	Semente Pegerecum mofada	40 lb	2$880	Pedro Celestino dos Santos	Palhabote Port. Aguia
22 / Dez.	Pevide da Costa	127 lb	3$720	Pedro Celestino dos Santos	Palhabote Port. Aguia
22 / Dez.	Panos azuis rebuço c/ mofo	6	2$520	Pedro Celestino dos Santos	Palhabote Port. Aguia
22 / Dez.	Balaio de Palha da Costa	9	1$620	Pedro Celestino dos Santos	Palhabote Port. Aguia
28 / Dez.	Cuias	1.369	41$070	Manoel Durans Lopes Vianna	Palhabote Port. Aguia
29 / Dez.	Cola Fêmea	123 lb	36$800	Antonio Pereira Lisboa	Patacho Sardo Izide
29 / Dez.	Frascos de Genebra	56 med a 400	22$400	Antonio Pereira Lisboa	Patacho Sardo Izide
30 / Dez.	Panos de imitacao Alacar (cama)	3	9$000	Antonio Pereira Lisboa	Patacho Sardo Izide
30 / Dez.	Pano Alacar	1	15$000	Antonio Pereira Lisboa	Patacho Sardo Izide
30 / Dez.	Balaio	4	1$920	Antonio Pereira Lisboa	Patacho Sardo Izide
1853 / 1 - Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
7 / Marc.	Peles de Guariba	100	4$800	Cap. Emamelle Peaggio	Polaca Sarda Velotriz

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

7 / Marc.	Buzios	118 lb	$420	Cap. Emamelle Peaggio	Polaca Sarda Velotriz
30 / Jul.	Cola Fêmea	55 lb	19$800	Marcelino Francisco	Brigue Frans. Gabriel Charles
01 / Ago.	Cola Fêmea	704 lb	253$440	Jose Vicente	Brigue Frans. Gabriel Charles
01 / Ago.	Baú Velho	3	1$800	Jose Vicente	Brigue Frans. Gabriel Charles
01 / Ago.	Cola Fêmea	150 lb	54$000	Jose Vicente	Brigue Frans. Gabriel Charles
01 / Ago.	Baú Vazio	1	$900	Jose Vicente	Brigue Frans. Gabriel Charles
26 / Jul.	Panos da Costa p/ rebuço	31	16$740	Joaquim Marques Nogueira	Polaca Sarda Iride
26 / Jul.	Pano Alacar	1	$900	Joaquim Marques Nogueira	Polaca Sarda Iride
26 / Jul.	Chinelos Dourados	25	10$000	Joaquim Marques Nogueira	Polaca Sarda Iride
26 / Jul.	Baú usado	1	$600	Joaquim Marques Nogueira	Polaca Sarda Iride
30 / Jun.	Panos para rebuço	38	20$520	Jose Loureco Gomes	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Pimenta da Costa	20 lb	1$800	Jose Loureco Gomes	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Begerecum	7 lb	1$680	Jose Loureco Gomes	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Cola Fêmea	90 lb	40$500	Castro Junior	Palhabote Port. Veloz
27 / Jun.	Pano da Costa	53	28$620	Sergio Pereira da Silva	Palhabote Port. Veloz
27 / Jun.	Pano imitacao Alacar rebuço	2	2$400	Sergio Pereira da Silva	Palhabote Port. Veloz
27 / Jun.	Fios de Conta da Costa	20	$360	Sergio Pereira da Silva	Palhabote Port. Veloz
27 / Jun.	Coaris azuis	67	$804	Sergio Pereira da Silva	Palhabote Port. Veloz
27 / Jun.	Pano imitacao Alacar (cama)	1	3$000	Sergio Pereira da Silva	Palhabote Port. Veloz
27 / Jun.	Balais da Costa	28	5$040	Sergio Pereira da Silva	Palhabote Port. Veloz
27 / Jun.	Baú	1	$900	Sergio Pereira da Silva	Palhabote Port. Veloz
27 / Jun.	Cola Fêmea	128 lb	38$400	Arcelino Martins Jambo	Palhabote Port. Veloz
27 / Jun.	Cola Fêmea	237 lb	106$650	Arcelino Martins Jambo	Palhabote Port. Veloz
27 / Jun.	Cola Fêmea	128 lb	57$600	Arcelino Martins Jambo	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Panos de Palha	8	2$400	Antonio Cardozo Cazado Geraldes	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Panos azuis finos p/ rebuço	30	27$000	Antonio Cardozo Cazado Geraldes	Palhabote Port. Veloz

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

28 / Jun.	Panos Azuis P/ rebuço	53	28$620	Antonio Cardozo Cazado Geraldes	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Pano imitacao Alacar p/ rebuço	19	25$650	Antonio Cardozo Cazado Geraldes	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Pano imitacao Alacar (cama)	6	18$000	Antonio Cardozo Cazado Geraldes	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Esteira da Costa	15	6$000	Antonio Cardozo Cazado Geraldes	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Panos azuis rebuço ordinario	43	23$220	Antonio Cardozo Cazado Geraldes	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Balaio	14	1$520	Antonio Cardozo Cazado Geraldes	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Pano imitacao Alacar (cama)	1	3$600	Antonio Cardozo Cazado Geraldes	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Balaio	6	1$080	Antonio Cardozo Cazado Geraldes	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Mantas de onca	3	3$600	Antonio Cardozo Cazado Geraldes	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Charrutos	450 a 15	6$750	Antonio Cardozo Cazado Geraldes	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Baú	2	1$200	Antonio Cardozo Cazado Geraldes	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Panos Azuis P/ rebuço	40	24$000	Castro Junior	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Panos Azuis P/ rebuço	35	21$000	Castro Junior	Palhabote Port. Veloz

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

28 / Jun.	Panos azuis imitacao Alacar	15	20$250	Castro Junior	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Panos Azuis	10	6$000	Castro Junior	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Cola Macho arruinada	48 lb	2$880	Jose Lino Carneiro	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Panos Azuis P/ rebuço	119	71$400	Sergio Pereira da Silva	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Panos Alacar Rebuço	30	40$500	Sergio Pereira da Silva	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Panos imitacao alcar (cama)	7	16$800	Sergio Pereira da Silva	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Panos Azuis P/ rebuço	130	70$200	Sergio Pereira da Silva	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Pevide da Costa	112 lb	3$360	Sergio Pereira da Silva	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Balaio da Costa	36	6$480	Sergio Pereira da Silva	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Fios de Conta da Costa	35	$630	Sergio Pereira da Silva	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Pegerecum	60 lb	4$608	Sergio Pereira da Silva	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Pimenta da Costa	6 lb	$432	Sergio Pereira da Silva	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Pegerecum	50 lb	3$600	Sergio Pereira da Silva	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Pimenta da Costa	9 lb	$648	Sergio Pereira da Silva	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Cám	72 lb	17$280	Sergio Pereira da Silva	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Esteia de Palha da Costa	4	$960	Sergio Pereira da Silva	Palhabote Port. Veloz
28 / Jun.	Baú	1	$600	Sergio Pereira da Silva	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Panos Azuis P/ rebuço	20	10$800	Leão de Seixas	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Esteira da Costa	1	$240	Leão de Seixas	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Baú Velho	1	$600	Leão de Seixas	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Sabão da Costa	144 lb a 40	5$760	Leão de Seixas	Palhabote Port. Veloz
27 / Jun.	Panos imitacao alacar rebuço	30	40$500	Joaquim Jose Gomes	Palhabote Port. Veloz
05 / Jul.	Azeite de palma	188 med. A 255	47$940	D. Thereza Amado	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Peles de Guariba	3.185	210$210	Miguel da Silva Pereira	Palhabote Port. Veloz
05 / Jul.	Azeite de palma	522 med. A 255	133$110	G. L. Salvi	Palhabote Port. Veloz

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

30 / Jun.	Sabão	322 lb a 40	11$600	João de Almeida	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Limo	6.608 lb	43$344	João de Almeida	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Limo	141 lb	10$008	João de Almeida	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Pimenta da Costa	31 lb	2$232	João de Almeida	Palhabote Port. Veloz
06 / Jul.	Panos imitacao Alacar rebuço	18	21$600	João de Prado Carvalho	Palhabote Port. Veloz
06 / Jul.	Panos Azuis P/ rebuço	50	27$000	João de Prado Carvalho	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Panos Azuis P/ rebuço	79	42$660	João de Prado Carvalho	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Panos imitacao Alacar rebuço	3	4$050	João de Prado Carvalho	Palhabote Port. Veloz
07 / Jul.	Panos da Costa imitacao Alacar	24	32$400	Jose Lino Carneiro	Palhabote Port. Veloz
07 / Jul.	Panos Azuis P/ rebuço	21	11$340	Jose Lino Carneiro	Palhabote Port. Veloz
07 / Jul.	Esteira de Palha da Costa	17	4$080	Jose Lino Carneiro	Palhabote Port. Veloz
07 / Jul.	Balaio	21	3$780	Jose Lino Carneiro	Palhabote Port. Veloz
07 / Jul.	Linha de Algodão	9 lb	3$240	Jose Lino Carneiro	Palhabote Port. Veloz
07 / Jul.	Limo da Costa	44 lb	3$168	Jose Lino Carneiro	Palhabote Port. Veloz
07 / Jul.	Pimenta da Costa	15 lb	1$080	Jose Lino Carneiro	Palhabote Port. Veloz
07 / Jul.	Baú Vazio	1	$600	Jose Lino Carneiro	Palhabote Port. Veloz
05 / Jul.	Panos Azuis P/ rebuço	96	51$840	Thomáz de Souza Magalhães	Palhabote Port. Veloz
05 / Jul.	Panos da Costa imitacao Alacar	5	6$000	Thomáz de Souza Magalhães	Palhabote Port. Veloz
05 / Jul.	Baú	1	$900	Thomáz de Souza Magalhães	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Limo	619 lb	44$550	Arcelino Martins Jambo	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Balaio	127	22$860	Arcelino Martins Jambo	Palhabote Port. Veloz

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

30 / Jun.	Esteira	48	11$520	Arcelino Martins Jambo	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Café	3 @	4$500	Arcelino Martins Jambo	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Cuias	65	2$340	Arcelino Martins Jambo	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Peles de Guariba	73	3$498	Arcelino Martins Jambo	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Panos de Palha de Mandim	50	15$000	Arcelino Martins Jambo	Palhabote Port. Veloz
08 / Jul.	Balaio da Costa	10	1$800	Joaquim Albino Lopes	Palhabote Port. Veloz
05 / Jul.	Panos Azuis P/ rebuço	11	5$940	G. L. Salvi	Polaca Sarda Itália
	Panos da Costa imitacao Alacar	87	104$400	G. L. Salvi	Polaca Sarda Itália
07 / Jul.	Azeite de palma	612 med. 255	156$060	Jose Loureco Gomes	Palhabote Port. Veloz
	Panos Azuis P/ rebuço	65	35$100	Jose Lino Carneiro	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Panos Azuis P/ rebuço	112	60$480	Jose de Azevedo e Almeida	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Panos azuis imitacao Alacar	13	17$550	Jose de Azevedo e Almeida	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Pano Azul (cama)	1	3$000	Jose de Azevedo e Almeida	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Fios de Conta da Costa	330	5$940	Jose de Azevedo e Almeida	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Panos Azuis P/ rebuço	103	71$820	Jose de Azevedo e Almeida	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Pimenta da Costa	29 lb	2$088	Jose de Azevedo e Almeida	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Pegerecum	30 lb	2$808	Jose de Azevedo e Almeida	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Pegerecum	98 lb	7$056	Jose de Azevedo e Almeida	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Esteira de Palha da Costa	38	9$120	Jose de Azevedo e Almeida	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Pevide da Costa	160 lb	4$800	Jose de Azevedo e Almeida	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Panos Azuis P/ rebuço	4	2$160	Jose de Azevedo e Almeida	Palhabote Port. Veloz
30 / Jun.	Baú Vazio	2	1$800	Jose de Azevedo e Almeida	Palhabote Port. Veloz
2 / Jul.	Panos Azuis p/ rebuço	1000	500$070	Lino José de Almeida	Palhabote Port. Veloz
11 / Jul.	Panos Azuis p/ rebuço	78	42$120	Pedro Celestino dos Santos	Palhabote Port. Veloz
11 / Jul.	Panos imitacao alacar rebuço	20	24$000	Pedro Celestino dos Santos	Palhabote Port. Aguia

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

11 / Jul.	Panos Azuis p/ cama	12	18$000	Pedro Celestino dos Santos	Palhabote Port. Aguia
11 / Jul.	Panos Azuil p/ rebuço	1	$540	Pedro Celestino dos Santos	Palhabote Port. Aguia
11 / Jul.	Esteiras de Palha da costa	6	45$927	Pedro Celestino dos Santos	Palhabote Port. Aguia
12 / Jul.	Panos Azuis p/ rebuço	142	85$200	João Chrisostomo de Mello	Palhabote Port. Veloz (Ilha do Principe)
12 / Jul.	Panos Azuis p/ cama	2	3$000	João Chrisostomo de Mello	Palhabote Port. Veloz (Ilha do Principe)
12 / Jul.	Panos imitacao alacar rebuço	27	40$500	João Chrisostomo de Mello	Palhabote Port. Veloz (Ilha do Principe)
12 / Jul.	Cola Fêmea	50 lb	22$500	João Chrisostomo de Mello	Palhabote Port. Veloz (Ilha do Principe)
12 / Jul.	Balaio	8	1000$440	João Chrisostomo de Mello	Palhabote Port. Veloz (Ilha do Principe)
12 / Jul.	Baú Vazio	2	1$800	João Chrisostomo de Mello	Palhabote Port. Veloz (Ilha do Principe)
13 / Jul.	Panos Azuis P/ rebuço	99	53$460	Arcelino Martins Jambo	Palhabote Port. Veloz (Ilha do Principe)
13 / Jul.	Panos imitacao alacar rebuço	13	19$500	Arcelino Martins Jambo	Palhabote Port. Veloz (Ilha do Principe)
13 / Jul.	Panos imitacao alacar (cama)	21	75$600	Arcelino Martins Jambo	Palhabote Port. Veloz (Ilha do Principe)
13 / Jul.	Traveseiros de couro	6	1$800	Arcelino Martins Jambo	Palhabote Port. Veloz (Ilha do Principe)

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

13 / Jul.	Peles de Guariba	6	$216	Arcelino Martins Jambo	Palhabote Port. Veloz (Ilha do Principe)
13 / Jul.	Baú	1	$900	Arcelino Martins Jambo	Palhabote Port. Veloz (Ilha do Principe)
17 / Dez.	Cola Fêmea	59 lb	14$160	Ignacio Alves de Araújo	Patacho Port. Dois Irmãos
17 / Dez.	Baú Vazio	1	$600	Ignacio Alves de Araújo	Patacho Port. Dois Irmãos
16 / Dez.	Esteiras de Palha da Costa	19	4$560	Domingos da Costa Lage	Patacho Port. Dois Irmãos
16 / Dez.	Balaios de Palha da Costa	37	6$660	Domingos da Costa Lage	Patacho Port. Dois Irmãos
16 / Dez.	Balaios melhores	26	7$800	Domingos da Costa Lage	Patacho Port. Dois Irmãos
16 / Dez.	Pegerecum	19	1$368	Domingos da Costa Lage	Patacho Port. Dois Irmãos
16 / Dez.	Panos Azuis P/ rebuço	30	18$000	Domingos da Costa Lage	Patacho Port. Dois Irmãos
16 / Dez.	Panos imitacao alacar p/ rebuço	1	7$500	Domingos da Costa Lage	Patacho Port. Dois Irmãos
16 / Dez.	Cuias Pequenas	6 à 600	$180	Domingos da Costa Lage	Patacho Port. Dois Irmãos
16 / Dez.	Sabão da Costa	84 à 40	2$760	Domingos da Costa Lage	Patacho Port. Dois Irmãos
16 / Dez.	Lelecem	12 lb	$864	Domingos da Costa Lage	Patacho Port. Dois Irmãos
16 / Dez.	Balaios	16	2$880	Domingos da Costa Lage	Patacho Port. Dois Irmãos
16 / Dez.	Palha de Mandim	16	57$176	Domingos da Costa Lage	Patacho Port. Dois Irmãos
20 / Dez.	Cola Fêmea	75 lb	22$500	Fillipe S. Thiago	Patacho Port. Dois Irmãos
21 / Dez.	Balaios	337	50$550	Manoel Durans Lopes Vianna	Palhabote Port. Aguia
21 / Dez.	Pimenta da Costa	36 lb	53$142	Manoel Durans Lopes Vianna	Palhabote Port. Aguia
22 / Dez.	Cola Fêmea	23 lb	6$900	Pedro Francisco dos Santos	Patacho Port. Dois Irmãos
21 / Dez.	Cuias	3,600	108$000	Manoel Durans Lopes Vianna	Palhabote Port. Aguia

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

21 / Dez.	Panos a imitação de Alacar Ord.	90	97$200	Manoel Durans Lopes Vianna	Palhabote Port. Aguia
21 / Dez.	Panos ordinários azuis p/ rebuço	103	43$260	Manoel Durans Lopes Vianna	Palhabote Port. Aguia
21 / Dez.	Panos Azuis p/ cama Ord.	2	2$400	Manoel Durans Lopes Vianna	Palhabote Port. Aguia
21 / Dez.	Baús Velhos	3	1$800	Manoel Durans Lopes Vianna	Palhabote Port. Aguia
21 / Dez.	Peles de Guariba	2,168	382$740	Manoel Durans Lopes Vianna	Palhabote Port. Aguia
19 / Dez.	Panos imitacao alacar p/ rebuço	27	32$400	Zeferino Ferreira Alves	Hiate Port. Águia
19 / Dez.	Panos azuis a imitação Alacar	12	7$200	Zeferino Ferreira Alves	Hiate Port. Águia
19 / Dez.	Pimenta da Costa	34 lb	2$448	Zeferino Ferreira Alves	Hiate Port. Águia
19 / Dez.	Peles de Guariba	50	45$048	Zeferino Ferreira Alves	Hiate Port. Águia
1854 / 1- Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
02 / Jan.	Panos a imitação de Alacar p/ rebuço	8	9$600	Francisco Alves de Araújo	Patacho Port. Dois Irmãos
02 / Jan.	Panos Azuis P/ rebuço	20	20$400	Francisco Alves de Araújo	Patacho Port. Dois Irmãos
17 / Fev.	Pano da Costa de alacar p/ rebuço	1	6$800	João Coelho Oliveira	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

17 / Fev.	Panos Azuis P/ rebuço	39	21$060	Pedro Celestino dos Santos	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Panos a imitação de Alacar p/ rebuço	19	22$800	Pedro Celestino dos Santos	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Colas Fêmeas (arruinadas)	540 lb	12$960	Pedro Celestino dos Santos	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Baús Velhos	2	58$020	Pedro Celestino dos Santos	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Panos Azuis P/ rebuço	49	35$280	Maximo Lourenço Gomes	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Panos azuis imitação Alacar	19	20$520	Maximo Lourenço Gomes	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Panos imitação alacar (cama)	15	27$000	Maximo Lourenço Gomes	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Peles de onça secas em mau estado	3	$900	Maximo Lourenço Gomes	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Colas Fêmeas	97 lb	26$190	Maximo Lourenço Gomes	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Baú Vazio	1	110$490	Maximo Lourenço Gomes	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Panos Azuis P/ rebuço	28	16$800	Benedicto de Jesus	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

17 / Fev.	Bolsas de palha da Costa	88	1$056	Benedicto de Jesus	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Pevide com casca	315	4$725	Benedicto de Jesus	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Cuias	35	1$050	Benedicto de Jesus	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Sabão da Costa	220 lb à 40	8$800	Benedicto de Jesus	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Cám	73 lb	17$520	Benedicto de Jesus	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Lelecúm	11 lb	$792	Benedicto de Jesus	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Pimenta da Costa	10 lb	$720	Benedicto de Jesus	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Panos a imitação de Alacar p/ rebuço	6	3$600	Benedicto de Jesus	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Sementes de Cola Macho	45 lb	60$463	Benedicto de Jesus	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Balaios de Palha da Costa	15	2$700	José Caetano Gomes	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Almofadas de Couro	3	4$500	José Caetano Gomes	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Panos da costa azuis p/ rebuço	75	42$750	Julio da Costa Chastimel	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

18 / Fev.	Cuias sortidas	2755	82$050	Manoel Francisco dos Anjos	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
18 / Fev.	Panos azuis p/ rebuço	6	3$600	Manoel Francisco dos Anjos	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
18 / Fev.	Panos azuis imitação alacar (cama)	2	4$200	Manoel Francisco dos Anjos	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
18 / Fev.	Pevide da Costa com casca	300 lb	4$500	Manoel Francisco dos Anjos	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
18 / Fev.	Cola Fêmea arruinadas	104 lb	15$600	Manoel Francisco dos Anjos	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
18 / Fev.	Pevide da Costa com casca	244 lb	3$660	Manoel Francisco dos Anjos	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
18 / Fev.	Pimenta da Costa	22 lb	1$504	Manoel Francisco dos Anjos	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
18 / Fev.	Pipa Vazia	1	116$634	Manoel Francisco dos Anjos	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Cola Fêmea	3000	15$120	Joaquim Alves da Silva	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Cola Fêmea	110 lb	29$700	Sérgio Pereira da Silva	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Cuias da Costa sortidas	2792	83$760	José Vicente Oliveira	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Pevide da Costa com casca	368 lb	5$520	José Vicente Oliveira	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

17 / Fev.	Balaios de Palha da Costa	312	39$600	José Vicente Oliveira	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Pevide da Costa com casca	188 lb	2$820	José Vicente Oliveira	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Palha de Mandim	230 lb	19$320	José Vicente Oliveira	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Pevide da Costa com casca	230 lb	6$480	José Vicente Oliveira	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Pipas Vazias	2	160$380	José Vicente Oliveira	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Pegerecum	191 lb	13$752	Antonio Pereira da Silva Paranhos	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Pevide da Costa com casca	256 lb	3$840	Antonio Pereira da Silva Paranhos	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Balaios Grandes	5	6$000	Antonio Pereira da Silva Paranhos	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Cuias pequenas bordadas	5	$150	Antonio Pereira da Silva Paranhos	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Panos azuis p/ rebuço	17	9$180	Antonio Pereira da Silva Paranhos	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Pano azul imitação alacar	1	1$200	Antonio Pereira da Silva Paranhos	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Balaios de Palha comuns	71	2$780	Antonio Pereira da Silva Paranhos	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

17 / Fev.	Cola Fêmea	116 lb	31$320	Antonio Pereira da Silva Paranhos	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Cuias Lisas sortidas	826	24$780	Antonio Pereira da Silva Paranhos	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Baús Vazios	2	1$200	Antonio Pereira da Silva Paranhos	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Colas Fêmeas	82 lb	22$140	José Vicente Oliveira	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Colas Macho	30 lb	3$600	José Vicente Oliveira	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Pimentas da Costa	16 lb	1$152	José Vicente Oliveira	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Colas Fêmeas	142 lb	38$340	Benedicto de Jesus	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Baú Velho	1	$600	Benedicto de Jesus	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Cuias	85	2$550	Pantaleão Lopes Villas Boas	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Colas Fêmeas arruinadas	67 lb	18$090	Pantaleão Lopes Villas Boas	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Chapéus de palha da Costa	4	$600	Pantaleão Lopes Villas Boas	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Colas Fêmeas	5 e 1/2 lb	1$485	Pantaleão Lopes Villas Boas	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)

Continuação...

17 / Fev.	Pegerecum	13 lb	$936	Pantaleão Lopes Villas Boas	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Balaios da Costa	12	2$160	Pantaleão Lopes Villas Boas	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Balaios da Costa	9	1$620	Pantaleão Lopes Villas Boas	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Pimenta	3 lb	$216	Pantaleão Lopes Villas Boas	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Cuias da Costa	14	$420	Pantaleão Lopes Villas Boas	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Pevide da Costa com casca	244 lb	3$660	Pantaleão Lopes Villas Boas	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Colas Fêmeas arruinadas	29 lb	6$090	Pantaleão Lopes Villas Boas	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Colas Macho	30 lb	3$600	Pantaleão Lopes Villas Boas	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Colas Fêmeas arruinadas	28 lb	7$560	Pantaleão Lopes Villas Boas	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Cuias da Costa	13	$390	Pantaleão Lopes Villas Boas	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Panos de palha da Costa	6	1$260	Pantaleão Lopes Villas Boas	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Panos azuis p/ rebuço	29	19$140	Pantaleão Lopes Villas Boas	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)

Continuação...

17 / Fev.	Panos a imitação de alacar p/ rebuço	25	30$000	Pantaleão Lopes Villas Boas	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Pegerecum	7 lb	$504	Pantaleão Lopes Villas Boas	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Cuias da Costa	10	$300	Pantaleão Lopes Villas Boas	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Baú Velho	1	$600	Pantaleão Lopes Villas Boas	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Balaios da Costa	50	9$000	Pantaleão Lopes Villas Boas	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
21 / Fev.	Pevide	384 lb	5$760	João de Almeida	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
21 / Fev.	Favas da Costa	38 lb	$912	João de Almeida	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
21 / Fev.	Pevide sem casca	56 lb	1$344	João de Almeida	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
21 / Fev.	Pevide com casca	50 lb	$750	João de Almeida	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
21 / Fev.	Favas da Costa	174 lb	4$176	João de Almeida	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
21 / Fev.	Pevide com casca	140 lb	3$360	João de Almeida	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
21 / Fev.	Pevide com casca	170 lb	2$550	João de Almeida	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

17 / Fev.	Balaios pequenos de palha	94	5$640	Joaquim José Gonçalves	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Cuias pequenas lisas	120	2$880	Joaquim José Gonçalves	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
17 / Fev.	Cocos da Costa	80	$960	Joaquim José Gonçalves	Hiate Port. Emilia (vindo de Ajudá)
1854 / 2 - Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
28 / Mar.	Azeite de palma	3160 med. À 255	805$800	Domingos Gomes Bello	Patacho Port. Dois Irmãos
31 / Mar.	Mandim	777 lb	64$008	João Francisco Nunes	Palhabote Veloz
10 / Abr.	Fósforos de cera	15 grossas	4$500	Julio da Costa Chastimel	Palhabote Veloz
10 / Abr.	Pimentas da Costa	252 lb	12$096	Luiz José de Almeida	Palhabote Veloz
10 / Abr.	Panos a imitação de alacar p/ rebuço	4	4$800	Luiz José de Almeida	Palhabote Veloz
10 / Abr.	Panos azuis p/ rebuço	6	3$600	Luiz José de Almeida	Palhabote Veloz
10 / Abr.	Colas Macho	240 lb	36$000	Luiz José de Almeida	Palhabote Veloz
10 / Abr.	Panos azuis p/ rebuço	10	61$400	Luiz José de Almeida	Palhabote Veloz
11 / Abr.	Pevide com casca da Costa	306 lb	4$590	José Vicente D. Oliveira	Palhabote Port. Veloz
11 / Abr.	Balaios de palha da Costa sortidos	127	19$050	José Vicente D. Oliveira	Palhabote Port. Veloz
11 / Abr.	Panos azuis p/ rebuço	153	78$030	Joaquim Alves da Silva	Palhabote Port. Veloz
11 / Abr.	Panos a imitação de alacar p/ rebuço	7	7$560	Joaquim Alves da Silva	Palhabote Port. Veloz
14 / Jul.	Balaios da Costa	19	3$420	José Thomé Figueiredo	Brigue Escuna Sardo Izide
14 / Jul.	Cuias da Costa	4	$120	José Thomé Figueiredo	Brigue Escuna Sardo Izide

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

12 / Jul.	Azeite de palma	130 med. À 255	7$650	Maria Baeta	Brigue Escuna Sardo Izide
12 / Jul.	Azeite de palma	38 med. À 255	9$690	Nicolao Baita	Brigue Escuna Sardo Izide
18 / Jul.	Panos azuis p/ rebuço	54	29$160	Maria Baeta	Brigue Escuna Sardo Izide
18 / Jul.	Panos a imitação de alacar p/ rebuço	1	1$200	Maria Baeta	Brigue Escuna Sardo Izide
18 / Jul.	Panos da Costa azuis p/ rebuço Ord.	98	52$920	José Thomé Figueiredo	Brigue Escuna Sardo Izide
18 / Jul.	Panos a imitação de alacar p/ rebuço	10	12$000	José Thomé Figueiredo	Brigue Escuna Sardo Izide
18 / Jul.	Azeite de palma	80 med. À 255	20$400	Jacomé Ansabaldo	Cap. do Patacho Sardo Izide
18 / Jul.	Charutos	2200 à 15	33$000	Nicolao Baeta	Patacho Sardo Izide
18 / Jul.	Panos a imitação de alacar p/ rebuço	1	3$600	Nicolao Baeta	Patacho Sardo Izide
18 / Jul.	Panos a imitação de alacar p/ rebuço	19	22$800	Nicolao Baeta	Patacho Sardo Izide
18 / Jul.	Panos da Costa azuis p/ rebuço	2	1$200	Nicolao Baeta	Patacho Sardo Izide
18 / Jul.	Capas p/ cartas	82 e 1/2 centos	9$900	Nicolao Baeta	Patacho Sardo Izide
18 / Jul.	Resmas de Papel	1 e 1/2	1$200	Nicolao Baeta	Patacho Sardo Izide
18 / Jul.	Patitas de pao	6,000	$180	Nicolao Baeta	Patacho Sardo Izide
18 / Jul.	Baús Velhos	2	$600	Nicolao Baeta	Patacho Sardo Izide

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

1857 / 1- Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
3 / Mar.	Ouro em pó	862 taras		Manoel Durans Lopes Vianna	Hiate Port. Águia
3 / Mar.	Moedas de Ouro	34 onças		Manoel Durans Lopes Vianna	Hiate Port. Águia
3 / Mar.	Moedas de Ouro Inglesas	30 lb esterl. de 8.500		Manoel Durans Lopes Vianna	Hiate Port. Águia
3 / Mar.	Moeda de Ouro Portuguesa	5 de 16$000		Manoel Durans Lopes Vianna	Hiate Port. Águia
3 / Mar.	Moeda de Prata	1075 pesos		Manoel Durans Lopes Vianna	Hiate Port. Águia
3 / Mar.	Moeda de Prata	384 pesos		E. J. Brochado	Hiate Port. Águia
3 / Mar.	Moedas de Ouro	69 pesos		E. J. Brochado	Hiate Port. Águia
4 / Ago.	Panos da Costa	92	148$500	Pantaleão Lopes Villas Boas	Barca Port. Esperanca (vinda de Ajudá)
4 / Ago.	Panos da Costa com avaria	22	23$250	Pantaleão Lopes Villas Boas	Barca Port. Esperanca (vinda de Ajudá)
4 / Ago.	Baú de couro c/ cabulo	1	2$400	Pantaleão Lopes Villas Boas	Barca Port. Esperanca (vinda de Ajudá)
12 / Ago.	Azeite de palma	223 med. À 240	53$520	Angelo Custódio Ribeiro	Barca Port. Esperanca (vinda de Ajudá)
1857 / 2 - Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

13 / Ago.	Cola da Costa	611 lb à 120	73$320	José Mendes da Silva	Barca Port. Esperanca (vinda de Ajudá)
13 / Ago.	Baús forrado de couro com cabelo	2	4$800	José Mendes da Silva	Barca Port. Esperanca (vinda de Ajudá)
7 / Out.	Palha de Mandim	35 @ à 400	14$000	João do Prado Carvalho	Brigue Port. Providência
7 / Out.	Panos da Costa	164	2577$500	João do Prado Carvalho	Brigue Port. Providência
7 / Out.	"Collas Fructas"	445 lb à 120	53$400	João do Prado Carvalho	Brigue Port. Providência
7 / Out.	Panos da Costa	2	2$250	João do Prado Carvalho	Brigue Port. Providência
7 / Out.	Baú de couro bruto	1	1$800	João do Prado Carvalho	Brigue Port. Providência
05 / Out.	Esteiras de Angola finas	180	5$100	Antonio Vieira da Silva	Brigue Port. Providência
05 / Out.	Frutos alimentares	665 lb à 1200	79$800	Antonio Vieira da Silva	Brigue Port. Providência
05 / Out.	Cuias da Costa	10 lb à 300	3$000	Antonio Vieira da Silva	Brigue Port. Providência
05 / Out.	Collas frutos alimentícios	150 lb à 120	18$000	Antonio Vieira da Silva	Brigue Port. Providência
05 / Out.	Baú de madeira forrado	1	1$800	Antonio Vieira da Silva	Brigue Port. Providência
30 / Set.	Collas e frutos	260 lb à 120	27$600	João Almeida	Brigue Port. Providência
30 / Set.	Baú de couro c/ cabelo	1	2$400	João Almeida	Brigue Port. Providência
1857 / 3 - Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
6 / Out.	Cola da Costa e cola frutas	432 lb à 120	51$840	José Mendes da Silva e Cia.	Brigue Port. Providência
6 / Out.	Cola frutas	450 lb à 120	54$000	José Mendes da Silva e Cia.	Brigue Port. Providência
6 / Out.	Colas	210 lb à 120	25$200	José Mendes da Silva e Cia.	Brigue Port. Providência
6 / Out.	Baús forrados de couro c/ pelos	2	3$600	José Mendes da Silva e Cia.	Brigue Port. Providência
6 / Out.	Baú forrado de couro c/ pelos	1	2$400	José Mendes da Silva e Cia.	Brigue Port. Providência

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

6 / Out.	Barril	1	$300	José Mendes da Silva e Cia.	Brigue Port. Providência
13 / Out.	Palha da Costa	125 lb à 1200	150$000	José Mendes da Silva	Brigue Port. Providência (vindo de Ajudá)
7 / Out.	Collas Frutas	329 lb à 120	38$400	Estevão José Brochado	Brigue Port. Providência (vindo de Ajudá)
13 / Out.	Frutos alimentares	375 lb à 120	45$000	Pantaleão Lopes Villas Boas	Brigue Port. Providência (vindo de Ajudá)
13 / Out.	Colla Fruta	159 lb à 120	18$900	Pantaleão Lopes Villas Boas	Brigue Port. Providência (vindo de Ajudá)
13 / Out.	Pimenta da Costa	122 lb à 120	14$640	Pantaleão Lopes Villas Boas	Brigue Port. Providência (vindo de Ajudá)
13 / Out.	Pipa Vazia	1	1$500	Pantaleão Lopes Villas Boas	Brigue Port. Providência (vindo de Ajudá)
09 / Out.	Pegerecum	3/4 da @ à 900	1$575	Antonio José Garcia	Brigue Port. Providência (vindo de Ajudá)
09 / Out.	Pimenta da Costa	5 lb à 120	$600	Antonio José Garcia	Brigue Port. Providência (vindo de Ajudá)
7 / Out.	Panos da Costa	21	31$400	Mamede Amaro Lope e Cia.	Brigue Port. Providência (vindo de Ajudá)
15 / Out.	Panos da Costa	40	72$000	Antonio Pereira Lisboa	Brigue Port. Providência (vindo de Ajudá)
15 / Out.	Balaios da Costa	10 lb à 1200	12$000	Antonio Pereira Lisboa	Brigue Port. Providência (vindo de Ajudá)

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

8 / Out.	Azeite de palma	522 med. À 240	125 $ 280	Joaquim José Gonçalves	Brigue Port. Esperança (vindo de Ajudá)
13 / Out.	Panos da Costa	121 lb à 1500	181$500	José Mendes da Silva e Cia.	Brigue Port. Providência (vindo de Ajudá)
	Baú coberto de couro	1	2$400		
1862 / 2 - Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
26 / Fev.	Panos da Costa	139	214$500	Joaquim José Teixeira Candido	Polaca Italiana Ferruccio
26 / Fev.	Panos à imitação dos de bahé	49	13$230	Joaquim José Teixeira Candido	Polaca Italiana Ferruccio
26 / Fev.	Cuias e Limo da Costa	160 lb	14$400	Joaquim José Teixeira Candido	Polaca Italiana Ferruccio
25/ Fev.	Pano da Costa	314 e 1/2 lb à 1500	471$750	Emanuel Pitalluga	Polaca Italiana Ferruccio
25/ Fev.	Panos à imitação dos de bahé	995 lb à 210	208$950	Emanuel Pitalluga	Polaca Italiana Ferruccio
25/ Fev.	Chapéus de pelo de seda finos	1 caixa à 1500	12$000	Emanuel Pitalluga	Polaca Italiana Ferruccio
25/ Fev.	Vidros	63 lb à 90	5$670	Emanuel Pitalluga	Polaca Italiana Ferruccio
25/ Fev.	Calças de fazenda (?)	70	44$800	Emanuel Pitalluga	Polaca Italiana Ferruccio
25/ Fev.	Paletores	61	34$160	Emanuel Pitalluga	Polaca Italiana Ferruccio
25/ Fev.	Paletores de fazenda de linho	4	4$800	Emanuel Pitalluga	Polaca Italiana Ferruccio
25/ Fev.	Lã	1 dito	4$000	Emanuel Pitalluga	Polaca Italiana Ferruccio

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

25/ Fev.	Coletes de fazenda de algodão	4	2$400	Emanuel Pitalluga	Polaca Italiana Ferruccio
25/ Fev.	Fazenda de (?)	4 ditos	4$000	Emanuel Pitalluga	Polaca Italiana Ferruccio
6 / Mar.	Begerecum e Pimenta da Costa	20 lb à 120	2$400	Emanuel Pitalluga	Polaca Italiana Ferruccio
6 / Mar.	Tangideba	10 lb e 1/2 à 300	3$150	Emanuel Pitalluga	Polaca Italiana Ferruccio
1862 / 3 - Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
17 / Fev.	Azeite de Chó-Cho (matéria veg.)	620 med.à 300	186$000	Sebastião Lopes da Costa	Palhabote Port. Águia
8 / Jul.	Azeite de palma	148 med. à 300	44$400	Sebastião Lopes da Costa	Palhabote Port. Águia
1862 / 4 - Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
22 / Ago.	Cola da Costa (frutos estomacais)	207 $ à 120	24$840	Fructuoso Gomes Moncorvo	Palhabote Nacional Paraguassú
22 / Ago.	Sabão comum preto Ordnário	180 lb à 10	1$800	Fructuoso Gomes Moncorvo	Palhabote Nacional Paraguassú (vindo de Lagos)
23 / Ago.	Balaios da Costa	19 lb à 120	2$280	Fructuoso Gomes Moncorvo	Palhabote Nacional Paraguassú (vindo de Lagos)
22 / Ago.	Sabão da Costa preto	361 lb à 10	3$610	Fructuoso Gomes Moncorvo	Palhabote Nacional Paraguassú (vindo de Lagos)
22 / Ago.	Languidibá (contas de madeira)	7 lb à 300	2$100	Fructuoso Gomes Moncorvo	Palhabote Nacional Paraguassú (vindo de Lagos)

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

22 / Ago.	Panos da Costa finos	80	60$000	Fructuoso Gomes Moncorvo	Palhabote Nacional Paraguassú (vindo de Lagos)
22 / Ago.	Panos da Costa Ordinários de Bahé	43	11$970	Fructuoso Gomes Moncorvo	Palhabote Nacional Paraguassú (vindo de Lagos)
22 / Ago.	Pevides da Costa	309 lb à 120	37$080	Fructuoso Gomes Moncorvo	Palhabote Nacional Paraguassú (vindo de Lagos)
22 / Ago.	Balaios de palha finos p/ compras	95 lb à 120	11$400	Fructuoso Gomes Moncorvo	Palhabote Nacional Paraguassú (vindo de Lagos)
22 / Ago.	Pegerecum e Pimenta da Costa	50 lb à 120	6$000	Fructuoso Gomes Moncorvo	Palhabote Nacional Paraguassú (vindo de Lagos)
22 / Ago.	Sabão da Costa preto	446 lb à 10	4$460	Fructuoso Gomes Moncorvo	Palhabote Nacional Paraguassú (vindo de Lagos)
22 / Ago.	Panos da Costa à imitação de bahé	12 lb à 210	2$520	Fructuoso Gomes Moncorvo	Palhabote Nacional Paraguassú (vindo de Lagos)
25 / Agos.	Pedra de Caò	80 lb à 240	19$200	Fructuoso Gomes Moncorvo	Palhabote Nacional Paraguassú (vindo de Lagos)
23 / Ago.	Panos da Costa	30	51$000	Fructuoso Gomes Moncorvo	Palhabote Nacional Paraguassú (vindo de Lagos)
26 / Ago.	Colas da Costa (fruto)	180 lb à 120	21$600	Fructuoso Gomes Moncorvo	Palhabote Nacional Paraguassú (vindo de Lagos)
25 / Agos.	Panos da Costa à imitação de bahé	11 lb à 210	2$310	Fructuoso Gomes Moncorvo	Palhabote Nacional Paraguassú (vindo de Lagos)
25 / Agos.	Panos da Costa finos	18	31$500	Fructuoso Gomes Moncorvo	Palhabote Nacional Paraguassú (vindo de Lagos)

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

1863 / 1 - Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
17 / Jan.	Sabão da Costa preto	102 lb à 10	1$020	Fructuoso Gomes Moncorvo	Palhabote Nacional Paraguassú (vindo de Lagos)
17 / Jan.	Limo da Costa	120 lb	10$800	Fructuoso Gomes Moncorvo	Palhabote Nacional Paraguassú (vindo de Lagos)
17 / Jan.	Panos da Costa	5 lb à 1500	7$500	Fructuoso Gomes Moncorvo	Palhabote Nacional Paraguassú (vindo de Lagos)
1863 / 3 - Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
14 / Jun.	Azeite de palma (matéria vegetal)	136 à 300	40$800	João Fernandes de Carvalho	Escuna Nacional Santa Izabel
19 / Jun.	Azeite de palma	791 à 300	237$300	Fructuoso Gomes Moncorvo	Hiate Port. Santa Isabel (vindo de Ajudá)
27 / Jun.	Colas da Costa (frutos estomacais)	4616 lb à 120	262 $440	Hasselmans e Irmão	Escuna Italiana Emilia (vindo de Lagos)
27 / Jun.	Pimenta da Costa	282 lb à 120	15$960	Hasselmans e Irmão	Escuna Italiana Emilia (vindo de Lagos)
27 / Jun.	Panos da Costa finos	148	270$000	Hasselmans e Irmão	Escuna Italiana Emilia (vindo de Lagos)
27 / Jun.	Panos Ordinários à imitação de bahé	66	15$540	Hasselmans e Irmão	Escuna Italiana Emilia (vindo de Lagos)
27 / Jun.	Esteiras de Angola finas	4 e 1/2 @ à 600	2$700	Hasselmans e Irmão	Escuna Italiana Emilia (vindo de Lagos)

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

27 / Jun.	Colas da Costa (frutos estomacais)	311 lb à 120	34$800	Hasselmans e Irmão	Escuna Italiana Emilia (vindo de Lagos)
1863 / 4 - Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
23 / Out.	Gaiolas c/ 12 pássaros	3	6$000	Domingos da Costa Lage	Cap. do Escuna Nacional Carlota
23 / Out.	Gaiola c/ 9 pássaros	1	4$500	Domingos da Costa Lage	Cap. do Escuna Nacional Carlota
23 / Out.	Colas frutas ñ classificado	517 lb à 120	62$040	Domingos da Costa Lage	Cap. do Escuna Nacional Carlota (vindo de Ajudá)
23 / Out.	Colas da Costa (frutos estomacais)	186 lb à 120	21$600	Antonio José de Almeida	Escuna Nacional Carlota
23 / Out.	Baú de madeira forrado de couro	1	$900	Antonio José de Almeida	Escuna Nacional Carlota
23 / Out.	Frascos de Genebra	150	45$000	Antonio José de Almeida	Escuna Nacional Carlota
24 / Out.	Colas da Costa (frutos estomacais)	288 lb à 120	34$560	João Gonçalves Baeta	Escuna Nacional Carlota
24 / Out.	Baú de madeira forrado de couro	1	1$200	João Gonçalves Baeta	Escuna Nacional Carlota
29 / Out.	Cuias Lisas	30 lb à 600	1$800	João Antonio de Deos	Escuna Nacional Carlota
29 / Out.	Barretes de palha	5	1$000	João Antonio de Deos	Escuna Nacional Carlota
27 / Out.	Folhas de Flandes envernizadas	24	6$720	Francisco Cardoso e Silva	Escuna Nacional Carlota
27 / Out.	Bandejas de ferro pintadas	12	1$875	Francisco Cardoso e Silva	Escuna Nacional Carlota
27 / Out.	Baús de perfumaria	8	48$000	Francisco Cardoso e Silva	Escuna Nacional Carlota
27 / Out.	Panos da Costa finos	13	29$250	Francisco Cardoso e Silva	Escuna Nacional Carlota

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

26 / Out.	Panos da Costa	4	7$500	Eva Maia	Palhabote Nacional Paraguassú (vindo de Lagos)
26 / Out.	Panos da Costa à imitação de bahé	3	$630	Eva Maia	Palhabote Nacional Paraguassú (vindo de Lagos)
26 / Out.	Pimenta da Costa	6 lb à 120	$720	Eva Maia	Palhabote Nacional Paraguassú (vindo de Lagos)
1864 / 1- Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
19 / Mai.	Cola da Costa (frutos)	7365 lb à 120	418$680	Emanuel Pittanga	Sumaca Hiatiana Julieta (vindo de Lagos)
31 / Mar.	Azite de Palma	633 med. À 300	189$900	Joaquim José Gonçalves	Brigue Nacional Maria Roza
23 / Mai.	Azeite de palma	1050 lb à 300	315$000	João Gonçalves Baeta	Brigue Port. Encantador
30 / Mai.	Azeite de palma	1315 med.	251$000	Thomé da Costa Passos	Brigue Nacional Maria Roza
1864 / 2 - Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
6 / Abr.	Genebra	188 med. à 540	101$520	Joaquim Pereira Marinho	Brigue Port. Encantador
16 /Mai.	Coco	102 lb à 240	24$480	Thomás de Souza Magalhães	Brigue Port. Encantador
18 /Mai.	Fruta cola da Costa	8862 à 120	503 $760	Hasselmans e Irmãos	Escuna Italiana Emilia (vindo de Lagos)

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

18 /Mai.	Panos da Costa	26 lb à 210	5$460	Hasselmans e Irmãos	Escuna Italiana Emilia (vindo de Lagos)
18 /Mai.	Missangas da Costa	400	6$000	Hasselmans e Irmãos	Escuna Italiana Emilia (vindo de Lagos)
18 /Mai.	'Pincratos" da Costa	339 lb à 120	40$680	Hasselmans e Irmãos	Escuna Italiana Emilia (vindo de Lagos)
3 / Fev.	Azeite de palma	434 med. À 300		Joaquim Pereira Marinho	Cuter Port. Paquete do Porto
3 / Fev.	Gaiolas c/ 12 pássaros	2	6$000	Antonio Nunes Soares Correia	Patacho Port. Destemido
3 / Fev.	Gaiolas c/ 4 pássaros	2	2$000	Estevão Domingues Navarro	Patacho Port. Destemido
3 / Fev.	Cola	288 lb à 120	34$560	Antonio Nunes Soares Correia	Patacho Port. Destemido
3 / Fev.	'Fruto amargo"	233 e 1/2 lb à 120	28$020	Antonio Nunes Soares Correia	Patacho Port. Destemido
3 / Fev.	'Fruto amargo"	37 lb à 120	4$440	Antonio Nunes Soares Correia	Patacho Port. Destemido
3 / Fev.	Panos da Costa finos	60	60$000	Antonio Nunes Soares Correia	Patacho Port. Destemido
3 / Fev.	Panos semelhantes ao de Bahé	20	5$460	Antonio Nunes Soares Correia	Patacho Port. Destemido
3 / Fev.	Limo da Costa	87 lb à 300	9$000	Antonio Nunes Soares Correia	Patacho Port. Destemido

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

3 / Fev.	Azeite de palma	820 med. À 300	246$000	Manoel Durans Lopes Vianna	Palhabote Port. Águia
1 / Fev.	Azeite de palma	182 med. À 300	54$600	Manoel Durans Lopes Vianna	Palhabote Port. Águia
4 / Fev.	Panos da Costa finos	46	54$000	P. Alves Barboza	Patacho Port. Destemido
4 / Fev.	Panos da Costa à imitação de bahé	36	7$560	P. Alves Barboza	Patacho Port. Destemido
4 / Fev.	Panos da Costa finos	50	79$500	Maria Eusebia Pacheco	Patacho Port. Destemido
4 / Fev.	Panos Ordinários à imitação de bahé	6	1$680	Maria Eusebia Pacheco	Patacho Port. Destemido
3 / Fev.	Palhas Grossas	22 barretes	4$400	Estevam Domingues Navarro	Patacho Port. Destemido
3 / Fev.	Panos da Costa	17	31$500	Estevam Domingues Navarro	Patacho Port. Destemido
3 / Fev.	Panos semelhantes ao de Bahé	4 ditos	1$050	Estevam Domingues Navarro	Patacho Port. Destemido
8 / Fev.	Gaiola c/ 5 pássaros	1	2$500	Bernardo Rodrigues	Cap. do Brigue Nacional Maria Roza
8 / Fev.	Cola fruta amarga	297 lb à 120	32$160	Antonio Nunes Soares Correia	Patacho Port. Destemido
8 / Fev.	Esteiras da Costa finas	7 @ à 600	4$200	Antonio Nunes Soares Correia	Patacho Port. Destemido
8 / Fev.	Sabão	695 à 10	3$310	Antonio Nunes Soares Correia	Patacho Port. Destemido

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

8 / Fev.	Pimenta da Costa	9 lb à 120	1$080	Antonio Nunes Soares Correia	Patacho Port. Destemido
8 / Fev.	Balaios	10	2$820	Antonio Nunes Soares Correia	Patacho Port. Destemido
3 / Fev.	Panos da Costa finos (c/ avarias)	16	15$600	João Gonçalves Bastos	Patacho Port. Destemido
3 / Fev.	Colas da Costa (frutos estomacais)	494 lb à 120	28$080	João Gonçalves Bastos	Patacho Port. Destemido
3 / Fev.	Café	4 e 1/2 @ à 900	4$050	João Gonçalves Bastos	Patacho Port. Destemido
3 / Fev.	Sabão	304 lb à 10	1$440	João Gonçalves Bastos	Patacho Port. Destemido
3 / Fev.	Genebra	7 e 1/2 med. à 600	4$500	João Gonçalves Bastos	Patacho Port. Destemido
3 / Fev.	Genebra	105 med à 600	63$000	João Gonçalves Bastos	Patacho Port. Destemido
3 / Fev.	Baú de madeira forrado de couro	1	$900	João Gonçalves Bastos	Patacho Port. Destemido
11 / Fev.	Panos da Costa finos	4	3$750	Carlos Antonio Nunes	Brigue Nacional Maria Roza
11 / Fev.	Panos Ordinários	2	$525	Carlos Antonio Nunes	Brigue Nacional Maria Roza
5 / Fev.	Cola da Costa	1340	76$200	Sabino Francisco Muniz	Patacho Port. Destemido
5 / Fev.	Azeite de palma	195 med. à 300	58$500	Sabino Francisco Muniz	Patacho Port. Destemido
5 / Fev.	Palha de Mandim	3 @ à 400	1$200	Sabino Francisco Muniz	Patacho Port. Destemido
5 / Fev.	Panos da Costa finos	10	18$000	Sabino Francisco Muniz	Patacho Port. Destemido

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

5 / Fev.	Panos de algodão e palha ord.	20	7$500	Sabino Francisco Muniz	Patacho Port. Destemido
5 / Fev.	Acetim da Costa	41 lb à 120	4$920	Sabino Francisco Muniz	Patacho Port. Destemido
8 / Fev.	Frutas da Costa	662 lb à 120	37$680	Pompeu Justino José Fernandes	Brigue Nacional Maria Roza (vindo de Lagos)
8 / Fev.	Limo da Costa	190 lb	17$100	Pompeu Justino José Fernandes	Brigue Nacional Maria Roza (vindo de Lagos)
8 / Fev.	Cola da Costa	304 lb à 120	12$280	Tobias Teixeira Gomes	Brigue Nacional Maria Roza (vindo de Lagos)
9 / Fev.	Colas da Costa (frutos estomacais)	1264 lb à 120	71$880	Francisco Cardoso e Silva	Brigue Nacional Maria Roza (vindo de Lagos)
9 / Fev.	Cola da Costa ñ classificado	5807 lb à 120	318$600	Francisco Cardoso e Silva	Brigue Nacional Maria Roza (vindo de Lagos)
8 / Fev.	Cola da Costa	1386 lb à 120	77$760	Antonio Pereira Lisboa	Brigue Nacional Maria Roza (vindo de Lagos)
8 / Fev.	Panos da Costa finos	46	84$000	Antonio Pereira Lisboa	Brigue Nacional Maria Roza (vindo de Lagos)
8 / Fev.	Panos da Costa à imitação de bahé	46	11$760	Antonio Pereira Lisboa	Brigue Nacional Maria Roza (vindo de Lagos)
9 / Fev.	Panos da Costa finos	6	9$750	Caetano Alberto da França	Brigue Nacional Maria Roza (vindo de Lagos)
9 / Fev.	Panos da Costa à imitação de bahé	28	6$930	Caetano Alberto da França	Brigue Nacional Maria Roza (vindo de Lagos)

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

9 / Fev.	Pimenta da Costa	20 lb à 120	2$200	Caetano Alberto da França	Brigue Nacional Maria Roza (vindo de Lagos)
9 / Fev.	Baú de couro bruto	1	$900	Caetano Alberto da França	Brigue Nacional Maria Roza (vindo de Lagos)
9 / Fev.	Panos da Costa finos	24	43$500	João do Prado de Carvalho	Brigue Nacional Maria Roza (vindo de Lagos)
9 / Fev.	Panos da Costa finos	32	58$500	Antonio José de Almeida	Brigue Nacional Maria Roza (vindo de Lagos)
9 / Fev.	Panos da Costa à imitação de bahé	3	$840	Antonio José de Almeida	Brigue Nacional Maria Roza (vindo de Lagos)
9 / Fev.	Baú de couro bruto	1	$900	Antonio José de Almeida	Brigue Nacional Maria Roza (vindo de Lagos)
8 / Fev.	Cola da Costa	475 lb à 120	27$000	Efigenia de Souza	Brigue Nacional Maria Roza (vindo de Lagos)
8 / Fev.	Sabão da Costa preto	447 lb à 10	2$120	Efigenia de Souza	Brigue Nacional Maria Roza (vindo de Lagos)
8 / Fev.	Baú velho	1	Sem valor	Efigenia de Souza	Brigue Nacional Maria Roza (vindo de Lagos)
9 / Fev.	Azeite de palma	132med. à 300	39$600	Joaquim Pereira Marinho	Cuter Port. "Paquete do Porto Novo"
1864 / 4 - Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
(?) / Abr.	Panos da Costa finos	44	72$750	Francisco Cardoso e Silva	Brigue Port. Encantador
(?) / Abr.	Panos da Costa à imitação de bahé	56	14$910	Francisco Cardoso e Silva	Brigue Port. Encantador

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

(?) / Abr.	Panos da Costa	25	43$500	Francisco Cardoso e Silva	Brigue Port. Encantador
(?) / Abr.	Panos da Costa à imitação de bahé	9	2$625	Francisco Cardoso e Silva	Brigue Port. Encantador
(?) / Abr.	Panos da Costa	242	442$500	Francisco Cardoso e Silva	Brigue Port. Encantador
(?) / Abr.	Panos da Costa à imitação de bahé	317	81$060	Francisco Cardoso e Silva	Brigue Port. Encantador
(?) / Abr.	Cuias	34 lb à 600	19$200	Francisco Cardoso e Silva	Brigue Port. Encantador
(?) / Abr.	Panos da Costa finos	46	79$500	Francisco Cardoso e Silva	Brigue Port. Encantador
(?) / Abr.	Panos da Costa à imitação de bahé	37	9$870	Francisco Cardoso e Silva	Brigue Port. Encantador
(?) / Abr.	Contas de madeira	1 lb e 1/2 à 300	$450	Francisco Cardoso e Silva	Brigue Port. Encantador
(?) / Abr.	Barris armados	2	1$000	Francisco Cardoso e Silva	Brigue Port. Encantador
9 / Abr.	Sabão preto	1175 lb à 10	51$570	Francisco Cardoso e Silva	Brigue Port. Encantador
9 / Abr.	Sabão preto ordinário	1280 lb à 10	72$880	Francisco Cardoso e Silva	Brigue Port. Encantador
9 / Abr.	Limo da Costa	240 lb à 300	28$350	Francisco Cardoso e Silva	Brigue Port. Encantador
9 / Abr.	Barris armados c/ sabão	24	12$000	Francisco Cardoso e Silva	Brigue Port. Encantador
11 / Abr.	Sabão preto	288 lb à 10	2$880	Clara Maria Lisboa	Brigue Port. Encantador
11 / Abr.	Cola (fruta estomacal)	135 lb à 120	18$360	Clara Maria Lisboa	Brigue Port. Encantador
11 / Abr.	Panos da Costa finos	11	18$000	Clara Maria Lisboa	Brigue Port. Encantador
19 / Abr.	Azeite de palma	800 med. à 300	240$000	Manoel Durans Lopes Vianna	Palhabote Port. Águia
1864 / 5 - Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
30 / Jul.	Azeite de palma	637 med. à 300	191$100	Joaquim José Gonçalves	Brigue Nacional Maria Roza (vindo de Lagos)

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

1864 / 6 - Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
28 / Mar.	Azeite de palma	351 med.	99$300	Manoel Durans Lopes Vianna	Palhabote Port. Águia
27 / Mar.	Azeite de palma	36 med.	10$800	Francisco Cardoso e Silva	Brigue Port. Altino
27 / Mar.	Azeite de palma	3.723 med. À 300	1.116$900	Emanuel Pitalluga	Sumaca Italiana Juliette (vindo de Lagos)
1865 / 1- Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
8 / Fev.	Azeite de palma	1065 med. à 300	481$500	Emanuel Pitalluga	Sumaca Italiana Julieta
6 / Fev.	Panos da Costa à imitação de bahé	220	57$330	Emanuel Pitalluga	Barca Port. Acaso
6 / Fev.	Sabão da Costa ordinário	475 lb à 10	2$250	Emanuel Pitalluga	Barca Port. Acaso
8 / Fev.	Panos da Costa	24 lb à 1500	36$000	Cap. José Pereira Mesquita	Barca Port. Acaso
6 / Fev.	Panos finos da Costa	37	66$000	José Augusto de Figueiredo	Barca Port. Acaso
6 / Fev.	Panos ordinários à imitação de bahé	37	9$240	José Augusto de Figueiredo	Barca Port. Acaso
1 / Fev.	Panos da Costa finos	112	204$000	Antonio Alves Fernandes	Barca Port. Acaso
1 / Fev.	Panos ordinários à imitação de bahé	210	56$700	Antonio Alves Fernandes	Barca Port. Acaso
1 / Fev.	Barris	3	1$500	Antonio Alves Fernandes	Barca Port. Acaso
1865 / 2 - Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
29 / Jul.	Colas	550 lb à 120	59$400	Ernesto de Castro Guimarães	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

31 / Jul.	Cola da Costa (frutos estomacais)	640 lb à 120	69$120	João Prado de Carvalho	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)
31 / Jul.	Cola da Costa (frutos estomacais)	1050 lb à 120	111$940	João Goncalves Baeta	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)
31 / Jul.	Sabão preto	230 lb à 10	2$070	João Goncalves Baeta	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)
31 / Jul.	Esteiras	40	1$800	João Goncalves Baeta	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)
31 / Jul.	Panos finos	46	82$500	João Goncalves Baeta	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)
31 / Jul.	Panos à imitação de bahé	30	7$350	João Goncalves Baeta	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)
31 / Jul.	Baús de madeira forrado de couro	2	2$400	João Goncalves Baeta	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)
29 / Jul.	Panos finos	50	86$250	Ernesto de Castro Guimarães	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)
29 / Jul.	Oitavas à imitação de bahé	616	16$170	Ernesto de Castro Guimarães	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)
1 / Ago.	Cola da Costa (frutos estomacais)	343 lb à 120	37$080	Pantaleão Lopes Villas Boas	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)
31 / Ago.	Cola (frutas)	1450 lb à 120	156$600	Mamede Amaro Lope e Cia.	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)
31 / Ago.	Cola (frutas)	1009 lb à 120	109$080	Mamede Amaro Lope e Cia.	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

31 / Ago.	Cola (frutas)	490 lb à 120	52$920	Mamede Amaro Lope e Cia.	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)
31 / Ago.	Limo da Costa	279 lb	31$590	Mamede Amaro Lope e Cia.	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)
31 / Ago.	panos da Costa finos	9	46$500	Mamede Amaro Lope e Cia.	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)
31 / Ago.	Bonet de palha	50	22$400	Mamede Amaro Lope e Cia.	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)
02 / Ago.	Panos à imitação de bahé	12 lb à 210	2$520	Thomás de Souza Magalhães	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)
02 / Ago.	Panos da Costa finos	55 lb à 1500	82$500	Thomás de Souza Magalhães	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)
02 / Ago.	Palha de Mandim	16 @ à 400	6$400	Thomás de Souza Magalhães	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)
02 / Ago.	Cuias	244	138$000	Thomás de Souza Magalhães	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)
02 / Ago.	Pipas Vazias	4	6$000	Thomás de Souza Magalhães	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)
1 / Ago.	Azeite de palma	5210 med.à 1000	5.210$000	Manoel Gonçalves da Costa	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)
03 / Ago.	Panos da Costa finos	17 lb à 1500	25$500	Thomás Francisco da Rocha	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Continuação...

1865 / 3 - Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
1 / Ago.	Sabão preto ordinário	466 lb à 10	2$210	João Rodrigues Vianna Dantas e Cia.	Palhabote Port. Águia
1 / Ago.	Azeite de palma	63 med. à 300	18$900	João Rodrigues Vianna Dantas e Cia.	Palhabote Port. Águia
1 / Ago.	Sabão preto ordinário	646 lb à 10	3$060	Sebastião Lopes da Costa	Palhabote Port. Águia
1 / Ago.	(?) semente ñ classificada	179 lb à 120	10$200	Sebastião Lopes da Costa	Palhabote Port. Águia
5 / Ago.	Panos da Costa finos	8	15$000	Sebastião Lopes da Costa	Palhabote Port. Águia
1 / Ago.	Azeite de palma	166 med. à 300	49$800	Pantaleão Lopes Villas Boas	Palhabote Port. Águia
7 / Ago.	Azeite de palma	1899 med. à 300	569$700	Manoel Gonçalves da Costa	Palhabote Port. Águia (vindo de Ajudá)
12 / Ago.	Azeite de palma	467 med. À 300	140$100	João Gonçalves Baeta	Palhabote Port. Águia
17 / Ago.	Azeite de palma	1091 med. à 300	327$300	Manoel Gonçalves da Costa	Palhabote Port. Águia
1865 / 4 - Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
19 / Out.	Panos da Costa finos	14	59$250	João Maria Trindade	Hiate Port. Novo Feliz (vindo de Acará)
19 / Out.	Panos ordinários à imitação de bahé	2	$630	João Maria Trindade	Hiate Port. Novo Feliz (vindo de Acará)
31 / Out.	Colla (Fruto)	2955 lb à 120	319$200	Emanuel Pittaluga	Escuna Italiana Emilia (vindo de Lagos)

Anexo V – DESPACHOS DE IMPORTAÇÃO

Conclusão

31 / Out.	Cuias	449 lb à 600	264$000	Emanuel Pittaluga	Escuna Italiana Emilia (vindo de Lagos)
31 / Out.	Balaios (em palha finos)	12 lb à 120	1$440	Emanuel Pittaluga	Escuna Italiana Emilia (vindo de Lagos)
31 / Out.	Bancos de madeiras ordinários	4	3$000	Emanuel Pittaluga	Escuna Italiana Emilia (vindo de Lagos)
1865 / 5 - Maço: 02022					
Dia e Mês	Produtos	Quantidade	Valores	Nome do Despachante	Embarcação
6 / Abr.	Moedas de Ouro (dif. nações)	80 moedas	2.470$000	Francisco Cardoso e Silva	Patacho Port. Destemido
6 / Abr.	Moedas de Prata (dif. nações)	800 pesos	1.600$000	Francisco Cardoso e Silva	Patacho Port. Destemido
6 / Abr.	Pesos	1,000	2.000$000	Chaves, Filho e Brochado	Patacho Port. Destemido
6 / Abr.	Pesos	1,513	3.026$000	Chaves, Filho e Brochado	Patacho Port. Destemido
6 / Abr.	Garrafa c/ pesos	1	3.498$000	Chaves, Filho e Brochado	Patacho Port. Destemido

Biblioteca Pública do Estado da Bahia
*

Jornal Estado da Bahia
Quarta-feira, 5 de Janeiro de 1938

Era a mais popular "mãe de santo" da Bahia

O falecimento de Anninha chefe do maior "terreiro" do Brasil – Sacerdotiza de Xangô – O Centro Santa Cruz do Ache de Ôpô Afonja – Um ache inaugurado pelo Prefeito Bezerra Lopes – Mais de duas mil pessoas no enterramento da "bondosa Anninha".

Os afficcionados das seitas africanas soffreram uma grande perda com o fallecimento ante-hontem da mais popular Mãe de Santo da Bahia – d. Eugenia Anna dos Santos.

Anninha, como era conhecida, era filha-de-santo do candomblé do Engenho Velho, - o mais antigo do Brasil, - hoje dirigido por d. Maximiana Maria da Conceição. Filha do Engenho Velho, Anninha nunca tentou, sequer menosprezar a casa de onde sahira. Em apesar de ser o próprio terreiro mais rico, mais concorrido e mais bello que o da linha do Rio Vermelho, Anninha sempre reconheceu ao Engenho Velho a supremacia espiritual dos candomblés da Bahia e, portanto, do Brasil.

Ali, na 'roça"de São Gonçalo se observava, na sua maior pureza, o culto nagô aos deuses affricanos.

A grande figura soberana de Anninha à frente dos festejos dos "orixás" emprestava-lhes um brilho singular.

Uma estranha impressão de confiança se apoderava, immediatamente, dos que a viam na direcção suprema das festas do Axé. Vestida à moda da Costa dos Escravos, os braços cheios

de pulseiras, os cabelos sob caifa branca, a sua autoridade era incontestável e incontestada. De lucidez sem par; não perdia nada do que se passava à sua volta. Sempre amável e attenciosa, já não surprehendiam, na sua boca, as grandes e bellas palavras que, nas opportunidades especiaes que se apresentava, sahiam dos seus lábios sempre promptos para abençoar e para consolar. Era um grande e luminoso espírito.

O CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO

Foi Anninha uma das primeiras, entre as mães de santo da Bahia a adherir ao Congresso Afro-Brasileiro aqui reunido em janeiro de 1937, tendo mesmo colaborado com um pequeno trabalho sobre quitutes afro-bahianos, para o "Negro no Brasil" collectanea de estudos a ser publicada, brevemente pela Bibliotheca de divulgação scientifica, dirigida pelo professor Arthur Ramos para a "Civilização Brasileira". Também Anninha, durante a realização do Congresso, abriu a sua casa para receber em bellas festas africanas, os congressistas, por ella especialmente convidados. Da distincção com que foram recebidos os estudiosos aqui congregados em Janeiro de 1937 é prova cabal o documento, então, firmado em que, ao lado da assignatura dos escriptores Jorge Amado, Hélio Marçal e João Calazans, se encontram as dos músicos Camargo Guarnieri e Fructuoso Vianna.

Não foi, da parte dos congressistas, um simples acto de cortezia. O documento marcava uma impressão indelével, para sempre presente ao espírito de todos.

A UNIÃO DAS SEITAS AFRICANAS

Também adheriu Anninha, immediatamente, à idéa de fundar a União das Seitas Afro-Brasileiras na Bahia. Não poupou esforços no sentido de conseguir a realização dessa grande aspiração collectiva.

Prestigiou-a com o seu nome, com a sua solidariedade, com o seu trabalho. O triumpho da União se deve, em grande parte, à sua acção intelligente.

O CENTRO CRUZ SANTA DO ACHE DE ÔPÔ AFONJA

O Candomblé de Anninha – o Ache de Ôpô Afonja foi também dos primeiros a tentar uma sociedade de "Ogans" e filhas de santo, reunindo-os em torno da prestigiosa mãe de santo. Formava-a o Centro Cruz Santa, sob a presidência de honra de Anninha. Ali se encontravam alguns dos melhores elementos dos candomblés da cidade. Os esforços de todos convergiam no sentido de fazer dos Ache o grande centro da religião africana na Bahia.

O PREFEITO BEZERRA LOPES INAUGRUA O NOVO ACHE

No dia 10 de outubro de 1937, com a presença de altas autoridades do Estado, o então prefeito Bezerra Lopes lançou a pedra fundamental do novo Ache de Ôpô Afonja, em substituição ao antigo "terreiro". Este novo Ache, todo em cimento armado, já se acha em grande parte construído, graças a acção infatigável de Anninha e dos "ogans"do Centro Cruz Santa.

SACERDOTIZA DE XANGÔ

Anninha era sacerdotiza de Xangô, em cuja honra esse elevara, aliás, o Ache de Ôpô Afonja. Neste culto diário ao grande deus do raio e do trovão, ella não tinha rivaes na Bahia nem no Brasil. No anno passado, realizou ella no Ache, a cerimônia da posse dos "ministros de Xangô", bello acto religioso yorubá, de há muito esquecido e até mesmo ignorado na Bahia.

A sombra do grande Orixá protegia o seu "terreiro", aberto a todas as dores humanas, acolhedor e amigo.

MORTE DE ANNINHA

Ante-hontem, às 3 da tarde, Anninha deixava de existir, entre pranto inconsolavel de todos os que ella amava e que a amavam, na sua roça de S. Gonçalo. O seu corpo foi transportado em automóvel, para a Igreja do Rosário, no Pelourinho, onde ficou exposto à visita pública.

O SEPULTAMENTO

Hontem às treze horas daquella igreja partiu o cortejo fúnebre para o quadro da Irmandade de São Benedicto, no cemitério da Quinta dos Lázaros, onde desceu, afinal, em cova rasa, segundo o seu pedido.

O acompanhamento funerário da estimada mãe de santo foi um dos maiores vistos na Bahia, lembrando o de Pae Adão em Recife. Mais de duas mil pessoas estavam presentes. Também a acompanharam os irmãos do Rosário, envergando o hábito. Sobre o caixão modesto, que foi o único que ella quiz, via-se o habito da irmandade que ela tanto prestigiara. Conduzido nos hombros pelos irmãos de Nossa Senhora do Rosário e de S. Benedicto, foi o corpo de Anninha levado a pé pela multidão, paralyzando o tráfego por mais de meia hora na Rua Dr. Seabra. Filhas de santo choravam copiosamente. Outras comentavam as virtudes da bondosa Anninha.

NO CEMITÉRIO

Os atabaques roncavam quando o caixão, carregado por mãos piedosas entrava na porta larga do cemitério, enquanto se ouviam vozes plangentes cantando os cânticos africanos da seita a que pertencia a illustre mãe de santo.

E na capella do cemitério o cônego Assis Curvello fez a encommendação de seu corpo seguindo o seu sepultamento na cova recém-aberta.

Nesta occasião falaram varios oradores, entre esses o sr. Álvaro Mac-Dowell de Oliveira em nome da União das Seitas Afro-Brasileiras, o escriptor Édison Carneiro, além de representantes do Centro Cruz Santa e da Irmandade do Rosário. Por fim terminada a cerimonia, duas marinettis levaram grande numero de amigos de Anninha para S. Gonçalo, a fim de tomar parte nas cerimônias fúnebres preparatórias do “axêxê” da querida mãe de santo.

A CERIMÔNIA DO “AXÊXÊ”

Sete dias após a morte da chefe de terreiro do Ache de Ôpô

Afonja haverá no seu terreiro de S. Gonçalo do Retiro a cerimônia do "Axêxê". Esta cerimônia consiste nos ritos funerários pelo descanso eterno da fallecida mãe de santo à semelhança das missas de sétimo dia da religião catholica.

Nesta reunião tomam parte todos os "ogans", "filhas" e "paes" quando se reza então pela fallecida apagando os seus passos no terreiro.

Finalmente no sétimo dia realiza-se o "cerrum", com cânticos fúnebres, as seitas a que pertencia, encerrando-se deste modo as últimas homenagens.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia
*

O Imparcial
Quarta-feira, 05 de Janeiro de 1938

"Mãe de Santo" morreu ...

O falecimento de Anninha, de São Gonçalo do Retiro – A velha África apparecendo – mais de mil pessoas no cortejo – A "filha" de "Xangô" – O "axêxê" e o "cerrum" – O "preceitos" do enterramento

Esta Bahia gloriosa, de nomes exponenciaes e de feitos brilhantes, francamente, ainda é um pedaço da África.

Não há dúvidas que a velha cidade se modernisa, que o seu povo se civiliza, dia a dia, mas o velho Congo está ahi mesmo, vivendo latente nas camadas da mistura racial, esperando sempre, a primeira opportunidade para mostrar-se em toda sua pujança.

Foi o caso, hontem, do enterro de Anninha, a famosa "mãe de santo", tão conhecida e que há tantos annos batia candomblé na cidade.

Foi um espetáculo fúnebre excepcional, não só pelo pitoresco do ritual, mas pela multidão que reuniu, presentes pessoas de todas as camadas sociaes.

LEMBRANÇAS DE REPÓRTER

Ante-hontem, a noticia correu pelos quatro cantos da cidade:

– Anninha morreu!

Todo mundo soube logo que a "mãe de santo" mais antiga do lugar, respeitada e confidente de gente grande, dos maioraes da terra, havia passado dessa para melhor.

O repórter sacudiu a memória e lembrou-se da Anninha,

a velha macumbeira de São Gonçalo do Retiro. E na sua lembrança então passaram quadros interessantes de suas noitadas de reportagem nos "terreiros", no "terreiro" da Aninnha em São Gonçalo, com suas festas notáveis, com vatapá, carurú, arroz de leite, acaçá, efó, abará, aberém e aluá, tudo isso, gentilmente, servido pela amavel "mãe de santo", depois das dansas e das cantorias africanas. Ainda o anno passado, a festa daquelle ögan"de "Yansan", festa do partido alto. E daquela outra vez, noite de Oxum". Os atabaques, caxixis e ganzás, e o côro rouquenho:

Iê-iê-ô
Iê-Iê-xorodô
Fê-rê-fê-xorodô
Iê-iê-oman-xorodô
Fê-rê-fê-xorodô
Aluá-me-moni-xorodô-ô

E aquellês gritos cortando o batuque soturno, gritos de enthusiasmo:

"***Ora iê-iê-ô!***"

Festa de "Ogum". A "festa"se acambando no centro e o coro grande:

"***Ogum de lê***
Quê-quê ó miaiongá
Ogum de lê
Quê-quê ó sereiá!"

Havia na "camarinha" há cinco mezes, prestes a completar os seis mezes devidos, com cabeça raspada, uma "feita", uma "iaô", tomando os poderes de "filha de santo".

Tudo isso o reporter lembrou-se, com a notícia da morte de Anninha, de São Gouçalo [sic].

RELIGIÃO

De mistura com a sua crença negra, Anninha, d. Eugenia Anna dos Santos, era catholica praticante, irmã das quantas irmandades existem, sendo muito caridosa.

No mesmo dia de sua morte, o corpo foi transportado para a igreja do Rosário das Portas do Carmo, ahi permanecendo até a hora do enterramento, hontem.

O ENTERRO

Cerca de duas mil pessoas, muitos automóveis e omnibus, innumeras capellas, e coroas e grande quantidade de flores naturaes, as Irmandades do Rosário, São Benedicto, Martyrios, 15 Mystérios e outras representadas, o féretro de Anninha deixou a igreja, rumo às Quintas dispensando-se o carro mortuário, sendo conduzido pelas mãos dos "fans"da 'mãe de santo". O cortejo foi seguido naturalmente.

O trânsito de vehiculos, na rua dr. Seabra, ficou paralysado, durante bem mais de uma hora, enquanto o sr. Justino Teixeira, inspetor de vehiculos tomava todas as providências para restabelecê-lo normalmente assim que fosse possível.

Enquanto isso, o repórter foi observando e ouvindo os comentários.

Anninha batia candomblé na cidade, desde os tempos em que, na rua dos Capitães, a polícia consentia a batida, há mais de 35 anos. Deve ter deixado fortuna, tendo sido negociante de objectos da "Costa", obi e orobô, importando-os directamente da África, ainda tendo um "terreiro" no Rio, para onde viajava constantemente. O obi é vendido a 9$000 e o orobô a 3$500, e ambos são indispensáveis nos "despachos".

O reporter pegou diálogos assim:

– De quem era Anninha?

– Mas você não sabe?! De "Xangô".

– Ah! Sim. "Xangô"não passava na porta do cemitério. "Xangô" é São Jeronymo.

– Você não vai no "axêxê", hoje?

– Não, porque não posso ir os sete dias. Vou depois de amanhã, que assim não sou obrigado a ir aos sete.

"Axêxê" é uma reunião nocturna do "terreiro", com todos os "ogans", "filhas", "paes", "feitas", toda a turma quando reza, então, pela falecida, apagando os seus passos no "terreiro". No sétimo dia faz então o "cerrum", impressionante ritual fúnebre, cantos lugrubres, os atabaques substituídos por um abano batido na bocca de um purrão, um panno preto estendido no chão.

Outro retalho de diálogos:

– Quem pode ficar no lugar da fallecida é a Fortunnata, a "filha" mais velha.

– Os outros dois "terreiros" mais antigos é o do Engenho Velho e do Gantois.

E assim o cortejo foi vencendo o longo percurso, fazendo-se, nas encruzilhadas, as manobras do "preceito", com o caixão três passos para a direita, três passos para a esquerda, com as palavras do ritual.

Na subida da ladeira, os cantos africanos estrugiram e os "ogans" dansaram com o caixão.

À beira da campa, na quadra da Irmandade de São Benedicto, houve, ainda, outras novidades e discursos, também.

O cortejo sahiu às 13 horas chegando ao cemitério das Quintas dos Lázaros às 17.

Na volta, um preto velho lembrando-se da Mãe Aninha veio cantarolando uma "letra" de "Xangô":

"Candongo tu olha ê
Candongo tu olha á ..."

GLOSSÁRIO

Acaçá – Bolo feito com milho branco, de consistência similar à de um pudim. É utilizado em limpezas de corpo e em oferendas a Oxalá. Servido frio, enrolado em folhas de bananeira pode ser consumido com leite, açúcar ou sem acompanhamentos.

Amalá – Comida consagrada ao Orixá Xangô. É feita com quiabo, mas o seu preparo é diferente do caruru. Além do quiabo, contém inhame, camarão seco e dendê.

Aquicó – Galo.

Ataré – O mesmo que pimenta da Costa, pimenta da Guiné. Semente utilizada no preparo das comidas dos orixás. Quando mordida, libera um sabor delicado, seguido de uma leve ardência na língua.

Axé – Energia, força vital presente em todas as coisas.

Babalaô – Sacerdote de Ifá que domina o segredo da adivinhação.

Balaio da costa – Cesto, feito normalmente de palha de dendezeiro, utilizado no culto aos orixás para guardar paramentos e preceitos. É, também, usado para acondicionar um despacho muito grande, a exemplo das oferendas a Iemanjá, que são lançadas ao mar nas festas do dia 2 de fevereiro.

Balaio da costa coberto de couro – Utilizado para guardar paramentos e preceitos.

Baú forrado de couro – Forrado com couro de cabra, macaco ou boi, utilizado para guardar paramentos e preceitos.

Bozó – Termo depreciativo utilizado para indicar uma oferenda, despacho ou ebó depositado em uma via de circulação pública.

Búzio – Concha dos moluscos da espécie *Cypraea moneta* ou *Cipraea anullus*. São utilizados na consulta aos orixás, e nos enfeites dos seus paramentos. Outrora eram também utilizados como moeda.

Cal (Cám, Cão), pedras de cal – Espécie de giz utilizado no ritual de iniciação.

Carrego – Axé negativo, normalmente associado a um ebó, a uma ação punitiva dos orixás ou a não observância dos tabus e preceitos devidos. Sua forma mais comum de se manifestar é através de doenças, de desorganização econômica, familiar ou desemprego.

Chó-cho – Para esse termo, há duas possibilidades de identificação, seguindo as pesquisas de Maria Yeda Linhares que, embora distintas, se aproximam em sonoridade;

> a – *Axoxó*: Comida para Ogun, Oxossi e Ossain, feita com inhame e milho vermelho cozido com água e sal, coberta com coco. Comida à base de inhame[1].
> *b – Xoxô*: *Bambá*, comida de Bambojira, Exu e Lebá, prato à base de dendê, feito com feijão fradinho cozido e servido com carne seca desfiada. Var. **Axoxô, axoxõ**. Cf. **aminjá**. Fon, óleo negro, espesso, extraído do dendê. Comida de Legba[2].

Dos itens apresentados por Linhares, aquele que mais se assemelha a um possível produto apto ao comércio com a Costa d'África

---

[1] CASTRO, 2005. p. 162.
[2] Idem, 2005, p. 354.

é o *bambá*, retirado do azeite de dendê, também largamente utilizado na culinária.

Cocos da costa – *Iriri* – *Iki* – com 2 olhos para fazer Ifá.

Cola fêmea arruinada – Noz-de-cola, *Cola acuminata* da família *Sterculiaceae* ou obi. Fermentado com milho, produz uma bebida estimulante.

Contra-egun – Pulseira ou pequeno cordão para ser amarrado à cintura, feito com palha da Costa trançada. Utiliza-se para afastar os eguns.

Correio nagô – Expressão que denomina a circulação rápida de uma notícia que vai passando de boca em boca.

Despacho – Qualquer rito feito com a intenção de atrair a boa vontade dos orixás.

Dielegun – Conjunto de oito búzios utilizados no jogo para consulta aos orixás.

Ebó – Despacho envolvendo o sacrifício de algum animal.

Efó – Espécie de caruru feito com folha de taioba mansa ou língua de vaca.

Egun – Espírito de uma pessoa morta.

Eluôs – Sacerdote de Ifá; vidente, olhador. A respeito desse termo, há divergências entre Yeda. P. de Castro e Édison Carneiro. Para Castro, significa "o vidente, o grau supremo na ordem do babalaô. Variação, *Oluô* ou *Oluô-Ifá*"[3]. Para Carneiro, são sacer-

[3] Idem, 2005, p. 227.

dotes de Ifá que se encontram numa categoria inferior.
"Os novos sacerdotes de Ifá se situam numa categoria inferior – os *eluô* – e, em geral, são elementos de dentro do candomblé"[4].
Consultando Deoscóredes M. dos Santos (mestre Didi), obteve-se o seguinte resultado:
Para Oluô encontrou-se: "olhador, o que joga os búzios e o *Ôpelê Ifá*".
Para babalaô: sacerdote, pai dos mistérios; aquele que faz consulta através do Ifá"[5].
Considerando que babá significa pai e da fusão com oluô obtém-se a palavra babalaô, optou-se pelo significado apresentado por Édison Carneiro.

Embaca – Embacaçá – Nome dado ao estrume de vaca utilizado em assentamento de santo. Yeda P. de Castro apresenta o termo *Imbacacade – pacaça*, derivado de *Mpakasasi* do Quicongo/Quimbundo, significando o que é do boi; boi, carne de boi[6].

Erê – Divindade infantil que se manifesta logo após os orixás. Durante a sua manifestação, suaviza-se o estado de tensão e formalidade característica das possessões dos orixás. São travessos, devassos e indiscretos. Quando provocados, costumam dar cipoadas ou contar situações comprometedoras ou constrangedoras em que os provocadores estão envolvidos. Falam um português arcaico, carregado de expressões de origem africana de uma acentuada maneira infantil.

Esteira de palha da Costa – Utilizada pelas iaôs para dormir durante o período de recolhimento iniciático ou de preceito após a realização de alguma cerimônia religiosa.

---

4 CARNEIRO, 2002, p. 121.
5 SANTOS, 1994, p. 95, 102.
6 CASTRO. *Falares Africanos*, p. 251.

Ewé – Folha.

Filá – Chapéu, gorro. Parte superior do traje de Omolu/*Obaluayê*, que lhe cobre por completo o rosto.

Fio de conta – Colar composto por miçangas, cujas cores representam o orixá de consagração da pessoa que o usa.

Genebra – Bebida alcoólica produzida a partir do cereal de nome zimbro.

Iaô – Primeiro grau na hierarquia de iniciação no candomblé.

Ifá – Orixá, senhor dos destinos humanos. É a divindade consultada durante a adivinhação com os búzios ou com o *Opelê Ifá*.

Igala – Grupo étnico nigeriano que vive na margem leste do Rio Niger e sua população é de, aproximadamente, dois milhões de pessoas. São pertencentes ao subgrupo *Kwa*, da família linguística Niger-Congo.

Igbo – Grupo étnico da Costa Ocidental da África composto de aproximadamente 10 milhões de pessoas. Boa parte dessa população se distribui entre o sudeste da Nigéria e Camarões.

Igí Ògòrò – Nome da palmeira de onde se retira a palha da Costa, palmeira ráfia; *Ráffia Vinífera*.

Iku – Morte.

Ilê Axé – Casa de Axé; Terreiro de Candomblé; Casa de culto aos orixás.

Languidiba – Fio de conta que, quando feito de madeira, é consagrado a Omolu/ Obaluaiê. Refere-se também a um colar composto por três fios de contas, separados por contas maiores,

normalmente de formato cilíndrico, que marca um determinado *status* na hierarquia do candomblé.

Limo da costa – Ori – seiva de árvore – espécie de cera utilizada em rituais de iniciação.

Madapolam – Espécie de pano da Costa

Miçangas – Contas que formam os colares.

Mungunzá – Prato preparado com milho branco cozido em leite de coco com sal e açúcar.

Noz de cola fêmea – *Colla acuminata*; Obi com gomos pares – para orixás femininos.

Noz de cola macho – *Colla acuminata*; Obi com gomos ímpares – para orixás masculinos.

Obás – Título concedido aos doze ministros de Xangô do Ilê Axé Opô Afonja. São eles: *Obá Abiodun*, *Obá* Aré, *Obá Arolu*, *Obá Telá*, *Obá Odofin*, *Obá Kankanfô*, *Obá Onãsokun*, *Obá Aressá*, *Obá Elerin*, *Obá Onikoyi*, *Obá Olugbon* e *Obá Xôrun*[7].

Odùduwuà – Orixá da criação

Odús – Posição dos búzios ou do *Ôpelê Ifá* que permite a interpretação.

Ogan – Cargo conferido a homens cuja responsabilidade é zelar pela integridade física e religiosa do terreiro.

---

[7] SANTOS, 1994, p. 13.

Ôpelê Ifá – Rosário com o qual o babalaô consulta o orixá Ifá para que ele revele o destino das pessoas.

Orobô – *Colla Acuminata*, noz-de-cola.

Palha da Costa – Palha retirada da palmeira ráfia, *Igi ógóró – Raphia Vinífera* – e utilizada em paramentos, roupas dos orixás e contra-eguns.

Palha de mandim – Palha da Costa.

Pegerecum – Fava de uma planta africana da família das Amanáceas, empregada como condimento para feitura das comidas dos orixás[8].

Pele de guariba – Pele de macaco utilizada para forrar baús onde são guardadas as roupas e os paramentos dos orixás e também nos atabaques.

Pimenta da Costa – O mesmo que *Ataré*.

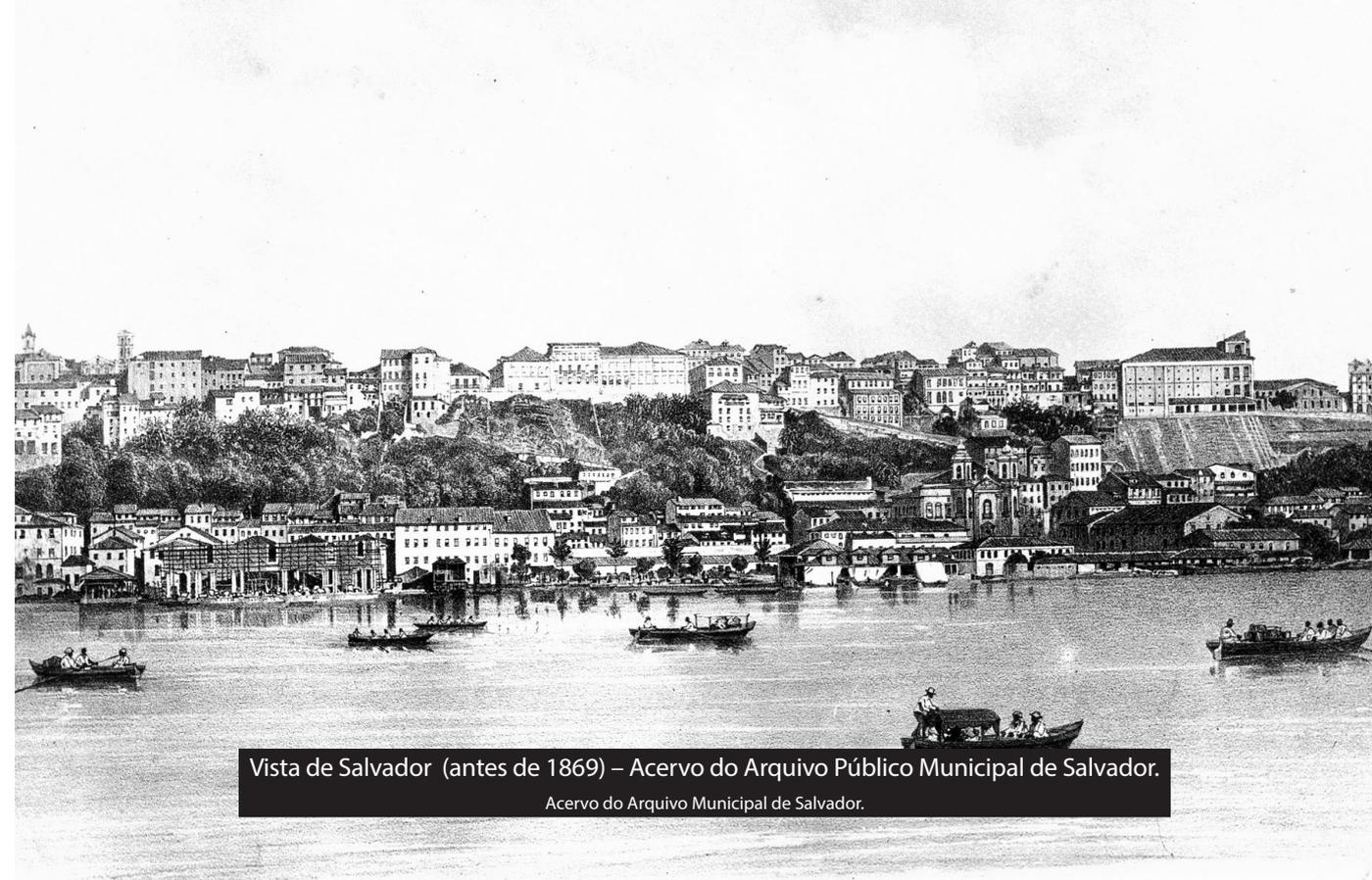
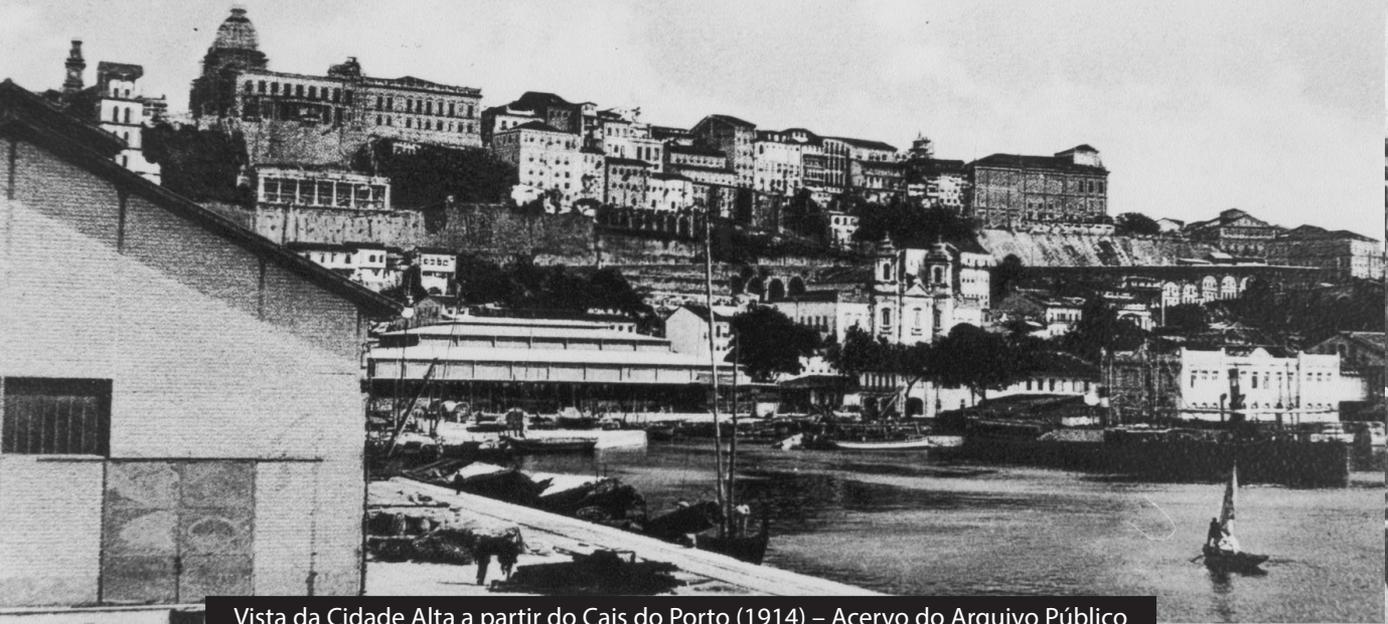
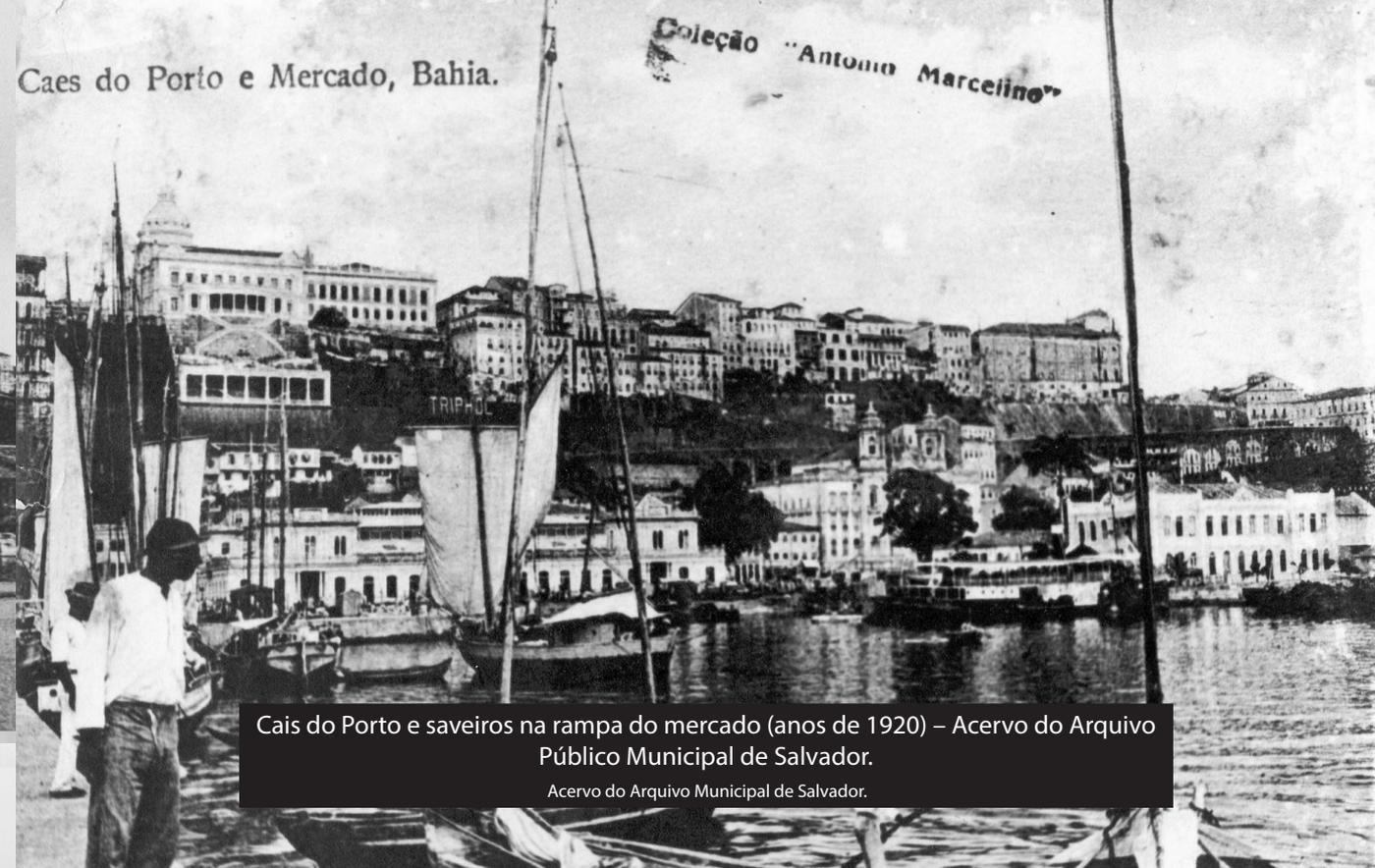
Sabão comum – Sabão feito a partir do azeite de dendê e utilizado entre os adeptos do candomblé para lavar os objetos de culto aos orixás.

Tamaresso – Nome da vela; mesa onde se senta o olhador.

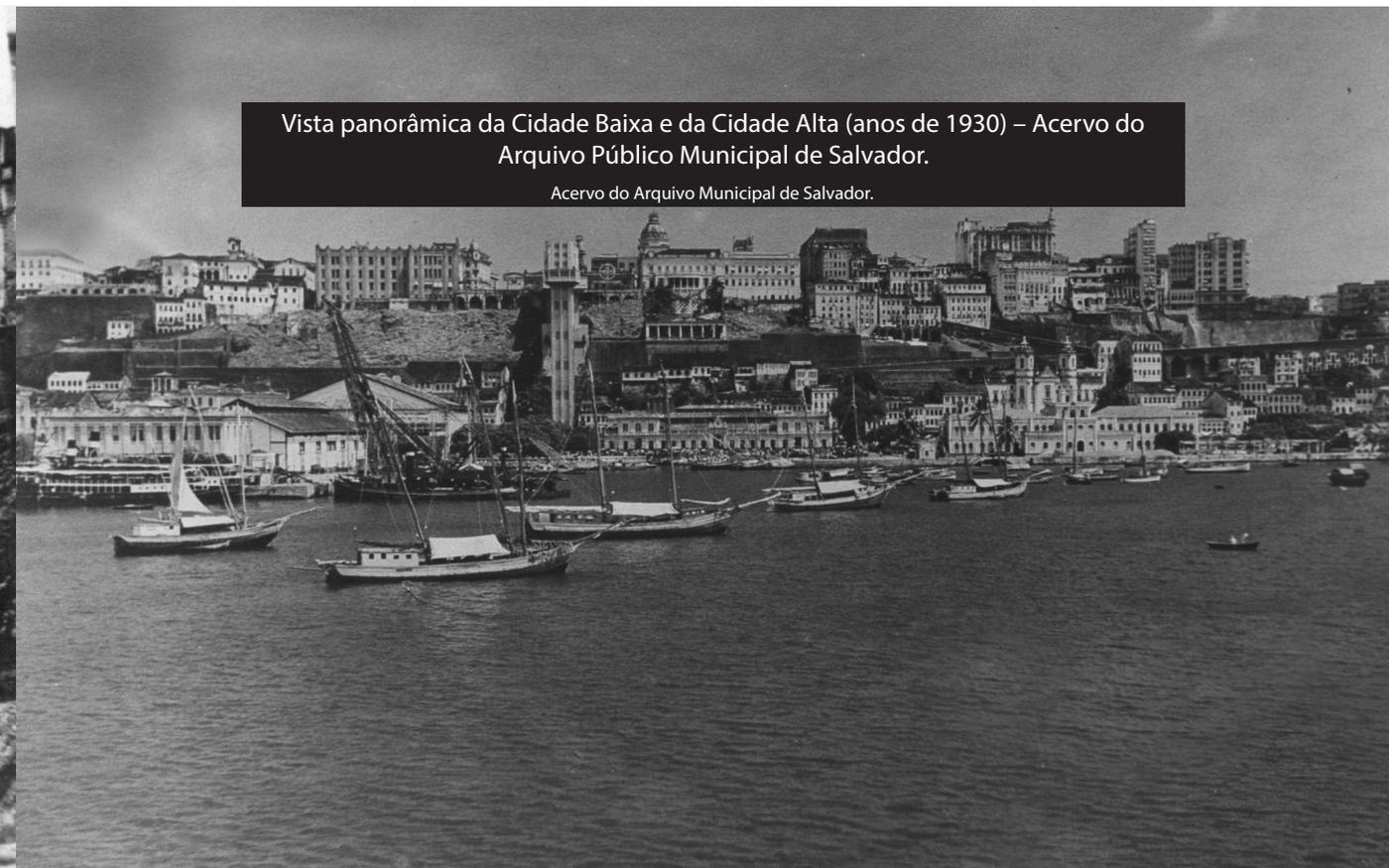
Vender a retalho – Vender mercadorias fracionando-a ao máximo.

Xinxin – Comida preparada com galinha ou bofe, camarão, azeite e servida acompanhada de arroz branco.

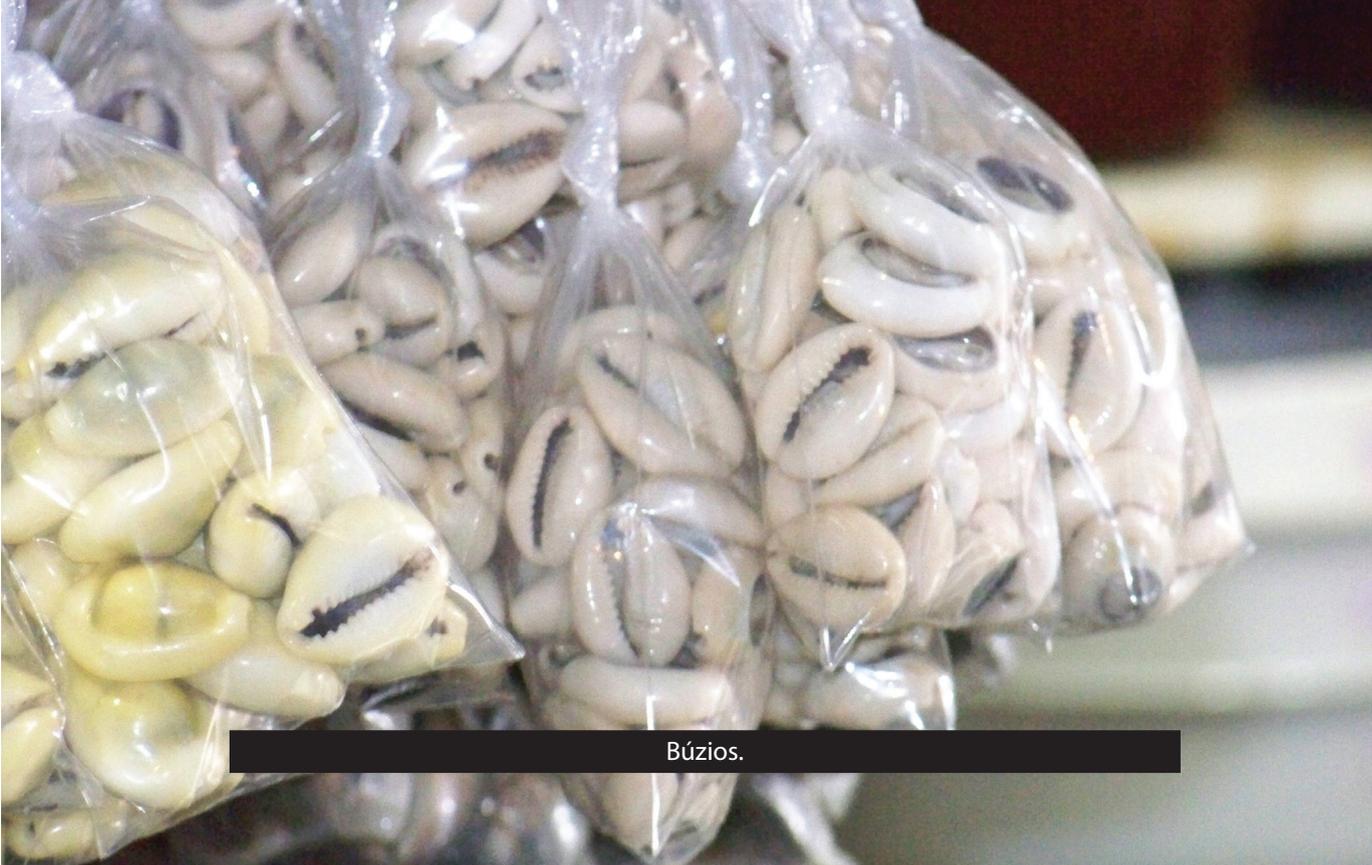
---

[8] CASTRO, 2005, p. 323.

ANEXO VIII

Porto e Cidade

Cais do Porto e saveiros na rampa do mercado (anos de 1920) – Acervo do Arquivo Público Municipal de Salvador.

Acervo do Arquivo Municipal de Salvador.

Vista panorâmica da Cidade Baixa e da Cidade Alta (anos de 1930) – Acervo do Arquivo Público Municipal de Salvador.

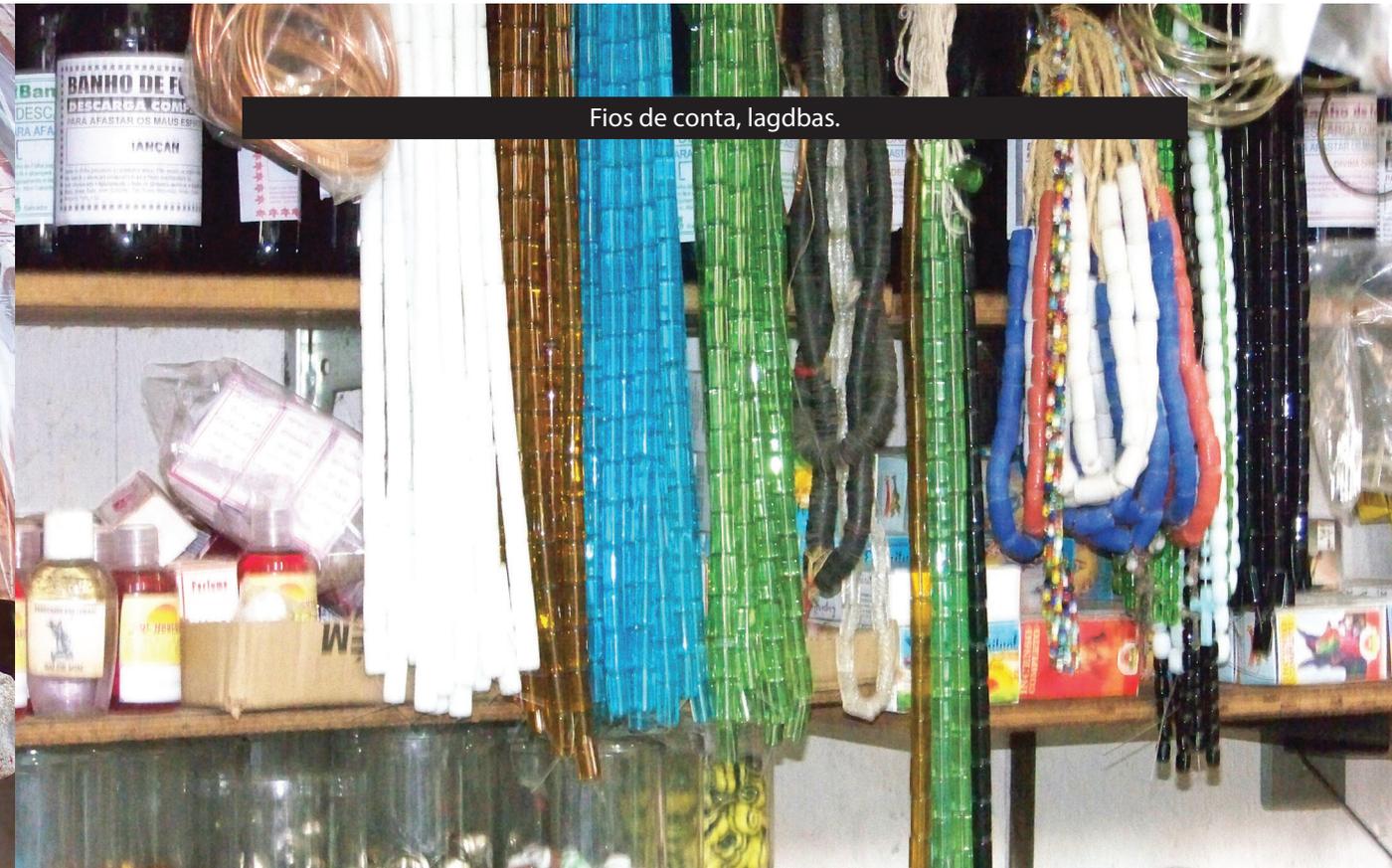
Acervo do Arquivo Municipal de Salvador.

Feira de Água de Meninos:
Os objetos de culto

Búzios.

Búzios.

Movimento da feira e loja especializada no comércio de objetos de culto aos orixás.

Couro para atabaques.

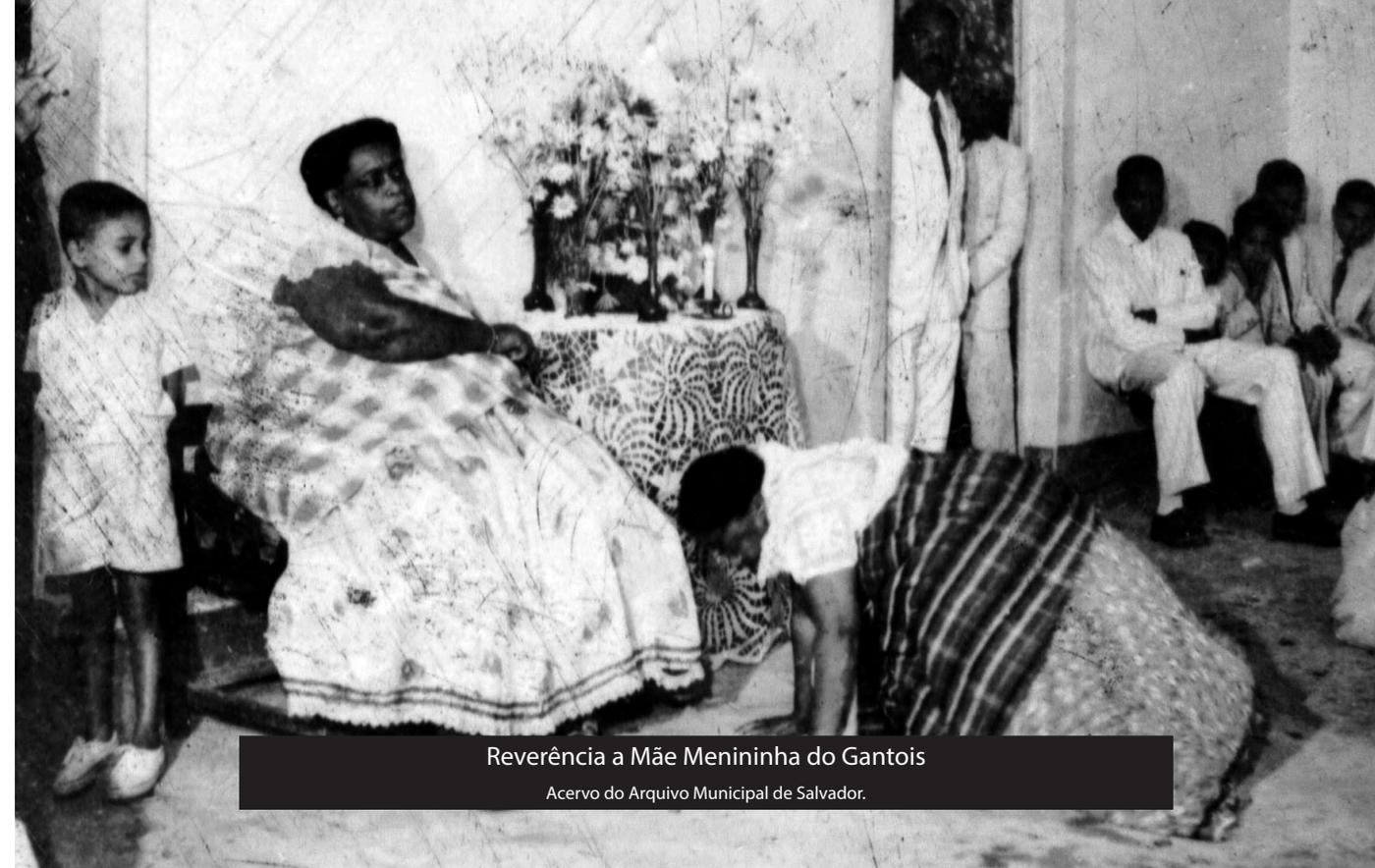
Exú.

Fios de conta, lagdbas.

Obís (nóz de cola).

Itens variados de culto aos orixás.

Itens variados de culto aos orixás.

Trajes de Omolú feitos em palha da costa e búzios sobre uma estátua do Caboclo Boiadeiro.

Culto aos orixás

Reverência a Mãe Menininha do Gantois

Acervo do Arquivo Municipal de Salvador.

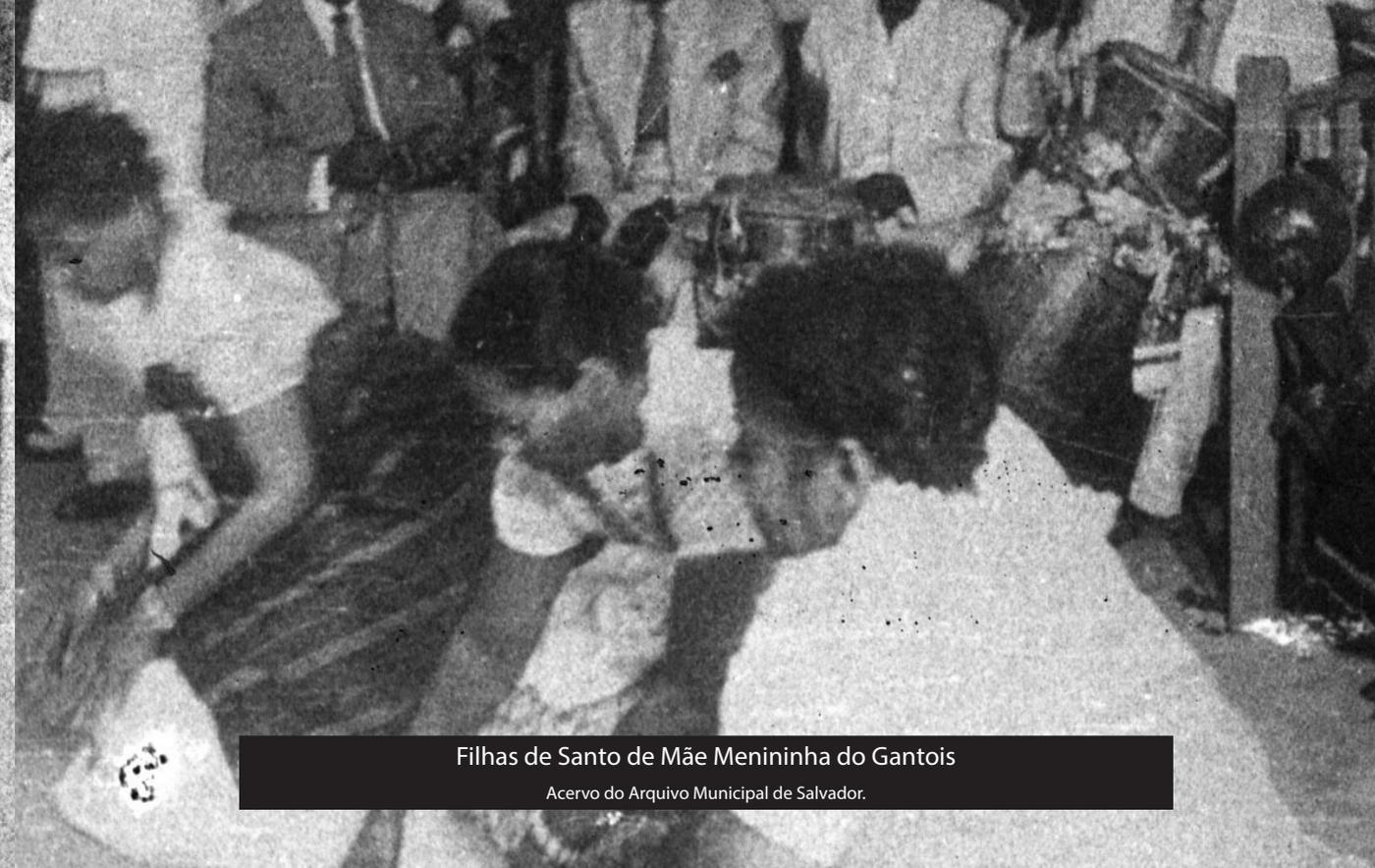
Traje dos orixás

Acervo do Arquivo Municipal de Salvador.

Alabés do Terreiro de Mãe Menininha do Gantois

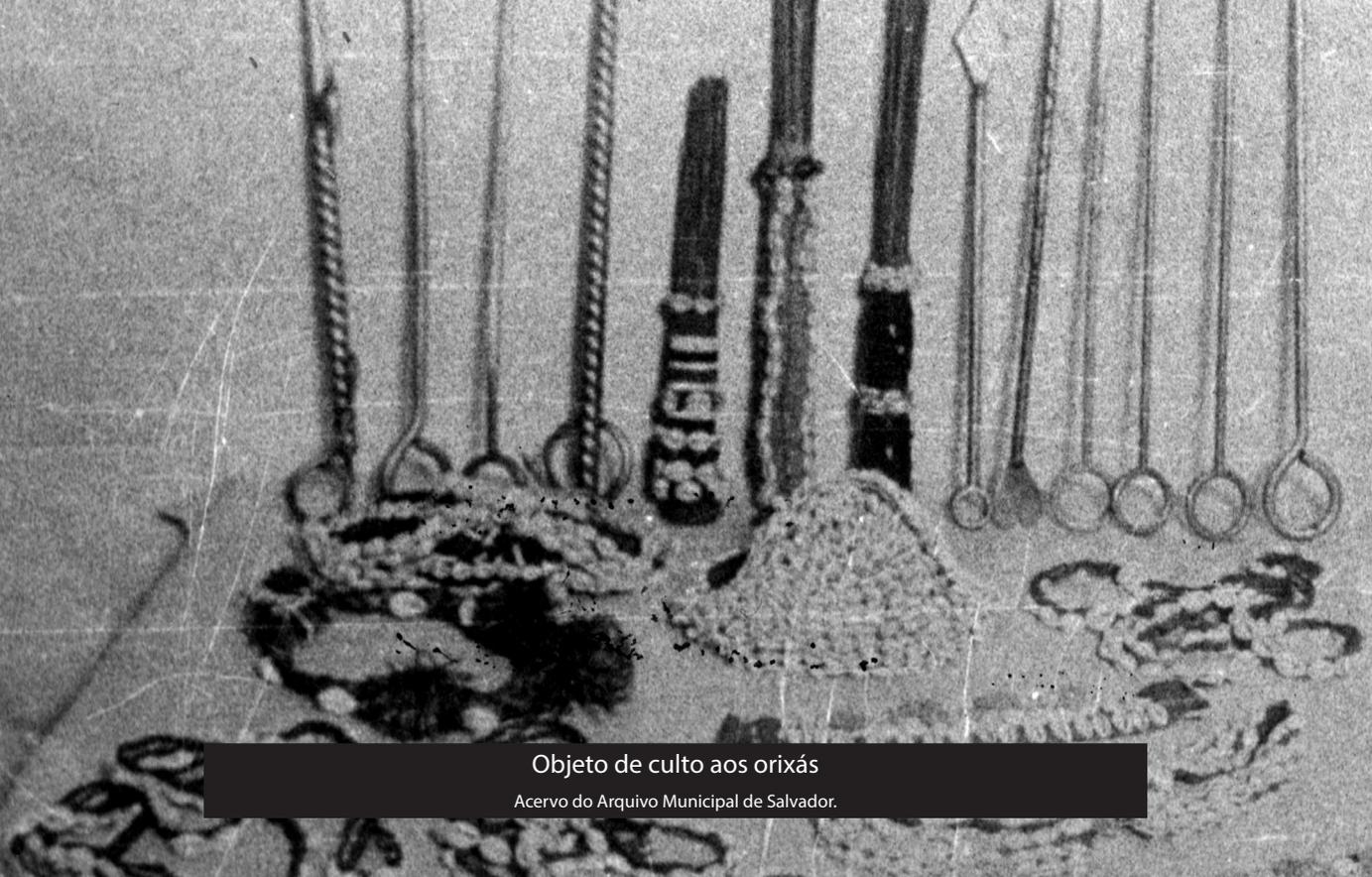
Acervo do Arquivo Municipal de Salvador.

Filhas de Santo de Mãe Menininha do Gantois

Acervo do Arquivo Municipal de Salvador.

Filhas de Santo de Mãe Menininha do Gantois

Acervo do Arquivo Municipal de Salvador.

Filhas de Santo de Mãe Menininha do Gantois

Acervo do Arquivo Municipal de Salvador.

Objeto de culto aos orixás

Acervo do Arquivo Municipal de Salvador.

Dança do orixá

Acervo do Arquivo Municipal de Salvador.